UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

MARCO ANTONIO BRANDÃO

UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL NO BRASIL: DE *LAVORATORI* NA ITÁLIA A *PADRONE* EM RIBEIRÃO PRETO (1890-1930)

FRANCA
2009

MARCO ANTONIO BRANDÃO

UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL NO BRASIL: de *lavoratori* na Itália a *padrone* em Ribeirão Preto (1890-1930)

Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em História, Área de Concentração: História e Cultura Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ida Lewkowicz

FRANCA
2009

Brandão, Marco Antônio
Uma contribuição do debate sobre a formação do empresariado industrial no Brasil : de *lavoratori* na Itália a *padrone* em Ribeirão Preto (1890-1930) / Marco Antônio Brandão. –Franca : UNESP, 2009

Tese – Doutorado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP

1. Imigração italiana – História – Brasil. 2. Imigrantes italianos – Ascensão social – Ribeirão Preto (SP). 3. Empresariado industrial – Origem social.

CDD – 325.10945

MARCO ANTONIO BRANDÃO

UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL NO BRASIL: de *lavoratori* na Itália a *padrone* em Ribeirão Preto (1890-1930)

Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em História, Área de Concentração: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____
Profa. Dra. Ida Lewkowicz, FHDSS – UNESP

1º. Examinador_____
Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio, CCHN, UFES

2º. Examinador_____
Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa, CEDER – UNIFRAN

3º. Examinador_____
Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi, FHDSS – UNESP

4º. Examinador_____
Prof. Dr. Lélio Luiz de Oliveira, FHDSS – UNESP

Franca, 19 de agosto de 2009.

Dedico este trabalho à memória de meu pai, Joaquim Brandão, um ex-colono, um ex-operário e uma pessoa fantástica. O mundo seria melhor se todos fossem iguais a você.

AGRADECIMENTOS

Passados mais de quatro anos de trabalho, a memória já não é tão boa para lembrar todas as pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram com este trabalho, por isso, antecipadamente, peço desculpas.

À Profa. Dra. Ida Lewkowicz, um agradecimento especial por ter aceitado ser minha orientadora e pelo apoio de sempre.

Agradeço a Jonas Rafael dos Santos, por ter me alertado pela riqueza de uma história de Ribeirão Preto ainda por fazer.

À Profa. Dra. Izabel Marson, por ter aberto espaços, na sua agenda em 2004, para discutirmos minhas idéias. Devo a ela grande parte da originalidade deste trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, especialmente, Mauro e Tânia, pela atenção e cordialidade com que me receberam.

Aos funcionários do Primeiro Cartório de Registro Civil de Ribeirão Preto, especialmente, ao Dr. Oscar Paes de Almeida Filho que me disponibilizou o contato com uma história de Ribeirão Preto ainda em estado bruto.

Aos funcionários da Unesp-Franca, especialmente, à Maisa, Luzinete e Gigi da Seção de Pós-Graduação, pela atenção dispensada.

Ao amigo Agnaldo de Sousa Barbosa, pelas conversas que me ajudaram a escolher um objeto de estudo na história de Ribeirão Preto e pelas críticas e conselhos dados na Banca de Qualificação.

À Profa. Dra. Marisa Saenz Leme, pelas críticas e conselhos na Banca de Qualificação.

Aos meus alunos, ex-alunos e colegas de trabalho, pelo convívio.

Aos meus irmãos que, mesmo sem entender a razão de eu ficar horas, dias, meses mergulhado em livros e à frente do computador, sempre me apoiaram.

Às duas mulheres da minha vida, minha mãe Dona *Neguinha*, e minha namorada Lúcia Modesto, pela paciência por me aguentarem.

Ressalto ainda um agradecimento à Lúcia Modesto que, com paciência, corrigiu atentamente e com muito profissionalismo, o texto deste trabalho.

"Cada americano que trabalha, seja quem for e venha donde vier, trabalha sempre na perspectiva de vir a exercer, futuramente, o papel de um grande homem de empresa. O mais modesto operário americano nunca se movimenta, entre as suas ferramentas e máquinas, no sentido acanhado de apenas organizar uma simples economia de vivência, ou mesmo de status, tal como entre nós. Todos se conduzem na expectativa estimuladora de vir a ser partícipe de uma economia de lucro – e de lucrum in infinitum. Os Fords, os Rockfellers, os Carnegies, os Morgans são-lhes os padrões, os ídolos vivos, os tipos ideais; e, em cada um deles, arde, ocultamente, a chama dessa esperança íntima."

Oliveira Vianna

BRANDÃO, Marco Antonio. **Uma contribuição ao debate sobre a formação do empresariado industrial no Brasil**: de *lavoratori* na Itália a *padrone* em Ribeirão Preto (1890-1930). 2009. 263 f. Tese de Doutorado (Doutor em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca: 2009.

RESUMO

Este trabalho, além de discutir autores de uma literatura acadêmica sobre a formação do empresariado industrial no Brasil e a importância da participação de trabalhadores na origem social do empresariado brasileiro, aborda pesquisadores que, direta ou indiretamente, analisaram o processo de formação do empresariado industrial na Europa. Além disso, discutimos, tanto uma abordagem *otimista*, quanto uma *pessimista* sobre a possibilidade de ascensão social de imigrantes no Brasil. Por fim, de posse dos resultados de nossa pesquisa, dialogamos com essas discussões ao comprovar que imigrantes italianos, destituídos de maiores recursos econômicos, mas munidos de *saber-fazer*, deram origem ao empresariado industrial, surgido na cidade de Ribeirão Preto (1890-1930).

Palavras-Chave: empresariado industrial. imigração italiana. ascensão social. Ribeirão Preto

BRANDÃO, Marco Antonio. **A contribution to the debate about the formation of the industrial entrepreneurship in Brazil:** from *lavoratori* in Italy to *padrone* in Ribeirão Preto (1890-1930). 2009. 263 p. Doctorade Thesis (Phd in History) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca: 2009.

ABSTRACT

This study, besides discussing authors of an academic literature about the formation of the industrial entrepreneurship in Brazil and the importance of the participation of workers in the social origin of the brazilian entrepreneurship, it also deals with researchers that, direct or indirectly, have analyzed the formation process of the industrial entrepreneurship in Europe. Moreover, we have discussed both an *optimistic* and a *pessimistic* approach about the possibility of social up-and-coming of immigrants in Brazil. At last in possession of the results of our research, we have taken part in a dialogue about the subject when accumulated evidence confirmed that Italian immigrants deprived of more economic resources, but provided with know-how, originated the industrial entrepreneurship that appeared in the city of Ribeiro Preto (1890-1930).

Keywords: industrial entrepreneurship. Italian immigration. social up-and-coming. Ribeirão Preto

BRANDÃO, Marco Antonio. **Una contribuición al debate sobre la formación del industrial en Brasil**: de *lavoratori* en Itália a *padrone* en Ribeirão Preto (1890-1930). 2009. 263 f. Tesis de Doctorado (Doctor en Historia) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estdaudal Paulista "Jùlio de Mesquita Filho", Franca: 2009.

RESUMEN

Este trabajo, además de discutir autores de una literatura académica sobre la formación del empresariado industrial en Brasil y la importancia de la participación de trabajadores en el origen social del empresariado brasilleño, enfoca pesquisadores que, directa o indirectamente, analisaron el proceso de formación del empresariado industrial en Europa. Más allá de eso, discutimos, tanto un abordaje *optimista*, cuanto una *pesimista* sobre la posibilidad de ascensión social de inmigrantes en Brasil. Por fin, en posesión de los resultados de nuestra encuesta, dialogamos con esas discusiones al comprobar que inmigrantes italianos, destituídos de mayores recursos económicos, pero munidos de *saber-hacer*, crearon al empresariado industrial, originado en la ciudad de Ribeirão Preto (1890-1930).

Palabras-clave: empresariado indutrial. Inmigración italiana. ascensión social. Ribeirão Preto

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estabelecimentos industriais segundo a época da fundação das empresas.. ... ... .83

Tabela 02 – Classificação do tamanho das indústrias no Censo de 1920. ... ... .86

Tabela 03 – Classificação por tamanho das indústrias na Região Sul (1941) 86

Tabela 04 – Estabelecimentos Industriais 1920 e 1940... 86

Tabela 05 – Lista de Importadores (cerca de 1910) 94

Tabela 06 – Concentração dos estabelecimentos industriais, segundo número de pessoas ocupadas – Brasil 1912... 110

Tabela 07 – Origem étnica dos diretores das indústrias paulistas... 117

Tabela 08 – Critérios de classificação social dos diretores das indústrias paulistas... 118

Tabela 09 – Origem social dos diretores das indústrias paulistas... 118

Tabela 10 – Comparação entre profissões de pais e avôs dos diretores das indústrias paulistas... ... ... .119

Tabela 11 – Média anual de imigração por 1.000 habitantes nas regiões italianas (1876-1940) 125

Tabela 12 – Emigrantes Italianos que partiam para o exterior sozinho ou com a família (1876-1937) 126

Tabela 13 – Participação de algumas categorias profissionais no fluxo de emigrantes (temporário e permanente) entre 1878-1911... ... ... .127

Tabela 14 – Imigrantes italianos vindos para o Brasil, conforme a procedência regional (1878-1902) 128

Tabela 15 – Total dos italianos no período 1876-1901, distribuídos pelas províncias do Vêneto... 130

Tabela 16 – Emigrantes vênetos com mais de 15 anos que partiram no período 1876-1901, segundo a profissão que exerciam na Itália... 133

Tabela 17 – Imigrantes vênetos vindos para a América no período 1876-1901, de acordo com os países de destino... 134

Tabela 18 – Propriedades rurais em São Paulo, 1905 (nacionalidade do proprietário) 159

Tabela 19 – Valor declarado das propriedades em São Paulo, 1905 (em contos de Réis) e Nacionalidade dos proprietários... 160

Tabela 20 – Propriedades rurais em São Paulo, pela nacionalidade do proprietário, 1920... 160
Tabela 21 – Fazendas de café no Oeste de São Paulo, 1923 – Nacionalidade do proprietário... 161
Tabela 22 – Cafeeiros em fase de produção no Oeste de São Paulo Segundo a nacionalidade do proprietário, 1923 (em milhares de pés) 161
Tabela 23 – Fazendas de café no Oeste de São Paulo, 1932 – Nacionalidade do proprietário... 162
Tabela 24 – Cafeeiros em fase de produção no Oeste de São Paulo, segundo a nacionalidade do proprietário, 1932 (em milhares de pés) 162
Tabela 25 – Propriedades rurais em São Paulo, segundo a nacionalidade do proprietário, 1934... 163
Tabela 26 – Indústrias, de um único proprietário, pertencentes a italianos 1907 e 1920... ... ... .170
Tabela 27 – Origem do empresariado industrial de São Carlos (1850-1950) ... ... .175
Tabela 28 – Nacionalidade da população existente em Ribeirão Preto em 1902... 187
Tabela 29 – Classificação das indústrias conforme o número de operário, segundo Oliveira Vianna... ... ... .188
Tabela 30 – Classificação das Indústrias em Ribeirão Preto em 1928, 1929 e 1930... ... ... .189
Tabela 31 – Nacionalidade dos requerentes a lotes no Núcleo Colonial Antonio Prado... 195
Tabela 32 – Caracterização das atividades produtivas urbanas de Ribeirão Preto (1890-1930)... 204
Tabela 33 – Estabelecimentos artesanais (1891-1896) 207
Tabela 34 – Pequenas indústrias (1891-1896) 207
Tabela 35 – Estabelecimentos artesanais (1900-1920) 208
Tabela 36 – Pequenas indústrias (1900-1920) 208
Tabela 37 – Estabelecimentos artesanais (1911-1930) 209
Tabela 38 – Pequenas indústrias (1911-1930) 210
Tabela 39 – Estabelecimentos artesanais (1899) 211
Tabela 40 – Pequenas indústrias (1899) ... ... .211
Tabela 41 – Registros gerais de estabelecimentos artesanais (1891-1930) 211

Tabela 42 – Registros gerais de pequenas indústrias (1891-1930) 212
Tabela 43 – Empresários artesanais de origem italiana entre 1890-1930... 212
Tabela 44 – Empresários artesanais de origem não italiana entre 1890-1930... 213
Tabela 45 – Donos de pequenas indústrias de origem italiana entre 1890 a 1930... 213
Tabela 46 – Donos de pequenas indústrias de origem não italiana entre 1890 a 1930... ... ... .213
Tabela 47 – Nacionalidade dos noivos... ... ... .215
Tabela 48 – Nacionalidade e profissão de noivos, e profissão das testemunhas com base nos registros de casamentos (1890-1930) I 216
Tabela 49 – Profissões de noivos selecionados como trabalhadores I 217
Tabela 50 – Profissões de testemunhas selecionadas como trabalhadores... 218
Tabela 51 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido I... 218
Tabela 52 – Nacionalidade e profissão de noivos, e profissão das testemunhas com base nos registros de casamentos (1890-1930) II .. .. .220
Tabela 53 – Profissões de noivos selecionados como trabalhadores II .. .. .221
Tabela 54 – Profissões de testemunhas selecionadas como não trabalhadores... ... ... .221
Tabela 55 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido II... 222
Tabela 56 – Nacionalidade e profissão de noivos, e profissão das testemunhas com base nos registros de casamentos (1890-1930) I 222
Tabela 57 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido III... 223
Tabela 58 – Nacionalidade e profissão de noivos, e profissão das testemunhas com base nos registros de casamentos (1890-1930) II .. .. .223
Tabela 59 – Profissões de noivos selecionados como não trabalhadores... ... ... .224
Tabela 60 – Profissões de testemunhas selecionadas... ... ... .224
Tabela 61 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido IV... 225
Tabela 62 – Participação de italianos na amostra em relação às profissões nos registros de casamentos (1890-1930) 226

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Regiões da Itália no Pós-Unificação 125
Mapa 02 – Região do Vêneto, Norte da Itália 129
Mapa 03 – Divisões Regionais de São Paulo 158
Mapa 04 – Localização de Ribeirão Preto ... ... .186
Mapa 05 – Área do Núcleo Colonial Antonio Prado na atual malha Urbana de Ribeirão Preto 191
Mapa 06 – Localização do Núcleo Colonial Antonio Prado em relação ao Centro da cidade de Ribeirão Preto 193
Mapa 07 – Área urbanizada de Ribeirão Preto em 1910 ... ... .196
Mapa 08 – Área urbanizada de Ribeirão Preto em 1935 ... ... .196

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO... 17

CAPÍTULO PRIMEIRO INTERPRETAÇÕES SOBRE A ORIGEM SOCIAL DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL EUROPEU... 21

1.1 Karl Marx... 22

1.2 Maurice Dobb... 27

1.3 Max Weber... 34

1.4 Werner Sombart... 38

1.5 Fernand Braudel... 43

1.5.1 O Mediterrâneo... 43

1.5.2 Civilização Material... 47

1.6 E. P. Thompson... ... ... .54

1.7 Eric J. Hobsbawm... ... ... .59

1.8 Schumpeter... 67

CAPÍTULO SEGUNDO INTERPRETAÇÕES SOBRE A ORIGEM SOCIAL DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL BRASILEIRO... 73

2.1 Caio Prado Júnior... ... ... .75

2.2 Celso Furtado... 78

2.3 Oliveira Vianna... ... ... .81

2.4 Octávio Ianni... ... ... .88

2.5 Warren Dean... ... ... .92

2.6 Sérgio Silva... 97

2.7 José de Souza Martins... 99

2.8 João Manuel Cardoso de Mello... ... ... .102

2.9 Wilson Cano... ... ... .105

2.10 Wilson Suzigan... 111

2.11 Fernando Henrique Cardoso... 113

2.12 Luiz Carlos Bresser Pereira... ... ... .116

CAPÍTULO TERCEIRO IMIGRAÇÃO ITALIANA: POBREZA OU ASCENSÃO SOCIAL NO BRASIL? ... ... .121

3.1 A economia italiana expulsa seus pobres... 122

3.2. Interpretações negativas quanto à ascensão social dos imigrantes italianos no Brasil 135

3.2.1 O cativeiro da terra... 137

3.2.2 Brasil: um inferno para os imigrantes... 144

3.3 Ascensão social: difícil, mas não impossível... ... ... .152

3.3.1 O imigrante como pequeno proprietário... 152

3.3.2 Imigrantes italianos no Brasil: opressão ou ascensão social... 164

3.3.3 Os imigrantes italianos e a busca pelo meio urbano... ... ... .167

3.3.4 A ascensão social urbana... 172

CAPÍTULO QUARTO DE *LAVORATORI* NA ITÁLIA A *PADRONE* NO INTERIOR PAULISTA: RIBEIRÃO PRETO (1890-1930) 178

4.1 Uma abordagem histórica de Ribeirão Preto... 186

4.2 O Núcleo Colonial Antonio Prado... ... ... .190

4.3 Uma contribuição ao estudo sobre a ascensão social de imigrantes trabalhadores em Ribeirão Preto... 199

4.4 As tênues singularidades entre artesão e pequeno industrial em Ribeirão Preto... 203

4.5 Pessoas de origem italiana: a maioria dos pequenos industriais em Ribeirão Preto... 206

4.6 Trabalhador italiano: a forte tendência sobre a origem dos imigrantes proprietários de pequenas indústrias em Ribeirão Preto... 214

CONCLUSÃO... 229

REFERÊNCIAS... 232

ANEXOS

Anexo A... 239

Anexo B... 248

Anexo C... 253

Anexo D... 258

Anexo E... 268

Anexo F... 277

Anexo G... 278

Anexo H... 282

Anexo I... 285

Anexo J... 288

Anexo L.. 291

INTRODUÇÃO

Durante grande parte do século XX, um número imenso de pessoas morreu por acreditar em um ideal, que era possível construir um mundo melhor, sem injustiças, sem opressão ou qualquer tipo de exploração. A construção desse paraíso na Terra se daria com a extinção de uma classe e a socialização da sua riqueza. Os operários explorados extinguiriam seus patrões ricos, e todos, exceto os vilões, viveriam felizes para sempre. Em nome dessa fórmula simples, guerras foram declaradas, impérios foram construídos, o mundo foi dividido entre os bons e os maus (sem saber ao certo quem era quem).

Comumente, muito se escreveu sobre a formação da classe operária e suas lutas, seus anseios e sua teleologia fatalista. Um número menor de escritos foi gasto para analisar a formação da classe dos exploradores, dos industriais responsáveis por fatigar os operários. Contudo, pode ter havido um momento no qual as duas histórias, tanto de trabalhadores, quanto de industriais se entrecruzaram, a ponto daquele que era explorado ter se transformado em explorador. Não é raro encontrarmos histórias de companhias fundadas por pessoas humildes que, depois de muito trabalho árduo, construíram grandes impérios industriais. Esses pioneiros nada mais fizeram além de trabalhar, o ponto de partida para esses *self made men* foi, muitas vezes, o trabalho e o *saber-fazer*.

Na segunda metade do século XIX, quando o *Manifesto Comunista* fazia adeptos e o socialismo se fortalecia na Europa, milhões de trabalhadores atravessavam o Atlântico para, na América, ajudar a fundar indústrias. Alguns, entretanto, não apenas serviram de mão-de-obra para essas indústrias, mas foram seus proprietários. Muitos desses trabalhadores utilizaram as *armas* que tinham em mãos (conhecimento técnico, algum pecúlio e a possibilidade de imigrar) para sobreviver, nem que isso também significasse explorar o trabalho de pessoas menos afortunadas.

Na América, o desenvolvimento industrial ocorreu tardiamente devido ao passado colonial. Esse atraso propiciou oportunidades para aqueles mais capacitados, quando do surgimento das novas nações, para produzir alguma coisa. Nesse momento originário da indústria na América, dinheiro não era o único atributo necessário para a instalação de uma fábrica, mas também o conhecimento, o *saber-fazer*. Com isso, a imigração de muitos dos milhões de trabalhadores europeus em busca da sobrevivência, pode ter significado o surgimento de *novos* pequenos industriais na América.

Conforme já discorremos, deu-se muito destaque à composição da classe operária na Europa e na América; em contraponto, uma ênfase menor foi dada à constituição do

empresariado industrial. Podemos dizer que, a princípio, ambas as classes surgiram de um mesmo processo de industrialização, sobretudo, na indústria inglesa. Então nos perguntamos a respeito da origem do empresariado industrial europeu e também brasileiro, bem como sobre os grupos sociais que se *metamorfosearam* para originar essa classe.

São essas as questões que tentamos responder nos dois primeiros capítulos. Para isso, pautamos-nos em discussões de autores clássicos que, direta ou indiretamente, também se preocuparam com tais indagações. Ao longo do desenvolvimento dessa análise, focalizamos o principal objetivo deste trabalho, que é evidenciar a participação de trabalhadores italianos na formação do empresariado industrial em Ribeirão Preto (interior paulista). Nessa abordagem, sempre buscamos aferir qual a participação de trabalhadores na composição, tanto do empresariado industrial europeu, quanto brasileiro.

Nos três primeiros capítulos, explicitamos a origem do empresariado industrial europeu e brasileiro. Para isso, utilizamo-nos de obras pontuais de autores clássicos como Karl Marx, Max Weber, Eric J. Hobsbawm, Fernand Braudel, Caio Prado Júnior, Octávio Ianni, José de Souza Martins, entre outros. O leitor, possivelmente, sentirá a falta de outras obras, de outros clássicos, ou até mesmo, de novas gerações de autores, mas devido aos limites deste trabalho, fizemos as escolhas que, a nosso ver, melhor ajudavam em nossos propósitos.

No terceiro capítulo, discorremos sobre os obstáculos à ascensão social, em que destacamos duas vertentes sobre esse assunto, uma *pessimista* e outra *otimista*. Uma vez discutida a participação de trabalhadores no processo de formação do empresariado industrial europeu e brasileiro e analisada a possibilidade de ascensão social de imigrantes pobres, no último capítulo, evidenciamos a possibilidade de trabalhadores italianos, a partir de condições especiais existentes em Ribeirão Preto, terem ascendido socialmente e dado origem ao empresariado industrial surgido nessa cidade.

A escolha dessa cidade, como objeto de pesquisa, deve-se ao fato da mesma ter tido um papel importante no auge da economia cafeeira. Um aglomerado de pessoas, existente antes da expansão cafeeira, transformou-se, em poucas décadas, num dos principais pólos produtores de café do estado de São Paulo. Essa transformação guarda uma rica história, em grande parte ainda por ser feita. Outra particularidade de Ribeirão Preto diz respeito ao seu desenvolvimento urbano, pois este ocorreu, a partir da incorporação do Núcleo Colonial Antonio Prado, ou um núcleo colonial constituído para o assentamento de imigrantes perto das lavouras cafeeiras. A dinâmica econômica existente dentro desse núcleo colonial, especialmente um processo industrial embrionário, foi incorporada pela expansão da cidade.

A princípio, destacamos em nossa análise, a existência de uma geração de autores, analisada em grande parte no segundo capítulo que, pelo seu pioneirismo destacou a importância dos grandes centros, especialmente a cidade de São Paulo, e do processo de industrialização ocorrido nesses centros (baseado, sobretudo, na média e na grande indústria). Essas abordagens não deixaram de ser generalistas e construíram um relativo consenso a respeito do processo de industrialização ocorrido no Brasil. Esta generalização encobriu as especificidades de processos de industrialização não orientados pela grande e média indústria, sobretudo, nas cidades interioranas do estado de São Paulo. Pretendemos demonstrar com o processo de industrialização surgido em Ribeirão Preto, a partir do final do século XIX, exatamente um pouco dessa especificidade. Além disso, o processo de industrialização embrionário ocorrido em Ribeirão Preto (1890-1930), baseado na pequena indústria, representou uma alavanca de ascensão social para imigrantes pobres de recursos econômicos, mas possuidores de algum *saber-fazer*.

O *saber-fazer* nada mais é do que a capacidade de produzir alguma coisa. Na Europa, no período de inverno, quando os campos ficavam cobertos de neve, os camponeses ocupavam seu tempo com os mais diversos afazeres. Tinham suas necessidades básicas – como moradia, locomoção, roupas e outros produtos os quais não eram comercializados – atendidas localmente por meio de uma produção doméstica. Por isso, ao chegar ao Brasil, um número considerável desses imigrantes possuía habilidades para construir e reparar casas, galpões, carroças, estradas, pontes, lidar com o ferro, tecer seus próprios tecidos, fazer sabão, entre outras habilidades. No Brasil, quem, a princípio, possuía esse *saber-fazer* eram os escravos, contudo, estes foram rapidamente substituídos pelos imigrantes nas últimas décadas do século XIX. No caso específico de Ribeirão Preto, a expansão cafeeira ocorre quando a escravidão já estava decadente, por isso, a importância da escravidão, nesse município, foi tênue. Numa cidade em franca expansão, quem possuía algum *saber-fazer* poderia usar de tal conhecimento para ascender socialmente.

É exatamente isso que abordamos no quarto capítulo, no qual buscamos a comprovação de que os italianos representaram a maioria do empresariado industrial surgido em Ribeirão Preto, entre 1890-1930. Para isso nos apoiamos numa pesquisa empírica com base nos Alvarás de Licença de Ribeirão Preto (1891-1902), Livros de Registros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões de Ribeirão Preto (1899-1930), no Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904), Estatísticas industrial do Estado de São Paulo (1928, 1929, 1930) existentes no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Posteriormente, para investigarmos a origem de uma amostra do empresariado industrial, utilizamo-nos dos

registros de casamento (1890-1930) existentes no Primeiro Cartório de Registro Civil de Ribeirão Preto. E, finalmente, para denotar a simplicidade dos estabelecimentos surgidos, nesse primeiro surto industrial, nessa cidade, usamos uma amostra de inventários *post mortem* de proprietários de estabelecimentos artesanais ou industriais.

A análise desta documentação gerou um material rico em detalhes que pode ser consultada por outros pesquisadores em nossos Anexos. O Anexo A foi elaborado com base nos dados oficiais da Estatística Industrial do Estado de São Paulo para os anos de 1928, 1929 e 1930 e apresenta informações sobre as maiores indústrias de Ribeirão Preto desse período.

O Anexo B contém uma relação de requerimentos de candidatos a lotes do Núcleo Colonial Antonio Prado, especialmente, essa documentação aponta a nacionalidade desses requerentes. O Anexo C apresenta dados coletados dos Alvarás de Licença de Ribeirão Preto (1891-1902) e se referem aos estabelecimentos artesanais e industriais; tal documentação aponta o número de pessoas de origem italiana que foram proprietárias desses estabelecimentos. Essas mesmas informações são encontradas no Anexo D (feito com base em documentação completa dos Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões – 1900-1920), no Anexo E (feito com base em documentação incompleta dos Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões – 1911-1930) e no Anexo F (dados referentes, exclusivamente, ao ano de 1899).

No Anexo G, é possível encontrarmos os sobrenomes italianos de proprietários de estabelecimentos artesanais em Ribeirão Preto entre 1890-1930. No Anexo H, apontamos os sobrenomes nacionais e de outras nacionalidades, exceto de italianos, de proprietários de estabelecimentos artesanais em Ribeirão Preto no período estudado. No Anexo I, apresentamos os sobrenomes italianos de proprietários de estabelecimentos industriais em Ribeirão Preto para o mesmo período. Sobrenomes de pessoas nacionais e de outras nacionalidades, exceto os italianos, proprietários de estabelecimentos industriais são encontrados no Anexo J. E, finalmente, no Anexo L, é possível encontrar uma amostra de relações de bens de inventários *post mortem* de pessoas que foram proprietárias de estabelecimentos artesanais ou industriais em Ribeirão Preto no período investigado.

Assim, pautados em dados empíricos, explicitamos que o processo de industrialização ocorrido em Ribeirão Preto entre 1890-1930 proporcionou condições de ascensão social a trabalhadores imigrantes italianos, os quais não eram possuidores de muitos recursos, mas possuíram algum *saber-fazer* e chegaram ao local certo e, especialmente, no momento certo.

CAPÍTULO PRIMEIRO

INTERPRETAÇÕES SOBRE A ORIGEM SOCIAL DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL EUROPEU

Sempre houve um número considerável de pesquisadores a investigar a formação da classe operária onde quer que tenha havido desenvolvimento industrial no mundo; foi descrita sua agrura, seu sofrimento, sua resistência e sua esperança. Neste capítulo analisamos, entre outros, autores que estudaram essa opressão e resistência dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo nos forneceram informações preciosas sobre a origem social daqueles que exploravam esses operários. Procuramos comprovar, por meio da análise de alguns autores clássicos referente ao estudo do desenvolvimento industrial europeu, que a presença de trabalhadores na origem social do empresariado industrial foi algo possível. Com isso, aqueles que se tornaram os *vilões* do processo industrial, por explorar os operários, traziam em parte da sua árvore genealógica, os genes da classe trabalhadora.

Para o surgimento da indústria, típica da Revolução Industrial, houve um processo de transformação da produção artesanal, a ponto de descaracterizá-la, pois o artesão, bem como seu conhecimento especializado cederam lugar às máquinas as quais passaram a ser determinantes para o sistema produtivo. Nos lugares onde esse processo de adoção da máquina ocorreu, o sistema artesanal entrou em colapso, ou passou a desempenhar papel pouco significativo na produção de mercadorias.[1]

Quando falamos do processo de industrialização, vale destacar que cada país, província, estado ou cidade possuiu, possui ou sempre possuirá formas distintas de desenvolvimento. O processo de dinamização da produção industrial possuiu singularidades nas várias regiões britânicas, o mesmo ocorreu em outros países europeus. A industrialização foi diferente nos países orientais, se comparado a um *modelo europeu*, assim como foi distinta em cada país asiático.

A industrialização na América possui outras tantas particularidades, sobretudo, quando nos voltamos para o Brasil (na primeira metade do século XX), pois falamos de processos distintos ocorridos em grandes, médios e pequenos centros urbanos, especialmente nos

[1] É difícil encontrar artesãos competindo contra as vantagens da produção em série – com a exceção de lugares onde ainda predomine a produção artesanal. O preço de um produto artesanal é, inclusive, mais caro em relação aos produtos industrializados, o que limita, grandemente, a demanda por tais produtos.

estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Cada qual com suas peculiaridades e características difíceis de serem abarcadas em modelos generalizantes.

Difícil também é propor modelos, independentemente de qual parte do mundo tenham sido criados, quando o assunto são aqueles que se tornaram os donos dessas indústrias. Por se tratar de processos peculiares, foram também distintas as classes sociais das quais se originaram os industriais.

Para esta investigação, selecionamos alguns autores referenciais; uns possuem paradigmas distintos, outros se complementam. Contudo, o que possuem em comum é o fato de enfocarem as mesmas transformações históricas, isto é, aquelas responsáveis pelo processo de industrialização e surgimento do empresariado industrial. Utilizamo-nos de obras pontuais e discussões de Marx, Dobb, Weber, Sombart, Braudel, Thompson, Hobsbawm e Schumpeter para essa discussão.

Como percebemos, tal seleção envolve autores que escreveram em momentos distintos. Há teóricos com os quais é possível estabelecer uma relação uns com os outros, como o caso de Marx, Dobb, Hobsbawm e Thompson, e outros representantes de abordagens distintas entre si. Optamos por investigar a contribuição desses estudiosos, respeitando a seqüência apontada no parágrafo anterior. Abordamos, de acordo com a teoria de cada um, o processo de industrialização ocorrido na Europa, assim como a formação do empresariado industrial, sobretudo, os que tiveram participação de trabalhadores na sua origem social.

1.1 Karl Marx

A análise a seguir se orientou pela busca de referências em Marx sobre os atores históricos ou classes sociais e econômicas presentes na gênese do processo de formação do empresariado industrial inglês. Assim como a indústria surgiu em determinado momento do processo de desenvolvimento das técnicas produtivas, o empresariado industrial não existia de antemão, ele constituiu-se concomitantemente a esse processo. Pautamo-nos nas contribuições de Marx para analisar a presença de indivíduos humildes no processo de formação dessa classe, assim como, identificar a possibilidade de ascensão social de pessoas simples, pequenos artesãos ou mesmo assalariados.

Neste texto, não pretendemos nos aprofundar na discussão das teorias marxistas, pois acreditamos ser essa uma área já bastante explorada e, aqui se tornaria redundante e cansativa. Pautamo-nos somente nas abordagens teóricas marxistas imprescindíveis para compreender o processo de formação do empresariado industrial. Como grande parte da análise do

capitalismo de Marx se norteia pela história da Inglaterra, o industrial inglês teve maior destaque, contudo, a formação dessa classe ocorreu de forma diferente em outros países.

Comumente, para haver luta de classes numa sociedade capitalista, é necessária a existência, de um lado, dos detentores dos meios de produção e, de outro, dos trabalhadores. O processo de formação do capitalismo e das classes antagônicas capitalistas ocorre com a desestruturação e crise da sociedade feudal. No feudalismo, a grande fonte de produção de riquezas era a terra; com isso, havia os donos da terra e aqueles que não a tinham. A fabricação de mercadorias em tal sociedade era rural, artesanal, rústica e doméstica. As oficinas dos artesãos eram tecnicamente simples, as ferramentas constituíam extensões das mãos dos mestres.

As classes capitalistas surgiram de transformações ocorridas nessa sociedade rural feudal, principalmente, com a adoção de novas técnicas produtivas. Segundo Marx, a gênese do operariado ocorre, sobretudo, com a desapropriação do camponês de seu mundo rural, ou seja, indivíduos expulsos do campo e refugiados nas cidades inglesas:

> O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos, que "por toda parte enchiam inutilmente os solares", conforme observa acertadamente Sir James Stewart. Embora o poder real, produto do desenvolvimento burguês, em seu esforço pela soberania absoluta, acelerasse pela força a dissolução das vassalagens, não foi de modo algum a causa única dela. Opondo-se arrogantemente ao Rei e ao Parlamento, o grande senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam direitos sobre elas, baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais [...].[2]

Outro elemento constitutivo do contingente operário diz respeito à simplificação do trabalho, responsável por tirar dos artesãos a primazia do *saber-fazer*. Nesse processo, antes da adoção de máquinas, o surgimento da manufatura teve uma função muito importante:

> Em todo ofício de que se apossa, a manufatura cria uma classe de trabalhadores sem qualquer destreza especial, os quais o artesanato punha totalmente de lado. Depois de desenvolver, até atingir a virtuosidade, uma única especialidade limitada, sacrificando a capacidade total de trabalho do ser humano, põe-se a manufatura a transformar numa especialidade a ausência de qualquer formação. Ao lado da graduação hierárquica, surge a classificação dos trabalhadores em hábeis e inábeis. Para os últimos não há custos de aprendizagem, e, para os primeiros, esses custos se reduzem em relação às despesas necessárias para formar um artesão, pois a função deles foi simplificada. Em ambos os casos, cai o valor da força de trabalho. A exceção é constituída pelas novas funções gerais resultantes da decomposição do

[2] MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, l. 1. p. 832.

> processo de trabalho, as quais não existiam no artesanato ou, quando existiam, desempenhavam papel inferior [...].[3]

A substituição da produção artesanal pela manufatura e a simplificação constante da técnica na produção de mercadorias transferiu, paulatinamente, o *trabalho* das mãos do artesão qualificado para uma classe desprovida de recursos materiais. Classe na qual incidirá todas as mazelas, explorações e opressões da sociedade capitalista.

Na oficina artesanal, o trabalhador possuía o *saber-fazer*, sua *força de trabalho* e os *meios de produção* (sem os quais a produção não existia). Como vimos acima, a manufatura expropria do artesão a capacidade de realizar *trabalho* pois, a partir de então, na manufatura, qualquer pessoa poderia atuar na fabricação de produtos. Por outro lado, o artesão possuía, além da capacidade de realizar o seu ofício, as ferramentas sem as quais não conseguiria produzir nada. A gênese do processo de formação do empresariado industrial inglês pode ser encontrada naqueles herdeiros dos meios de produção, antes pertencentes aos artesãos.

A transformação sofrida pela classe dos artesãos propicia o lento aparecimento de duas classes distintas, ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Do *trabalho*, atributo qualificado do artesão, surgiu uma classe operária sem muitas qualificações. Da posse dos *meios de produção*, também atributo do artesão, surgiu uma classe proprietária da manufatura moderna e da posterior indústria capitalista:

> O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa. Para vender livremente sua força de trabalho, levando sua mercadoria a qualquer mercado, tinha ainda de livrar-se do domínio das corporações, dos regulamentos a que elas subordinavam os aprendizes e oficiais e das prescrições com que entravavam o trabalho. Desse modo, um dos aspectos desse movimento histórico que transformou os produtores em assalariados é a libertação da servidão e da coerção corporativas; e esse aspecto é o único que existe para nossos historiadores burgueses. Mas os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. E a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade.[4]

Em grande parte da literatura marxista, destaca-se o processo de formação da classe operária. Com relação à composição social do empresariado industrial inglês, a análise de Marx foi mais sucinta. O trecho a seguir, apresenta uma informação interessante; como era de se esperar, muitos artesãos fizeram parte da origem social do empresariado industrial inglês e, inclusive, trabalhadores assalariados:

---

[3] MARX, op. cit. p. 401-402.
[4] Ibid. p. 828-829.

> A gênese do capitalista industrial não se processou de maneira gradativa como a do arrendatário. Sem dúvida, certo número de mestres de corporações, número maior de artesãos independentes e, ainda, assalariados se transformaram em capitalistas rudimentares e, através da exploração progressivamente mais ampliada do trabalho assalariado e da correspondente acumulação, chegaram a assumir realmente a figura do capitalista. Na infância da produção capitalista, as coisas se passaram, muitas vezes, como nos primórdios das cidades medievais, onde a classificação dos foragidos da gleba em mestres e criados era decidida em grande parte pelo tempo decorrido após a fuga [...].[5]

Essa passagem é uma das poucas, em que Marx identifica, claramente, aqueles primeiros participantes do processo de formação do empresariado industrial inglês. Segundo Marx, as transformações no processo de produção – no qual a oficina artesanal e as corporações de ofício, gradativamente, perdem o controle daquilo que é produzido – abrem espaço para indivíduos industriosos, inclusive, para trabalhadores assalariados. Partindo então dessa premissa, identificamos, nessa fase (início da manufatura), uma possível alavanca de ascensão social.

Ao analisar as *manufaturas reunidas* e o papel dessas na centralização do trabalho nas cidades, Marx citou Mirabeau para exemplificar seu conceito de manufaturas. Utilizamo-nos da mesma citação, contudo, para exemplificar as brechas existentes utilizadas pelos trabalhadores para obterem uma ascensão social:

> Só se dá atenção", diz Mirabeau, "às grandes manufaturas, onde centenas de pessoas trabalham sob uma única direção, comumente chamadas de manufaturas reunidas. Mas ninguém dá importância àquelas em que trabalham dispersos, cada um por sua conta, um número muito grande de obreiros. São colocadas a uma distância infinita das manufaturas reunidas. É um grande erro, pois só as manufaturas individuais dispersas constituem um componente realmente importante da riqueza do povo. [...] A fábrica reunida [fabrique réunie] enriquece maravilhosamente um ou dois empresários, mas os trabalhadores não passam de jornaleiros, com seus pobres salários variáveis, e não participam do bem-estar do empresário. Na fábrica separada [fabrique séparée], ao contrário, embora ninguém se torne rico, um bom número de trabalhadores alcança uma boa situação. [...] Aumenta o número dos industriosos e dos econômicos, pois vêem na conduta prudente, na atividade, um meio de melhorar substancialmente sua situação, e não de ganhar um pequeno aumento de salário, que nunca tem importância para o futuro, mas, na melhor hipótese, capacita ao trabalhador viver um pouco melhor imediatamente. As manufaturas individuais dispersas, geralmente conjugadas com uma pequena exploração agrícola, é que são as livres.[6]

De acordo com Mirabeau, no período inicial do seu surgimento, a dispersão de pequenas manufaturas, abria a possibilidade de melhores condições de vida para alguns

[5] MARX, op. cit. p. 863.
[6] MIRABEAU. **De la monarchie prussianne**. Londres, 1788, p. III, pp. 20 a 109, passim. Apud. MARX, op. cit. p. 860.

trabalhadores. Contudo, esse fenômeno, segundo o próprio Marx, só foi possível ser encontrado num momento específico do desenvolvimento do capitalismo industrial:

> A numerosa clientela antes extremamente fragmentada, dependente de uma quantidade imensa de pequenos produtores que trabalhavam por sua própria conta, concentra-se agora num vasto mercado, abastecido pelo capital industrial. Assim, à expropriação dos camponeses que trabalhavam antes por conta própria e ao divórcio entre eles e seus meios de produção correspondem a ruína da indústria doméstica rural e o processo de dissociação entre a manufatura e a agricultura. E só a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a solidez exigidas pelo modo capitalista de produção.[7]

Na seqüência do texto, contudo, Marx fala da persistência desses pequenos produtores em continuarem com seus negócios. Para ele, essa persistência era devido à necessidade das mercadorias por eles fornecidas.[8] Essa pequena produção doméstica, somente foi extinta com o advento da grande indústria capitalista:

> Do último terço do século XV em diante, encontra ele [historiador] queixas contínuas, interrompidas apenas em certos intervalos, contra a crescente exploração capitalista da terra e a destruição progressiva dos camponeses. Por outro lado, essa classe camponesa reaparece constantemente, embora mais reduzida e em pior situação. Causa principal: na Inglaterra, ora predomina a produção de trigo, ora a criação de gado, em períodos alternados, variando com estes a extensão da atividade rural. Só a indústria moderna, com as máquinas, proporciona a base sólida da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria dos habitantes do campo e consuma a dissociação entre a agricultura e indústria doméstica rurais cujas raízes, a fiação e a tecelagem, são extirpadas. Por isso, só ela consegue se apoderar do mercado interno por inteiro para o capital industrial.[9]

A possibilidade de ascensão social para um artesão ou trabalhador assalariado na Inglaterra já industrializada, segundo Marx no excerto acima, torna-se difícil. O principal obstáculo diz respeito, principalmente, ao volume de capital necessário para a instalação de uma indústria – numa economia já conhecedora da sociedade por ações – tais capitais não eram disponíveis para pessoas simples, de recursos modestos.

Quando a indústria e a riqueza por ela gerada se tornam a base da economia inglesa, ou seja, um assunto de política de Estado, definitivamente, tornar-se um industrial, passa a ser

---

[7] MARX, op. cit. p. 861.

[8] "Todavia, o período manufatureiro propriamente dito não chega a realizar uma transformação radical. Recordemos que a manufatura só se apodera da produção nacional de maneira muito fragmentária, encontrando sua base principal nos ofícios urbanos e na indústria doméstica rural. Quando destrói uma forma dessa indústria doméstica num ramo específico, em determinados lugares, a manufatura provoca seu renascimento em outros, pois precisa dela, dentro de certos limites, para a preparação de matérias-primas. A manufatura produz, por isso, uma nova classe de pequenos lavradores, para os quais o cultivo do solo é a atividade acessória, sendo a principal o trabalho industrial, cujos produtos a ela são vendidos diretamente ou por meio de um negociante." Ibid. p. 861-862.

[9] Ibid. p. 862.

uma exclusividade de poucos. Nesse momento, o empresariado industrial inglês já está formado e a possibilidade de comportar pessoas de origem humilde, que possam vir a ascender socialmente, em seus meandros torna-se mais difícil:

> A concorrência logo obrigou todo país que quisesse conservar seu papel histórico a proteger suas manufaturas por meio de novas medidas aduaneiras, pois as antigas já eram insuficientes diante da grande indústria, e logo depois a introduzir a grande indústria sob tributos protecionistas. Apesar dessas medidas protecionistas, a grande indústria tornou universal a concorrência (que é a liberdade prática de comércio, e o tributo protecionista não passa, para ela, de paliativo, de arma defensiva no interior da liberdade comercial), estabeleceu os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, pôs o comércio sob seu domínio, transformou todo capital em capital industrial e gerou, com isso, a rápida circulação (desenvolvimento do sistema monetário) e a concentração de capitais [...].[10]

Uma vez constituída a sociedade industrial, a literatura marxista se detém nos vieses da luta de classes, nos mecanismos de expropriação da mais-valia, na teleologia acerca da construção da sociedade comunista, dentre outras. Com isso, a burguesia industrial é uma classe a ser combatida e seus poderes são apenas passageiros; estabelece-se o inimigo, a luta de classes é uma realidade e o comunismo uma potencial certeza.

A burguesia descrita no *Manifesto Comunista* já constituía uma classe, ou seja, o estereótipo do empresário industrial já havia se formado. No entanto, como denotamos, segundo Marx, indivíduos humildes, pequenos artesãos e até mesmo assalariados estiveram presentes na gênese do processo de formação da classe dos industriais ingleses.

1.2 Maurice Dobb

Maurice Dobb foi protagonista de um intenso debate tornado referencial para o estudo do desenvolvimento industrial na Inglaterra,[11] sua análise da *evolução do capitalismo*[12] se aproxima, muitas vezes, da investigação feita por Marx sobre as transformações das técnicas produtivas. O início do capitalismo está imbricado com a suplantação do modo de produção feudal. O aparecimento e amadurecimento de novas classes sócio-econômicas forneceram a base de sustentação para uma nova concepção produtiva (ou modo de produção), em que a indústria, lentamente, assume a primazia econômica, suplantando a predominância de formas artesanais de produção.

---

[10] MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 94-95.
[11] Debate que envolveu os autores Paul M. Sweezy, Maurice Dobb, H. K. Takahashi, Rodney Hilton e Christopher Hill. Conferir: SWEEZY, Paul M. **Do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
[12] DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

O empresariado industrial nascente em meio ao processo de industrialização inglês deveu seu surgimento a uma metamorfose ocorrida no próprio sistema de produção artesanal inglês. Dobb traça o seguinte panorama histórico para o surgimento desse empresariado:

> No correr de suas notas históricas sobre o capital mercantil, Marx indicou que este, em seu estágio inicial, apresentava uma relação puramente externa quanto ao modo de produção, que permanecia independente e intocado pelo capital, sendo o mercador apenas "o homem que remove os artigos produzidos pelas guildas ou camponeses", para ganhar com as diferenças de preços entre as diversas zonas produtoras. Mais tarde, no entanto, o capital mercantil começou a ligar-se ao modo de produção, em parte a fim de explorá-lo mais eficientemente – para "deteriorar a situação dos produtores diretos... e absorver seu trabalho excedente com base no antigo modo de produção" – em parte para transformá-lo nos interesses de lucros maiores e no serviço de mercados mais amplos. Tal desenvolvimento, sugere ele, seguiu dois caminhos principais. De acordo com o primeiro – "o caminho realmente revolucionário" – uma parte dos próprios produtores acumulou capital e passou a comerciar, e com o correr do tempo começou a organizar a produção numa base capitalista livre das restrições artesanais das guildas. De acordo com o segundo, uma parte da classe mercantil existente começou a "tomar posse diretamente da produção", assim "servindo historicamente como um modo de transição", mas tornando-se eventualmente "um obstáculo a um modo de produção realmente capitalista e declinando com o desenvolvimento do último".[13]

O artesão tinha como grande particularidade a característica de englobar no seu trabalho, tanto a posse dos meios de produção, quanto a força de trabalho necessária para a fabricação de mercadorias. Esses artesãos se organizavam em guildas, responsáveis por controlar a oferta, a qualidade e a entrada de novos membros nessas associações. Dobb aponta também, nessa fase anterior da composição do empresariado industrial, a existência inclusive de *trabalhadores-proprietários* contratadores de ajudantes assalariados.[14] Essa particularidade demonstra mais facilidade de acesso do trabalhador a um ofício artesanal, fenômeno não encontrado tão facilmente, quando da instalação das manufaturas e indústrias, principalmente, pela disponibilidade de capitais.

A produção artesanal emperrava o desenvolvimento do capitalismo, pois não existia a divisão de classes necessária para constituir um modo de produção. Havia uma única classe produtora que, além de fabricar, detinha os meios de produção.[15] Ou seja, como pode uma

---

[13] DOBB, op. cit. p. 156.

[14] "Também é verdade que no século XIV. Ou mesmo antes, existia boa quantidade do que podemos chamar (para usar a terminologia moderna) de tipos *kulak* de empresa – o camponês bem de vida na aldeia, ou o comerciante local, ou trabalhador-proprietário nos artesanatos urbanos, empregando o trabalho assalariado. Estes, no entanto, parecem ter sido pequenos demais em escala, e insuficientemente amadurecidos, para serem tomados como muito mais do que um Capitalismo adolescente, não chegando a justificar que detemos o Capitalismo como novo modo de produção, suficientemente claro e extenso a ponto de constituir um desafio sério a um outro mais antigo, já nessa altura [...]". Ibid. p. 31.

[15] "Torna-se claro que tal definição [relação de assalariamento da mão-de-obra] exclui o sistema de produção artesanal independente, onde o artesão possuía seus próprios e modestos implementos de produção e empreendia a venda de seus próprios artigos. Nisto não existia qualquer divórcio entre a propriedade e o trabalho, e a não ser onde o artesão recorria em qualquer medida ao emprego de diaristas, era a venda e compra de artigos inanimados, e não da mão-de-obra humana, o que constituía sua preocupação primária [...]".Ibid. p. 19.

classe lutar contra si própria? A constituição do empresariado industrial (e do operariado) surge de uma metamorfose sofrida pela classe dos artesãos.

Dobb localiza essa *metamorfose* na segunda metade do século XVI e início do século XVII na Inglaterra. Nesse momento e lugar, teve início um processo no qual, o artesão vai, progressivamente, perder a autonomia de auto-regular e gerenciar o seu trabalho e produto. Conforme Dobb já apontou, isso ocorreu por dois caminhos: o artesão acumulou capital e começou a organizar e comercializar sua produção em moldes capitalistas (contratação de mão-de-obra e divisão do trabalho); ou o artesão perde sua autonomia no processo produtivo, pois o comerciante passa a intervir mais acentuadamente no sistema produtivo,[16] a ponto de "empregá-lo", determinar a divisão de trabalho e as características das mercadorias.

> A despeito dessa complexidade, no entanto, certas tendências amplas se destacam e apresentam em claro relevo, representando um domínio crescente do capital sobre a produção. Nas indústrias existentes esse desenvolvimento tomou a forma tão claramente elucidada por Unwin, qual seja a do crescente domínio de um elemento puramente mercantil sobre a massa de artesãos e a subordinação destes a ele. Em certos casos, uma organização já em grande parte composta de um elemento puramente comercial (como os Fanqueiros ou Armarinheiros) e monopolizando o comércio atacadista de alguma mercadoria acabada submeteu as organizações artesanais a seu controle, ou mesmo as absorveu, enquanto começava a causar desemprego de artesãos no campo, onde eles se achavam livres dos regulamentos das guildas urbanas.[17]

O surgimento de uma nova categoria ocorreu juntamente ao processo pelo qual os artesãos foram destituídos de sua importância no processo produtivo. Aqueles que não se tornaram *fabricantes-comerciantes*, aos poucos, estavam próximos de se tornar assalariados e ajudar na composição de um operariado também em formação na Inglaterra. O assalariamento dos pequenos artesãos significava a perda da autonomia desfrutada anteriormente. Eles perdem a posse dos meios de produção e seu *saber-fazer* é cada vez mais condicionado às exigências dos seus empregadores e, finalmente, eles perdem a liberdade de determinar o quê, como, onde e quando produzir.

---

[16] "[...] quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre capitalista e assalariados, ou na forma menos desenvolvida da subordinação dos artesãos domésticos que trabalhavam em seus próprios lares para um capitalista ao chamado 'sistema de trabalhar caseiro'. É bem verdade que já antes disto exemplos bem numerosos podem ser encontrados de uma situação transitória onde o artesão perdera grande parte de sua independência, pela dívida ou diante do monopólio dos comerciantes atacadistas, e se apresentava em relações de alguma dependência com um mercador, que era homem de capital." DOBB, op. cit. p. 31.

[17] Ibid. p. 157.

Esse processo de *metamorfose* do artesão acarretou forçosamente a criação das duas classes antagônicas que, na visão marxista, precisariam ocorrer para a existência da luta de classes no modo de produção capitalista:

> O primeiro estágio dessa transição – a vinda de partes do capital mercantil para o controle cada vez mais íntimo sobre a produção – parece ter ocorrido em escala extensa nos comércios têxtil, de couro e metais, no século XVI, quando os grandes mercadores à frente de companhias tais como os Armarinheiros, Fanqueiros, Tecelões e Coureiros começaram a incentivar o estabelecimento de artesãos nos subúrbios e no campo. Como isso constituía um desafio às restrições das guildas limitativas do número de artesãos, a questão dos regulamentos referentes aos aprendizes e sua aplicação se tornou por toda parte uma questão crucial de conflito entre a massa de artesãos e seus novos patrões ou mestres. Em muitos casos os mercadores-empregadores buscaram subordinar as organizações artesanais urbanas a si próprios, de modo que a aplicação das restrições artesanais fosse afrouxada ou mesmo abandonada.[18]

Essa interferência no sistema artesanal ainda não era plenamente capitalista. Foram necessárias transformações técnicas (invenção das máquinas) para separar por completo o dono dos meios de produção daqueles responsáveis pela realização do trabalho no processo produtivo. Essas mudanças representaram definitivamente o final da autonomia do artesão e de sua importância no processo de produção de mercadorias na Inglaterra:

> A indústria doméstica desse período, no entanto, mostrava-se diferente do artesanato de guilda do qual proviera, em um aspecto decisivo – na maioria dos casos, subordinara-se ao controle de capital e o artesão produtor perdera grande parte de sua independência econômica dos tempos anteriores. Nessa época as referências se tornam cada vez mais comuns aos artesãos "empregados" ou "mantidos" pelo elemento-manufatureiro, com a afirmação encontrada num panfleto do século XVII, sobre o comércio de lã, de que existiam na Inglaterra 5.000 fabricantes de roupa e "cada qual mantém 250 trabalhadores, atingindo o total mais de um milhão". A posição do artesão começava já a se aproximar daquela de um simples assalariado e neste particular o sistema estava muito mais próximo da "manufatura" do que dos artesanatos urbanos mais antigos, ainda que tanto a indústria doméstica quanto a "manufatura" se assemelhassem à indústria da guilda na natureza do processo produtivo e dos instrumentos usados, partilhando assim um contraste comum com a produção fabril da revolução industrial.[19]

A Revolução Industrial não transformou apenas a tecnologia usada na produção de mercadorias, mas foi o estágio final de um processo no qual o artesão perde sua importância no processo produtivo. A separação desse trabalhador dos seus meios de produção, transformando-o num assalariado, fez com que este não mais determinasse o processo

[18] DOBB, op. cit. p. 163.
[19] Ibid. p. 179-180.

produtivo, e a importância do trabalho das suas mãos foi diminuída devido à concorrência com a máquina.[20]

Quando da introdução da máquina no processo produtivo, a importância do *saber-fazer* do artesão na produção é diminuída. O seu antigo lugar na produção passa a ser ocupado justamente pelas duas classes entronizadas pelo marxismo no capitalismo, ou seja, os detentores dos meios de produção (capital) e o operariado (trabalho). O desenvolvimento do processo de mecanização da produção e a relativa simplicidade da operação das máquinas faziam com que pessoas sem muitos conhecimentos técnicos (conhecimento esse, anteriormente, atributo dos artesãos) operassem essas máquinas:

> Como resultado da alteração, o antigo modo de produção baseado na pequena produção do artesão individual, ainda que se mostrasse teimosamente vivo, estava destinado ao desaparecimento; o proletariado fabril era engrossado pelos membros daquela classe de pequenos produtores que tinham adotado aquele pequeno modo de produção como meio de subsistência e o abismo econômico entre a classe empregadora e a empregada, entre donos e não-donos, alargou-se significativamente com a nova barreira econômica que a despesa inicial acarretava agora, no começo de uma unidade de produção, contra a passagem da última para a primeira classe.[21]

Se grande parte dos artesãos ajudou a compor as fileiras do operariado industrial, isto é, daqueles destituídos dos meios de produção, como analisar aqueles *herdeiros* da posse dos meios de produção dos artesãos? Ou seja, da formação de um empresariado industrial? Como vimos anteriormente, a figura do *fabricante-comerciante* (semelhante a um dono de manufatura) tem uma função importante, sobretudo, por incrementar a produção e extrapolar os estreitos limites da oficina artesanal ou da guilda. Os limites para se tornar um *fabricante-comerciante* eram puramente econômicos, pois o conhecimento técnico, naquele momento, ainda era fornecido pelos artesãos assalariados. O recurso econômico era necessário para a instalação física e estrutural da manufatura e para o pagamento de salários aos trabalhadores.

Segundo Dobb, a origem sócio-econômica desse empresariado industrial em formação era humilde:

---

[20] "Enquanto na situação antiga o pequeno mestre independente, incorporando em si a unidade de instrumentos de produção humanos e não-humanos, só conseguira sobreviver porque os últimos continuavam modestos e nada mais eram do que um apêndice da mão humana, na situação nova não conseguia mais sustentar-se, tanto porque o tamanho mínimo de um processo de produção unitário se tornara grande demais para ele controlar quando porque a relação entre os instrumentos humanos e mecânicos de produção se transformara. O capital era necessário agora para financiar o equipamento complexo requerido pelo novo tipo de unidade de produção, e fora criado um papel para um tipo novo de capitalista, não mais apenas como usurário ou comerciante em sua loja ou armazém, mas como capitão da indústria, organizador e planejador das operações na unidade de produção, corporificação de uma disciplina autoritária sobre um exército de trabalho que, destituído de sua cidadania econômica, tinha de ser coagido ao cumprimento de seus deveres onerosos ao serviço alheio, pelo azorrague alternado da fome e do supervisor do patrão". DOBB, op. cit. p. 318.

[21] Ibid. p. 332.

> É fato conhecido que, embora o capital para financiar a nova técnica tenha vindo em grande parte das casas mercadoras e centros mercantis como Liverpool, o pessoal que capitaneava a nova indústria fabril e tomava a iniciativa em sua expansão era, em grande parte, de origem humilde, vindo das fileiras de ex-mestres artesãos ou pequenos proprietários rurais com pequeno capital, que tinham aumentado entrando em parceria com mercadores de mais posses. Trouxeram consigo o vigor bruto e ambição da pequena burguesia rural, e achavam-se mais inclinados do que os que tinham gasto seu tempo no escritório comercial, ou no mercado, para perceber os detalhes do processo de produção, e mostrar-se assim mais perceptíveis das possibilidades da nova técnica e sua manipulação eficiente. Entre os homens novos achavam-se mestres relojoeiros, chapeleiros, sapateiros e tecelões, bem como agricultores e comerciantes.[22]

A origem humilde das pessoas por detrás do primeiro surto industrial inglês, segundo Dobb, não significa que elas eram destituídas do capital necessário para tais empreendimentos. Estes eram, praticamente, vetados às pessoas destituídas de capital:

> Apenas alguns poucos vieram das fileiras de jornaleiros ou assalariados, e os que se achavam nesse caso deviam seu início a algum acidente da fortuna ou alguma proteção. Até os que começavam com a vantagem de algum capital e ligações comerciais frequentemente eram prejudicados pela dificuldade de adquirir meios suficientes para se lançar na escala exigida pela nova técnica [...]; e em setores onde a expansão do mercado se mostrou menos rápida e o campo para homens novos menos amplo, o homem de pequenos recursos era muito menos comum [...] Dos vinte e oito sobre os quais se apresentam detalhes preciosos, entre os "homens de invenção e indústria" vitoriosos e imortalizados por Samuel Smiles, quatorze vinham das fileiras de pequenos proprietários urbanos e agrícolas, mestres-tecelões, sapateiros, mestres-escolas e atividades afins, seis de círculos bem prósperos da classe média e apenas oito parecem ter qualquer traço de origem na classe trabalhadora [...].[23]

Paul Sweezy criticou os argumentos de Dobb, pois esses privilegiavam a importância do artesão e pequenos produtores como embrião de um empresariado industrial em formação. Sweezy defendeu a importância de pessoas "com capitais disponíveis para lançarem empresas capitalistas amadurecidas sem atravessar os estágios intermediários do novo sistema"[24]. Essas indústrias, referidas por Sweezy, nascem já de grande porte, rompendo o processo evolutivo. Para esse autor, a Revolução Industrial teve como base esse tipo de indústria:

> Nef mostrou conclusivamente (certamente sem qualquer referência a Marx) que aquilo que ele chama a Primeira Revolução Industrial na Inglaterra (por volta de 1540 a 1640) foi em grande parte caracterizada precisamente por uma espécie de investimento em tais "novas" indústrias como a mineração, a metalurgia, o fabrico de bebidas fermentadas, refinação de açúcar, sabão, alúmen, vidro e refinação de sal. E a prova de que foi uma "via realmente revolucionária" é fornecida pelos resultados

[22] DOBB, op. cit. p. 339.
[23] Ibid. p. 341.
[24] SWEEZY, op. cit. p. 55.

> da Primeira Revolução Industrial da Inglaterra: supremacia econômica sobre todas as nações rivais e a primeira revolução política burguesa.[25]

Dobb, apesar de concordar com a carência de pesquisas sobre o assunto, respondeu a Sweezy, argumentando serem suficientes as provas concernentes à importância dos pequenos proprietários e artesãos, na formação do empresariado industrial inglês:

> Não posso compreender como se pode negar a importância desta linha de desenvolvimento na gestação da revolução pré-industrial, primeiro estágio do capitalismo. Mesmo na época da Revolução Industrial, muitos dos novos empresários foram pequenos homens que haviam começado como "manufatureiros mercantis" do novo sistema. Na verdade, em algumas indústrias (por exemplo, ferro, cobre e latão), onde se necessitava de maiores capitalistas, a coisa foi diferente. Mas foram as condições da técnica que determinaram se o pequeno capitalista viria ou não a tornar-se um pioneiro do novo modo de produção; e até ao período das grandes mudanças técnicas associadas à Revolução Industrial (algumas das quais, é verdade, tinham ocorrido dois séculos antes de 1800), o pequeno capitalista pôde ainda desempenhar um papel de chefia.[26]

Ao contribuir para esse debate, referente à gênese do empresariado industrial, H. K. Takahashi discordou da argumentação de Sweezy a respeito das indústrias da Revolução Industrial já nascerem grandes e ricas. Para diferenciar duas vias de formação do empresariado industrial, uma na Europa Ocidental e, outra na Europa Oriental e Ásia, Takahashi chamou de *via número um* (produtor-mercador) a predominante na Europa Ocidental – essa via seria a contemplada pela tese de Dobb –, e de *via número dois* (mercador-manufatureiro) preponderante na Europa Oriental e Ásia. Segundo esse autor, Sweezi acertou em identificar as grandes indústrias da revolução industrial como pertencentes à *via número dois*, no entanto, errou em menosprezar a importância das pequenas indústrias.[27]

Ao propor que o processo de formação do empresariado industrial da Inglaterra se norteou pela *primeira via*, ou seja, por um processo doméstico de produção, Takahashi corroborou os argumentos de Dobb, quanto à importância dos pequenos proprietários e dos artesãos:

---

[25] SWEEZY, op. cit. p. 55.
[26] Ibid. p. 74-75.
[27] "Com respeito à via número um, Sweezy, sem ir ao ponto de negar a existência de casos da transformação de pequenos produtores de mercadorias em capitalistas industriais, olha-os como de somenos importância na gênese social dos capitalistas industriais. Aceita apenas como caso geral a transição diretamente aos capitalistas industriais sem passar através dos rodeios do novo sistema. Tem decerto em mente os manufatureiros centralizados (*fabriques réunies*), usualmente apontados pelos historiadores economistas a partir dos fatos aduzidos no estudo de J. U. Nef sob as práticas da mineração e da metalurgia. Historicamente, esta espécie de manufatureiros centralizados, instituídos quer sob proteção e favor das monarquias absolutas como *manufactures royales* (*d'état privilégiées*) quer como instituições para o trabalho forçado, existiu em muitos países. Todavia, na essência, não é esta uma manufatura genuína como forma inicial da produção capitalista (capital industrial), mas um mero ponto ou nó de coesão do novo sistema do capital mercantil, como os nossos trabalhos mostraram; e, consequentemente, foi esta idêntica à via número dois, em caráter [...]." Ibid. p. 119-120.

> [...] é digno de nota na história econômica inglesa que a condução do novo sistema pelo capital mercantil seja calma e que a classe dos pequenos produtores que recebiam as matérias-primas dos comerciantes se mostre capaz de estabelecer a sua independência do controle do novo sistema com relativa facilidade. Condições desta espécie são especialmente conspícuas no Lancashire; segundo o estudo de Wadsworth e de Mann, dentro da estrutura lassa do novo sistema, os tecelões puderam facilmente ascender a comerciantes e os últimos a manufatureiros. Dobb deve ter tido tal espécie de situação econômica e social em mente.[28]

Dobb concordou com a análise de Takahashi, porém ressaltou a especificidade da *via número um*, ser um fenômeno de características inglesas, não se atrevendo a dar uma dimensão dogmática para o restante do continente.[29]

Finalmente, para encerrar esse debate quanto às origens do empresariado industrial, Sweezy concorda com os argumentos de Dobb, porém afirma a necessidade de mais pesquisas a respeito das origens da burguesia industrial.[30]

1.3 Max Weber

Em sua tese referente ao *espírito do capitalismo*[31], Max Weber analisou a influência da religião protestante como guia de conduta dos indivíduos responsáveis pelo desenvolvimento capitalista. Apontar a origem social do empresariado capitalista protestante, não foi sua preocupação fundamental, mas sua análise nos fornece informações sobre as classes sociais de onde eram oriundos.

Para Weber, a religião protestante condicionou o comportamento do empresariado capitalista no sentido do investimento produtivo. Tal condicionamento se fez notar, especialmente, nos países onde a religião protestante tinha grande expressão (Inglaterra, Alemanha, Holanda, França e Estados Unidos). Segundo Weber, a ética protestante era o principal motor do capitalismo, ao contrário da crença dos marxistas numa luta de classes e ações gananciosas de empresários inescrupulosos. Weber defendia que as ações dos empresários eram vistas como forma de glorificar a Deus. O homem seria predestinado, mas

---

[28] SWEEZY, op. cit. p. 123-124.
[29] Ibid. p. 135.
[30] "Dobb lança bastante luz sobre esta questão, embora tenha a certeza de que seria o último a defender ter dado uma resposta definitiva. Muita da sua ênfase é dirigida àquilo a que Marx chamou a 'via realmente revolucionária' que os capitalistas industriais desenvolveram, para Dobb a ascensão do *small men* dentre a arraia miúda dos pequenos produtores. No meu artigo anterior critiquei esta interpretação de Marx, mas a réplica de Dobb e uma posterior reflexão levaram-me a concluir que embora não seja esta a única interpretação possível é não obstante, uma interpretação legítima, que aponta em uma direção frutífera. O que se requer agora, parece-me, é uma pesquisa fatual mais abundante sobre as origens da burguesia industrial. Esta pesquisa, mais do que qualquer outra coisa, muito faria para desaferrolhar o segredo da ascensão definitiva do capitalismo, a partir dos finais do século XVI." Ibid. p. 147.
[31] WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

como não sabia qual era o seu destino, via-se obrigado sempre a servir a Deus, para ser digno de obter sucessos econômicos.

> Com efeito, quando Deus, em cujas disposições o puritano via todos os acontecimentos da vida, aponta, para um de Seus eleitos, uma oportunidade de lucro, este deve aproveitá-la com um propósito, e, consequentemente, o cristão autêntico deve atender a esse chamado, aproveitando a oportunidade que se lhe apresenta. "Se Deus vos aponta um meio pelo qual legalmente obtiverdes mais do que por outro (sem perigo para a vossa alma ou para a de outro), e se o recusardes e escolherdes um caminho menos lucrativo, então estareis recusando um dos fins de vossa vocação, e recusareis a ser o servo do Deus, aceitando suas dádivas e usando-as para Ele, quando Ele assim o quis. Deveis trabalhar para serdes ricos para Deus, e, evidentemente, não para a carne ou para o pecado".[32]

No puritanismo, o homem, desde o nascimento, já tinha seu destino pré-determinado até a morte, bastava apenas agir de forma a obter êxitos na vida. Com isso, o acúmulo de riqueza era uma forma de demonstração da satisfação de Deus para com a pessoa. O resultado disso, segundo Weber, foi o desenvolvimento do capitalismo.[33]

Weber fez uma análise histórica concernente à formação da classe de homens predestinados a serem os pioneiros do desenvolvimento do capitalismo. Utiliza-se como exemplo as transformações na indústria têxtil ocorridas na Alemanha nos meados do século XIX. O *produtor* foi um intermediário entre os artesãos-camponeses, responsáveis pela produção, assim também como pelos compradores, também revendedores desses tecidos:

> Até mais ou menos meados do século passado, a vida de um produtor pelo menos em muitos ramos da indústria têxtil continental, era o que hoje poderíamos considerar muito confortável. Podemos imaginar sua rotina mais ou menos como se segue: os camponeses traziam seus tecidos, geralmente feitos (no caso do linho) principalmente ou estritamente, de matéria prima que eles próprios produziam, à cidade onde vivia o produtor, e depois de uma cuidadosa avaliação da qualidade, frequentemente oficial, recebiam por ela o preço costumeiro. Os fregueses do produtor para colocação em todas as distâncias maiores eram geralmente intermediários, que, do mesmo modo, vinham a ele na maioria das vezes, não ainda por causa de amostras, mas à procura de qualidades tradicionais e compravam de seu estoque, ou com grande antecedência faziam encomendas que, provavelmente, eram por sua vez transmitidas aos camponeses [...].[34]

O verdadeiro fabricante de tecidos era o artesão-camponês em sua oficina doméstica e rústica. Weber não afirma isso categoricamente; contudo, somos levados a interpretar esse

---

[32] WEBER, op. cit. p. 116.
[33] "Combinando essa restrição do consumo com essa liberação da procura de riqueza, é óbvio o resultado que daí decorre: a acumulação capitalista através da compulsão ascética à poupança. As restrições impostas ao uso da riqueza adquirida só poderiam levar a seu uso produtivo como investimento de capital [...]" Ibid. p. 124.
[34] Ibid. p. 43.

camponês como uma pessoa simples com recursos limitados. Esse tipo de economia era demasiado tradicional e cumpria algumas rotinas estabelecidas.

Weber apontou as transformações responsáveis pelo final dessa forma de produção (doméstica e rural) e comércio; ao fazer isso, delineou a classe social presente na gênese do empresariado industrial capitalista:

> O que sucedeu foi, geralmente, apenas isto: um jovem qualquer, de uma das famílias produtoras sai para o campo, escolhe cuidadosamente tecelões para empregados, aumenta grandemente o rigor de sua supervisão sobre seu trabalho e transforma-os, assim, de camponeses em operários. Por outro lado, começa a mudar seu método de mercado, buscando tanto quanto possível o consumidor final, toma em suas mãos os mínimos detalhes, cuida pessoalmente dos fregueses, visitando-os anualmente, e, principalmente, ajusta diretamente a qualidade do produto às necessidades e desejos destes fregueses. Ao mesmo tempo, ele começa a introduzir o princípio dos "baixos-preços" e de "grande giro". Repete-se aqui, o que sempre e em toda parte é o resultado de um tal processo de "racionalização": aqueles que não fizeram o mesmo, têm que sair do negócio. A situação idílica anterior desmorona sob a pressão de uma luta amarga competitiva, fortunas respeitáveis são feitas e não emprestadas a juros, mas sempre reinvestidas no negócio. A velha atitude de lazer e conforto para com a vida deu lugar à rija frugalidade que alguns acompanharam e com isso subiram, porque não desejavam consumir mas ganhar, enquanto outros, que conservavam o antigo modo de vida, viram-se forçados a reduzir o seu consumo.[35]

Em outra passagem, Weber destaca que os responsáveis por promover o capitalismo faziam parte de classes em processo de ascensão.[36] Para exemplificar, escreveu uma nota em que aponta quem participava desse processo de ascensão:

> Isso foi observado por Petty [...] e todas as fontes contemporâneas, sem exceção, falam particularmente dos puritanos sectários – batistas, quakers, menonitas etc. – como pertencendo, parte a uma classe sem propriedades, parte a uma de pequenos capitalistas, contrastando ambas com a alta aristocracia mercantil e os aventureiros financeiros. Foi justamente dessa classe de pequenos capitalistas, e não da dos grandes magnatas financeiros, dos monopolistas empreiteiros governamentais, credores reais, empreendedores e administradores coloniais, que surgiu o que passaria a caracterizar o capitalismo ocidental: a organização de classe média do trabalho industrial baseada na propriedade privada [...].[37]

Os indivíduos participantes da gênese do empresariado industrial capitalista pertenceram à classe média. Isso não significava que artesãos qualificados não fizessem parte dessa classe média; o mesmo não se pode afirmar em relação aos pequenos artesãos ou trabalhadores. Porém, mesmo nessa classe média responsável pelo desenvolvimento do

---

[35] WEBER, op. cit. p. 44.
[36] "Repetidas vezes encontramos os mais genuínos adeptos do puritanismo nas fileiras das classes em ascensão – pequenos burgueses e agricultores – e os *beati possidentes*, inclusive entre os quakers, frequentemente estavam prontos a renegar o velho ideal [...] Ibid. p. 125.
[37] Nota 92, Capitulo 05. Ibid. p. 221.

capitalismo, Weber identifica a existência de uma rusticidade, especialmente, em relação às condições que tiveram de enfrentar:

> E, da mesma forma, não foram ousados e inescrupulosos especuladores, aventureiros econômicos como encontramos em todos os períodos da história econômica, mas simplesmente "grandes financistas" que realizaram esta mudança, aparentemente tão inconspícua, e no entanto tão decisiva na penetração do novo espírito na vida econômica. Foram, pelo contrário homens que se educaram na dura escola da vida, calculando e arriscando ao mesmo tempo, sóbrios e dignos de confiança, acima de tudo sagazes e completamente devotados a seus negócios, com opiniões e "princípios" estritamente burgueses.[38]

Weber estabelece uma relação muito estreita entre esse burguês de espírito protestante com a necessidade do trabalho árduo. Este era a garantia do enobrecimento do indivíduo e a certeza, cada vez mais, assegurada de ser um eleito de Deus.[39] Essa concepção de trabalho é completamente diferente daquela atividade feita por uma pessoa comum e pobre. A grande diferença do trabalho burguês é a riqueza por este trazida, porém, segundo o protestantismo, é uma riqueza proibida de ser esbanjada, mas usada como mensuração da fé:

> A riqueza, desta forma, é condenável eticamente, só na medida que constituir uma tentação para a vadiagem e para o aproveitamento pecaminoso da vida. Sua aquisição é má somente quando é feita com o propósito de uma vida posterior mais feliz e sem preocupações. Mas, como o empreendimento de um dever vocacional, ela não é apenas moralmente permissível, como diretamente recomendada. A parábola do servo que foi desaprovado por não ter aumentado a soma que lhe foi confiada serve para expressar isso diretamente. Querer ser pobre, era reprovável do ponto de vista da glorificação do trabalho e derrogatório à glória de Deus. Especialmente a mendicância dos capazes de trabalhar não constitui apenas um pecado de preguiça, mas ainda, de acordo com a palavra do apóstolo, uma violação do dever de amor ao próximo.[40]

O trabalho para o burguês era um trabalho para glorificar a Deus, o trabalho para o assalariado, operário era algo imposto por Deus.[41] Somente o trabalho árduo era a garantia de

---

[38] WEBER, op. cit. p. 45.

[39] "Nem o rico pode comer sem trabalhar, pois mesmo que não precise disto para o seu sustento, ainda assim prevalece o mandamento de Deus, que deve ser obedecido por ele, tanto quanto pelo pobre. Isto porque todos, sem exceção, recebem uma vocação da Providência Divina, vocação que deve ser por todos reconhecida e exercida. Essa vocação não é, como no luteranismo, um destino ao qual cada um se deva submeter, mas um mandamento de Deus a todos, para que trabalhem na Sua glorificação. Essa diferença, aparentemente irrelevante, teve amplas conseqüências psicológicas, relacionando-se com um maior aperfeiçoamento dessa significação providencial da ordem econômica, que fora iniciada na Escolástica." Ibid. p. 114.

[40] Ibid. p. 116.

[41] "A diferenciação dos homens em camadas e vocações, estabelecidas através do desenvolvimento histórico, como vimos, tornou-se para Lutero um resultado direto da vontade divina, e, consequentemente, a permanência de cada um na posição e dentro dos limites que lhe foram assinalados por Deus, um dever religioso [...]." Ibid. p. 114.

o operariado atingir a graça e, por isso, os trabalhadores deviam submissão ao que eram destinados.

> Já Calvino tivera a opinião, muitas vezes citada, de que somente quando o "povo", isto é, a massa de operários e artesãos, fosse mantida pobre, é que ele se conservaria obediente a Deus. Os holandeses (Pieter de la Court e outros) "secularizaram-na", afirmando que as massas só trabalhavam quando alguma necessidade a isso as forçasse. Essa formulação de um *leitmotiv* da economia capitalista iria desembocar mais tarde na torrente das teorias da produtividade através de baixos salários. Também aqui, com o enfraquecimento de suas raízes religiosas, penetrou imperceptivelmente a interpretação utilitária da concepção de vocação, dentro do esquema por nós repetidas vezes observado.[42]

Grosso modo, tanto a divisão de classes, quanto a função de cada uma delas na sociedade capitalista eram religiosamente sagradas. As pessoas de pouca ou nenhuma posse se viam forçadas ao trabalho; no entanto, este era também uma necessidade para aquelas que contribuíram para a composição do empresariado industrial. Os obstáculos enfrentados pelos trabalhadores para ascenderem socialmente, não eram somente econômicos, mas também, segundo Weber, de cunho religioso. Contudo, a ascensão social não lhes era vedada, pois afinal ninguém sabia seu destino.

1.4 Werner Sombart

Werner Sombart[43] apresenta uma visão particular acerca do capitalismo, cujo desenvolvimento associa a um *espírito capitalista*, ou a uma força que transcendeu e contagiou os indivíduos responsáveis pelo processo de construção do capitalismo. Os *burgueses* se distinguiram das demais classes por suas potencialidades e por representarem perfeitamente o idealismo de que tais transformações necessitaram. Grande parte da análise de Sombart é uma apologia aos (super) poderes burgueses de espalhar por onde intervêm os efeitos irreversíveis do *espírito capitalista*[44].

Feitas essas considerações preliminares, passamos agora a identificar na obra de Sombart uma possível origem do empresariado industrial. Ele analisa o período precedente ao capitalismo como imbuído de uma mentalidade econômica pré-capitalista, em que o *espírito*

---

[42] WEBER, op. cit. p. 127-128.

[43] SOMBART, Werner. **El burguês**: contribucion e la historia moral e intelectual del hombre economico moderno. Buenos Aires: Ediciones Oresme, 1953.

[44] "*Es el espírito capitalista (así llamado de acuerdo com el sistema económico al que caracteriza) el que ha operado esta transformación y despedazado el mundo antiguo. Es el espíritu de nuestros días, el espírito que anima tanto al magnate del dólar como al vendedor ambulante, el espíritu que preside todos nustros pensamientos y todos nuestros actos y ejerce una influencia irresistible sobre los destinos del mundo [...]*". Ibid. p. 23.

capitalista ainda não tinha se manifestado e, muito menos, as intervenções da burguesia não tinham produzido quaisquer transformações na sociedade feudal. Os artesãos e a rotina de suas oficinas estavam inseridos num sistema produtivo de pouco significado para engendrar o capitalismo.[45] Para Sombart, artesãos e camponeses trabalhavam e comerciavam, pensando em sua subsistência e não num acúmulo de riquezas (razão de ser do burguês).[46]

O sistema produtivo representado pela oficina artesanal e a produção camponesa não tinham condições, pela dinâmica existente, de romper com um *tradicionalismo* existente na sociedade feudal. A produção camponesa-artesã tinha no mercado, muitas vezes, um fim inevitável, contudo, esses produtores não trabalhavam em função do mercado. Para Sombart, essa dinâmica econômica não se romperia por elementos gerados por ela mesma, mas por uma nova concepção de empresa e de empresários:

> *Hecho esto, procuraré analizar los diversos elementos cuya fusión ha producido el espíritu capitalista deteniéndome particularmente en dos de ellos de los que seguiremos su formación y evolución. Se trata del espíritu de empresa y el espíritu burgués sin cuya unión jamás habría nacido el espíritu capitalista. Pero esto dos elementos son aún de naturaleza asaz compleja pues el espíritu de empresa es una síntesis constituída por la pasión del dinero, por el amor a las aventuras, por el espíritu de invención, etc., mientras que el espíritu burguês se compone, a su turno, de cualidades tales como la prudencia reflexiva, la circunspección calculadora, la ponderación razonable, el espíritu de orden y de economia.*[47]

Conforme vemos acima, o rompimento do sistema produtivo tradicional (camponês e artesão) decorreu de um novo espírito de empresa alicerçado na paixão pelo dinheiro, pelo amor às aventuras (esses dois últimos aspectos foram impulsionados pela descoberta da América, dos metais preciosos) e pelo espírito de invenção, de criação de novas necessidades e, conseqüentemente, de novos produtos. Esse modelo de empresa estava muito distante da simplicidade e rusticidade da oficina do artesão, ou seja, as atividades desse tipo de empresa e

---

[45] "*? Se desea saber, haciendo fe a estas proposiciones, com qué espírito se manifestará la actividad económica de los campesinos y artesanos? No se tiene sino que examinar de cerca la calidad de los sujetos económicos que se dedican, de organización, de repartición, de ejecución. Son hombres de fuertes impulsos en quienes la vida sentimental y afectiva está muy desarrollada, pero cuya fuerza intelectual deja mucho que desear. Inteligencia defectuosa, falta de energia y disciplina espiritual: he aquí lo que caracteriza a los hombres de esta época, no sólo en las campañas sino también en las ciudades que no son, durante siglos, sino grandes aldeas que han sufrido un crecimiento orgánico.*" SOMBART, op. cit. p. 19.

[46] "*El trabajo del auténtico campesino, como el del artesano, consiste em la creación individual de bienes, en su tranquilo retiro, y tanto uno como otro no viven sino para su trabajo. Como el artista, el campesino y el artesano ven en su obra una parte de sí mismo, se confunden con ella y serían felices si no pudieran separarse de ella. La campesina vierte cálidas lágrimas cuando ve que su vaca preferida es sacada del establo para ser conducida al matadero; y el ancino Bourras defiende su pipa del comerciante que desearía comprársela. Pero si el objeto debe ser vendido (y generalmente debe serlo ya que se trata de una economia fundada en el cambio) que sea, por lo menos, digno de su creador. El campesino y el artesano se colocan detrás de su producto y hacen una cuestión de honor acerca de su buena calidad. Se puede decir que ambos experimentan una repugnancia instintiva por las adulteraciones, por los substitutos, por las chapucerías.*" Ibid. p. 20.

[47] Ibid. p. 23.

empresários eram impensáveis para um artesão, empunhando suas ferramentas ou então um camponês cuidando de sua terra e vacas.[48]

Uma nova tipologia de empresa necessitou de um novo perfil de empresário, este congregaria algumas qualidades essenciais para as transformações em curso. Dentre os atributos, além de ser conquistador e negociante,[49] a qualidade de *organizador* seria a mais importante, pois o objetivo principal era organizar homens e colocar o trabalho desses a seu dispor.[50]

Quando Sombart se refere a burgueses ele, necessariamente, não tem em mente o empresário industrial, este seria apenas uma categoria dentro de uma classe mais ampla. Um exemplo da amplitude dessa classe pode ser dado com relação às diferentes formas de empreendimentos capitalistas, cujos empreendedores foram categorias distintas de burgueses. Sombart destaca algumas classes de indivíduos ancestrais dos burgueses e responsáveis por empreendimentos determinantes para o desenvolvimento do capitalismo. Dentre essas categorias, está *el filibustero*, a princípio, um pirata, um corsário, mas também um criador de novos mercados para as nascentes companhias de comércio.[51] Os *funcionários do Estado* (absolutista) também figuram como ancestrais da burguesia, pois nessa categoria incluíam-se o príncipe, seus ministros, os capitães de embarcações, os oficiais dos exércitos. Estes atuavam pelos interesses do Estado, bem como pelo desenvolvimento capitalista.[52] Os

---

[48] "*Para que se pueda hablar de empresa es menester que el plan 'exija para su realización la colaboración de diversas personas'. Si se trata de un plan, aunque sea a largo plazo, ejecutado por una sola persona, tampoco estamos em presencia de una empresa. Es por esto que todo lo que atañe al arte o a la artesanía no posee nada en común con una empresa.*" SOMBART, op. cit. p. 55.

[49] "*No es sólo em la organización donde se manifiestan los vínculos que unen al empresario y sus colaboradores. Es necesario que él los reclute o, en otros términos, que los utilice para sus fines, que los decida sin recurrir a la violencia, a prestarle su concurso activo o pasivo; así actúa el jefe de una expedición que desea asegurarse el libre tránsito por un país y las consecuentes facilidades de aprovisionamiento para su caravana; así también procede el empresario capitalista que quiere asegurar un tratado de comercio. En todos estos casos es necesario negociar, es decir, discutir con otro individuo para pesuadirlo, esgrimiendo determinados argumentos y refutando sus objeciones, de que acepte una proposición, o para que ejecute o se abstenga de realizar ciertos actos. Negociar es luchar com armas espirituales.*" Ibid. p. 57.

[50] Ibid. p. 56-57.

[51] "*Eran hombres dotados de una imaginación aventurera y al mismo tiempo pletórica de actividad; románticos, pero con un sentido agudo de la realidad; hombres que, luego de haber comandado una flota corsaria, se tornaban en altos dignatarios del estado; quienes, después de haber atrapado tesoros con sus manos ávidas, se revelaban como políticos de primer orden; hombres que amaban apasionadamente la vida, que adoraban la pompa y el lujo, pero capaces de soportar durante meses las privaciones propias de un viaje lleno de incertidumbres y peligros; hombres que poseían el don de la organización llevado a su más alto grado y, al propio tiempo, supersticiosos como los niños. En una palavra, ¡eran hombres del Renacimiento! Fueron los antepasados o, mejor dicho, formaron una de las líneas de los antecesores de nuestros empresarios capitalistas [...]*" Ibid. p. 73.

[52] "*El estado disponía, además, de um aparato de organización sin igual. Vuélvase con el pensamiento a las épocas en que escaseaba el personal competente y calificado si se quiere tener una idea de la superioridad que confería al estado su cuerpo de funcionarios listos a asumir todas las responsabilidades que pudieran presentarse y capaces de conducirse de manera satisfactoria en tiempos en que los empresarios tenían aún que formar su estado mayor de dirigentes y superiores.*" Ibid. p. 85-86.

especuladores fizeram riqueza nos mercados de capitais, pois ao aplicarem e resgatarem dinheiro, ajudaram a fundar várias empresas.[53]

Quanto às classes sociais presentes na composição inicial do empresariado industrial, Sombart analisa o papel dos *mercadores*. Tal análise comunga de semelhanças com as análises marxistas, principalmente, quanto ao mercador se transformar em manufatureiro, ou então, o artesão se tornar um manufatureiro e comerciante:

> *Denomino mercaderes (ejemplares de um tipo de empresario especial) a todos los que han transformado el comercio de mercaderías y de denero en empresas capitalistas. Esta transformación se operó, desde un comienzo, como consecuencia del ensanche y la extensión de pequenãs explotaciones que tenían todos los caracteres del artesanado. Este engrandecimiento gradual, progresivo, este pasaje imperceptible de una forma económica a otra, la diferencia cuantitativa que se convierte en cualitativa, ha debido ser muy frecuente (como aún lo es en nuestros días). Numerosos artesanos negotiatores se transforman, con el tiempo, en empresarios capitalistas: fueron los mercaderes de lana de Florencia, los tradesmen ingleses, los mercaderes franceses, los tenderos hebreos. Sin duda, para que haya podido cumplirse tal metamorfosis fué necesaria toda uma serie de felices circunstancias [...].*[54]

Segundo Sombart, existia a possibilidade de ascensão social do artesão, contudo, esse fenômeno teve abrangências pouco significativas, pois a principal tendência foi a do *comerciante-manufatureiro* assalariar o artesão.[55] Todavia, concorda em atribuir uma posição de certa relevância a esses *self made man* no início do processo industrial:

> *Hablar del artesano (Handwerker) como de un tipo de empresário podría parecer a primeira vista contradictorio. Pero no encuentro otra palabra para designar lo que los ingleses llaman de una manera tan expresiva* manufacturer *y los franceses* fabricant *(por oposición a empresario, considerado como un producto del espíritu mercantil). Pienso, pues, en el artesano, en el representante de la esfera de la producción industrial que ha conseguido, al precio de largos esfuerzos y luchas a menudo penosas, acrecenta su explotación hasta transformarla en una empresa capitalista. Pienso en el hombre de manmos callosas, de cabeza cuadrada, de maneras rudas, que vive simplesmente de acuerdo conm cánones antiguos hasta que cumple sus bodas de plata e cuyo arribo encarga a un arquitecto la construcción de una casa nueva, provista con muebles de estilo moderno, porque es el deseo de sua adorada hija y a quien ha podido proporcionarle una instrucción de la que él carece. Pienso en los representantes conocidos de la primeira generación, en los* self made men *que, sin haber podido superar un determinado volumen comercial,*

---

[53] *"Pero no es como empresa de especulación pura y simple que ejerció una influencia poderosa en el desenvolvimento del mercado de capitales y sobre la intensificación de la fiebre especulativa. Sirvió ante todo para provocar, por así decir, la explosión de la manía por las fundaciones, latente hasta entonces, y lograda merced a la conjunción de sus propios intereses con las finanzas estatales [...]"*SOMBART, op. cit. p. 88.

[54] Ibid. p. 92.

[55] *"Pero más a menudo eran los mercaderes, los intermediarios en particular quienes subvencionaban a los artesanos. Este fenómeno era tan frecuente que parecía normal, y su frecuencia empresionó a los historiadores de tal modo que concluyeron por simplificar el problema del nacimiento del capitalismo explicándolo por la 'invasión del capital mercantil' en la esfera de la producción (Marx). Este libro, precisamente, se propone demostrar todo lo que de insuficiente e inadecuada tiene esta esplicación [...]"* Ibid. p. 93.

> *pueden ser considerados como los antecesores de los grandes empresarios de las generaciones posteriores.*[56]

Para Sombart, o papel mais importante na formação do empresariado industrial foi, contudo, desempenhado por outra classe social: os *senhores feudais*, estes detinham muitos recursos a serem, potencialmente, direcionados para as novas formas de produção.[57] Sombart aponta a existência freqüente, no início da industrialização européia, de empresas pertencentes a senhores feudais:

> *Pero las empresas de los señores feudales desempeñan en los comienzos de lá época capitalista un papel bastante más importante que el que generalmente se les asigna. En ausencia de toda estadística es imposible dar precisiones numéricas de su contribuición a la formación del capitalismo. Pero se puede tener una idea bastante aproximada de la importância de este género de empresa durante las primeiras fases de la era capitalista pasando revista a algunas de ellas [...].*[58]

Cita também várias indústrias na Inglaterra, França, Alemanha, Áustria e Suécia criadas por nobres (minas, fundições, indústria do vidro, indústria da porcelana, fábricas de papel). Dentre essas, a indústria têxtil, símbolo do capitalismo industrial:

> *3º. La industria têxtil también fué edificada sobre uma base capitalista, al amparo de la gran propiedad rural.*
> *En lo que se refiere a Inglaterra, el mejor conocedor de la historia de la industria textil resume así su opinión: "Los grandes criadores de carneros eran al propio tiempo fabricantes de telas, transformando en género la lana que obtenían". Otro tanto ocurría con los terratenientes ingleses que fabricaban seda.*
> *En Francia, los propietarios rurales edificaban en sus dominios tejedurías para la transformación de la lana de sus manadas o de los capullos de sus gusanos de seda.[...].*[59]

Sombart nega a possibilidade de trabalhadores desprovidos de recursos terem uma ascensão social às fileiras do empresariado industrial. Meio a contragosto, reconheceu a presença do artesão na gênese do seu *burguês*, mas apenas como algo transitório e de pouca importância. O *burguês* era um homem contagiado pelo *espírito capitalista*. Com isso, até mesmo senhores feudais poderiam se transformar numa *nobreza-industrial* e também fazer parte da burguesia. O trabalho de assalariados, pequenos artesãos, servos e escravos é visto

---

[56] SOMBART, op. cit. p. 98.
[57] *"Se ve nacer uma variedad muy importante de empresa feudal-capitalista: nobles influyentes entran en sociedad con financistas burgueses, o también con inventores pobres para la realización de una tarea en común: el noble se encarga de obtener los permisos e los derechos protectores necesarios, mientras el financista aporta el dinero o el inventor su idea. Las asociaciones de esta clase han sido muy numerosas en Francia y en Inglaterra durante los siglos XVII y XVIII."* Ibid. p. 78.
[58] Ibid. p. 78.
[59] Ibid. p. 81-82.

como simples mão-de-obra e como tal, possui a sua função no sistema produtivo capitaneado pelo *burguês*.

1.5 Fernand Braudel

Fernand Braudel, um dos grandes nomes da Escola dos Annales, dedicou as obras *O Mediterrâneo*[60] e *Civilização Material*[61], justamente ao período da história européia, objeto de nossa análise, neste capítulo. Na busca por fazer uma História de grande abrangência, contemplando os mais variados tempos e aspectos da sociedade européia, entre os séculos XV e XVIII, Braudel nos fornece detalhes a respeito das transformações responsáveis pelo surgimento da indústria e, consequentemente, do operariado e do empresariado industrial.

Não nos adentramos nos aspectos teóricos e nos embates acadêmicos empreendidos pela Escola dos Annales para legitimar sua concepção de ver e fazer História. Porém, é necessário apontar a noção de tempo histórico concebido por Braudel, pois essa permeia, tanto a obra *O Mediterrâneo*, quanto *Civilização Material*. Assim, analisamos cada obra, de forma a evidenciar a concepção de tempo de Braudel, além de identificar as transformações históricas responsáveis pelo aparecimento do empresariado industrial.

1.5.1 O Mediterrâneo

As divisões d'*O Mediterrâneo* denotam como Braudel concebia a existência de múltiplos tempos históricos existentes nas sociedades banhadas pelo Mar Mediterrâneo nos séculos XVI e XVII, assim como, esses tempos influenciavam a vida das sociedades ali existentes. Segundo essa análise, nesse mundo mediterrânico, existia a interação de três tempos distintos: o *tempo da estrutura*, da *conjuntura* e do *evento*. Na primeira parte do livro, o tempo da estrutura é ditado pela relação do homem com o meio geográfico, trata-se de um tempo quase imóvel, uma história lenta, cheia de retornos e ciclos. Os obstáculos naturais e as condições geográficas impõem limites às ações do homem. Cada sociedade se adapta às condições do meio (montanha, planície, costas, ilhas, dentre outras) onde estão inseridas e criam ritmos próprios, difíceis de serem rompidos. A longa duração forma uma base, onde o tempo do homem é ditado pela natureza.

---

[60] BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico da época de Felipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983, 2. v.
[61] Id. **Civilização material:** economia e capitalismo (séculos XV-XVIII). São Paulo: Martins Fontes, 1996, 3. v.

Na segunda parte do livro, Braudel trata de tempos um pouco mais rápidos, mas que ainda guardam uma lentidão, pois esses tempos têm como base a longa duração. Todavia, as transformações que tais tempos contemplam ocorrem num ritmo mais acelerado, se comparado à quase imobilidade existente na *estrutura*. Esse é o tempo da *conjuntura*, das relações dos homens, não apenas com a natureza, mas com outras pessoas por meio da economia, das relações sociais, da formação de Estados, das guerras. Contudo, como já apontamos, todas essas relações e ações humanas ocorrem num mundo limitado pela geografia, pela técnica, enfim, pela *estrutura*.

A última parte d´*O Mediterrâneo* trata de um tempo, cuja rapidez é mais intensa: o tempo dos eventos, dos fatos rotineiros, dos detalhes do dia-a-dia das sociedades. Semelhante à aceleração existente na *conjuntura,* o tempo do *evento* é muito mais dinâmico, porém, ele se relaciona estreitamente com a lentidão gradativa dos outros tempos. O *evento* é o tempo do relógio, quando as ações dos grandes estadistas tiveram dia e hora para ocorrer, em que as ações das guerras também ocorreram numa data precisa. Nessa dinamicidade das ações humanas, aparecem as dificuldades de comunicações e transportes, as limitações técnicas, o medo dos turcos, a ganância das cidades italianas, o jogo das alianças, os mais variados interesses, catástrofes, dentre outras coisas.

O conjunto desses três tempos históricos daria sentido ao mundo mediterrânico no século XVI. Nesse cenário temporal mediterrânico, Braudel identificou a existência de atividades industriosas, principalmente, no meio rural e relacionadas, muitas vezes, com a produção, transformação e comercialização do trigo.[62]

Ao lado dessa *indústria* agrícola, ligada à subsistência dos indivíduos, Braudel utilizou-se de dados de John U. Nef[63] para apontar a existência, numa população de cerca de setenta milhões de pessoas, de aproximadamente, dois ou três milhões de artesãos urbanos:

> A este número global convém acrescentar a massa de artesãos rurais. Não há nenhuma aldeia que não tenha os seus artesãos, por muito modestos que sejam, as suas pequenas actividades industriais. Mas, neste domínio, tudo ou quase tudo escapa ao historiador que pretende contar. Além disso, se esse historiador cede aos hábitos adquiridos terá tendência para subestimar este obscuro trabalho dos campos pobres, que apesar de tudo é decisivo e muitas vezes é o único meio para atingir as preciosas circulações monetárias. Até aqui a historiografia só terá considerado a nobreza dos ofícios urbanos. Contudo, os ofícios rurais existem desde sempre em Aragão, nos Pirenéus, em redor de Segóvia, nesta ou naquela aldeia deserdada de

[62] "O trigo, só por si, determina a esmagadora superioridade da produção agrícola sobre todas as outras. A agricultura é a primeira indústria do mar Interior, tanto mais que os cereais não passam de uma parte do rendimento agrícola." BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico da época de Felipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983, p. 467, v. 1.

[63] John U. Nef, "Idustrial Europe...", p. 5. Apud. BRAUDEL, op. cit. p. 473.

> Castela ou de Leão, ou nos país valenciano. Em redor de Gênova é impossível não os divisar. Em redor de Alepo, as aldeias trabalham a seda e o algodão. De facto, não há uma única cidade que não instale, perto ou longe dela, as indústrias de que precisa e que não pode incorporar nos seus próprios bairros por falta de espaço, de matéria-prima ou de força motriz [...].[64]

Braudel atribui ao conceito de *indústria*[65] um significado completamente distinto daquele atribuído à grande indústria do século XIX. A *indústria* descrita acima seria a oficina do artesão, localizada, tanto num perímetro urbano, quanto dispersa pelas áreas rurais. Essas oficinas eram responsáveis pela produção e fornecimento de produtos às localidades, onde estavam inseridas. Sua produção era limitada, deixando implícita uma procura limitada e uma rusticidade das técnicas (ferramentas manuais e a utilização de membros das famílias como mão-de-obra auxiliar).

Braudel compara a produção artesanal, ao longo do Mediterrâneo com a produção artesanal inglesa e conclui que as oficinas mediterrânicas não tinham a mesma capacidade produtiva.[66] Porém ressalta que o número de pessoas envolvidas nessas atividades industriosas não era desconsiderável e, sobretudo, as pessoas envolvidas na produção artesanal tinham condições sociais bastante modestas:

> Se se admitem estas apercebidas proporções, é preciso encarar que no século XVI a indústria rural em número de homens, senão em qualidade ou em massa de rendimentos, colocar-se par do trabalho das cidades. Nada o prova, mas também nada o contradiz. No máximo, três milhões de artesãos rurais e três milhões de pobres habitantes das cidades representariam todo o mundo dos ofícios em ligação com a economia de mercado. Nesta massa haveria 1.500.000 pessoas activas. Suponhamos que o salário médio era equivalente ao dos mineiros auxiliares das minas de cobre que Veneza possui em Agordo, ou sejam, quinze soldi por dia ou vinte ducados por ano (as festas realizam-se, mas são pagas): a massa salarial rondaria os trinta milhões de ouro. É pouco, porque os salários nas cidades são muito mais elevados (é mesmo desta excessiva elevação que vai morrer muitas vezes a indústria urbana). [...].[67]

Grande parte da produção artesanal, ao longo das sociedades mediterrânicas, era rural, feita por pessoas que mesclavam suas atividades rurais com o trabalho artesanal e, principalmente, esses artesãos-camponeses tinham uma condição material bastante simples.

Segundo Braudel, ao longo do período de 1520-1540, ocorreu um desenvolvimento decisivo das *indústrias* mediterrânicas, traduzido por Braudel da expressão alemã

---

[64] BRAUDEL, op. cit. p. 474.
[65] Braudel usa com muita naturalidade a palavra *indústria* para o século XVI, sem fazer maiores considerações acerca de sua concepção de indústria para essa época. Na obra *Civilização Material*, ele relaciona o termo a uma pré-indústria onde as transformações responsáveis pela constituição da grande indústria do século XIX estavam lentamente se processando.
[66] Ibid. p. 475.
[67] Ibid. p. 475-476.

Verlagssystem como *sistema por avanços*, e se constituiu, sobretudo, pela interferência do mercador no sistema produtivo artesanal:

> Esta indústria, em conformidade com o esquema habitual do Verlagssystem dos historiadores alemães, palavra que traduzirei por sistema por avanços, é quase por todo o lado (onde a observação é possível) de tipo capitalista: o mercador, o comanditário, o Verleger adianta ao artesão a mercadoria que lhe dá para trabalhar em troca de um salário. Este sistema não data do século XVI. Mas desenvolve-se onde não era conhecido (segundo parece, em Castela), onde ainda era pouco praticado (como em Veneza). Desorganiza sempre os corpos dos ofícios, arti italianos ou gremios espanhóis. Privilegia sempre os mercadores que financiam os lentos processos da produção e reservam para si os lucros das vendas e das exportações.[...].[68]

Esse *sistema por avanços* se espalhou muito rapidamente, principalmente, na produção têxtil. Os mercadores adiantavam as matérias-primas, o dinheiro dos salários e reservavam para si a comercialização dos produtos. Eram relações novas, ou *homens novos* radicados no comércio, os responsáveis por tais empreendimentos.[69] De um lado, continuamos com o artesão, sua produção doméstica e, de outro, o mercador acelerando a produção artesanal com suas encomendas. Essa transformação no sistema produtivo, segundo Braudel foi responsável por uma verdadeira expansão *industrial* no século XVI:

> Presentes em todo o lado, mesmo em cidades medíocres, onde previamente nenhum historiador as detecta, mesmo nessas cidades que se diria serem ociosas, aquecendo-se ao sol, tal como Nápoles, as indústrias surgem por todo o lado. Parecem-se com milhares de pequenas fogueiras acesas ao mesmo tempo, num vasto campo de ervas secas. Estas fogueiras podem aumentar ou apagar-se, mas para recomeçarem um pouco mais longe. Basta que o vento sopre de um lado ou do outro e que a chama atinja ervas até então preservadas. Ainda hoje, em 1966, assim acontece muitas vezes.[70]

Essas oficinas artesanais dinamizadas pelos pedidos dos mercadores, possivelmente, tiveram como grande alteração um aumento no número de auxiliares, para conseguirem atender à demanda por produtos. Essa lenta alteração no sistema produtivo seria responsável pela gênese da grande indústria do século XIX. Além disso, o processo de formação da grande indústria seria o mesmo na composição das classes típicas do capitalismo industrial: o operariado e o empresariado industrial.

Como dissemos anteriormente, Braudel concebeu uma diferenciação de tempos históricos e o inter-relacionamento entre eles. Em qual dos três tempos concebidos por

---

[68] BRAUDEL, op. cit. p. 476-477.
[69] Ibid. p. 478-479.
[70] Ibid. p. 483-484.

Braudel se enquadraria a intensificação da produção das oficinas artesanais? Certamente, tal transformação ocorreu no tempo da *conjuntura*, quando se processam as relações entre os homens, num tempo mais dinâmico em relação à longa duração, mas, freado pelos limites impostos pela natureza. Os mesmos limites encontrados pelos artesãos para atender, a contento, à solicitação de seus novos clientes. Talvez, por essas limitações, a oficina artesanal foi, aos poucos, substituída, nos séculos seguintes, pela manufatura e pela indústria propriamente.

1.5.2 Civilização Material

O capitalismo europeu da época moderna (séculos XVI ao XVIII) representou a base para a escrita de *Civilização Material*. Semelhantemente às três temporalidades do Mediterrâneo, para Braudel, houve três *andares* da atividade econômica no mundo europeu, no período citado. O *primeiro andar* composto pelas estruturas do cotidiano, uma *infra-economia* constituída pelas trocas mais simples e rotineiras, atividades informais da economia. Seria a economia de auto-subsistência de troca de produtos e serviços num raio curto, sua produção é cotidiana, com um tempo repetitivo, rotineiro.

O *segundo andar* corresponde ao mundo econômico das trocas e do mercado. A troca rotineira da *infra-economia* cede lugar a uma troca controlada pelo valor de mercado, em que a concorrência dita as regras. Nesse andar, mesmo mais incrementado em relação à permuta direta de produtos, os consumidores ainda estão próximos dos produtores, dos quais, muitas vezes, compram diretamente as suas mercadorias.

O *terceiro andar* é representado pelo capitalismo propriamente e, nesse recorte temporal, compreende a esfera da circulação de mercadorias, responsabilidade dos mercadores itinerantes. Estes rompiam com as relações naturais e espontâneas entre os produtores e os consumidores. Esse *terceiro andar* da economia choca-se com os demais, justamente por esse poder dos mercadores de intervir nas relações econômicas naturais e espontâneas dos indivíduos. Ao estabelecerem monopólios, os mercadores eliminam qualquer espontaneidade da economia, e passam a controlar as relações econômicas entre produtores e consumidores.

Esse tipo de interferência do mercador no sistema produtivo é apontado por Braudel como o *Verlagssystem* ou o *sistema por avanços*. Ou seja, os mercadores quebram a rotina do sistema produtivo artesanal, pois criam a intermediação entre os produtores artesãos e os consumidores. Ao fazerem grandes encomendas, fornecerem matérias-primas e adiantarem o

pagamento aos artesãos, os mercadores estabelecem artificialmente um novo sentido à produção.

Em *Civilização Material*, Braudel investigou mais profundamente o fenômeno da *Verlagssystem*, a ponto de descrevê-lo em detalhes até o advento da Revolução Industrial. Ao iniciar sua análise, ao contrário *d'O Mediterrâneo*, deixa clara sua concepção acerca da *indústria* existente antes do século XIX, isto é, essa seria uma *pré-indústria*.[71] Para analisá-la, Braudel utilizou um modelo criado por Hubert Bourgin[72]. Para isso, descreveu as quatro categorias criadas por Bourgin.

Na *primeira categoria* enquadra-se grande parte dos ofícios familiares urbanos e rurais, as pequenas oficinas artesanais com mão-de-obra restrita. Essas atividades mantinham um estreito vínculo entre produtor e a mercadoria a ser produzida; em outras palavras, esse produtor tinha o controle daquilo que era fabricado, determinava quando e quanto iria produzir. A influência do mercador nessa forma de produção era, praticamente, inexistente:

> [...] dispostas em "nebulosas", as inúmeras, as minúsculas oficinas familiares, isto é, um mestre, dois ou três companheiros, um ou dois aprendizes, ou uma família sozinha. É o caso do pregueiro, do cuteleiro, do ferreiro da aldeia, tal como ainda há pouco tempo conhecíamos, e tal como hoje é na África Negra ou na Índia, trabalhando ao ar livre com os ajudantes. Entram nesta categoria a oficina do tamanqueiro ou do sapateiro, bem como a oficina do ourives, com seus instrumentos meticulosos e seus materiais raros, ou a entulhada oficina do serralheiro, ou o quarto onde trabalha a rendeira, quando não o faz à porta da casa. Ou então, no Delfinado do século XVIII, nas cidades e fora das cidades, a "horda de pequenos estabelecimentos de caráter restrito, familiar ou artesanal": após a ceifa ou a vindima, todos põem mãos à obra..., numa família fia-se, noutra tece-se. Em cada uma dessas unidades elementares, "mononucleares", "as tarefas são indiferenciadas e contínuas", a ponto de muitas vezes a divisão do trabalho ser-lhes inatingível. Familiares, quase escapam ao mercado, às normas habituais do lucro.[73]

Às categorias acima, Braudel adicionou os padeiros, o moleiro, os queijeiros, os destiladores de aguardente e os açougueiros.[74] Todos os ofícios contemplados por essa

---

[71] "*Indústria*, a palavra não chega a libertar-se completamente do seu sentido antigo: trabalho, atividade, habilidade – para adquirir, no século XVIII, e nem sempre, quase o sentido específico com que a conhecemos, num campo em que as palavras *arte*, *manufatura*, *fábrica* lhe fazem concorrência durante muito tempo. Triunfante no século XIX, a palavra tende a designar a grande indústria. Portanto, aqui falaremos muitas vezes de *pré-indústria* (embora a palavra não nos agrade muito). O que não nos impedirá de, no meandro da frase, escrever *indústria* sem muitos remorsos e falar de *atividades industriais* em vez de *pré-industriais*. É impossível qualquer confusão, uma vez que nos situamos antes das máquinas a vapor, antes de Newcomen, Watt ou Cugnot ou Fulton, antes do século XIX a partir do qual 'a grande indústria nos cercou por todos os lados'". BRAUDEL, Fernand. **Civilização material:** economia e capitalismo (séculos XV-XVIII). São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 259, v. 2.

[72] BOURGIN, Hubert. **L'industrie et le marché**, 1924, p. 31. Apud. BRAUDEL, op. cit. p. 259.

[73] BRAUDEL, op. cit. p. 259.

[74] Ibid.

categoria de *pré-indústria* teriam como característica principal, conforme já apontado, uma importância numérica majoritária e uma certa resistência às novidades capitalistas.[75]

A *segunda categoria* de *pré-indústria* diz respeito às oficinas dispersas em uma região, porém ligadas entre si pelos mercadores. Nesse caso, já existe o *Verlagssystem*, por meio do qual os mercadores foram os responsáveis por ligar as fases de produção:

> Em se tratando da fabricação de tecidos de lã no Mans, no século XVIII, ou, alguns séculos antes, por volta de 1350, no tempo de Villani, da Arte della lana florentina (60 mil pessoas num raio de uns cinqüenta quilômetros ao redor de Florença e dentre da cidade), encontramos pontos distribuídos por grandes extensões, mas ligados entre si. O coordenador, o intermediário, o mestre-de-obras, é o mercador empresário que adianta a matéria-prima, leva-a da fiação à tecelagem, ao pisoamento, à tinturaria, à tosadura dos panos, e cuida do acabamento dos produtos, paga os salários e arrecada, no fim, os lucros do comércio local ou da longa distância.[76]

Ao contrário dos artesãos que produziam sem intermediários entre seus produtos e os consumidores, os produtores, nessa *segunda categoria*, necessitavam do mercador para lhes fornecer matérias-primas ou produtos já transformados para trabalhar. Contudo, a influência do mercador continuava a ser externa, ele não era ainda o proprietário da oficina.

Na *terceira categoria*, descrita por Braudel, ou a *fábrica aglomerada*, ocorre uma transformação na importância do artesão no processo produtivo, pois ele perde a sua autonomia para o proprietário da *fábrica* ou *manufatura*. As atividades qualificadas peculiares ao artesão são fragmentadas com a divisão do trabalho e o assalariamento direto daqueles responsáveis pela produção. Esta, juntamente à mão-de-obra, é concentrada num mesmo espaço físico e fica sob a supervisão do proprietário, seja uma pessoa privada ou os funcionários do Estado, conforme observamos:

> [...] "fábrica aglomerada", constituída tardiamente, em datas diferentes conforme os ramos de atividade e as regiões. As forjas a água do século XIV já são fábricas aglomeradas: diversas operações encontram-se reunidas num mesmo local. Também as cervejarias, os curtumes, as vidrarias. Enquadram-se melhor ainda na categoria as manufaturas, sejam elas do Estado ou privadas, manufaturas de toda espécie – mas em sua maioria têxteis – que se multiplicam por toda a Europa, sobretudo na segunda metade do século XVIII. Sua característica é a concentração da mão-de-obra em construções maiores ou menores, o que permite a vigilância do trabalho,

[75] "A característica essencial dessa pré-industria artesanal é sua importância majoritária, a maneira pela qual, igual a si própria, resiste às novidades capitalistas (enquanto estas, às vezes, cercam um ofício perfeitamente especializado que, um belo dia, cai como fruta madura nas mãos de empresários com grandes recursos). Seria necessária toda uma investigação para elaborar a longa lista dos ofícios e artesanatos tradicionais que se manterão ativos muitas vezes até o século XIX, ou mesmo o século XX. Ainda em 1838, nos campos genoveses, existia o velho *telaio da velluto*, o tear para veludo. Na França, a indústria artesanal tanto tempo prioritária só se tornará secundária em relação à indústria moderna por volta de 1860." BRAUDEL, op. cit. p. 261.

[76] Ibid.

> uma divisão avançada das tarefas, em suma um aumento da produtividade e uma melhoria da qualidade dos produtos.[77]

Os funcionários do Estado atuam como empresários industriais e suas fábricas utilizavam-se de grandes mecanismos e forças motrizes alternativas. Essas grandes fábricas se enquadravam na *quarta categoria* descrita por Braudel. Nessas *indústrias*, não tão distantes tecnicamente das indústrias do século XIX, o conhecimento especializado era muito importante, porém o avanço técnico em nada se assemelhava à antiga oficina artesã com o mestre e seus aprendizes e algumas ferramentas:

> A fábrica mecanizada, diremos para maior clareza, afasta-nos da cronologia desta obra e nos introduz nas realidades do século XIX, pelos caminhos da Revolução Industrial. Contudo, eu consideraria a mina moderna típica do século XVI, tal como a vemos na Europa central por meio dos desenhos do De re metallica de Agricola (1555), um exemplo, e bem importante, da fábrica mecanizada, ainda que o vapor só devesse ser-lhe introduzido dois séculos mais tarde e com a parcimônia e a lentidão que conhecemos. Do mesmo modo, na região cantábrica, "no princípio do século XVI, o uso da água como força motriz havia determinado uma verdadeira revolução industrial". Outros exemplos: os estaleiros navais de Saardam, perto de Amsterdam, no século XVII, com suas serras mecânicas, suas gruas, suas máquinas de erguer os mastros; e tantas pequenas "usinas" que utilizavam rodas hidráulicas, moinhos de papel, moinho de pisão, serrarias; ou as pequenas fábricas de espadas em Vienne, no Delfinado, onde as mós e os foles são mecânicos.[78]

Segundo Braudel, o modelo criado por Bourgin se orientava pelo desenvolvimento da técnica, contudo, isso não significou a existência de períodos delimitados para o fim de uma *categoria* e o início de uma próxima. Outra crítica feita a esse modelo foi o fato de Bourgin não ressaltar que esse desenvolvimento técnico ocorreu num mundo onde as fronteiras entre o rural e o urbano não estavam delimitadas. Cita vários exemplos em que a *indústria* e a lavoura eram intercambiantes e as estações do ano determinavam se a realização do trabalho seria no campo ou na produção industriosa:

> Esse artesanato é bem conhecido. Em toda a Europa, nas vilas, nas aldeias, nos sítios, chegado o inverno, uma imensa atividade "industrial" substitui a atividade agrícola. Até em lugarejos muito afastados: em 1723, aldeias de Saintonge apresentaram no mercado produtos não conformes com as normas dos ofícios. Dever-se-á castigar? Os inspetores das manufaturas pensam que seria melhor ir ao local e explicar "os regulamentos relativos às manufaturas" a pessoas que certamente os ignoram, em seus rincões perdidos. Ao redor de Osnabrück, em 1780, a indústria do linho consiste no camponês, na mulher, nos filhos, nos empregados. Pouco importa o rendimento desse trabalho complementar! É inverno: "O criado tem de ser sustentado, quer trabalhe, quer não." Então é melhor que trabalhe! O ritmo das estações, o "calendário", como diz Giuseppe Palomba, regula todas as atividades. No século XVI, até os mineiros das minas de carvão de Liège

[77] BRAUDEL, op. cit. p. 261.
[78] Ibid. p. 261-262.

> abandonam o fundo das galerias todos os anos no mês de agosto para irem às ceifas. Seja qual for o ofício, a regra quase não tem exceções. Uma carta comercial datada de Florença, de 1º. de junho de 1601, diz, por exemplo: "A venda das lãs arrefeceu, se bem que não seja de admirar: trabalha-se pouco porque faltam operários, foram todos para o campo." Em Lodève, tal como em Beauvais ou em Antuérpia, em qualquer cidade industriosa, chegado o verão, os trabalhos do campo ditam as regras. Com o retorno do inverno, o trabalho artesanal volta a ser rei, mesmo à luz de velas, apesar do temor dos incêndios.[79]

O camponês era, em grande parte, o responsável pela produção industriosa antes do aparecimento da *fábrica aglomerada* e *grande fábrica* (ao longo do século XVIII). A oficina artesanal, retratada por Braudel, estava localizada, em grande parte, no meio rural, num ambiente rudimentar, semelhante à vida do camponês. Foi essa rusticidade, beirando a pobreza, que impelia ou obrigava os camponeses à produção industriosa:

> Assim, é a pobreza que muitas vezes conduz a pré-indústria pela mão. Colbert, diz-se, pôs para trabalhar uma França que se imagina rebelde, indisciplinada, quando a conjuntura desencorajadora, o peso fiscal teriam bastado para lançar o reino na atividade industrial. Embora ela seja em geral modesta, não é "como que uma segunda providência", uma saída? Savary des Bruslons (1760), comumente sentencioso, afirma: "Sempre vimos os prodígios da indústria [repare-se na palavra usada sem hesitações] despontar do ventre da necessidade." A última palavra é importante. Na Rússia, as terras ruins cabem ao campesinato "negro" – os camponeses livres que chegam a importar trigo para sobreviver. Ora, foi entre eles que se desenvolveu principalmente a indústria artesanal. Da mesma forma, os montanheses das cercanias do lago Constança, no Jura suábio ou nas montanhas da Silésia, trabalham o linho desde o século XV para suprir a pobreza das suas terras. E, nos Highlands, os camponeses ingleses, que não viveriam de suas parcas culturas, safam-se tornando-se, uns, mineiros, outros, tecelões. Os mercados dos burgos para onde os aldeões do Norte e do Oeste da Inglaterra levam suas peças de tecido tecidas em casa, ainda besuntadas de óleo e de suarda, fornecem boa parte da produção reunida pelos mercadores londrinos que se encarregam de prepará-las antes de as vender no mercado de tecidos.[80]

Semelhante à análise feita n'*O Mediterrâneo*, os responsáveis por transformar toda essa paisagem produtiva e inserir essa produção num contexto capitalista foram os mercadores[81]. Braudel, mais uma vez, descreve o surgimento do *Verlagssystem*[82] como uma relação entre mercadores e produtores difundida por toda a Europa. As particularidades desse

---

[79] BRAUDEL, op. cit. p. 265-266.
[80] Ibid. p. 267-268.
[81] "Reinserimos as atividades industriais nos seus diversos contextos. Resta determinar o lugar ocupado pelo capitalismo, o que não é simples. O capitalismo é, antes de tudo, o dos mercadores urbanos. Mas esses mercadores, negociantes ou empresários, foram, de início, introduzidos na ordem *corporativa* criada pelas cidades a fim de organizar no seu seio toda a vida artesanal. Mercadores e artesãos foram apanhados nas malhas de uma mesma rede que nunca se libertaram por completo. Daí as ambigüidades e os conflitos." Ibid. p. 273.
[82] "Foi por toda a Europa que se instalou o *Verlagssystem* ou *Verlagswesen*, expressões equivalentes que a historiografia alemã criou e impôs, sem querer, a todos os historiadores. Em inglês, diz-se o *putting out system*, em francês o *travail à domicile* ou à *façon*. A melhor equivalência seria sem dúvida a proposta recentemente por Michael Keul: *travail em commandite*, mas a palavra *comandita* disigna também uma forma de sociedade comercial. Prestar-se-ia a confusões." Ibid. p. 276.

sistema já foram apontadas anteriormente e as conseqüências dizem respeito a um processo, lento, de assalariamento do artesão pelo mercador.[83]

Braudel cita vários exemplos do processo de disseminação do *Verlagssystem*.[84] Ao longo desse processo, surgiram organizações capitalistas mais estruturadas (manufaturas e fábricas) que conviveram entre si por determinado tempo. A diferenciação entre uma e outra, além das técnicas empregadas, ocorria pelo número de funcionários que empregavam:

> Isto posto, permaneçamos fiéis, para a comodidade da exposição, à habitual distinção entre manufatura e fábrica. Em ambos os casos, sendo minha intenção apreender o progresso da concentração, não levarei em conta as pequenas unidades. Pois a palavra manufatura aplica-se às vezes a empresas liliputianas. Eis, em Sainte-Menehould, uma "manufatura de sarjas" que, por volta de 1690, agrupa cinco pessoas; em Joinville, uma "manufatura de droguete de 12 operários". No principado de Ansbach e de Bayreuth, no século XVIII, segundo o estudo de O. Reuter que tem valor de uma sondagem, uma primeira categoria de manufaturas não tem mais que 12 a 24 operários. Em 1760, em Marselha, 38 fábricas de sabão contam ao todo com cerca de mil empregados. Embora, ao pé da letra, tais estabelecimentos correspondam à definição de "manufatura", pelo Dictionnaire de Savary de Bruslons (1761): "local onde se reúnem vários operários e artesãos para trabalhar num mesmo tipo de labor", há o risco de eles nos reduzirem à dimensão da vida artesanal.[85]

Braudel forneceu vários exemplos de manufaturas responsáveis por empregar milhares de operários. O principal ramo de produção, como era esperado, foi o têxtil; semelhante à existente em Orléans, em 1789, com 800 operários e mais 1600 dispersos pela redondeza; ou a manufatura de lã de uma certa Maria Teresa em Linz, com 26.000 operários em 1775 divididos entre operários fixos e dispersos.[86] Porém, paralelamente à existência dessas grandes empresas, a substituição das oficinas familiares artesanais foi muito lenta e, por muito tempo, a produção artesanal voltada para os mercadores (*Verlagssystem* ou o termo *putting out system*, adotado por Braudel) continuou difundida pelo meio rural europeu.[87] Todavia, o

---

[83] "Nesse sistema de trabalho por peça, o mestre dos corpos e ofícios torna-se muitas vezes, por sua vez, um assalariado. Depende do mercador que lhe fornece a matéria-prima, em geral importada de longe, que depois assegurará a venda, para exportação, dos fustões, dos tecidos de lã ou de seda. Assim, todos os setores da vida artesanal podem ser atingidos e o sistema corporativo então se destrói, embora mantendo as mesmas aparências. O mercador, ao impor seus serviços, subordina a si as atividades de sua escolha, tanto para o trabalho do ferro como para o dos têxteis ou da construção naval." BRAUDEL, op. cit. p. 277.
[84] Ibid. p. 277-287.
[85] Ibid. p. 288.
[86] Ibid. p. 288.
[87] "As rupturas que o novo sistema implica, com efeito, demorarão a se realizar. Mesmo na indústria revolucionária do algodão, a oficina familiar resistiu durante muito tempo, na medida em que a tecelagem manual pôde coexistir por um bom meio século com a fiação mecânica. Ainda em 1817, um observador descreve-a idêntica ao que era outrora, 'apenas com a diferença da lançadeira volante, inventada e introduzida por John Kay em 1750'". BRAUDEL, Fernand. **Civilização material:** economia e capitalismo (séculos XV-XVIII). São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 551, v. 3.

processo de instalação de manufaturas e fábricas (gênese da indústria do século XIX), culminou com o processo de assalariamento do artesão pelo mercador.

> O aperfeiçoamento do *power loom*, do tear mecânico a vapor, só será efetivo depois dos anos 1820. A prolongada defasagem entre a fiação rápida das fábricas modernas e a tecelagem tradicional perturbou evidentemente a antiga divisão do trabalho. Ao passo que outrora as rocas tinham dificuldade em acompanhar as necessidades do tecelão, com a crescente produção mecânica de fios a situação se inverte. A tecelagem manual é obrigada a aumentar desmedidamente seus efetivos, num regime de trabalho violento, mas com salários elevados. Os trabalhadores rurais abandonam então suas atividades camponesas. Entram para as fileiras dos trabalhadores em tempo integral que engrossam a olhos vistos com a chegada de grandes contingentes de mulheres e crianças. Em 1813-1814, de 213.000 tecelões, contavam-se 130.000, mais de metade, abaixo dos catorze anos.[88]

Nessas transformações apontadas por Braudel, percebemos o nascimento da classe operária industrial européia, ou seja, o assalariamento constante do artesão levou à perda de uma relativa autonomia, especialmente, por não trabalhar mais em suas próprias terras, com sua família ou com seus auxiliares. O *Verlagssystem* foi o início de um processo, no qual o artesão tem sua autonomia no processo produtivo diminuída, contudo ainda possuía alguma margem de liberdade. Porém, com o surgimento de manufaturas e fábricas, os artesãos assumiram outra identidade no processo produtivo, a de simples operários:

> Ao mesmo tempo, a nova divisão do trabalho, que urbaniza a sociedade operária, esquarteja a sociedade dos pobres, todos à procura de uma ocupação que lhes escapa por entre os dedos; leva-os a lugares inesperados, longe dos campos que lhes são familiares, e acaba deteriorando sua vida. Morar na cidade, ficar privado da presença tradicional do quintal, do leite, dos ovos, do galinheiro, trabalhar em locais enormes, sofrer a vigilância raramente amável dos contramestres, obedecer, deixar de ter liberdade de movimentos, aceitar horários fixos de trabalho, tudo de repente, são duras provações. É mudar de vida e de horizonte, a ponto de se tornar estranho á sua própria existência. [...].[89]

Na análise de Braudel, fica clara a origem social do operariado, ou seja, ele descende dos artesãos-camponeses que perdem sua função no sistema produtivo. Porém, concomitantemente ao aparecimento dessa nova classe, ocorre o surgimento do empresariado industrial.[90] A genealogia do industrial é um tanto mais complexa, Braudel situa o

---

[88] BRAUDEL, op. cit. p. 551.
[89] Ibid. p. 553.
[90] "Mas, no fim do século XVIII e no século XIX, emerge o 'industrial', personagem novo, ativo e que em breve, mesmo antes da constituição do segundo governo de Robert Peel (1841), surgirá na cena política, na própria Câmara dos Comuns. Para conquistar sua independência, esse personagem rompeu um a um todos os vínculos entre a pré-indústria e o capitalismo mercantil. O que surge com ele e se afirma e se amplia de ano para ano é um capitalismo novo, com todas as suas forças consagradas, em primeira instância à produção industrial [...]" Ibid. p. 553-554.

aparecimento dessa classe nas rupturas que esses industriais tentam estabelecer em relação ao poder dos mercadores:

> Acima de tudo, esses novos "empresários" são "organizadores, raramente pioneiros das grandes inovações ou eles próprios inventores", observa P. Mathias. Os talentos a que aspiram, as tarefas de que se encarregam consistem em dominar o essencial das novas técnicas, controlar contramestres e operários, enfim, conhecer a fundo os mercados para poderem eles próprios orientar a produção, com as manobras que isso comporta. Tendem a se desvencilhar do intermédio, que é o mercador, e passar eles próprios a controlar a compra e colocação de matéria-prima, sua qualidade, sua regularidade. Desejosos de vender muito, querem estar à altura, de conhecer por si próprios os movimentos do mercado e de se adaptar a eles [...].[91]

Braudel não fornece mais nenhuma informação que nos possibilite traçar com mais segurança a origem social dos industriais. Contudo, o *Verlagssystem* nos fornece indícios de terem sido, potencialmente, mercadores, a classe preponderante na origem dos industriais, e, hipoteticamente, a presença também de artesãos. Nesse caso, o processo seria semelhante ao descrito por outros autores analisados neste capítulo. Historicamente, segundo a análise de Braudel, o surgimento dos industriais ocorreu, principalmente, de uma metamorfose ocorrida na classe dos mercadores e, uma vez constituída, essa nova classe assumiu valores e interesses distintos dos mercadores.

1.6 E. P. Thompson

O estudo do historiador inglês E. P. Thompson[92] sobre a formação da classe operária inglesa é um clássico da literatura operária e obra obrigatória na estante de todos os simpatizantes da história do movimento operário. A forma com que Thompson concebeu a constituição dessa classe e, especialmente, a formação de sua consciência de classe,[93] inspirou historiadores em outros países, inclusive no Brasil, a buscar símbolos e valores identificadores da formação da classe operária, assim como de sua consciência – principalmente nas formas de resistirem às opressões da sociedade industrial.

---

[91] BRAUDEL, op. cit. p. 554.
[92] THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2. v.
[93] "[...] uma vez tomadas todas as precauções necessárias, o fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da 'classe operária'. Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesse entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial. Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária." Ibid. p. 17.

Thompson não direcionou sua atenção à formação do empresariado industrial, porém, esse processo aparece implícito em seu texto. Afinal, sem a opressão dos industriais, não existiria a mobilização dos operários até a formação de uma classe distinta em relação às outras na sociedade britânica, principalmente, antagônica aos industriais. A classe operária inglesa e sua consciência era tão nova quanto a classe industrial; por isso, o período entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX foi determinante para a formação dessas duas classes na Inglaterra.

Semelhantemente a outras análises já expostas neste capítulo, Thompson insere o surgimento da classe industrial em meio às transformações sofridas no processo de produção que antecedeu a grande indústria. No tocante à indústria têxtil, a classe dos mestres teve um papel importante para a formação do empresariado industrial. Thompson cita longamente uma carta de um "Oficial Fiandeiro de Algodão", escrita em 1818, antes do início de uma greve, na qual notamos a importância dos mestres fiandeiros no processo de industrialização:

> Primeiro, então, sobre os patrões: com poucas exceções, são um grupo de homens que emergiram da oficina algodoeira, sem educação ou maneiras, exceto as que adquiriram nas suas relações com o pequeno mundo dos mercadores na Bolsa de Manchester. Para contrabalançar essas deficiências, procuram impressionar nas aparências, através da ostentação, exibida em mansões elegantes, carruagens, criados de libré, parques, caçadores, matilhas, etc., que eles mantêm para exibir ao mercador estrangeiro, de maneira pomposa. Suas casas são, na verdade, vistosos palácios, superando em muito a magnitude e a extensão dos charmosos e asseados retiros que podem ser vistos nos arredores de Londres... mas um observador atento das belezas da natureza e da arte notará um péssimo gosto. Mantêm suas famílias nas escolas mais caras, determinados a oferecerem a seus descendentes uma dupla porção daquilo que tanto lhes falta. Assim, apesar da escassez de idéias, são literalmente pequenos monarcas, absolutos e despóticos nos seus distritos particulares. Para manter tudo isso, ocupam seu tempo tramando formas de conseguir a maior quantidade de trabalho com a menor despesa... Em resumo, eu me arriscaria a dizer, sem receio de contradição, que há uma distância maior entre o mestre e o fiandeiro do que entre o mercador mais importante de Londres e seu mais humilde criado ou artesão. Na verdade, não há comparação. Afirmo com segurança que a maioria dos mestres fiandeiros desejam ansiosamente manter baixos os salários para que os fiandeiros permaneçam indigentes e estúpidos... com o propósito de colocar os excedentes em seus próprios bolsos. [...].[94]

Conforme constatamos, antes da introdução das máquinas no sistema produtivo, os mestres algodoeiros tinham mais poder, pois grande parte da produção podia ser feita em

[94] *Black* Dwarf, 30 de setembro de 1818. Apud. THOMPSON, op. cit. p. 23-24.

casa, com utensílios e ferramentas domésticas.[95] A situação mudou quando houve a introdução de máquinas no sistema produtivo e se impôs a mobilização de um montante de recursos consideráveis, isso inviabilizou a permanência de pequenos mestres no mercado algodoeiro. Aqueles que restaram tiveram recursos suficientes para a instalação de indústrias:

> Se antes um homem discordava de seu mestre, ele o deixava e podia empregar-se em outro lugar. Contudo, a fisionomia das coisas mudou em poucos anos. Surgiram as máquinas a vapor, exigindo um grande capital para sua aquisição e para a construção de edifícios suficientemente grandes para abrigá-las, juntamente com seiscentos ou setecentos trabalhadores. A energia do vapor produziu um artigo mais comercial (embora não melhor) que o pequeno mestre, pelo mesmo preço. A conseqüência foi sua rápida ruína, ao passo que os maiores capitalistas triunfaram com sua queda, pois representavam o único obstáculo para o completo controle sobre os trabalhadores. [...].[96]

Na análise feita por Thompson da carta do Oficial Fiandeiro, evidenciamos a importância que o mestre-artesão teve no processo de formação do empresariado industrial inglês:

> A leitura desses fatos, na sua notável irrefutabilidade, é uma colocação *ex parte*, tanto quanto a "economia política" de Lorde Brougham. Mas o "Oficial Fiandeiro de Algodão" descreveu os fatos numa ordem diferente. Não precisamos nos preocupar com a coerência de todos os seus julgamentos. Sua declaração relaciona, uma após a outra, as injustiças sofridas pelos trabalhadores com as mudanças ocorridas no caráter da exploração capitalista: a ascensão de uma classe de mestres, sem qualquer autoridade ou obrigações tradicionais; a distância crescente entre os mestres e os outros homens; a transparência da exploração na mesma fonte da sua nova riqueza e poder; a perda do status e, acima de tudo, da independência do trabalhador, reduzido à total dependência dos instrumentos de produção do mestre; a parcialidade da lei; a ruptura da economia familiar tradicional; a disciplina, a monotonia, as horas e as condições de trabalho; a perda do tempo livre e do lazer; a redução do homem ao status de "instrumento".[97]

Entre os mestres (empregadores, embrião do industrial moderno) e as categorias de artesãos mais pobres, existia uma degradação de ofícios e de qualificações. Dentre outras,

---

[95] "Quando a fiação de algodão estava na sua infância, antes da implantação daquelas terríveis máquinas que substituíram o trabalho humano, chamadas máquinas a vapor, havia muitos dos então chamados 'pequenos mestres' (*little máster*) – homens que, com um pequeno capital, podiam adquirir algumas máquinas e contratar alguns empregados, entre vinte ou trinta homens e rapazes, cuja produção era levada ao mercado central de Manchester e colocada em mãos de intermediários... Esses intermediários a vendiam aos mercadores, sistema que permitia ao mestre fiandeiro permanecer em casa, trabalhando e dando assistência a seus trabalhadores. O algodão era sempre fornecido em estado bruto, dos fardos para as mulheres dos fiandeiros em suas casas, para que elas o aquecessem e limpassem, deixando-o pronto para o trabalho dos fiandeiros na fábrica. Assim, podiam ganhar oito, dez ou doze xelins por semana, sem deixar de cozinhar e dar atenção a suas famílias [...]."THOMPSON, op. cit. p. 25-26.

[96] Ibid. p. 26.

[97] Ibid. p. 27.

Thompson abordou a existência de uma aristocracia artesã[98] (que resistiu o quanto pode à introdução da máquina no sistema produtivo mas, todavia, não se transformou, necessariamente, em donos de indústrias). Os mestres de sótãos, por exemplo, viviam pobremente de uma produção rústica e debilitada pela concorrência com os produtos industrializados.[99] Os trabalhadores não-qualificados representariam a classificação mais baixa entre todos os membros das classes artesãs.[100]

Na análise de Thompson, os mercadores também tiveram participação na transformação do sistema produtivo, especialmente, por contratar os serviços dos *pequenos fabricantes* de tecidos. Isso acarretou uma redução da autonomia dos pequenos mestres, ou seja, aqueles que não adentraram as fileiras dos grandes contratadores de artesãos (industriais), não tiveram muitas opções, além de produzirem para os próprios industriais ou para os mercadores, permanecendo numa situação de extrema vulnerabilidade:

> O pequeno fabricante de tecidos tornava-se cada vez mais dependente dos mercadores, dos agentes comerciais ou das fábricas. Se tivesse êxito, poderia tornar-se um pequeno capitalista, empregando quinze ou vinte tecelões que, em sua maioria, trabalhava em suas próprias casas. Se fracassasse, perderia sua independência, passando a depender do pagamento por trabalho contratado, produzindo tecidos de acordo com as especificações de um intermediário. Em períodos de depressão econômica, havia o risco de endividamento com o comerciante. Percebe-se claramente que ele estava em vias de se converter num simples tecelão artesanal.[101]

O processo de industrialização foi marcado pela perda significativa de importância dos artesãos no processo produtivo. Tal decadência chegou ao seu ápice na década de 1830, quando aqueles que tiveram a oportunidade de ascender à nova condição de industrial já

---

[98] "Nesse ponto, é importante chamar a atenção para o uso prematuro do termo 'aristocracia', em referência ao artesão qualificado. Supõe-se, algumas vezes, que o fenômeno da 'aristocracia operária' coincidiu com o sindicalismo de trabalhadores qualificados, nas décadas de 1850 e 1860, ou até mesmo que foi uma conseqüência do imperialismo. Mas, na realidade, já se observava uma nova elite de trabalhadores ao lado da antiga, entre os anos de 1800 e 1850. A antiga elite era composta por mestres-artesãos, que se consideravam tão 'bons' quanto os mestres, os encarregados de oficina ou os profissionais qualificados. [...]" THOMPSON, op. cit. p. 75.

[99] "A ordem das coisas... foi completamente invertida hoje, o último recurso do oficial miserável é estabelecer-se como mestre; seu patrão não lhe pode dar qualquer trabalho em que haja lucro e, portanto, é obrigado a despedi-lo. O pobre infeliz vende, então, a sua cama, compra uma bigorna, consegue um pouco de ferro e, depois de produzir alguns artigos, vende-os pelas ruas... pelo preço que conseguir. [...] Antes, ele podia receber 10 xelins por semana, trabalhando como empregado; hoje, ele se considera afortunado quando consegue 7 xelins como mestre manufatureiro." *New Monthly Magazine*, 1º. de julho de 1819. Apud. Ibid. p. 104.

[100] "Na realidade, conhece-se pouco sobre os trabalhadores não-qualificados das primeiras décadas do século 19, porque eles não tinham sindicatos e raros eram os líderes que articulavam suas queixas, assim como os comitês parlamentares que procederam a investigações sobre sua situação, à exceção dos problemas sanitários ou de habitação. O artesão pouco graduado raramente tinha condições físicas ou aptidão para incumbir-se de trabalhos semiqualificados ou não-qualificados. Esses grupos profissionais reabasteciam-se por si próprios ou, então, eram engrossados pelos migrantes rurais e pelos irlandeses [...]."Ibid. p. 109-110.

[101] Ibid. p. 122.

tinham o feito e a classe operária britânica (sua resistência e consciência) já estava formada.[102] Por isso, não restavam muitas opções para os artesãos, além de resistirem às transformações (essa resistência permeia grande parte das páginas do livro de Thompsons) ou sucumbirem frente ao terrível destino que lhes reservava: a modernização da produção.[103] Com isso, fatalmente, a pobreza e a indigência abarcou grande parte dos artesãos:

> Todo este "manejo e canalização" teve pelo menos dois efeitos: a transformação dos tecelões na "força física" permanente dos cartistas e a redução do número de tecelões em 100.000, apenas no setor de algodão, entre 1830 e 1840. Não há dúvida de que a eficácia do projeto de Fielden teria sido apenas parcial, podendo gerar apenas um pequeno alívio face à crescente competição com o tear mecânico na década de 1830. Também é possível que esta lei pressionasse o número excedente de semi-empregados a buscar outra atividade. Temos, contudo, de ser cuidadosos com as palavras: um "pequeno alívio" na década de 1830 poderia significar a diferença entre a vida e a morte. "Acho que já estamos muito", disse Oastler ao Comitê Especial em 1834. "Creio que a protelação em torno desta questão já mandou centenas de operários ingleses para a sepultura." Dos 100.000 tecelões que Lancashire perdeu nesta década, é possível que apenas uma minoria encontrou outras ocupações: entre os restantes, uma parte morreu após o tempo normal de vida, enquanto a outra definhou prematuramente (alguns teriam sido sustentados pelos filhos que entraram nas fábricas). [...].[104]

Conforme já expusemos, a obra não foi escrita para denotar a formação do empresariado industrial, mas para evidenciar as transformações responsáveis pela destituição do *status* dos artesãos, possuído num período *pré-industrial* e sua resistência diante dessa situação. Ao fazer isso, o autor nos forneceu informações quanto à participação dessa classe no processo de formação do empresariado industrial inglês. E como tentamos comprovar, segundo a análise de Thompson, foi estreita a relação de um grupo específico de artesãos

---

[102] Thompson apontou também a possibilidade dos artesãos qualificados se transformarem em operários industriais qualificados: "Em geral, nas atividades em que eram necessários um grande capital, maquinaria e alta capacitação profissional, o artesão perdeu parte de sua independência mas, após rápidos estágios, se tornou um proletário qualificado e até mesmo privilegiado: o artífice industrial tornou-se mecânico ou metalúrgico e as habilidades do artífice naval distribuíram-se entre os ofícios ligados à construção de navios. Nas atividades em que fosse possível recorrer ao trabalho externo ou ao recrutamento de trabalhadores não-qualificados ou jovens, o artesão conservou parte de sua independência, mas somente à custa de uma crescente insegurança e de uma severa perda de status." THOMPSON, op. cit. p. 109.

[103] "Eles caíram a um nível tão baixo que já não havia mais qualquer classe de trabalhadores não-qualificados ou ocasionais abaixo deles, de maneira que todas as antigas barreiras econômicas ou sociais se tornavam supérfluas. Por esse motivo, seu protesto adquiriu uma particular ressonância moral, tanto na linguagem owenista quanto na bíblica: eles apelavam pelos direitos essenciais e por noções elementares de solidariedade e conduta humanas, ao invés de interesses setoriais. Exigiam o aprimoramento da comunidade como um todo, e as noções utópicas de reconstrução instantânea da sociedade – comunidades owenistas, greve geral universal, o Plano Cartista para a Terra – espalharam-se entre eles como fogo em palha. O sonho que se manifestou de diferentes formas era essencialmente o mesmo – uma comunidade de pequenos produtores independentes, sem a interferência perversa dos mestres e dos comerciantes. Em 1848, um tecelão de linho de Barnsley (um companheiro deportado com William Ashton) declarou na Convenção Nacional Cartista que, quando se impusesse a Carta, 'a terra seria dividida em pequenas fazendas, dando a todo homem uma oportunidade de ganhar a vida com o suor de seu rosto'." Ibid. p. 152.

[104] Ibid. p. 161.

ingleses (mestres empregadores de outros artesãos) no processo de formação dos industriais.[105]

Assim, nem tudo foi desgraça e perda de prestígio para os artesãos ingleses; sua heróica resistência às transformações industriais, apresentada nas páginas do estudo de Thompson, se não conseguiu interromper o desenvolvimento da industrialização, deixou a marca na história daqueles que, de certa forma, não conseguiram vencer a força da industrialização, mas resistiram o quanto puderam. Sob essa ótica, se contemplarmos o capitalismo industrial como vencedor desse embate contra os artesãos (remanescentes de um período anterior), parte destes saiu vencedora, mesmo que essa vitória significasse a ruína da sua própria categoria e o nascimento de uma nova: os industriais.

1.7 Eric J. Hobsbawm

As principais obras de Eric J. Hobsbawm abrangem um período histórico, em que os principais símbolos, valores e classes sociais do mundo capitalista contemporâneo erigiram-se. Hobsbawm dividiu esse período – desde o advento da Revolução Industrial e Revolução Francesa até o final do *socialismo real* – em várias *eras* (revoluções, capital, impérios e extremos). E, em cada uma, o autor analisa as dinâmicas e os conflitos, envolvendo nações, potenciais mundiais, economias e, sobretudo, as novas classes surgidas em meio a esse processo, principalmente os *burgueses* e os trabalhadores.

No início de sua análise, na *era das revoluções*[106], Hobsbawm deposita na *dupla revolução* o poder de romper com as forças que atravancavam o desenvolvimento econômico. A Revolução Industrial libertou o homem das imposições e obstáculos estabelecidos pela natureza, e a Revolução Francesa, por sua vez, tornou o homem livre das forças políticas retrógradas as quais não se coadunavam com as transformações econômicas.

Quanto ao surgimento dos industriais em meio a essa *dupla revolução* – antes que a indústria retirasse os "grilhões do poder produtivo das sociedades humanas"[107] –, Hobsbawm descreveu transformações econômicas bastante próximas à análise feita neste capítulo. A descrição feita pelo autor não difere de outros estudos quanto ao processo responsável por

[105] Thompson nos fornece outra classe social que esteve presente na origem social do empresariado industrial: os "cavalheiros". O que subentendemos como os representantes da nobreza inglesa: "No oeste do país, por volta do final do século 18, os tecelões já viviam na condição de trabalhadores externos, empregados pelos grandes cavalheiros fabricantes de tecidos que 'compram a lã, pagam pela fiação, tecelagem, tingimento, corte, confecção, etc.', empregando até 1.000 trabalhadores nesse processo. [...]." THOMPSON, op. cit. p. 120.
[106] HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
[107] Ibid. p. 44.

retirar a primazia de que o artesão dispunha no processo pré-industrial. Semelhantemente, tais transformações foram simples, localizadas, em sua maior parte, no meio rural e na relação estabelecida entre os camponeses-artesãos (ou trabalhadores sem muitos recursos) e os mercadores. Hobsbawm chamou esse tipo de relação, para a produção de mercadorias, de *sistema doméstico*[108], especialmente, por este envolver uma produção caseira e possuir certa universalidade nos países ocidentais.[109]

O *sistema doméstico*, muitas vezes, confundiu-se com o advento das primeiras manufaturas e indústrias, ao longo do século XVIII, ou seja, o artesão-camponês foi um participante importante desse processo. No entanto, após descrever as transformações advindas com a Revolução Industrial e tudo aquilo representado pela criação da indústria, ao longo do século XIX[110] e, ao traçar as primeiras características dos primeiros industriais, Hobsbawm não menciona a possibilidade de artesãos ou outros trabalhadores sem grandes recursos terem participado da composição social originária desses industriais. Quando aponta

[108] "[...] a maneira *óbvia* de se expandir a indústria no século XVIII, tanto na Saxônia e na Normandia como na Inglaterra, não era construir fábricas, mas sim o chamado sistema 'doméstico', no qual os trabalhadores – em alguns casos, antigos artesãos independentes, em outros, antigos camponeses com tempo de sobra nas estações estéreis do ano – trabalhavam a matéria-prima em suas próprias casas, com ferramentas próprias ou alugadas, recebendo-a e entregando de volta aos mercadores que estavam a caminho de se tornarem patrões. De fato, tanto na Grã-Bretanha como no resto do mundo economicamente progressista, o grosso da expansão no período inicial da industrialização continuou a ser deste tipo. Até mesmo na indústria algodoeira, processos do tipo tecelagem eram expandidos pela criação de multidões de teares manuais domésticos para servir aos núcleos de fiações mecanizados, sendo que o primitivo tear manual era um dispositivo mais eficiente que a roca. Em toda parte a tecelagem foi mecanizada uma geração após a fiação, e em toda parte, incidentalmente, os teares manuais foram morrendo vagarosamente, ocasionalmente se rebelando contra seu terrível destino, quando a indústria não mais necessitava deles." HOBSBAWM, op. cit. p. 53.

[109] "O 'sistema doméstico', que é um estágio universal do desenvolvimento manufatureiro da produção caseira para a indústria moderna, pode tomar inúmeras formas, algumas eventualmente muito próximas da fábrica. Se um escritor do século XVIII fala de 'manufaturas', é isto que invariavelmente ele quer dizer em todos os países ocidentais" Ibid. p. 53.

[110] "O que significa a frase 'a revolução industrial explodiu'? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a 'partida para o crescimento auto-sustentável'. Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e consequentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção. A 'partida' não foi logicamente um desses fenômenos que, como os terremotos e os cometas, assaltam o mundo não-técnico de surpresa. Sua pré-história na Europa pode ser traçada, dependendo do gosto do historiador e do seu particular interesse, até cerca do ano 1000 de nossa era, se não antes, e tentativas anteriores de alçar vôo, desajeitadas como as primeiras experiências dos patinhos, foram exaltadas com o nome de 'revolução industrial' – no século XIII, no XVI e nas últimas décadas do XVII. A partir da metade do século XVIII, o processo de acumulação de velocidade para a partida é tão nítido que historiadores mais velhos tenderam a datar a revolução industrial de 1760. Mas uma investigação cuidadosa levou a maioria dos estudiosos a localizar como decisiva a década de 1780 e não a de 1760, pois foi então que, até onde se pode distinguir, todos os índices estatísticos relevantes deram uma guinada repentina, brusca e quase vertical para a 'partida'. A economia, por assim dizer, voava" Ibid. p. 44.

as possibilidades de ascensão social para as famílias camponesas e trabalhadoras, cita a burocracia, o ensino e o sacerdócio como possíveis alavancas de ascensão.[111]

Se a possibilidade do artesão em se tornar um industrial não foi cogitada, quem então, nessa sociedade da *dupla revolução* poderia ter sido o pioneiro na formação dessa nova classe? É passível de pressuposição que os mercadores envolvidos no *sistema doméstico* tenham sido preponderantes na origem social da nova classe. Entretanto, Hobsbawm apontou uma relutância dos mais ricos mercadores de aplicar capitais nas primeiras indústrias. Os primeiros industriais, segundo essa abordagem, possuíam um perfil diferenciado, foram eles os *self-made-men*, ou homens que se fizeram sozinhos:

> A maior dificuldade era que os que controlavam a maior parte desse capital no século XVIII – proprietários de terra, mercadores, armadores, financistas etc. – relutavam em investi-lo nas novas indústrias, que portanto freqüentemente tinham que ser iniciadas com pequenas economias ou empréstimos e desenvolvidas pela lavra dos lucros. A escassez de capital local fez com que os primeiros industriais – especialmente os homens que se fizeram por si mesmos (self-made-men) – fossem mais duros, mais parcos e mais ávidos, e seus trabalhadores portanto proporcionalmente mais explorados; mas isto refletia o fluxo imperfeito do excedente de investimento nacional e não sua inadequação. Por outro lado, os ricos do século XVIII estavam preparados para investir seu dinheiro em certas empresas que beneficiavam a industrialização; mais notadamente nos transportes (canais, facilidades portuárias, estradas e mais tarde também nas ferrovias) e nas minas, das quais os proprietários de terras tiravam royalties mesmo quando eles próprios não as gerenciavam.[112]

Quando Hobsbawm aborda a condição das novas indústrias nascerem de pequenas economias ou empréstimos e serem desenvolvidas pela lavra dos lucros, indiretamente, insere pessoas com recursos modestos nessa categoria. Grandes mercadores, proprietários de terras, financistas, dentre outros, já estavam estabelecidos economicamente, isto é, tinham mais condições de buscar seus espaços na nova economia. Não precisavam, necessariamente, criar uma nova condição na sociedade para sobreviver economicamente, isto é, não necessitavam de ser *self-made-men,* se sua posição já era relativamente confortável.

Com isso, subentendemos, na análise de Hobsbawm, que os primeiros industriais foram indivíduos rústicos e não dispunham de uma situação econômica confortável. Contudo, uma vez conquistado seu espaço e poder na sociedade, ou uma vez *feitos sozinhos,* puderam estabelecer distinções claras entre os mercadores e os artesãos-camponeses que estiveram na origem da *produção doméstica*, ancestral da produção industrial.

---

[111] "Para inúmeras famílias camponesas e trabalhadoras, para o quais todos os demais caminhos de ascensão social estavam fechados, a burocracia, o ensino e o sacerdócio eram, ao menos teoricamente, himalaias que seus filhos podiam tentar alcançar." HOBSBAWM, op. cit. p. 215.
[112] Ibid. p. 68.

Subentendemos na investigação de Hobsbawm, sobre a questão social dos pobres, fruto do advento da indústria, a inserção daqueles artesãos-camponeses que perderam sua função juntamente à decadência da *produção doméstica*. Como a maioria desses artesãos não ascendeu à condição de manufatureiro ou industrial, eles ajudaram a abarrotar as cidades industriais de pobreza, epidemias e mortes.[113] Para esses novos personagens históricos, Hobsbawm traçou três possibilidades: "lutar para se tornarem burgueses, poderiam permitir que fossem oprimidos ou então poderiam se rebelar"[114].

De acordo com a primeira hipótese, depois de constituída uma classe de industriais, o caminho tornava-se mais árduo, pois a competição com industriais que *se fizeram* há mais tempo era, um tanto quanto difícil.[115] As outras duas opções eram mais aplicáveis ao caso dos pobres. Todavia, Hobsbawm aponta a possibilidade de ascenderem socialmente à condição social das classes médias:

> Logicamente, havia trabalhadores que davam o melhor de si para se unir às classes médias, ou ao menos para seguir os preceitos de poupança, de auto-ajuda e automelhoria. A literatura moral e didática da classe média radical, os movimentos de moderação e o esforço protestante estão cheios deste tipo de homem cujo Homero era Samuel Smiles. De fato, estas associações atraíam e talvez encorajavam o jovem ambicioso. O Seminário Royton de Moderação, fundado em 1843 (limitado a meninos – a maioria deles trabalhadores de algodão – que tinham feito voto de abstinência, se recusavam a participar de jogos a dinheiro e viviam com uma estrita moralidade), havia criado em 20 anos de existência cinco mestres tecedores de algodão, um sacerdote, dois gerentes de fábricas de algodão na Rússia "e muitos outros tinham alcançado posições de respeito, como gerentes, inspetores, mecânicos, mestre de escola diplomados, ou tinham-se tornado respeitáveis donos de lojas". Claramente, estes fenômenos eram menos comuns fora do mundo anglo-saxônico, onde o caminho para fora da classe trabalhadora (a não ser através da emigração) era muito mais estreito – nem mesmo na Grã-Bretanha se podia dizer que fosse amplo – e a influência, moral e intelectual da classe média radical sobre o trabalhador qualificado era melhor.[116]

---

[113] "A fase inicial da revolução industrial, como já vimos, não levou todos os trabalhadores para as fábricas mecanizadas. Pelo contrário, em torno dos poucos setores mecanizados da produção em grande escala, ela multiplicou o número de artesãos pré-industriais, de certos tipos de trabalhadores qualificados, e do exército de mão-de-obra doméstica, frequentemente melhorando suas condições, especialmente durante os longos anos de escassez de mão-de-obra no período das guerras. Nas décadas de 1820 e 1830, o avanço impessoal e poderoso da máquina e do mercado começou a deixá-los de lado. Na melhor das hipóteses, este fato fazia com que homens independentes se transformassem em dependentes, e que pessoas se transformassem em 'mãos'. Na pior das hipóteses, e a mais freqüente, criava multidões de desclassificados, empobrecidos e famintos tecelões manuais, tecelões mecânicos e etc., cuja miséria gelava o sangue do economista mais insensível. Não se tratava de uma ralé ignorante e desqualificada [...]".HOBSBAWM, op. cit. p. 228.

[114] Ibid. p. 221.

[115] "A primeira possibilidade, como já vimos, não só era tecnicamente difícil para quem carecia de um mínimo de bens ou de instrução, como era também profundamente desagradável. A introdução de um sistema individualista puramente utilitário de comportamento social, a selvagem anarquia da sociedade burguesa, teoricamente justificada por seu lema 'cada um por si e Deus por todos', parecia aos homens criados nas sociedades tradicionais pouco melhor do que a maldade desenfreada [...]" Ibid. p. 222.

[116] Ibid. p. 223.

A ascensão social apenas mudava o tipo e a remuneração das atividades a serem executadas pelos trabalhadores. Ou seja, era suficiente para refletir uma transformação na condição material desses indivíduos na sociedade, contudo, continuavam a ser trabalhadores.

O contínuo pauperismo das classes trabalhadoras forneceu numerosos objetos de estudos concernentes às mais variadas formas de opressão, pobreza e, especialmente, resistência dessa classe. Hobsbawm dedicou parte dos seus estudos a essas análises, especialmente, àquelas referentes às condições de existência das classes trabalhadoras e suas formas de resistência.

Na *era do capital*[117], ao analisar a formação do *mundo burguês* – já com um empresariado industrial, em grande parte, constituído –, Hobsbawm continua a sustentar as dificuldades de ascensão social de pessoas oriundas das camadas pobres ao mundo da burguesia.[118] Segundo ele, era mais fácil para um membro da *classe média*[119] experimentar tal ascensão, especialmente, pelos percalços serem mais fáceis de ser contornados.[120]

Conforme já discorremos, discussões como a de Marx, Dobb e Sweezy defenderam, cada uma a seu modo, que a perda de autonomia do artesão no sistema produtivo significou, por um lado, a criação de um grande contingente de trabalhadores desqualificados e, por outro, a participação de parte desses artesãos na composição social do empresariado industrial. A abordagem de Hobsbawm não nega essa possibilidade, mas também não afirma categoricamente a participação de artesãos na origem social dos industriais (*self-made-men*).

Hobsbawm, em outra análise, propiciou-nos pistas de onde encontraríamos os remanescentes dos antigos artesãos (os mais qualificados), ao longo do século XIX.[121] Na grande massa de trabalhadores, existia uma camada distinta. Tal distinção era decorrente do

---

[117] HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital** (1848-1875). 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

[118] "Em que medida eram recém-promovidos a partir das classes mais baixas? Não em grande número, embora em teoria nada impedisse sua ascensão social. Dos chefes de oficina ingleses em 1865, 89% vinham de famílias de classe média, 7% da classe média baixa (incluindo pequenos lojistas, artesãos independentes etc.) e apenas 4% de trabalhadores, especializados ou – menos ainda – não-especializados [...]. Ibid. p. 334.

[119] "Socialmente, as definições não eram tão claras, embora a 'classe média' incluísse todos os grupos [...] que fossem abastados e bem estabelecidos: homens de negócios, proprietários, profissionais liberais e os escalões mais altos da administração, que eram, evidentemente, um grupo numericamente bem pequeno fora das capitais. A dificuldade está em definir os limites 'altos' e 'baixos' dessa camada dentro da hierarquia de *status* social, assim como levar em conta a marcada heterogeneidade dos membros dentro desses limites: *moyenne* e *petite bourgeoisie*, a última mergulhando dentro do que seria, *de facto*, o limite da classe." Ibid. p. 338.

[120] "As carreiras do mundo burguês estavam de fato abertas ao talento, mas as famílias com um certo grau de educação, propriedade e ligações sociais, entre outras, certamente começavam com uma enorme vantagem relativa; pelo menos a capacidade de estabelecer relações de casamento com outras do mesmo status social, da mesma linha de negócios ou com recursos que podiam ser combinados entre si." Ibid. p. 335.

[121] Hobsbawm escreveu um artigo em 1954 sobre aquilo que ele chamou de "aristocracia operária" (HOBSBAWM, Eric. J. **Os trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.). Tal artigo despertou um intenso debate na década de 1970, especialmente, entre historiadores de esquerda. Por conta disso, Hobsbawm escreveu outros três textos para responder às críticas e contribuir para o debate. Conferir: HOBSBAWM, Eric. J. **Mundos do trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 299-377.

trabalho qualificado realizado por esses profissionais, o qual demorou a ser executado por máquinas ou fracionado por operários menos qualificados:

> Não existe dúvida sobre o fato de que observadores vitorianos na Grã-Bretanha acreditavam na existência de uma camada superior das classes trabalhadoras manuais, descrita de várias maneiras, mas também por termos como "uma aristocracia do trabalho" ou "uma aristocracia das classes trabalhadoras". A superioridade desta camada ou deste grupo era tanto econômica (salários mais altos e mais regulares, maiores chances de poupar), quanto social [...], política ou cultural. Os integrantes desta camada eram "respeitáveis" ("as classes de artífices respeitáveis"), ou, como os vitorianos teriam preferido exprimir, morais. Acreditava-se que eles se confundiam, e na verdade eram algumas vezes classificados como integrantes das "classes médias baixas" [...].[122]

Porém, com toda a distinção que marcava a existência desses artífices, especialmente, aquela referente à economia (aproximando-os de uma classe média baixa), esses não deixavam de ser trabalhadores. Segundo Hobsbawm, estes não pleiteavam ascender socialmente, a ponto de deixar de fazer parte da classe trabalhadora, muito pelo contrário:

> Eles se reconheciam como parte de uma classe operária da qual eles não podiam se isolar do ponto de vista econômico. Porém, também é evidente que a maior parte dos trabalhadores mais favorecidos não queria desistir de trabalhar por salários, enquanto pudesse, e aceitava o status proletário como um destino para toda a vida. Sob esse aspecto, eles quase certamente divergiam dos trabalhadores americanos. Para muitos destes o trabalho assalariado era considerado um estágio temporário no ciclo da vida, ou pelo menos assim o esperava.[123]

Ao longo do século XIX havia, especialmente, na Inglaterra, uma camada distinta da classe trabalhadora, feliz com sua condição: os *aristocratas da classe trabalhadora*. Para eles, ascender socialmente não era interessante, pelo menos até o momento em que esses indivíduos deixassem de serem trabalhadores. Fora dessa classe, sua existência, quando comparada aos operários desqualificados e pobres, não teria sentido.[124]

---

[122] HOBSBAWM, op. cit. p. 315.
[123] Ibid. p. 333.
[124] "Contudo, a aristocracia operária, natural ou 'artificial', não era simplesmente uma questão de *status* e salários mais altos. O próprio fato de que estes homens se consideravam uma minoria selecionada – selecionada pelos empregadores – dava-lhes um sentimento de superioridade *pessoal*. Os fiadores, nas palavras do secretário de seu sindicato, James Mawdesley, faziam parte dos 'gigantes [...] em capacidade de trabalho', escolhidos um a um dentre a massa dos 'vagarosos e instáveis'. Mawdsley menosprezava os que não conseguiam atingir o mesmo nível e tinham de deixar este ramo de atividade à procura de um emprego não-especializado (como obreiros... ambulantes... carregadores... na indústria do carvão') ou os que 'permaneciam como emendadores por toda a vida com uma ou outra chance de fiar no caso de doença do fiador'. Os artífices, lembra Robert Roberts, 'consideravam-se seres superiores do ponto de vista cultural e social'. E, na realidade, sua superioridade podia até mesmo ser sustentada através dos argumentos darwinianos tão ao gosto dos vitorianos do último período [...]". Ibid. p. 326.

Hobsbawm sustenta que essa aristocracia não sobreviveu às últimas décadas do século XIX. Sua existência se estendeu até o momento em que surgiram outros trabalhadores e máquinas para fazerem o trabalho qualificado. Ou mesmo, até o momento em que a divisão das tarefas fez surgir, rapidamente, operários menos qualificados capazes de substituir o artífice:

> O ponto crucial de sua posição se baseava na dependência da economia das habilidades técnicas manuais, ou seja, habilidades exercidas por trabalhadores operários. A verdadeira crise do artífice se instalou quando os operários qualificados tornaram-se substituíveis por operadores de máquinas semi-especializados, ou através de uma divisão diferente do trabalho em tarefas especializadas e tarefas de aprendizado rápido, ou seja, aproximadamente nas duas últimas décadas do século XIX [...].[125]

Na análise de Hobsbawm sobre a decadência da aristocracia operária inglesa, no início do século XX, essa camada elitista da classe operária não possuía a mesma importância que deteve ao longo do século XIX. Com isso, subtende-se a criação de uma homogeneidade quanto às condições da classe operária, a qual possuía um espaço geográfico próprio na sociedade, uma cultura operária, suas formas próprias de diversão, suas comidas e, sobretudo, suas formas de luta.

A historiografia marxista deu uma grande importância a esses aspectos pontuais da formação da classe operária, onde quer que esta tenha se formado, ao longo do século XX. No Brasil, essas análises apresentaram características similares, ou seja, investigações sobre os bairros e a cultura operária, assim como suas formas de lazer e, como não poderiam deixar de ser diferentes, as formas de luta e resistência do operariado. A condição operária era, automaticamente, subentendida como a luta do injustiçado contra uma classe que lhe explorava e oprimia.

Apontamos acima, três possibilidades apresentadas por Hobsbawm, para os trabalhadores inverterem a sua situação na sociedade. Eles poderiam se tornar burgueses (possibilidade quase impraticável, por conta das condições sociais e econômicas da Inglaterra do século XIX), permitir sua opressão, ou se rebelar. Contudo, existiu outra opção – apontada

[125] HOBSBAWM, op. cit. p. 365

inclusive por Hobasbawm[126] – da qual muitos trabalhadores se utilizaram, ou seja: a possibilidade de imigrar. Nesse caso, esses trabalhadores não inverteriam sua condição na sociedade inglesa, mas tentariam criar outras possibilidades de uma vida melhor em outros países. A imigração representava a possibilidade de fugir dessas situações opressoras da classe trabalhadora e buscar melhores formas de vida ou trabalho, longe da sociedade e das condições existentes na Europa.

Algumas análises feitas, neste capítulo, a respeito da origem social, tanto do empresariado industrial, quanto da classe operária, abordam uma transformação sofrida pela classe dos artesãos. Esta teria perdido a primazia possuída no sistema produtivo artesanal e, no processo de industrialização; uma pequena parte desses artesãos teria participado da origem social do empresariado industrial. A maioria dos artesãos teria decaído socialmente e participado da origem social do operariado industrial – na mesma velocidade com que perdiam o controle da produção de mercadorias.

Como vimos na abordagem de Hobsbawm, ele deixa transparecer certa descrença, sobretudo, na possibilidade de uma participação mais efetiva dos artesãos no processo de constituição do empresariado industrial. Hobsbawm não aponta a origem social do *self-made-man*; esse teria sido uma pessoa que, na origem do processo de industrialização, em meio a condições adversas conseguiu capital, reinvestiu lucros e, conseqüentemente, fez-se industrial. Essa constatação não exclui a possibilidade de pessoas com poucos recursos terem se tornado industriais.

A *aristocracia da classe operária*, investigada por Hobsbawm, representou uma possibilidade a mais de *metamorfose* social para os artesãos. Nesse caso, eles continuaram (por um período curto de tempo) a ser aquilo que eram no sistema de produção artesanal, ou seja, trabalhadores qualificados. Todavia, tal elite trabalhadora não sobreviveu ao início do século XX.

---

[126] "As pessoas imigravam para escapar às más condições em casa ou para procurar melhores no exterior? Tem havido uma longa e inútil discussão sobre esse ponto. Não há dúvida de que pobres tendiam a emigrar mais do que ricos, e que eles tenderiam a faze-lo mais ainda se as condições tradicionais de vida viessem a se tornar difíceis ou impossíveis. Assim, na Noruega, artesãos emigravam mais do que trabalhadores de fábrica; mais tarde foi a vez dos pescadores, quando a vela deu lugar ao motor. Há igualmente pouca dúvida de que nesse período, quando a idéia de arrancar velhas raízes era ainda estranha assustadora para a maioria das pessoas, alguma forma de força cataclísmica ainda era necessária para leva-los aos desconhecido. Um trabalhador de fazenda de Kent, escrevendo na Nova Zelândia, agradeceu aos fazendeiros por havê-lo expulsado por causa de uma greve, já que agora ele se encontrava muito melhor: não teria pensado em partir de outra maneira." HOBSBAWM, Eric. J. **A era do capital (1848-1875)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 280-281.

1.8 Schumpeter

Conforme discorremos, mesmo de forma implícita, todos os autores analisados até o momento apontam a possibilidade de pessoas com poucos recursos (dentre outras pessoas de outras classes sociais), algo peculiar a um trabalhador qualificado ao longo dos séculos XVIII e XIX, ter ascendido socialmente, tornando-se um manufatureiro ou industrial. A seguir, fazemos uma rápida discussão referente ao conceito schumpeteriano de *empresário empreendedor* para, em seguida, reinterpretá-lo à luz da análise desenvolvida neste capítulo.

Ao contrário dos pesquisadores discutidos até o momento, cujas abordagens históricas ficam visíveis, a história na obra analisada de Schumpeter[127] aparece apenas nas entrelinhas do texto. Semelhante a outros economistas – muitas vezes presos a modelos, fórmulas econômicas e números –, ir à história e fazer uso de exemplos empíricos, mesmo implicitamente, é imprescindível para a demonstração de qualquer teoria ou modelo econômico. Isso não é diferente quando Schumpeter tenta exemplificar o seu modelo de *empresário*.

Buscamos aferir a possibilidade de ascensão de trabalhadores à categoria de industriais, ao longo do processo de industrialização europeu. Esses indivíduos, como vimos, estiveram na origem e puderam ter ajudado a constituir o empresariado industrial europeu. Quando focalizamos o *empresário empreendedor* schumpeteriano, mesmo Schumpeter não tendo isso em mente, questionamos a possibilidade de esse empresário ser, dentre outros, um trabalhador. A resposta para essa questão está nas mesmas entrelinhas onde a história aparece na obra de Schumpeter.

Grosso modo, para Schumpeter, a economia passa por períodos em que há certa acomodação dos agentes econômicos, uma calmaria. Essa situação é rompida pelas ações empreendedoras de indivíduos que inovam e rompem com todo um invólucro econômico já enraizado na sociedade. Essa atitude empreendedora, num primeiro momento, é vista pelas antigas classes produtoras com desconfiança, porém membros dessa classe imitam esses empreendedores e estabelecem um novo ciclo econômico, uma nova tradição (a ser quebrada por outros empreendedores):

> No entanto, a personalidade do empresário capitalista não precisa corresponder, e geralmente não corresponde, à idéia da maioria de nós sobre como parecer um "líder" tanto assim que há alguma dificuldade na constatação de quem entra na

[127] SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

> categoria sociológica de líder. Ele "conduz" os meios de produção para novos canais. Mas não faz isso convencendo as pessoas da conveniência da realização de seu plano ou criando confiança em sua liderança à maneira de um líder político – o único homem a quem tem que convencer ou impressionar é o banqueiro que deve financia-lo – mas comprando-as ou comprando os seus serviços e então usando-os como achar adequado. Também lidera no sentido em que arrasta ao seu ramo outros produtores atrás de si. Mas como são seus concorrentes, que primeiro reduzem e então aniquilam seu lucro, está é, por assim dizer, uma liderança contra sua própria vontade. Finalmente, presta um serviço, cuja apreciação plena demanda o conhecimento de um especialista. Não é tão facilmente entendido pelo público em geral, como um discurso bem sucedido de um político ou uma vitória de um general no campo de batalha, para não insistir no fato de que parece agir – e muitas vezes de modo desagradável – somente em seu próprio interesse. Entenderemos, portanto, que não observamos nesse caso o surgimento de todos aqueles valores efetivos que são a glória de todos os outros tipos de liderança social. Acrescente-se a isso a precariedade da posição econômica tanto do empresário individual quanto dos empresários enquanto grupo, e o fato de que, quando o seu sucesso econômico o eleva socialmente, ele não tem nenhuma tradição cultural ou posição a recorrer, mas move numa sociedade como um novo-rico, de cujas maneiras riem facilmente, e entenderemos por que esse tipo nunca foi popular e por que mesmo a crítica científica passa rapidamente por ele.[128]

Como percebemos, os indivíduos responsáveis pelos avanços da economia, ao contrário dos grandes capitalistas, são pessoas simples, não detentoras de prestígio ou posição social elevada na sociedade. Esse empresário pode ou não adquirir prestígio social e adentrar os círculos economicamente ricos, porém, enquanto isso não ocorre, ele é visto com certa animosidade pelo restante da sociedade:

> Mas o tipo moderno de "capitão de indústria" corresponde mais estritamente ao que queremos expressar aqui, especialmente se se reconhece, por um lado, a sua identidade, digamos, com o empresário comercial da Veneza do século XII – ou, entre os tipos mais modernos, com John Law – e, por outro, com o potentado da aldeia que combina a sua agricultura e o seu comércio de gado, digamos, com uma cervejaria rural, um hotel, uma loja. Mas, qualquer que seja o tipo, alguém só é um empresário quando efetivamente "levar a cabo novas combinações", e perde esse caráter assim que tiver montado o seu negócio, quando dedicar-se a dirigi-lo, como outras pessoas dirigem seus negócios. Essa é a regra, certamente, e assim é tão raro alguém permanecer sempre como empresário através das décadas de sua vida ativa, quanto é raro um homem de negócios nunca passar por um momento em que seja empresário, mesmo que seja em menor grau.[129]

Para estabelecer uma distinção entre o *empresário empreendedor* e um capitalista, Schumpeter se remete às origens do desenvolvimento industrial, momento no qual, devido à rusticidade da produção, o empresário assumia muitos papéis no sistema produtivo. Esse empresário era seu próprio técnico, agente de compra e venda, chefe de escritório, diretor

[128] SCHUMPETER, op. cit. p. 63.
[129] Ibid. p. 56.

pessoal e seu próprio consultor legal, dentre outras atribuições.[130] Essa seria a característica essencial do empresário, ou seja, empreender várias atividades e atitudes. O capitalista, ao contrário do empreendedor, era o administrador daquilo já existente, ele se acomodava nessa condição, podia, quando muito, apenas copiar inovações dos empreendedores.[131] Pelo contrário, a riqueza para o empresário schumpeteriano não era imprescindível, a grande diferença com o capitalista era justamente naquilo que este tinha de mais e de menos. Ele poderia ter muito dinheiro, contudo, não tinha a capacidade de empreender, apenas fazer funcionar aquilo tradicionalmente seguro e rentável. O empreendedor, por outro lado, muitas vezes, não tinha dinheiro, mas possuía a capacidade de desenvolver avanços produtivos e convertê-los em riqueza para ele – na maioria das vezes, bastava apenas, quando necessário, convencer algum financista (capitalista) a emprestar o dinheiro para o empreendimento.

Segundo Schumpeter, uma das grandes atribuições do empresário está nas *novas combinações* que ele pode iniciar:

> [...] Chamamos "empreendimento" à realização de combinações novas; chamamos "empresários" aos indivíduos cuja função é realiza-las. Esses conceitos são a um tempo mais amplos e mais restritos do que no uso comum. Mais amplos, porque em primeiro lugar chamamos "empresários" não apenas aos homens de negócios "independentes" em uma economia de trocas, que de modo geral são assim designados, mas todos que de fato preenchem a função pela qual definimos o conceito, mesmo que sejam, como está se tornando regra, empregados "dependentes" de uma companhia, como gerentes, membros da diretoria etc., ou mesmo se o seu poder real de cumprir a função empresarial tiver outros fundamentos, tais como o controle da maioria das ações. Como a realização de combinações novas é que constitui o empresário, não é necessário que ele esteja permanentemente vinculado a uma empresa individual; muitos "financistas", "promotores" etc. não são e ainda podem ser empresários no sentido que lhes damos [...].[132]

A análise de Schumpeter corrobora a nossa investigação, neste capítulo. O desenvolvimento do capitalismo industrial (da oficina artesã até a indústria propriamente) não ofereceu obstáculos à participação de pessoas carentes de recursos, contanto, ricas da capacidade de *realizar novas combinações.* Ou seja, juntamente aos senhores feudais, como vimos em Sombart, artesãos, comerciantes, e também assalariados, embora em menor

---

[130] SCHUMPETER, op. cit. p. 55.
[131] "Portanto, a função essencial do empresário deve sempre aparecer misturada com outros tipos de atividade, que, via de regra, devem ser muito mais importantes que o essencial. Por isso é que a definição masshalliana do empresário, que trata a função empresarial simplesmente como 'administração', no sentido mais amplo, atrai naturalmente a maior parte de nós. Não a aceitamos simplesmente porque não ressalta o que consideramos ser o ponto-chave e o único que distingue especificamente a atividade empresarial de outras." Ibid. p. 55-56.
[132] Ibid. p. 54.

número, foram empreendedores. Ser um empreendedor, no caso do trabalhador, não era algo possível de ser comprado com dinheiro, mas algo imanente de determinadas pessoas[133].

*
* *

Como apontamos em outros autores, parte dos pioneiros do empresariado industrial europeu era composta por pessoas de recursos modestos, mas com idéias plausíveis a ponto de multiplicar seus poucos recursos, bem como conseguir o apoio de um financista, ou estabelecer sociedade com pessoas ricas. Nesse processo estavam incluídos artesãos e trabalhadores assalariados que, devido à proximidade física da produção (trabalhavam nela), puderam aperfeiçoar o sistema produtivo e ascender socialmente.

O percurso existente entre a oficina artesanal e a grande indústria foi um processo relativamente lento que englobou a ação empreendedora de muitos indivíduos. Contudo, quando a indústria se estabelece em grande parte dos países europeus, a possibilidade de trabalhadores se tornarem industriais tornou-se mais remota pois, a partir de então, os empreendimentos passaram a exigir um volume maior de capital.

A difusão da grande indústria, na segunda metade do século XIX – depois de constituída a classe industrial européia – foi a principal causa da grande depressão econômica existente na década de 1870. Tal crise econômica criou dificuldades não apenas para os grandes industriais já estabelecidos, mas tornou praticamente impossível a ascensão social de trabalhadores em seus países de origem. Muitos desses potenciais *trabalhadores empreendedores*, na impossibilidade de conseguir ascender socialmente em seus países – a própria sobrevivência era ameaçada pela inflação e pelo desemprego – foram buscar (juntamente a uma grande massa de trabalhadores braçais), melhores oportunidades de trabalho nos novos centros urbanos em desenvolvimento. Na segunda metade do século XIX, havia inúmeros desses centros nos Estados Unidos, na América latina, no Brasil, na Austrália,

---

[133] "[...] Se um negócio não pode nunca ser absolutamente perfeito em qualquer sentido, pode, no entanto, com o tempo, aproximar-se de uma relativa perfeição, considerando-se o mundo ao redor, as condições sociais, o conhecimento do momento e o horizonte de cada indivíduo ou de cada grupo. Novas possibilidades continuamente são oferecidas pelo mundo circundante, em particular descobertas novas são continuamente acrescentadas ao estoque de conhecimentos existente. Por que o indivíduo não deveria justamente fazer uso das novas possibilidades tanto quanto das antigas, e, conforme a posição de mercado, tal como ele a entende, criar porcos ao invés de vacas, ou até escolher uma nova rotação de culturas, se isso puder ser visto como mais vantajoso? E que tipo de fenômeno ou problemas novos especiais, não encontráveis no fluxo circular estabelecido, podem surgir daí?" SCHUMPETER, op. cit. p. 56-57.

dentre vários outros lugares onde o gênio empreendedor pudesse encontrar campo para se expandir.

Conforme discutimos, não existe um consenso entre os autores estudados, neste capítulo, sobre a origem social do empresariado industrial europeu. Ele não descendeu de uma única classe, por mais que os mercadores ou comerciantes tivessem uma primazia em sua formação. Existiram outros grupos sociais que participaram da origem social do empresariado industrial. O processo de industrialização guardou particularidades nos mais diferentes lugares da Europa. Com isso, mercadores, donos de terras, artesãos, trabalhadores assalariados e, depois, investidores, financistas, funcionários públicos e pessoas com recursos participaram da origem social da classe dos industriais.

Num primeiro momento, onde as condições eram rústicas e os recursos limitados, especialmente, quando se dizia respeito a ser o pioneiro ou empreendedor em uma atividade até então inexistente, as possibilidades de uma ascensão social eram condicionadas ao sucesso do empreendimento. Nesse momento do processo de industrialização, houve, muitas vezes, mais pessoas com coragem e garra do que dinheiro. Ou seja, o *self-made-men* precisava, de antemão, ter contato com a produção e, a partir daí, interagir com ela. Daí a forte possibilidade de uma parcela dos *artesãos-camponeses* terem participado do processo de formação social do empresariado industrial, nesse primeiro momento.

Com a suplantação do sistema produtivo artesanal pelo sistema manufatureiro e industrial, vimos quais foram as possibilidades criadas para os trabalhadores no novo sistema produtivo. Os artesãos, que possuíam o *saber-fazer*, poderiam se transformar e participar da origem social do empresariado industrial europeu; ou então se manter numa condição de artífice qualificado e resistir o quanto pudesse. Ou ainda descer à condição de operário proletário e se deparar com as condições subumanas de existência da classe operária, bem como resistir por meio de alguma greve, organizar movimentos, construir seus bairros, sua cultura, dentre outras ações.

Contudo, existia uma quarta alternativa para esses trabalhadores que possuíam ainda o *saber-fazer*: a imigração. Imigração não era uma ação desconhecida dos povos pobres, muito pelo contrário. A maioria daqueles que foram imigrantes no século XIX, eram de pessoas sem grandes posses materiais, todavia, em meio a esses pobres havia muitos trabalhadores qualificados que, mesmo sem terem muitos recursos, tinham o seu *saber-fazer*. Esse atributo na Europa não bastava para competir com o processo de industrialização, mas em outras partes do mundo, longe das máquinas, poderia fazer muita diferença, especialmente, em relação a outros imigrantes que possuíram apenas a força física para ganhar a vida.

Em meio à grande massa de imigrantes europeus aportados na América, principalmente no século XIX, havia muitos artesãos qualificados. Estes poderiam continuar sendo trabalhadores qualificados, ser pioneiros das indústrias americanas, ou mesmo, poderiam – seguir destino semelhante àqueles que permaneceram na Europa – compor um operariado oprimido e mal pago que se formava nos grandes centros americanos. Contudo, a possibilidade de se tornar um industrial na América, era muito mais palpável e real, se comparada às condições existentes na Europa onde a indústria já estava enraizada na economia, lá adentrar à classe dos industriais era muito mais difícil.

CAPÍTULO SEGUNDO

INTERPRETAÇÕES SOBRE A ORIGEM SOCIAL DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL BRASILEIRO

Como apontamos no capítulo anterior, a formação do empresariado industrial na Europa guardou peculiaridades, responsáveis por fazer do desenvolvimento industrial europeu algo único. Cada país possuiu uma história particular quanto à formação dessa classe, assim como, semelhanças com nas transformações econômicas ocorridas na Inglaterra. Quando comparado ao modelo inglês de industrialização, a formação do empresariado industrial em outras partes do mundo conteve as mais variadas singularidades.

Quando nos debruçamos sobre a análise da formação do empresariado industrial na sociedade brasileira, deparamos-nos com um contexto histórico completamente diferente do europeu. Especialmente, quanto à colonização portuguesa e à existência da escravidão por quase quatro séculos. Enquanto vários países europeus intensificavam seus processos de industrialização, na primeira metade do século XIX, a base da produção brasileira era sustentada pelo trabalho escravo.

Muito antes da Revolução Industrial inglesa, a complexidade da divisão do trabalho e o maquinismo existentes nos engenhos de açúcar brasileiros antecipavam, em alguns séculos, a tônica da economia na Europa no século XIX. Contudo, chamar o senhor de engenho de *industrial* é algo difícil. Conforme já apontamos, no capítulo precedente, nenhuma das características referentes ao empresário industrial diz respeito ao emprego de mão-de-obra escrava. Do sistema artesanal de produção à grande indústria do século XIX, por mais dependente que os artesãos ou operários fossem, eles não iam para as senzalas, após um dia de labuta. Se considerarmos o trabalho livre como critério para a formação do empresariado industrial no Brasil, perceberemos que esta classe surgiu tardiamente na sociedade. O aparecimento teria ocorrido com o fim do trabalho escravo e a conseqüente criação de um mercado de trabalho baseado na mão-de-obra de pessoas livres.

Foram muitos os estudos e os debates sobre a industrialização brasileira. Muitos economistas, historiadores, sociólogos, entre outros, deram sua contribuição para compreender as transformações responsáveis pelo advento da indústria. Nossa análise não se prende à descrição dos modelos econômicos ou correntes teóricas sobre o desenvolvimento econômico brasileiro; nosso objetivo neste capítulo é discutir a origem social do empresariado industrial brasileiro com base em alguns autores clássicos. Contudo, gostaríamos de fazer uma

rápida explanação sobre três modelos econômicos que, direta ou indiretamente, tem relação com a abordagem dos autores aqui analisados.

O primeiro desses modelos diz respeito à chamada *teoria dos choques adversos*. Esta teoria defende avanços da indústria brasileira, quando a situação econômica internacional entrava em crise (sobretudo a Primeira Guerra Mundial e crise de 1929). Tais situações criavam dificuldades para as importações de produtos manufaturados europeus, inclusive, por séculos estes tiveram uma participação no comércio interno no Brasil; tudo isso, incentivava a produção industrial interna. Tal visão foi marcante para a concepção econômica da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e dos autores, teoricamente, a ela vinculados.

De acordo com a acepção da Cepal, as economias dos países subdesenvolvidos da América Latina ficavam à margem das economias desenvolvidas e industrializadas. Eles eram responsáveis pela exportação de produtos primários e importação das mercadorias industrializadas. O crescimento econômico desses países era condicionado pelo sucesso dos países industrializados (*crescimento para fora*). Quando ocorreram choques na economia dos países desenvolvidos, os subdesenvolvidos tiveram condições de romper sua dependência e experimentaram desenvolvimento interno e crescimento econômico (*crescimento para dentro*).

O segundo modelo econômico, refere-se à vinculação da industrialização ao sucesso da expansão das exportações. Nesse caso, o desenvolvimento da indústria brasileira esteve atrelado, estreitamente, ao sucesso da economia cafeeira. Quando ocorria uma expansão das exportações de café, a indústria acompanhava tal expansão, o contrário também ocorria quando de uma retração no mercado.

O terceiro modelo relaciona-se ao chamado *capitalismo tardio*. Segundo essa visão, o desenvolvimento econômico brasileiro esteve ligado, primeiramente, a acontecimentos internos e, secundariamente, a fatores externos. Nesse caso, o capital gerado pela economia cafeeira propiciou condições internas para o crescimento industrial, especialmente, por criar um mercado de mão-de-obra livre, um mercado consumidor e os recursos necessários para promover a expansão urbana.

Embora não seja nosso objetivo nos aprofundarmos em abordagens teóricas, a não ser apenas o necessário para analisarmos o surgimento do empresariado industrial, consideramos relevante apontar esses modelos para enfatizar, minimamente, o debate existente entre os estudos sobre a industrialização brasileira.

A seguir, fazemos uma análise semelhante à realizada no primeiro capítulo, referente à origem social do empresariado industrial brasileiro. Destacamos também uma metodologia

semelhante, pois nossas fontes são autores que interpretaram o desenvolvimento industrial brasileiro e, por isso, forneceram informações sobre a origem social do empresariado industrial surgido no processo de industrialização ocorrido entre 1890 a 1930.

2.1 Caio Prado Júnior

Em *História Econômica do Brasil*[1], Caio Prado Júnior dedica um capítulo à industrialização brasileira. No início da discussão, divide a industrialização brasileira em três fases distintas. Num primeiro momento, na época da colonização, a indústria era artesanal e inexpressiva economicamente. No segundo período, a indústria, praticamente, deixa de existir; esse período é marcado pela vinda da Família Real para o Brasil e a conseqüente abertura dos portos. A concorrência dos produtos industrializados europeus fez a já fraca e débil indústria brasileira definhar. A terceira fase foi marcada pelo ressurgimento do processo de industrialização, na segunda metade do século XIX.[2]

Caio Prado chamou de maquinofatura o ápice do processo da industrialização brasileira. Alguns fatores concorreram para que essa maquinofatura tardasse a se constituir, entre eles, a deficiência de energia e dos mercados consumidores, as grandes distâncias entre os centros urbanos e uma rede deficitária de transportes.[3] A favor da instalação dessa indústria no Brasil houve, além de relativa proteção alfandegária, a produção do algodão e a existência de um mercado de mão-de-obra, de qualidade duvidosa, mas muito barato.[4] Esses aspectos "condicionarão o desenvolvimento de uma pequena indústria, sobretudo, têxtil, na segunda metade do século passado. Ela terá um caráter local limitado a pequenos mercados de curto raio"[5].

Depois de seu reaparecimento na sociedade brasileira, a indústria vive um período de apreciável crescimento, o qual se circunscreveu à década de 1890 e seu crescimento pode ser aferido por meio dos seguintes dados:

---

[1] PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
[2] Ibid. p. 257.
[3] Ibid. p. 257-258.
[4] "Numa economia agrária e escravista como a nossa, e onde a grande lavoura teve um papel absorvente e monopolizador das atividades rurais, a grande massa dos homens livres fica à margem. É o que se verifica efetivamente, e sintoma disto será a desocupação e a vadiagem que representaram sempre o estado normal de uma grande parte da população da colônia. Aí a indústria nascente encontrará um amplo abastecimento de mão-de-obra; deficiente, é verdade, e muitas vezes precária e incerta. Mas compensando-se com seu ínfimo preço." Ibid. p. 259.
[5] Ibid. p. 259.

> O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de 200 em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de 600. O capital invertido sobe então a 400.000 contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3 1/2% na de vestuário e objetos de toucador, 3% na metalurgia.[6]

Essa expansão das atividades produtivas terá continuidade, inclusive ao longo dos primeiros anos da República. A existência de uma condição cambial favorável, ou responsável por encarecer o preço dos produtos importados, foi outro fator de estímulo à produção brasileira.[7] Ao analisar o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras, Caio Prado aponta um *continuum* do crescimento industrial:

> Serão encontrados 3.258 estabelecimentos industriais com 665.663$000 de capital, e empregando 150.841 operários. Quanto à distribuição geográfica da indústria, 33% da produção cabia ao Distrito Federal (capital da República, a que se podem acrescentar os 7% do Estado do Rio de Janeiro, vizinho e formando geograficamente na mesma unidade): 16% a São Paulo e 15% ao Rio Grande do Sul. Nenhum outro Estado alcançará 5%. Com exclusão do Rio de Janeiro, que continuava, como sempre fora no passado, a encabeçar a produção industrial, a transformação desde o tempo do Império fora considerável. Seria particularmente notável o caso de São Paulo que se tornaria logo o maior produtor do país, com a grande parcela de 40% do total.[8]

A principal particularidade deste primeiro grande surto industrial do país foi o tamanho dessas indústrias, pois a maioria não passava de pequenas oficinas com poucos operários:

> A distribuição das atividades industriais ainda mantém em 1907 a estrutura anterior: a indústria têxtil e a de alimentação compreendem a parte substancial do conjunto. Outro caráter a assinalar é sua extrema dispersão. Somente as indústrias de fiação e tecelagem de algodão, lã e juta apresentam certa concentração. Nas demais, encontra-se excepcionalmente algum grande estabelecimento; o resto são pequenas unidades que não passam realmente de modestas oficinas com reduzido número de operários e inversão insignificante de capital.[9]

O Censo Industrial de 1920 destaca a influência benéfica da Primeira Guerra Mundial para o processo de industrialização. O aumento de estabelecimentos industriais se deveu à dificuldade de importar produtos dos países beligerantes e à queda do câmbio.[10]

O interessante a destacar da análise de Caio Prado é a situação experimentada por essa indústria no Brasil, uma situação criada, em grande parte, artificialmente. E ocorria,

---

[6] PRADO JÚNIOR, op. Cit. p. 259.
[7] Ibid. p. 260.
[8] Ibid. p. 260.
[9] Ibid. p. 261.
[10] Ibid. p. 261.

especialmente, pelas elevadas taxas de câmbio que favoreciam a concorrência com os produtos importados. Por isso, as necessidades dos consumidores não atendidas garantiam a existência das indústrias brasileiras.[11]

Nesse cenário prevaleceu a pequena indústria como base da industrialização, pois não havia condições de mercado para a instalação de grandes indústrias.[12] Disso resulta uma constatação muito importante de Caio Prado sobre o perfil sócioeconômico do industrial brasileiro, ou a de um indivíduo de recursos limitados e, na maioria das vezes, um imigrante:

> Analisando-se o tipo dos industriais brasileiros, observa-se que boa parte deles se constituiu de indivíduos de origem modesta que estabelecendo-se com empreendimentos a princípio insignificantes, conseguiram graças aos grandes lucros dos momentos de prosperidade e um padrão de vida recalcado para um mínimo do essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliarem suas empresas. Este será o caso, em particular, de imigrantes estrangeiros, colocados em situação social que lhe permitia tal regime de vida. Efetivamente, a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de adventícios de recente data ou seus sucessores imediatos – os Matarazzo, Crespi, Jaffet, Pereira Ignácio, etc. E se formou assim por pequenos e sucessivos concursos de economias duramente reunidas. Esta circunstância, devido ao vulto que representa no conjunto da indústria brasileira, tem no terreno econômico grande significação porque dá conta não só do grande número de pequenas empresas que não são mais que escalões de um processo de crescimento potencial (donde uma das explicações da grande dispersão da produção industrial brasileira), como sobretudo da debilidade de indústrias que repousam exclusivamente em bases financeiras tão estreitas e precárias.[13]

Apesar de citar alguns grandes industriais, aponta a procedência modesta da classe que, por conta de uma conjuntura específica (comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país), conseguiu obter sucesso e crescimento. Contudo, a situação garantidora da sobrevivência desse tipo de indústria se transforma depois de 1924,

---

[11] "A maior parte das indústrias brasileiras viverá parasitariamente das elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial. Não terá havido para elas a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas, e o responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna. Pode-se dizer que os mercados virão a elas, num apelo à produção interna de artigos que a situação financeira do país impedia que fossem comprados no exterior. Quanto à concorrência entre os diferentes produtos nacionais, ela sempre será pequena porque o campo era grande demais, e os recursos deles reduzidos para empreendimentos de vulto e aspirações de envergadura. Os industriais brasileiros viverão em família; família pacífica em que fraternalmente se repartem as oportunidades." PRADO JÚNIOR, op. Cit. p. 262.

[12] "De tudo isto, aliado às circunstâncias gerais do país já assinaladas em época anterior e que, embora atenuadas, ainda persistiam (debilidade do mercado interno, dificuldade de transporte, deficiência técnica), resultará uma indústria rotineira e de baixo nível qualitativo. Não haverá no seu conjunto nem progresso técnico sustentado (uma das características essenciais da indústria moderna), nem a paralela e indispensável concentração industrial.
A maior parte da indústria brasileira continuará como dantes: largamente dispersa em unidades insignificantes, de rendimento reduzido e produzindo exclusivamente para estreitos mercados locais." Ibid. p. 263.

[13] Ibid. p. 265.

principalmente, por uma reviravolta na balança comercial e na valorização da moeda brasileira.[14] Essa situação foi extremamente difícil para a indústria brasileira.[15]

O processo de industrialização, avaliado por Caio Prado, retrata uma indústria brasileira muito frágil, construída a partir de bases modestas que somente a duras penas conseguiu se sustentar. Quando a situação se altera, sobretudo com a valorização da moeda brasileira e a facilidade de se importarem produtos, esse modelo de indústria entra em crise, e apenas algumas fábricas sobrevivem.[16]

A discussão de Caio Prado denota a origem social dos empresários industriais brasileiros, formada por uma maioria de imigrantes, com poucos recursos e, que somente com muito esforço, conseguiram se estabelecer. A análise concentrou-se mais nas condições artificiais de desenvolvimento da indústria, ou seja, a desvalorização da moeda nacional propiciava um mercado atraente para a produção industrial brasileira. Essa situação foi muito instável para a indústria nacional e a conduziu a uma grande crise no final da década de 1920.

2.2 Celso Furtado

O economista Celso Furtado foi um dos grandes ícones das Ciências Econômicas. Como grande parte da produção desse campo necessita do estudo da história, a obra escolhida desse autor, para nossa análise, não foge a essa característica. *Formação Econômica do Brasil*[17] possui como base empírica a história da sociedade brasileira. Todavia, infelizmente, Furtado não investiga a origem social do empresariado industrial brasileiro; grande parte de sua obra dedica-se ao estudo da economia cafeeira e a todas as transformações econômicas promovidas por conta dos interesses do café. A indústria aparece como uma forma assessória na economia cafeeira, o seu apogeu ocorreu com a crise do café. Furtado, no entanto, em momentos pontuais do texto, fornece informações sobre o processo de industrialização desenvolvido concomitantemente à economia cafeeira.

---

[14] PRADO JÚNIOR, op. Cit. p. 266.

[15] "Esta situação atingirá profundamente a indústria que não poderá mais fazer frente à concorrência estrangeira favorecida pela grande folga nas finanças externas do país. A importação de artigos manufaturados que vinha em declínio ou permanecia estacionária desde antes da Grande Guerra, cresce subitamente, desbancando em muitos terrenos e atingindo em quase todos a produção nacional. O período que vai de 1924 a 1930 será uma fase sombria para as indústrias brasileiras; muitas fracassam e perecem, e todas ou quase todas se manterão muito próximas do níveis mínimo de subsistência." Ibid. p. 266.

[16] Segundo Caio Prado, um outro tipo de indústria, existente na sociedade brasileira, vai enfrentar a crise com menos dificuldade, são elas as indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras. Ibid. p. 266-269.

[17] FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

Segundo Furtado, o desenvolvimento da economia brasileira na primeira metade do século XIX, ou quando o Brasil surge como país independente, continua a ser pautado na expansão das exportações. A indústria brasileira, nessa época, era carente de uma base técnica e dependente da importação de máquinas capazes de suprir o atraso tecnológico. Enfim, essa indústria se encontrava dependente da tecnologia de países industrializados para poder abandonar uma fase artesanal ou obsoleta na qual estava mergulhada.[18]

Outros fatores condicionariam a estagnação do desenvolvimento industrial. Dentre eles, a limitação do mercado consumidor, a decadência da mineração e a concorrência dos produtos importados, muito mais baratos e de melhor qualidade.[19] Furtado não descreveu os detalhes dessa indústria da primeira metade do século XIX, contudo, ela não nos parece diferir da descrição feita por Caio Prado, ou uma indústria composta por pequenas oficinas artesanais, inseridas em meio a mercados consumidores limitados, com uma base técnica limitada.

De acordo com Furtado, nesta fase do desenvolvimento econômico, empresário no Brasil era sinônimo de cafeicultor. Com relação ao processo de formação social dessa classe, o autor não cogitou a possibilidade de participação de qualquer artesão ou industrial.[20]

Essa classe empreendedora exerceu função relevante na economia brasileira e internacional, sobretudo, por dominar grande parte da oferta internacional de café. O estudo de Furtado aponta que as operações de retenção da oferta internacional do produto, por meio do uso de empréstimos internacionais e da compra dos excedentes de produção (para garantir o preço e a lucratividade dos cafeicultores), geraram uma situação incontrolável com a expansão constante da produção. O resultado foi uma crise geral da cafeicultura no final da década de 1920 e um cenário econômico mais propício para o desenvolvimento da indústria.[21]

A crise internacional experimentada no início da década de 1930 fizera com que a economia, anteriormente, centrada no abastecimento do mercado externo se direcionasse para

---

[18] FURTADO, op. cit. p. 106.
[19] Ibid. p. 106-107.
[20] "A etapa de gestação da economia cafeeira é também a de formação de uma nova classe empresária que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subseqüente do país. Essa classe se formou inicialmente com homens da região. A cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país e os hábitos de consumo de seus habitantes se haviam transformado substancialmente a partir da chegada da corte portuguesa. O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração. O comércio de gêneros e de animais para o transporte desses constituía nessa parte do país a base de uma atividade econômica de certa importância, e deram origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais. Muitos desses homens, que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros e de café, passaram a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira." Ibid. p. 114-115.
[21] Ibid. p. 177-242.

o mercado interno.[22] Depois da crise, parte dos capitais investidos na cafeicultura continuou a ser investida na agricultura, particularmente, no algodão e na manutenção da oferta internacional de café. Porém, como o mercado interno foi valorizado, a indústria brasileira se aproveitou da crise instalada para se desenvolver. Entretanto, esse crescimento industrial encontrou barreiras tecnológicas:

> É bem verdade que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade, particularmente no campo industrial, sem importar equipamentos, e que estes se tinham feito mais caros com a depreciação do valor externo da moeda. Entretanto, o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. Bastaria citar como exemplo a indústria têxtil, cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida. Esse aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários, dentro da própria indústria, para sua expansão subseqüente. Outro fator que se deve ter em conta é a possibilidade que se apresentou de adquirir a preços muito baixos, no exterior, equipamentos de segunda mão. Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamentais atingidos pela crise industrial.[23]

No período de um século, antes da crise de 1929, a indústria, certamente, sofreu avanços que acompanharam o desenvolvimento dos grandes centros econômicos brasileiros, porém, ela permaneceu numa posição, economicamente, subordinada à cafeicultura. Furtado relacionou a dinâmica da economia com a burguesia cafeeira e depositou numa fraqueza dessa classe o motivo de sua decadência,[24] pois a não diversificação dos investimentos dos cafeicultores provocou sua bancarrota.

Devido à insistência dos cafeicultores em investirem seus lucros na expansão cafeeira (safras compradas pelo governo), presume-se uma pequena participação desses na composição social dos industriais brasileiros, antes de 1930. Nesse cenário econômico, o imigrante foi aquele responsável por substituir a mão-de-obra do escravo e, por isso, é uma peça de grande valor para a economia cafeeira.[25] Como já explicitamos, Furtado não abordou a origem social do empresariado industrial, por isso, não fica nem mesmo implícita a participação de cafeicultores e imigrantes na composição social dessa classe.

---

[22] FURTADO, op. cit. p. 197.
[23] Ibid. p. 198-199.
[24] Ibid. p. 180-181.
[25] Ibid. p. 127-128.

2.3 Oliveira Vianna

A obra analisada de Oliveira Vianna é *História social da economia capitalista no Brasil*[26], escrita na década de 1940, reflete a discussão dessa época sobre o capitalismo e o desenvolvimento industrial existente na sociedade de então. Como os capítulos do estudo de Vianna foram escritos em momentos distintos, existem algumas repetições e pontos contraditórios.

Vianna empregou o conceito de *supercapitalismo industrial* de Sombart como modelo para o estudo do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira. Conforme o próprio nome evidencia, *supercapitalistas* eram aquelas nações que haviam passado por transformações industriais, com a constituição de *centros ultra-industrializados* e *super-capitalizados*, tais como os países da Europa Ocidental e a América do Norte.[27] Segundo Vianna, por não ter passado por esses processos de industrialização intensiva, a sociedade brasileira ainda estava num *pré-capitalismo*.[28] A expressão deste *pré-capitalismo* se dava, sobretudo, pela mentalidade senhorial existente na sociedade e na busca pela ostentação da riqueza por parte de uma elite econômica. Essa característica fazia com que a economia não fosse produtiva, apenas acumulativa.[29]

Ao fazer uma retrospectiva histórica das atividades produtivas que existiram no Brasil (Colônia e Império), Vianna constatou que a base da produção, desde os tempos remotos da colonização, fora sustentada pelo sistema artesanal. Tudo aquilo que não era possível importar era produzido artesanalmente no Brasil.[30] A descoberta e a exploração do ouro, no século XVIII, estimularam o aumento das atividades artesanais, com a proliferação de inúmeras oficinas e ateliês.[31]

Esse processo de industrialização sofreu outro impulso, de acordo com a análise de Vianna, depois da vinda da Família Real para o Brasil em 1808.[32] No sentido de apetrechar a colônia com tudo aquilo necessário para um reino, houve um estímulo à produção para

---

[26] VIANNA, Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiba; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987, v. 2.
[27] Ibid. p. 26.
[28] Ibid. p. 26 e 27.
[29] Ibid. p. 119.
[30] "*In loco*, nos primeiros tempos da colonização, só fabricávamos o que era absolutamente impossível importar e o que era essencial à vida rudimentar das feitorias do litoral e às primeiras instalações: casas de moradia, capelas e igrejas, casas de engenhos, maquinarias para a fabricação do açúcar, veículos de transporte, etc. Daí serem os pedreiros, os canteiros, os carpinteiros, os ferreiros, os oleiros os primeiros artífices que tivemos e que aqui desembarcaram, contemporâneos com as primeiras expedições colonizadoras." Ibid. p. 191.
[31] Ibid. p. 193.
[32] Ibid. p. 198.

atender à demanda gerada com o deslocamento do Estado português para a colônia.[33] Entretanto, Vianna nos fornece interpretações, em certos momentos, conflitantes sobre o processo industrial desse período. Um exemplo disso é a denominação dada à indústria desse período, ou *média indústria*[34]. O autor cita a influência negativa do Tratado de Comércio de 1810, firmado com a Inglaterra. Esse Tratado criava um grande obstáculo ao crescimento das indústrias no Brasil, pois os produtos ingleses de melhor qualidade tinham acesso alfandegário facilitado ao mercado brasileiro. Com isso, o processo de desenvolvimento industrial ficara estagnado nas mesmas bases produtivas anteriores a 1808.[35]

Eotécnico seria um estágio na qual as indústrias brasileiras estavam inseridas no período de 1808 a 1850 e se caracterizaria como um período de *pré-capitalismo* industrial.[36] O ano de 1850 seria o divisor de águas para o advento do período propriamente capitalista da economia industrial brasileira. Todavia, o único exemplo de industrial citado foi o de Mauá[37], o qual, para Vianna, seria o responsável por introduzir no Brasil uma nova mentalidade industrial.[38]

Entretanto, a produção existente na sociedade brasileira, sempre estivera baseada no trabalho artesanal e nos seus limites técnicos. Os artesãos ou os donos de oficinas foram os ancestrais dos industriais do período posterior à abolição da escravatura. O proprietário da oficina era um dono de escravos qualificados para as atividades artesanais:

> Martius, por sua vez, nos revela a existência de um artesanato organizado e já florescente em cada oficina, porém, o único homem livre era o "mestre"; às vezes, um estrangeiro, em regra francês; mas *os artífices e aprendizes, estes eram todos escravos dele.* Traço bem observado e exato – porque é confirmado pelo testemunho de Adriano Taunay, que aqui viveu na mesma época: "O patrão, na maior parte das vezes, não passa de mero inspetor ou feitor". Muitos destes escravos não eram da propriedade dos "mestres" das oficinas, como pareceu a Martius; mas, sim, negros ou mulatos "ladinos" mandados a aprender ali pelos senhores dos grandes domínios circundantes, da cidade ou da região fluminense. É ainda Adriano Taunay quem informa: "Os escravos são pretos ou mulatos escravos, ou do próprio patrão da oficina; enfim, libertos".[39]

[33] VIANNA, op. cit. p. 198.
[34] "É somente quando atingimos o clímax do ciclo minerador, ou melhor, somente nos meados do III século que esta artesanaria se desprende do recesso dos domínios rurais, de uma forma nítida e patente, para se organizar em instalações coletivas e autônomas, de tipo urbano ou urbanizante. Desde então, começa ela a processar, *in locum*, de 1808 a 1850, a sua incoercível evolução técnica e estrutural no sentido da *média indústria*." Ibid. p. 199.
[35] Ibid. p. 200.
[36] Ibid. p. 200.
[37] Ibid. p. 201.
[38] Ibid. p. 201.
[39] Ibid. p. 178.

Segundo Vianna, a difusão do trabalho artesanal no Brasil ocorreu devido à influência dos jesuítas. Estes, por meio dos seus colégios dispersos por toda a colônia, ensinavam, além da religião, *artes e ofícios* e seus principais alunos eram os indígenas, escravos, pardos, libertos, dentre outras pessoas dos estratos mais pobres da sociedade.[40]

A produção artesanal pautada no trabalho escravo começou a se alterar depois de 1850, ou seja, depois da proibição do tráfico de escravos da África. A escassez desse tipo de mão-de-obra elevou o preço dos escravos existentes no Brasil. Estes, consequentemente, foram transferidos do trabalho artesanal para atuarem nas atividades agrícolas relacionadas ao café.[41] Com essa retirada forçada dos escravos dos ofícios artesanais, a produção sofreu uma transformação, especialmente, ao criar um maior espaço ao *artesão branco*[42], coincidentemente, na mesma época do início da imigração européia para o Brasil.

Vianna apresentou uma Tabela com dados estatísticos, em que denota o crescimento industrial, ao longo do período de 1849 a 1919. Ele pautou-se no crescimento dos estabelecimentos industriais e dos trabalhadores envolvidos para sustentar sua tese sobre uma nova fase capitalista da economia brasileira. Abaixo seguem seus dados na Tabela 01.

Tabela 01 – Estabelecimentos industriais segundo a época da fundação das empresas

Época da fundação	Número de estabelecimentos industriais	Capital empregado (Cr$ 1.000)	Força motriz HP	Número de operários	Valor da produção (Cr$ 1.000)
Até 1849	35	26.165	2.076	2.929	31.991
De 1850 a 1854	16	2.757	154	1.777	10.141
De 1855 a 1859	8	4.130	1.173	1.094	8.784
De 1860 a 1864	20	7.179	689	775	9.058
De 1865 a 1869	34	10.847	1.784	1.864	15.909
De 1870 a 1874	62	41.311	7.129	6.019	59.380
De 1875 a 1879	63	23.194	4.435	4.230	34.839
De 1880 a 1884	150	58.368	12.865	11.715	89.866
De 1885 a 1889	248	203.404	36.174	24.369	247.121
De 1890 a 1894	452	213.714	33.684	31.123	278.578
De 1895 a 1899	472	90.594	15.248	14.516	140.868
De 1900 a 1904	1.080	109.632	19.201	19.170	208.954
De 1905 a 1909	1.358	225.594	40.526	34.362	369.065
De 1910 a 1914	3.135	335.441	62.434	58.992	646.532
De 1915 a 1919	5.936	438.559	65.364	63.950	791.264
Ignorada	267	24.258	7.488	4.227	46.820
Total	**13.336**	**1.815.147**	**310.424**	**280.512**	**2.989.17**

Fonte: M.A.I.C, Diretoria Geral de Estatística – *Recenseamento do Brasil*, de 1.9.1920, Vol. II (2ª. Parte) – Agricultura e Indústrias, Rio, 1924, pág. XVII. Apud. VIANNA, Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiba; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987, Vol I, p. 211.

[40] VIANNA, op. cit. p. 179.
[41] Ibid. p. 183-184.
[42] Ibid. p. 184.

As informações referentes ao período de 1849 a 1850 são reflexos da ação individual de Mauá na economia brasileira.[43] Os dados obtidos entre 1860 a 1864 eram resultados da liberação dos lucros ou capitais agrários, anteriormente, usados na compra de escravos ou na exploração de novas fazendas. Com a falta de mão-de-obra escrava, o dinheiro anteriormente gasto para comprá-los passa a ser utilizado em outros investimentos, nesse caso, investido nas indústrias.[44] O período entre 1885 a 1889 foi marcado pela desorganização da estrutura agrária com a abolição da escravidão e o "conseqüente êxodo de gente e de capitais para os centros urbanos"[45]. Esse movimento de pessoas e de capitais acarretou uma revolução urbana ou "representa a fase climáxica e deliberante do Encilhamento, das emissões polibancárias; do dinheiro barato. Em suma: é a fase da divinização do Papel-Moeda, da Sociedade Anônima – e do Regime Industrial, contraposto ao Regime Agrário"[46]. Nesse período, ocorreu o aparecimento de duas novas classes na sociedade brasileira, o *operariado livre* e a *burguesia industrial*[47].

O operariado livre formou-se da massa liberta de ex-escravos. A passividade dos operários livres contra as condições impostas pelos industriais era uma herança da escravidão.[48] A *burguesia industrial* simplesmente surgiu, devido à transferência de capitais do campo para as cidades e do contraponto do *regime industrial* ao *regime agrário*.

Outro período destacado por Vianna é o compreendido entre 1900 a 1909. Segundo sua análise, esse período evidencia o vigor do desenvolvimento industrial, o qual foi subsidiado pela política protecionista do governo e pela criação de um ambiente econômico favorável aos interesses da indústria,[49] principalmente, pela garantia de contar com uma

---

[43] VIANNA, op. cit. p. 212.
[44] Oliveira Vianna não faz nenhuma menção aos investimentos no incentivo à imigração de trabalhadores europeus. Ibid. p. 212.
[45] Ibid. p. 212.
[46] Ibid. p. 212.
[47] Ibid. p. 212.
[48] "Note-se que o *problema social* não tinha, então, aqui, a acuidade de hoje. Noventa por cento talvez destes trabalhadores livres compunham-se de antigos escravos; desagrilhoados pela Lei Áurea, traziam ainda nos pulsos as cicatrizes da servidão. Tudo nos leva a crer que foi precisamente o peso destes noventa por cento de antigos escravos que impediu a aparição do espírito de revolta na nova massa urbana dos trabalhadores livres e retardou, até há bem pouco, a explosão do conflito social em nosso país." Ibid. p. 212 e 213.
[49] "Coincide este período com a grande perturbação econômica, decorrente da crise provocada pela superprodução de café. Esta crise quase que fizera naufragar na ruína toda a riqueza agrária dos Estados meridionais: São Paulo, Minas e Rio de Janeiro (inclusive Espírito Santo). Ora, o surto industrial deste período não foi senão uma deslocação dos saldos monetários da nossa economia rural, que, colhidos pela crise ou receiosos dos seus efeitos, se transferiram apressadamente para outro campo mais lucrativo. Demais, o declínio do café nos mercados estrangeiros, desequilibrando nossa balança de pagamentos, desvalorizara a nossa moeda, reduzindo o nosso poder de compra de artigos e manufaturas nos mercados europeus e americanos – e isto nos ia levar logicamente às grandes iniciativas de fundações industriais, que nos permitissem a sua fabricação *in loco*. O protecionismo foi apenas o reconhecimento e a oficialização desta orientação econômica, que se impunha." Ibid. p. 213.

reserva de mercado, proporcionada pelo Estado brasileiro[50]. O ambiente econômico favorável impulsionaria a formação da burguesia industrial:

> Estas circunstâncias criaram um ambiente favorável a um mais rápido desenvolvimento da burguesia industrial nascente. Daí por diante os seus interesses começaram a contar cada vez mais e com mais império aos olhos do governo, ou melhor, dos candidatos ao Parlamento. Na fase anterior, de 1885-1890, vemos esta burguesia plutocratizante nascer e ramificar-se. Nesta fase de 1900-1909 já a vemos em plena enfolhescência e florescência. Mais um decênio e ela irá atingir a plenitude do seu vigor e da sua onipotência.[51]

O último período do desenvolvimento industrial foi o compreendido entre 1914 a 1920. Esse momento seria especial, sobretudo, pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial e pelo fato de assistirmos "ao pleno domínio da burguesia capitalista e industrial"[52]. No final da década de 1920, a burguesia industrial já estava constituída e a importância econômica da indústria superava a economia agrária:

> Essa [a burguesia industrial] se define afinal em 1927. Este ano marca uma data cíclica em nossa história econômica: nele o valor da produção industrial sobreleva e supera, pela primeira vez, de muito, o da produção agrária, incluindo mesmo o formidável contingente trazido pelos cafezais – 5.510,405 mil cruzeiros para a produção agrária contra 5.566,663 mil cruzeiros da produção industrial.[53]

Para Vianna, nessa época, as indústrias eram grandes e pesadas. Para exemplificar, ele cita uma siderurgia em Volta Redonda e a Fábrica Nacional de Motores na Baixada Fluminense. Esse crescimento faria com que o Brasil ocupasse a segunda posição na América de *país maquinofatureiro e industrial*[54]. O principal argumento para esse desenvolvimento foi a utilização da energia elétrica como força motriz.[55]

De acordo com Censo Industrial de 1920, a concentração industrial estava na região Sul do Brasil, a da Região Norte era quase insignificante.[56] De posse dos dados desse censo, Vianna estabeleceu cinco categorias (com base no *Bareau International du Travail*) para classificar as indústrias existentes no Brasil.

---

[50] "Os investimentos industriais, seguros das garantias trazidas pelas tarifas da Alfândega, passaram a ter o sentido de uma aplicação rendosa e garantida de capitais, tão rendosa e garantida como o eram os investimentos agrários no período colonial – na exploração dos engenhos de açúcar, ou – no Império – na exploração dos cafezais. Cada indústria nova que surgia num ponto qualquer do país, para logo pedia o benefício da proteção – e com isto tinha logo assegurado, praticamente, o monopólio de seu mercado estadual, ou mesmo no mercado nacional." VIANNA, op. cit. p. 214.
[51] Ibid. p. 214.
[52] Ibid. p. 214.
[53] Ibid. p. 214.
[54] Ibid. p. 215.
[55] Ibid. p. 215.
[56] Ibid. p. 221.

Tabela 02 – Classificação do tamanho das indústrias no Censo de 1920

Tipo	Classe	Número de operários por estabelecimento
A	Artesanal	0 a 4 operários
B	Pequena	5 a 19 operários
C	Média	20 a 100 operários
D	Grande	100 a 1.000 operários
E	Gigantescas	Mais de 1.000 operários

Fonte: VIANNA, Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiba; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987, p. 232.

Considerando esse critério de classificação, o autor dividiu as 8.425 indústrias paulistas e as 6.454 indústrias cariocas da seguinte forma:

Tabela 03 – Classificação por tamanho das indústrias na Região Sul (1941)

Região	Estabelecimentos				
	Artesanais	Pequenos	Médios	Grandes	Gigantescos
Distrito Federal	4.213	1.197	829	248	58
São Paulo	4.583	2.092	1.119	538	93

Fonte: B.C.F.C.E., ano V, nº. 36, 1942, p. 12. Apud. Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiba; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987, p. 233.

Em outra Tabela, Vianna comparou o número e a classificação das indústrias do Censo de 1920 com o Censo de 1940.

Tabela 04 – Estabelecimentos Industriais 1920 e 1940

	1920				1940			
Tipos	Distrito Federal	%	São Paulo	%	Distrito Federal	%	São Paulo	%
A	470	30,5	2.376	57,3	4.213	64,4	4.583	54,4
B	658	42,7	1.308	31,5	1.197	18,3	2.092	24,8
C	315	20,4	314	7,7	829	12,7	1.119	13,3
D	90	5,9	138	3,3	248	3,8	538	6,4
E	8	0,5	9	0,2	58	0,8	93	1,1

Fonte: M.A.I.C., Diretoria Geral de Estatística – *Recenseamento do Brasil*, de 1.9.1920, vol. V (1ª. Parte) – Indústria, Rio, 1927, pág. 274 e segts.; B.C.F.C.E., ano V, nº. 36, 1942, pág. 12. Apud. Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiba; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987, p. 234.

No Rio de Janeiro, segundo os dois censos, houve um aumento considerável do número de estabelecimentos de tipo A. Segundo Vianna, isso representou um retrocesso da indústria carioca, pois preponderavam na produção industrial carioca as pequenas e artesanais industriais (de 0 a 4 operários).[57] Justamente o contrário ocorria em São Paulo:

[57] Ibid. p. 235.

> Entretanto, enquanto é esta a evolução carioca, em São Paulo dá-se justamente o oposto: *a concentração industrial capitalista caminha impetuosamente*. De 1920 a 1940, reduzem-se os coeficientes das pequenas empresas de tipo A e B; ou seja, respectivamente, 57,3% contra 54,4% e 31,5% contra 24,8%. É um mau sintoma aliás, porque sinal de que as classes médias e independentes estão se reduzindo no setor paulista, revelando que um processo de proletarização está em marcha na estrutura econômica de São Paulo. Na estrutura carioca, o aumento verificado do coeficiente das empresas artesanais é indício da desproletarização da massa, da sua ascensão à pequena burguesia industrial e às classes médias. Em São Paulo, como que todo o sistema se inclina gravitando para as empresas médias e grandes, do tipo C e D, e, principalmente, para as gigantescas (tipo E).[58]

Vianna acrescentou outro argumento nesse processo de industrialização paulistano, ou um dado que corroborava uma tendência nacional, isto é, as grandes indústrias arregimentavam um número considerável de operários:

> Esta concentração já se mostrava então mais acentuada ainda em São Paulo e no Distrito Federal: as empresas deste tipo (tipo E), que eram apenas 17 (0,3% das recenseadas em São Paulo e no Distrito Federal) tinham então sob a sua dependência cerca de 20,8% da massa operária recenseada naquelas regiões: no Rio, 10,9%; em São Paulo, 9,9%. Este grau de concentração é o bastante para preparar o clima de expulsão do problema social e estabelecer as possibilidades dos conflitos do trabalho.[59]

Constatamos pelos números, que houve um aumento significativo das grandes indústrias, mas não o suficiente para suplantar a importância das pequenas fábricas. Enquanto em 1920, os estabelecimentos de Tipo A (artesanal, de 0 a 4 operários) eram 2.376, em 1940, representavam 4.583. Tanto num censo, quanto em outro, tais estabelecimentos representavam a maioria do parque industrial. Vianna apontou que 9% dos trabalhadores paulistas estavam empregados nas empresas de Tipo D e E, os outros 91% restantes empregavam-se nos Tipos A, B e C. Como existiam mais empresas de tipo A, era grande a possibilidade da concentração de mão-de-obra nesse tipo de empresa.

No Segundo Volume de sua obra, o autor reconheceu a importância das pequenas e médias indústrias na economia brasileira:

> Na verdade – como se pode ver dos dados estatísticos, colhidos pelo Censo de 1920 – são a *empresa artesanal* e a *pequena empresa* os tipos dominantes no nosso parque industrial, com exceção apenas das grandes metrópoles do Sul. Nestas, é certo, aparece esplendidamente organizada a *grande indústria*, na plenitude do seu desenvolvimento *técnico* e com tendência mesmo ao *gigantismo*. Mas, a verdade é que o número de empresa com uma verdadeira organização capitalista é diminutíssimo, se o compararmos com as empresas de tipo artesanal (até 5 operários). Estas formavam em 1920 51,8% dos estabelecimentos recenseados, ao

[58] VIANNA, op. cit. p. 235.
[59] Ibid. p. 237.

> passo que as pequenas empresas (5 a 20) cobriam cerca de 35,1%; ao todo 86,9% entre estabelecimentos pequenos e artesanais.[60]

Para explicar a importância do crescimento da pequena e média indústria, apontou três justificativas; todas elas gravitavam em torno de um mesmo fenômeno, isto é, um movimento ascensional das classes com menos poder aquisitivo:

> É um fenômeno que deve ter a sua explicação nestas três causas combinadas: a *abundância de capitais*, acumulados nas mãos das classes populares e da pequena burguesia (provindos, provavelmente, dos lucros das explorações agrárias, ali extremamente frutuosos; café, algodão, laranja, banana, criatório, etc.); a *abundância relativa de energia elétrica*; o *poder aquisitivo relativamente alto* da população paulista.[61]

Vianna tentou denotar o desenvolvimento da cidade de São Paulo rumo ao chamado *supercapitalismo*. A análise dos dados censitários comprovou a predominância de indústrias de estruturas simples. No final de sua obra, reconhece que o *supercapitalismo* paulistano estava cercado por um mar de pequenas e médias indústrias artesanais.[62] Vianna idealizou o industrial brasileiro na figura de Mauá, de Matarazzo, ou algum outro grande *capitão de indústria*. Contudo, um tanto a contragosto, foi forçado a reconhecer que o industrial brasileiro era uma pessoa modesta e seu empreendimento não foi muito além de uma oficina artesanal com poucos auxiliares.

2.4 Octávio Ianni

Para analisarmos a interpretação de Octávio Ianni sobre a formação do empresariado industrial brasileiro, escolhemos um texto representativo do debate existente no início da década de 1960 sobre a industrialização brasileira. A obra escolhida foi *Industrialização e*

---

[60] VIANNA, op. cit. p. 16-17, v. 2.
[61] Ibid. p. 18.
[62] "Embora em menor escala e com muito menos generalidade, a nossa moderna estrutura industrial está ainda sob a mesma mentalidade pré-capitalista que já assinalamos na nossa economia agrária e na nossa evolução manufatureira até 1850. Quer isto dizer: nela encontramos uma esmagadora preponderância da mentalidade da *economia de manutenção* sobre a mentalidade da *economia de lucro*. O capitalismo psicológico não chegou a constituir-se aqui, porque vemos preponderar aqui as empresas de tipo artesanal e as empresas de tipo médio, que são as dominantes e caracterizadoras da nossa estrutura industrial; ora, empresas deste tipo não podem ser inspiradas por objetivos de mera especulação lucrativa. Surgem por todo o país, sem dúvida; mas, certo, com o objetivo modesto de apenas assegurar aos seus proprietários e dirigentes, possivelmente a riqueza, mas principalmente os meios de subsistência e também uma classificação social superior – a do *status* de 'industrial'. Equivale dizer em suma: mentalidade de *pré-capitalismo* – e não de *supercapitalismo*." Ibid. p. 193-194.

desenvolvimento social no Brasil[63]; em que investigou o desenvolvimento econômico com ênfase nas condições da formação da classe operária e a relação entre educação e classes sociais. Na Primeira Parte da obra (*Classes e tensões sociais*), fornece-nos uma análise sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, na qual identificamos, implicitamente, a origem social do empresariado industrial.

A industrialização no Brasil, um país agrário, possuiu como divisor de águas a Revolução de 1930. A princípio foi marcado por uma industrialização perene, limitada e presa aos interesses agrícolas. Posteriormente, suplantados os interesses agrícolas, a indústria se tornou a base da economia brasileira. A partir de então, segundo Ianni, tem-se o "início efetivo da civilização urbano-industrial no Brasil"[64].

O capitalismo urbano-industrial obteve um maior dinamismo apenas depois de 1930, por meio de dois fenômenos interligados: a imigração e a inversão de capitais agrários em atividades manufatureiras. Ianni apontou a fisiocracia da burguesia agrário-comercial como responsável, indiretamente, pelos recursos econômicos para a implantação das indústrias no Brasil:

> Em consonância com a formação de um contingente de trabalhadores livres, que serão a classe operária, verifica-se a acumulação de capitais necessários às inversões em empresas manufatureiras e industriais. A burguesia agrário-comercial, cujos interesses radicam-se cada vez mais no país, propicia, a despeito de sua aversão persistente à indústria, os primeiros recursos para a implantação dessas empresas. É o mesmo grupo que tradicionalmente acentua o destino agrícola do Brasil, criando um mito fisiocrata de que esta é uma "nação eminentemente agrícola", é das mãos desse grupo de cafeicultores que sairão os capitais utilizados nos impulsos iniciais à industrialização.[65]

Assim, os recursos econômicos necessários para um maior dinamismo do processo de industrialização no Brasil, foram propiciados pelos capitais gerados na lavoura cafeeira. Contudo, isso não significou que os industriais surgidos nesse contexto foram membros da elite cafeeira. Ianni se utiliza da dicotomia do movimento operário para denotar a fraqueza política do empresariado industrial antes de 1930.[66] O operariado industrial, surgido no momento posterior à abolição da escravatura, ao levar suas reivindicações ao extremo por meio das greves (inclusive a grande greve de 1917), não dialogava com um governo representativo dos industriais, mas sim com os representantes de uma burguesia rural. A

---

[63] IANNI, Octávio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
[64] Ibid. p. 19.
[65] Ibid. p. 20.
[66] Ibid. p. 22.

forma mais conhecida dessa elite rural lidar com as insatisfações do movimento operário se assemelhava à disciplina imposta aos escravos, ou seja, a violência.[67]

Os industriais representavam um segmento distinto em relação à elite agrária de cafeicultores, antes de 1930. A partir de então, houve um rearranjo das estruturas econômico-sociais na sociedade, culminando numa ascensão política da classe dos industriais. Tal transformação ocorreu devido à necessidade da superação de uma esgotada estrutura produtiva, remanescente do período anterior a 1930 e representada por estabelecimentos pequenos e artesanais. Esta estrutura deu lugar às indústrias de maior envergadura, características de uma sociedade urbano-industrial.[68]

Ianni delimitou três perfis bem peculiares para os membros do empresariado industrial numa *civilização urbano-industrial*. O primeiro deles seria *empreendedor*, um indivíduo, eminentemente, criador e inovador; o outro seria o *gerente*, o executivo responsável pelas decisões nas grandes industriais; e, finalmente, o *capitalista* que, muitas vezes, não era nem empreendedor e nem gerente, mas um acionista responsável por injetar capital na indústria.

O ancestral desse industrial da *civilização urbano-industrial*, desenvolvida no Brasil depois de 1930, ou o pioneiro do processo de industrialização no Brasil, reunia numa única pessoa esses três perfis:

> É verdade que essas categorias nem sempre se apresentam separadas, pois que muitas vezes se encontram aglutinadas numa só pessoa, como ocorre em geral na fase pioneira do capitalismo, quando um mesmo indivíduo é empreendedor, gerente capitalista, chefe de relações públicas, comprador etc. Nas numerosas pequenas empresas que se encontram ainda funcionando no parque industrial brasileiro, o proprietário é sempre uma pessoa que desenvolve a totalidade ou a maioria daquelas funções, constituindo-se numa categoria social extremamente complexa. Todavia, à medida que a economia se desenvolve, exigindo grandes empresas, elas passam a diferenciar-se, como resultado natural da maior complexidade do sistema de *status* e papéis e da racionalização inerente à sociedade inclusiva.[69]

Ao relacionar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil com as oportunidades de mobilidade ascensional, intrínsecas desse próprio sistema, Ianni forneceu informações sobre a origem social dos pioneiros do desenvolvimento industrial. Embora questionasse a propensa

---

[67] "Portanto, rigorosamente, não eram os operários e os empreendedores industriais que se viam face-a-face nos reajustamentos sociais contínuos, decorrentes da diversificação das atividades produtivas e da multiplicação das empresas. Mas, precisamente quando se manifestam as tensões entre os componentes do sistema em formação, são postos em ação os mecanismos tradicionais de resolução das contradições entre interesses grupais. Há, pois, uma inadequação política gerada pela coexistência de duas estruturas econômico-sociais distintas: a agrário-comercial, que se estiola, e a urbano-industrial, que emerge paulatinamente." IANNI, op. cit. p. 22.
[68] Ibid. p. 24.
[69] Ibid. p. 67-68.

ascensão generalizada de operários à categoria de industrial, apontou a possibilidade de ascensão social de trabalhadores na origem do processo industrial:

> Por conseguinte, a partir das condições reais de formação do capitalismo, emerge um mito que implica na admissão de que é permanente e igual a mobilidade social dos homens. A mística do empreendedor que foi operário é a codificação da mobilidade ascensional como possibilidade perene. Estruturada numa fase determinada do sistema, essa representação tende a ser preservada nas fases seguintes, quando as possibilidades efetivas de ascensão decrescem paulatinamente. À medida que se reduz o ritmo e o âmbito de ascensão, que o sistema capitalista se aproxima de uma estrutura "adulta", quando diminui a mobilidade em setores cada vez mais maiores, aquele ideal assume outras funções, readquirindo vigor e significados novos [...] No processo de alienação intelectual que acompanha a socialização do proletário, especialmente nas áreas que são manipuladas pela burguesia, inclui-se também o mito do individualismo de sucesso, como se o homem pudesse libertar-se das condições sociais que ele cria e o engendram.[70]

Se a possibilidade de ascensão social de operários foi possível nessa fase originária do processo de industrialização, a questão a ser feita é quem seriam esses operários ou trabalhadores que, potencialmente, poderiam ascender socialmente? Para Ianni, o mercado de trabalho assalariado no Brasil formou-se pelos imigrantes e, secundariamente, pelos ex-escravos:

> [...] não há dúvida de que a mão-de-obra relativamente mais "qualificada" do imigrante possa ter sido eficaz, principalmente se a considerarmos em confronto com aquela do escravo, que, por não estar em condições sequer de aprender a manipular as máquinas, quebra-as. O horizonte mental do negro recém-egresso da senzala não era suficientemente amplo para possibilitar um rápido e eficiente aprendizado na lida com instrumentos e máquinas cujo funcionamento lhe era estranho. Somente o filho do ex-escravo, dadas as possibilidades de enriquecimento de sua experiência social, poderá oferecer-se no mercado de trabalho em condições de igualdade com o imigrante e outros trabalhadores.[71]

Os trabalhadores que, a princípio, poderiam elevar-se socialmente eram os imigrantes, pois possuíam vantagens em relação aos ex-escravos. Contudo, segundo a interpretação de Ianni, o grosso do contingente de imigrantes se limitou ao mercado de trabalho,[72] pois a grande maioria, diante do seu fracasso, vislumbrou a possibilidade de ascensão social somente

[70] IANNI, op. cit. p. 73-74.
[71] Ibid. p. 100.
[72] Ibid. p. 100-101.

nas gerações futuras.[73] Entretanto, entre os ex-escravos e os imigrantes, estes tinham mais chances de ascensão social. Ianni aponta, implicitamente, essa possibilidade:

> [...] o imigrante efetivamente possui alguma qualificação profissional no primeiro momento do processo [de imigração]. Isto se deve a influência do tipo de horizonte sócio-cultural do indivíduo que imigra, geralmente uma pessoa dotada de requisitos psíquicos e culturais que o qualificam para a emigração. Além disso, o imigrante que se dirigiu para São Paulo (cidade ou campo) não era simplesmente um lavrador assalariado no seu país de origem, mas, muitas vezes, um pequeno sitiante, proprietário de um lote que, além das tarefas agrícolas habituais, dedicava-se a atividades artesanais diversas, de caráter pré-capitalista, tais como: preparo de farinha de trigo; fabrico de pão e outros produtos derivados da farinha, ovos, manteiga, etc.; preparação de lingüiças, salames, queijos; fabrico de massa de tomate; preparo de frutas cristalizadas; confecção de artigos de vestuário com panos fiados e tecidos na casa, etc. Em suma, o treino adquirido pelo homem da Europa agrária no desenvolvimento das mais diversas atividades artesanais e manufatureiras foi um elemento positivo não apenas com respeito à qualificação profissional do agente, mas também com relação às possibilidades de exploração econômica das condições favoráveis oferecidas pela estrutura econômica em transformação.[74]

A busca pela origem social do empresariado industrial brasileiro não foi o objeto de análise de Ianni. Ele apontou um contexto, no qual a indústria encontrou um ambiente propício de desenvolvimento sem, no entanto, ser o agricultor o ancestral desse industrial. O processo de imigração criou um mercado de trabalho assalariado e, hipoteticamente, pode ter fornecido indivíduos qualificados tecnicamente para desempenhar as funções de industrial, especialmente, no que diz respeito aos perfis de *empreendedor* e *gerente*.

2.5 Warren Dean

Warren Dean tem uma grande contribuição para o estudo do processo de industrialização brasileiro, sobretudo, por sua análise, *A industrialização de São Paulo*[75], servir de referência para os demais autores. A grande preocupação de Dean foi comprovar a formação da classe dos industriais como um grupo político; tal surgimento foi concomitante à importância que a indústria, paulatinamente, assumiu ao longo da primeira metade do século XX, principalmente, depois de 1930. Ao descrever o processo de constituição do

[73] "[...] enquanto o negro liberto, e muitas vezes seu filho continuarão vendo em certas atividades produtivas o estigma do que é inferior, degradado, condenado, o imigrante de primeira geração, desvinculado do contexto tradicional em que foi socializado, libertou-se em maior ou menor grau daqueles estereótipos. Na comunidade adotiva, o imigrante sequioso de enriquecer-se e ascender socialmente, aceitará também as atividades que ele também considerava degradadas. É em seu filho que ele encontrará a 'purificação', transformando-o num profissional liberal, preferivelmente um bacharel, nos moldes das tradições da comunidade adotiva, que são semelhantes às tradições da comunidade originária." IANNI, op. cit. p. 101.
[74] Ibid. p. 102.
[75] DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

empresariado industrial, Dean, necessariamente, abordou a gênese social da classe dos industriais.

Semelhante a certo consenso da literatura acadêmica, as origens econômicas do processo de industrialização se deveram a toda uma estrutura criada pela economia cafeeira. Tal estrutura forneceu o suporte econômico e técnico para o processo de industrialização.[76] Segundo Dean, no início da urbanização da cidade de São Paulo (criado pela economia cafeeira), o abastecimento de produtos industrializados era suprido por mercadorias importadas da Europa e dos EUA.[77]

O importador, muitas vezes, um estrangeiro teve um papel determinante, ao intermediar consumidores e produtos. Num primeiro momento, pode até parecer estranho relacionar esses importadores com a gênese do processo de industrialização em São Paulo, afinal a produção interna poderia concorrer com os produtos importados. Entretanto, o processo de industrialização não se chocou com os interesses dos importadores, porque eles próprios se transformaram em industriais:

> Posto que os produtos importados viessem substituir produtos que não poderiam ser fornecidos localmente nos primeiros dias do comércio do café, os negócios de importação não constituíam obstáculo ao desenvolvimento da indústria. Pelo contrário, foram claramente a origem de um setor industrial que cresceu a par das empresas agroindustriais dos fazendeiros. Três séries de circunstâncias favoreceram o envolvimento de importadores na criação da empresa industrial. Em primeiro lugar, por sua própria natureza, a importação requeria certo número de operações realizadas *in loco*. A instalação de equipamento hidrelétrico, por exemplo, de fiações ou pontes de báscula requeria uma perícia técnica cujo exercício o comprador, por via de regra, deixava a cargo do importador. Este, freqüentemente, se via obrigado a completar no local a manufatura de artigos que eram muito caros para serem embarcados completamente transformados, como pregos, cerveja e caldeiras, mas havia numerosas outras considerações além do peso e do volume. Alguns artigos, como o acetileno, eram perigosos demais para se embarcarem; outros, como biscoitos ou *pasta*, eram demasiado perecíveis; outros ainda, como ferragens e material de encanamento, exigiam um estoque caríssimo. Às vezes, as operações de remate envolviam matérias-primas que se obtinham mais em conta em São Paulo do que embarcadas e, portanto, permitiam ao importador investir em fornos de tijolos, serrarias ou vidrarias, que contribuíam para a construção de suas pontes, de sua maquinaria industrial ou para o engarrafamento dos seus produtos.[78]

A indústria paulista, na visão de Dean, apresentou um grande impulso, a partir da ação dos importadores; ele não faz menção à indústria artesanal, talvez pelo fato desse tipo de produção não conseguir atender à demanda do novo mercado. Por necessitarem complementar

[76] DEAN, op. cit. p. 14 e 15.
[77] Ibid. p. 25.
[78] Ibid. p. 26.

o processo de produção das mercadorias vindas do exterior, os importadores desenvolveram uma estrutura produtiva para poderem comercializar tais produtos.

Dean montou uma tabela, com base em dados de 1910, em que forneceu números acerca da relação dos importadores e o processo de industrialização. Apontou 37 firmas, num total de 65 que, além do negócio de importação, atuavam na produção industrial. Reproduzimos a tabela a seguir.

Tabela 05 – Lista de Importadores (cerca de 1910)

Nome da Firma	Natureza da Manufatura	Nome da Firma	Natureza da Manufatura
Afonso Vizeu	Fábrica de tecidos	João Jorge, Figueiredo	Pregos, sabão, óleos
Almeida, Lisboa	–	João Reynaldo, Coutinho	Tecidos
Antenor de Camargo	–	Jorge Fuchs & Cia.	–
Assumpção & Cia.	–	Krüger	Metalurgia
Augusto Rodrigues	Roupas feitas	Krug & Cia.	–
Avelino Souza	–	L. Perroni	–
Brasital	Fábrica de Tecidos	Lee & Villela	Arame, louça esmaltada
Bromberg, Hacker	Fábricas de tecidos, óleos vegetais	Lion & Cia.	–
Byington & Cia.	Fábrica de tecidos	Lupton Co.	Metalurgia
C. P. Vianna	Fiação de lã	M. Almeida	–
Carlos Urban	Metalurgia	MacDonald & Cia.	Acetileno, oxigênio
Casa Nathan	Fósforos, doces, fábrica de tecidos	Mappin & Co.	–
Cássio Muniz	–	Martins Ferreira	Ferragens, pregos
Cia. Paulista de Importação	–	Mesbla	–
Costa Siqueira	–	Naumann, Gepp	Carros, cerveja, licores
Davidson Pullen	Fósforos	Nelson Bechara	Roupas feitas
Dodsworth & Cia.	–	Noschese	Banheiras, louça esmaltada, ferragens
Edward Ashworth	Sandálias, sapatos, lonas	Reichert Irmãos	Artigos de toucador, biscoito, doces
Elias Calfat	Tecidos (em data posterior)	Richard Wichello	–
Evaristo Ramos	–	Salgado & Cia.	Cigarros
F. de Siqueira	–	Schill & Cia.	Maquinaria, fundição
F. S. Hampshire	–	Serva Ribeiro	–
F. Upton	Metalurgia	Soares de Sampaio	–
Fracalanza & Cia.	Móveis de vime	Souza & Cia.	Artigos de vidro
Franca Pereira	–	August Tolle	Água mineiral, doces, biscoitos
Freitas, Lima Nogueira & Cia.	–	A. Trommel	...
General Commercial Co., Ltd.	–	Theodore Wille	Tecidos, aço, metalurgia, meias, balanças
Giorgi Picossi	–	Werner, Hilpert	Seda e tecidos

Nome da Firma	Natureza da Manufatura	Nome da Firma	Natureza da Manufatura
H. Stolz	Moagem, cerveja, pregos, forragens	Whately & Cia.	Metalurgia
Haupt & Cia.	Metalurgia	Wilson Sons	–
Hugo Heise & Cia.	–	Victor Isnard	–
Holmberg Bech	Acetileno, aço	Zerenner-Bülow	Cerveja, gelo
Irmãos Jafet	Tecidos		

Fontes: JCSP, índice; Câmara Inglesa de Comércio de São Paulo e do Sul do Brasil, *Importers and manufacturesm in the State of São Paulo;* Brasil, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, *Sociedades mercantis autorizadas a funcionar no Brasil*, 1808-1946; *Commercial Encyclopedia, Third Sectional Issue, South America*; Monte Domecq' et Cie., Société de Publicité Sud-Americaine. O Estado de S. Paulo; Empreza Editora, *São Paulo moderno*; *Erstes Jahrbuch für die deutschsprechende Kolonie im Staate São Paulo*, 1905. In: DEAN, Warren. Op. Cit. p. 33-34.

As informações apresentadas por Dean na Tabela 05 podem dar uma dimensão do número de importadores, entretanto, quando comparados ao número de indústrias paulistanas na mesma época, esses dados são muito reduzidos. Quantitativamente, 37 ramos industriais representam um número pequeno de indústrias.[79]

No prosseguimento de sua análise sobre a preponderância dos importadores no processo de formação do empresariado industrial paulistano, Dean, sem apontar dados empíricos, afirmou que:

> Nos meados da década de 1920, as atividades industriais de importadores e de importadores convertidos em manufatores, impressionantemente variadas e requintadas, incluíam o controle de todas as fases da manufatura têxtil, da moagem, do engarrafamento de cerveja e de bebidas, da manufatura de ferragens, da forja do aço e do latão, da laminação de metais, da estampagem do alumínio, da esmaltagem do ferro fundido, do fabrico do papel, da refinação de óleos vegetais e de toda a sorte de máquinas feitas de encomendas – elevadores, caldeiras, fornos, bombas, balanças e equipamentos de moagem.[80]

Ao listar alguns industriais paulistanos, Dean citou onze empresários, entre dezesseis que, além da atividade industrial, atuavam no ramo da importação. Os nomes citados foram: Francisco Matarazzo, os quatro irmãos Jafet, Rodolfo Crespi, Pereira Ignácio, Ernesto Diederichsen, Egydio Gambá, os irmãos Puglisi Carbone, os Klabins e Weiszflogs.[81] Apesar de essas pessoas serem os proprietários das maiores indústrias paulistanas na época, a amostra

[79] O Censo Industrial publicado em 1920, com dados colhidos em 1919, apontou 4.145 estabelecimentos industriais existentes na cidade de São Paulo.
[80] DEAN, op. cit. p. 35.
[81] Ibid. p. 37.

continua ainda pequena diante das proporções do processo de industrialização ocorrido no período analisado por Dean.[82]

Ao investigar a importância do empresariado industrial nascido no Brasil, Dean destacou a participação de cafeicultores no setor industrial. Afirmou que a "quase totalidade dos empresários brasileiros veio da elite rural. Por volta de 1930, não havia um único fabricante, nascido no Brasil, originário da classe inferior ou da classe média, e muito poucos surgiram depois"[83]. A interpretação desse autor nos leva a presumir que não havia muito espaço para industriais, além dos originários das classes dos importadores ou cafeicultores.

Ao investigar a nacionalidade dos importadores, Dean constatou que a maioria era de origem imigrante:

> Essa gente [imigrantes pobres] tinha pouca probabilidades de elevar-se acima da classe inferior; quando muito poderia chegar ao nível do comércio varejista ou das oficinas mecânicas. Os imigrantes que adquiriram fortunas e conseguiram igualar-se aos fazendeiros em posição social eram de origens totalmente diversas. Os dados biográficos que se possuem revelam que quase todos, em suas pátrias, haviam morado em cidades, pertenciam a famílias da classe média e possuíam instrução técnica ou, pelo menos, certa experiência no comércio ou na manufatura. Muitos chegaram com alguma forma de capital: economias de algum negócio realizado na Europa, um estoque de mercadorias, ou a intenção de instalar uma filial de sua firma. Outros haviam sido contratados para trabalhar em empresas de propriedade de fazendeiros, à semelhança dos colonos e operários têxteis, mas como técnicos ou administradores. Por conseguinte, embora houvesse pouquíssimos empresários imigrantes que tivessem começado como operários de fábricas ou mascates (Dante Ramenzoni, fabricante de chapéus, e Nicolau Scarpa, dono de moinhos e fábricas de tecidos, são os únicos nomes preeminentes), em geral os burgueses imigrantes chegavam a São Paulo com recursos que os colocavam muito à frente dos demais e praticamente estabeleceram uma estrutura de classe pré-fabricada.[84]

A descrição acima ilustra a concepção de Dean sobre a *burguesia imigrante*, ou a condição econômica diferenciada desses imigrantes lhes permitiam investir seus recursos e explorar as necessidades de seus compatriotas, especialmente, por conhecer gostos e paladares.[85]

---

[82] Talvez a escolha desses nomes se deveu, especialmente, pela razão de Dean ter se concentrado nas maiores indústrias existentes no período. Sua análise é centrada na grande indústria e, nesse caso, os importadores, talvez, tiveram destaque.

[83] DEAN, op. cit. p. 54.

[84] Ibid. p. 59.

[85] "Uma segunda explicação da acentuada correspondência entre a industrialização dirigida por importadores e o empresariado imigrante reside no mercado que as massas rurais e urbanas nascidas na Europa proporcionaram aos que estavam familiarizados com seus gostos e hábitos. Nem a elite rural nem o grupo de negociantes nascidos no país conheciam muita coisa das preferências dietéticas, indumentárias ou arquitetônicas dos europeus. Alguns fazendeiros construíram moinhos para fabricar a farinha de mandioca e de milho que eles e suas próprias classes inferiores estavam acostumados a comer, mas não apareciam no negócio da moagem da farinha de trigo. Comerciantes italianos, portugueses e sírios importavam o bacalhau salgado, os chapéus de feltro, a *pasta*, o azeite de oliva, a cerveja, as especiarias e o vinho de que os europeus gostavam, e logo principiaram a manufatura-los, ao lado de outros produtos, cuja importação da Europa teria sido excessivamente dispendiosa, como trabalhos ornamentais de mármore e móveis de madeira." Ibid. p. 60.

Há, na análise de Dean, um período no processo de industrialização, no qual houve a possibilidade de ascensão de imigrantes não importadores à camada dos industriais. Porém, estes não eram completamente destituídos de recursos (setores inferiores da classe média). Esse momento entremeia as duas guerras mundiais e propiciou o investimento em pequenas e médias indústrias:

> [...] não ocorreu nenhuma rápida acumulação de capital industrial no período que mediou entre as duas guerras. Parece provável que a estagnação do comércio do café tenha restringido novos investimentos por parte dos fazendeiros e importadores e freado indiretamente os industriais, cortando-lhes o crédito fornecido por importadores e banqueiros estrangeiros. O relativo declínio dos investimentos estrangeiros relacionou-se, obviamente, com o colapso dos padrões comerciais mundiais. Afinal de contas, as adições mais significativas ao parque industrial paulista talvez hajam sido as pequenas oficinas que principiaram a aparecer em setores tecnicamente adiantados da indústria, tais como equipamentos elétricos, máquinas-ferramentas, plásticos e peças de automóveis. Do ponto de vista do capital acumulado não teriam parecido importantes antes de 1940, mas do ponto de vista da transformação final da estrutura da indústria foram realmente importantes. [...].[86]

Como vimos, a origem dos proprietários de grandes indústrias se baseou, especialmente, nos importadores (formados por uma *burguesia imigrante*) e pelos cafeicultores. Sobrou muito pouco do mercado para ser explorado pela pequena ou média indústria.

2.6 Sérgio Silva

Sérgio Silva, com seu estudo sobre a *expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*[87], explicitou o desenvolvimento econômico brasileiro pela ótica do capitalismo tardio. Em outras palavras, as particularidades da economia capitalista (trabalho assalariado, desenvolvimento técnico, industrialização, dentre outros) demoraram a se desenvolver no Brasil. Tal desenvolvimento capitalista foi consequência de todo um processo promovido pela cafeicultura. A expansão cafeeira criou um mercado de mão-de-obra assalariada (em substituição ao trabalho escravo) e desenvolvimento técnico, em especial, a introdução das ferrovias que facilitaram os transportes e garantiram a expansão cafeeira.

---

[86] DEAN, op. cit. p. 124.
[87] SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1995.

Silva sustentou que a industrialização e a lavoura cafeeira eram reflexos do desenvolvimento capitalista, ambas faziam parte da acumulação de capital no Brasil.[88] Segundo essa análise, a industrialização brasileira (paulista) se concentrou nas grandes indústrias, ou naquelas que empregavam 100 ou mais operários e com um capital igual ou superior a 1.000 contos.[89] Ao privilegiar as grandes indústrias, pelo fato de elas espelharem a dinamicidade dos valores capitalistas, Silva excluiu de sua análise as pequenas indústrias.

Além dessa exclusão, Silva teceu críticas a autores que ressaltaram a importância, no processo de industrialização, das pequenas e médias indústrias e numa classe de industriais com recursos limitados:

> O imigrante desprovido de recursos e a pequena empresa são os elementos centrais das teses sobre as características da burguesia industrial nascente no Brasil. A partir desses elementos caracteriza-se a burguesia industrial nascente como uma camada da pequena burguesia urbana e comete-se sérios equívocos na análise de suas contradições com a burguesia cafeeira e as oligarquias dominantes em geral.[90]

Para Silva, a indústria brasileira já nasce grande e moderna, apenas pessoas com mais recursos poderiam garantir esse nascimento. Com isso, semelhantemente, a Dean, ele delegou aos importadores uma função de destaque na instalação de grandes indústrias.[91] Esses, por estarem inseridos no grande comércio de exportação e importação, tiveram grandes vantagens e, sobretudo, eram, em grande parte, imigrantes abastados o suficiente para se tornarem industriais:

> Em resumo, grande parte dos mais importantes representantes da burguesia industrial nascente, em particular da burguesia industrial paulista, a principal fração

[88] "O conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e a indústria. *E a análise correta dessas relações é impossível, se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil;* mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja *formação* encontra as suas *origens* na década de 1880 a 1890." Grifos no original. SILVA, op. cit. p. 75.

[89] "No que se refere à importância relativa das empresas com 100 ou mais operários, verificamos que, no antigo Distrito Federal, elas empregam 73% do capital e 63% do número total de operários. Em São Paulo, nelas encontramos 65% dos operários. Levando em conta as correções já sugeridas dos dados de 1907, devemos concluir que a importância relativa entre 1907, devemos concluir que a importância relativa das empresas industriais com 100 ou mais operários acentua-se entre 1907 e 1920. Fato que se destaca quando verificamos que mais de 20 mil operários, no antigo Distrito Federal, e mais de 30 mil, no Estado de São Paulo, trabalham em estabelecimentos industriais que empregam 500 ou mais operários. Afirma-se assim a nossa tese de que são essas empresas – e não as pequenas empresas dispersas pelo país – que melhor caracterizam a estrutura industrial brasileira durante o período estudado nesse trabalho." Ibid. p. 81.

[90] Ibid. p. 86.

[91] "Em seu estudo sobre a formação da indústria em São Paulo, Warren Dean dá uma contribuição decisiva para a demonstração do caráter errôneo dessas teses: os imigrantes que se tornam industriais não se confundem com a massa de imigrantes. Dean os denomina 'burgueses imigrantes', ressaltando desse modo aquilo que os distingue da massa de imigrantes, constituída por trabalhadores [...]." Ibid. p. 87.

> da burguesia industrial brasileira, chega ao Brasil como imigrante no final do Século XIX ou início do Século XX e trabalha como importador. Matarazzo começa como importador de óleos alimentares, farinha e arroz. Os irmãos Jafet, Crespi, Diederichsen também começam no setor de importação. Roberto Simonsen – um dos mais importantes líderes da indústria brasileira já na década de 1920 – foi também importador.[92]

Juntamente aos importadores, os cafeicultores também se transformaram em industriais:

> Os burgueses imigrantes enriquecidos no comércio constituem então o núcleo da burguesia industrial nascente. Elementos de outras origens também ajudam a constituir a burguesia industrial nascente no Brasil. Alguns membros da grande burguesia cafeeira interessam-se desde essa época pela indústria. A. Prado, um dos pioneiros da expansão do café em São Paulo, é também um dos pioneiros da indústria brasileira. Por outro lado, o estabelecimento de laços familiares entre a burguesia industrial nascente e a grande burguesia cafeeira facilitou uma certa fusão de capitais.[93]

Silva é direto na sua análise sobre a origem social do empresariado industrial. Ele desconsiderou a pequena e a média indústria, pois quanto maior o desenvolvimento da grande indústria, mais significativa a acumulação de capital e a força do capitalismo no Brasil. Contudo, como já apontamos neste capítulo, o Censo industrial de 1920 aponta um número considerável de pequenas e médias indústrias em relação às grandes. Esse dado pode ter sido de fundamental importância, especialmente, para a sobrevivência de pessoas com recursos suficientes para se tornarem pequenos industriais.

2.7 José de Souza Martins

No terceiro capítulo, discutiremos a análise de José de Souza Martins quanto ao *cativeiro da terra*[94], na qual explicitamos os obstáculos encontrados pelos imigrantes italianos para conseguirem ascender socialmente, especialmente, no meio rural paulista. Neste momento, nos atemos a sua acepção concernente à formação do empresariado industrial brasileiro. Martins relaciona o início do processo de industrialização no Brasil com a existência de pequenas indústrias artesanais, estas foram substituídas, a partir do investimento de grandes recursos, pelas grandes indústrias. Tal processo ocorreu para suprir o mercado de produtos que a produção artesanal não conseguia fornecer (quantitativamente e qualitativamente). A gênese da indústria moderna brasileira, com isso, vai além das oscilações

[92] SILVA, op. cit. p. 90.
[93] Ibid. p. 91.
[94] MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1979.

da economia cafeeira e está vinculada "a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria"[95]. A grande indústria, com isso, seria uma conseqüência do processo de industrialização e não a sua origem.

> É nesse plano que se pode dizer que é improvável a hipótese de que a indústria brasileira já nasceu como grande empresa, formulada por Sérgio Silva [...]. A indústria de 1907 já era indústria consolidada e é nos dados do censo industrial desse ano que aquele autor funda a sua conclusão. Na verdade, os principais grupos econômicos, os que se tomaram grandes depois, surgiram no último quarto do século XIX. E praticamente todos eles nasceram para substituir a produção artesanal e doméstica ou a produção em pequena escala disseminadas por um grande número de pequenos estabelecimentos tanto na capital quanto no interior. Aliás, a indústria em São Paulo nasceu distribuída por quase todos os municípios da província. Só depois do "Ensilhamento" é que passou a concentrar-se na capital e nuns poucos municípios importantes do interior, o que completou um processo iniciado com a expansão das ferrovias. Nasceram, portanto, para substituir a pequena produção intersticial e não para substituir importações.[96]

Martins não desconsidera a produção artesanal existente em São Paulo na segunda metade do século XIX, porém não analisa essa pequena indústria artesanal e não nos fornece nenhuma informação de seus proprietários.

Ao se colocar a questão de como foi possível "uma economia agrícola devotada à exportação e baseada no trabalho escravo mudar para uma economia industrial baseada no trabalho livre"[97], Martins investigou a possibilidade da liberalização de recursos, motivada pelo final da escravidão, ter gerado investimentos em outras atividades econômicas, além da fazenda cafeeira.[98] Se a resposta para essa questão fosse positiva, a indústria teria servido de opção de investimento aos fazendeiros, com isso, eles teriam corroborado, decisivamente, para a formação da grande indústria; entretanto, segundo Martins:

> Além do que, mesmo no período crucial para a gênese da indústria em São Paulo, que vai de 1870 a 1905, aproximadamente, não parece que tenham sido muitos os fazendeiros que se dedicaram à atividade industrial, em parte devido ao caráter intersticial da indústria. Uma pesquisa exploratória que realizei há alguns anos, cobrindo esse período, sobre "A cafeicultura e a urbanização dos investimentos", mostrou que, pelo menos até 1905, os fazendeiros dedicavam-se a diversos negócios, além do das suas fazendas: comércio, bancos, ferrovias, indústria, comércio imobiliário, mas principalmente como acionistas das empresas – sociedades anônimas em que tinham pequena participação juntamente com um grande número de outros investidores. A palavra *capitalista*, nessa época em São Paulo, significava para eles a pessoa que vivia dos rendimentos de seu capital, mais na perspectiva do proprietário que vive da renda da terra, embora esses rendimentos se referissem principalmente ao lucro do capital. É verdade, no entanto, que diversos

[95] MARTINS, op. cit. p. 106.
[96] Ibid. p. 106.
[97] Ibid. p. 108.
[98] Ibid. p. 109.

> desses acionistas tornaram-se diretores de empresas, sobretudo bancos e ferrovias, e que, em conseqüência, envolveram-se no processo tipicamente burguês de tomada de decisões nos negócios.[99]

A participação dos fazendeiros no processo de industrialização ocorreu de forma fragmentada, especialmente, pela participação no mercado de ações. O fazendeiro não se transformou em industrial propriamente, ele investia dinheiro em ações de indústrias.

Martins, em algumas passagens de sua análise, cita Dean, para criticar o seu argumento de que o fator cultural teria sido relevante para que os importadores imigrantes tivessem tido primazia na formação do empresariado industrial no Brasil.[100] Contudo, não faz nenhum comentário sobre a participação de imigrantes na formação do empresariado industrial paulistano.

No encerramento de sua análise, Martins faz algumas *considerações alternativas* sobre o processo de industrialização ocorrido no Estado de São Paulo. A primeira é:

> 1. Há várias indicações de que antes da abolição da escravatura e da chamada grande imigração (1886/88) ocorreu uma significativa expansão da atividade comercial e da indústria em pequena escala na província de São Paulo; não apenas na capital, mas em quase todas as cidades do interior. Isso parece sugerir que nessa época a indústria artesanal passou a desenvolver-se mais intensamente nos meios urbanos do que nas fazendas de café, cana e algodão, configurando uma espécie de separação agricultura-indústria.[101]

Como já dissemos, houve uma expansão da indústria artesanal antes da instalação da grande indústria, por isso, a primeira pode ser considerada o embrião da economia industrial em São Paulo. No entanto, Martins não apresenta nenhuma referência de quem seriam os responsáveis, os proprietários desses estabelecimentos.

A segunda acepção de Martins é a seguinte:

> 2. No começo dos anos 90, durante o chamado "Ensilhamento", houve em São Paulo uma intensa atividade econômica. Diversas empresas foram organizadas com a finalidade de adquirir pequenas fábricas. O resultado do "Ensilhamento" em São Paulo parece ter sido uma alteração na escala da produção industrial. De fato, nos começos, a industrialização em São Paulo visou, principalmente, a substituir a produção industrial doméstica e, até, clandestina, e a produção organizada em pequena escala.[102]

---

[99] MARTINS, op. cit. p. 112.
[100] Ibid. p. 106-107.
[101] Ibid. p. 114.
[102] MARTINS, op. cit. p. 114-115.

Se no momento anterior do desenvolvimento industrial, a indústria artesanal não atraía setores econômicos com mais recursos, no período destacado na citação, foi completamente diferente. Todavia, a indústria, neste caso, é vista como um negócio, um investimento e, conforme já discorremos, como sociedade anônima, na qual os fazendeiros puderam investir seus capitais e ficar distantes da administração e gerenciamento dessas empresas. A lucratividade do negócio era garantida, sobretudo, pela necessidade de produtos industrializados – demanda que as indústrias artesanais sozinhas não conseguiam suprir.

A última concepção de Martins sobre o processo de industrialização, diz respeito ao:

> [...] envolvimento do Estado na industrialização, é o de que desde 1900 o Estado brasileiro implantara o imposto de consumo. Com isso, o Estado reconheceu que as taxas de importação não cobriam a totalidade do consumo da sociedade brasileira e que o tesouro federal estava, em conseqüência, perdendo dinheiro. Desde então, os rendimentos públicos passaram a depender progressivamente desse imposto e, portanto, da industrialização. O setor industrial passou, pois, a ter uma importância vital para a burocracia pública. Assim sendo, a indústria ganhou a sua importância nas decisões governamentais, como ocorreu em 1931, na chamada socialização das perdas, que beneficiou a indústria, ao que tudo indica deliberadamente, e não só o café.[103]

Nesse último momento, o agente principal a promover o desenvolvimento industrial é o Estado. O interessante a ressaltar é a ausência do imigrante e sua relação com a industrialização, mesmo quando se refere às análises de Dean, Martins se refere aos importadores e não a uma *burguesia imigrante*. Para ele, os imigrantes estão presos ao cativeiro da terra, proporcionando riquezas para o fazendeiro. São pessoas pobres, trabalhadores braçais chegados ao Brasil para substituir a mão-de-obra escrava e quando vão para a cidade é para se transformar em operários.

2.8 João Manuel Cardoso de Mello

Como o próprio nome de sua obra já diz, *O capitalismo tardio*[104] analisa as razões para a lentidão do aparecimento da grande indústria brasileira.

A crítica à visão cepalina orienta o estudo de Mello, por isso, ele não comunga de uma visão da industrialização nacional como resultado da posição periférica da economia brasileira, ou o fato de o Brasil ocupar uma posição secundária na divisão internacional do trabalho. Sob a ótica cepalina, a economia brasileira era dependente dos países

[103] Ibid. p. 115.
[104] MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

economicamente centrais do capitalismo, dessa forma, a economia brasileira e a industrialização seriam exógenas, dependentes das flutuações econômicas internacionais. Mello, ao contrário, defendeu a existência de uma industrialização endógena, fruto do desenvolvimento interno do capitalismo no Brasil, independente dos países economicamente desenvolvidos.

Mello nomeou esse tipo de industrialização de retardatária, principalmente, pelo fato do seu surgimento ocorrer num momento, no qual o capitalismo dos países desenvolvidos já estava adiantado.[105] A economia cafeeira, antes de sua expansão para o Oeste paulista, era uma decadente economia mercantil-escravista cafeeira. Localizava-se no Vale do Paraíba, em que era dependente da limitada oferta de escravos (em 1850 ocorre o final do tráfico de escravos vindos da África) e impossibilitada de se expandir, pois quanto mais adentrasse o interior do país, maiores seriam as dificuldades com mão-de-obra e transporte da produção. Nesse momento de crise, Mello descartou a possibilidade da implantação da *grande indústria escravista* como forma de revitalizar a economia, pois a escravidão nesse tipo de indústria seria contraproducente.[106]

O *capitalismo tardio* ou a *indústria retardatária* dizem respeito à implantação de um modelo de indústria de grandes proporções e compatível desenvolvimento técnico. Contudo, o obstáculo ao desenvolvimento desse tipo de indústria, numa economia mercantil-escravista, era a falta de um contingente de pessoas livres e pobres para se submeter ao regime industrial:

> Quando se expandia a economia mercantil-escravista, aos homens livres e pobres era dado ceder terreno, deslocando-se para o interior, ou, então, se fixar em faixas inaproveitadas, por uma ou outra razão, para a produção mercantil e escravista. Quando chegava a crise, em nada se afetava a situação dos homens livres e pobres, mas, ainda, produtores da própria subsistência. Nem a expansão os punha em cheque, nem a crise desprendia de si este elemento fundamental à constituição do capitalismo, os trabalhadores carentes de meios sociais de produção e de vida em "quantidade superabundante". Do mesmo modo, a economia de subsistência, dispondo de terras onde se acomodar, ia se dilatando e fugindo da pressão demográfica.[107]

Dois fatores, segundo Mello, seriam determinantes para romper essas limitações para o surgimento da grande indústria. O primeiro foi a introdução das estradas de ferro,

---

[105] "Não basta, no entanto, admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é **específica** e que sua especificidade está duplamente determinada: **por seu ponto de partida**, as economias exportadoras capitalistas nacionais, **e por seu momento**, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É, a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária." Grifos no original. MELLO, op. cit. p. 98.
[106] Ibid. p. 74-75.
[107] MELLO, op. cit. p. 78.

responsáveis por quebrar a barreira das distâncias.[108] Outro fator foi o aparecimento das indústrias de beneficiamento do café.[109] Segundo o autor, "a estrada de ferro e a maquinização do beneficiamento não somente reforçam a economia mercantil-escravista cafeeira nacional. Ao mesmo tempo, se opõem a ela, criando condições para a emergência do trabalho assalariado"[110].

O trabalho assalariado, nesse caso, era sinônimo da criação de um grande contingente de pessoas que se sujeitassem aos rigores da disciplina industrial (e da lavoura cafeeira). Esse contingente foi formado pela promoção da grande imigração de trabalhadores para o Brasil.[111]

Com essas transformações, os obstáculos para o surgimento da grande indústria tinham sido removidos e a vigorosa economia, sustentada pela cafeicultura do oeste paulista, cuidaria de subsidiar a grande indústria então nascente:

> A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis.[112]

A grande indústria, todavia, tinha suas peculiaridades, pois se tratava da fabricação de bens de consumo (produtos a serem vendidos, principalmente, ao mercado consumidor formado por assalariados) e não uma produção de bens de produção (especialmente máquinas destinadas às indústrias).[113] A não existência da indústria de bens de produção fazia com que a industrialização brasileira fosse retardatária, pois nos países desenvolvidos a instalação desse tipo de produção já tinha sido concluída.

O desenvolvimento da grande indústria de bens de consumo, só foi possível, porque houve um deslocamento de capitais do setor cafeeiro para o setor industrial. Com isso, os cafeicultores tiveram um papel importantíssimo para a formação do empresariado industrial brasileiro:

---

[108] Ibid. p. 80.
[109] Ibid. p. 81.
[110] Ibid. p. 82.
[111] "Prado mais tarde tornou mesmo mais explícita sua posição, quando notou, com satisfação, que os imigrantes, cuja passagem para São Paulo era paga, eram tão pobres que nem podiam comprar sua própria terra, nem abrir pequenos negócios, mas, tão somente, trabalhar nas fazendas. 'Imigrantes com dinheiro', disse francamente, 'são inúteis para nós'." HALL, M. **The origins of mass immigration in Brazil** (1871-1914). University Microfilm, 1972, p. 101-102. Apud. Ibid. p. 85-86.
[112] Ibid. p. 101.
[113] Ibid. p. 101-103.

> Como não poderia deixar de ser, a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou, em outras palavras: o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transportes).[114]

De acordo com as interpretações de Mello, essa transferência de capitais, responsável pelo desenvolvimento da grande indústria de bens de consumo, somente foi viável porque o setor exportador (cafeicultura) passava por momentos de expansão e, por isso, procurava outras opções de investimento:

> A burguesia cafeeira não teria podido deixar de ser a matriz social da burguesia industrial, porque única classe dotada de capacidade de acumulação suficiente para promover o surgimento da grande indústria.
> O capital industrial não nasceu num momento de crise do complexo exportador cafeeiro. Despontou, ao contrário, num instante de auge exportador, em que sua taxa de rentabilidade terá, certamente, alcançado níveis elevadíssimos.
> [...]
> Em outras palavras: havia um "vazamento" de capital monetário do complexo exportador cafeeiro porque a acumulação financeira sobrepassava as possibilidades de acumulação. Bastava, portanto, que os projetos industriais assegurassem uma sustentabilidade positiva, garantindo a reprodução global dos lucros, para que se transformassem em decisões de investir.
> Se isto é o essencial, não pode permanecer qualquer dúvida de que o movimento do capital cafeeiro ao capital industrial foi amplamente facilitado pelas condições muito favoráveis de financiamento.[115]

Os cafeicultores foram os responsáveis, economicamente, pelo aparecimento do empresariado industrial no Brasil. O papel dos imigrantes, nesse processo, foi o de criar um contingente de trabalhadores pobres, subservientes às condições a eles impostas, seja pelos cafeicultores no campo, ou pelos industriais nas cidades.

2.9 Wilson Cano

Wilson Cano realizou um estudo que intitulou *Raízes da concentração industrial em São Paulo*[116]. Seu objetivo central era comprovar que as bases da industrialização, posterior a

[114] MELLO, op. cit. p. 100.
[115] Grifos no original. Ibid. p. 143-144.
[116] CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

1930, foram estabelecidas nas primeiras décadas na cidade de São Paulo, sobretudo, pela constituição do *complexo cafeeiro*. A expansão cafeeira pelo oeste paulista propiciou uma complexidade das relações econômicas e sociais e, consequentemente, favoreceu o desenvolvimento industrial.

No complexo cafeeiro, além do café, de acordo com Cano, houve outros componentes interligados à lavoura cafeeira: agricultura produtora de alimentos, feita nas ruas intercaladas do café ou em terras exclusivas para esse cultivo; implantação e o desenvolvimento do sistema ferroviário, sem o qual as plantações cafeeiras não poderiam adentrar o interior paulista; desenvolvimento de um sistema bancário, bem como da atividade do comércio de exportação e importação. Para tudo isso, foi necessário o desenvolvimento de uma infraestrutura própria, compatível com o desenvolvimento urbano: portos, armazéns, transportes urbanos, comunicações, entre outras. Tudo conjugado com as atividades do Estado, tanto em âmbito federal, quanto estadual.[117]

Em meio a tudo isso, deu-se o desenvolvimento industrial na cidade de São Paulo. Segundo Cano, esse englobou três categorias distintas de indústrias, uma representada "pela produção de equipamentos de beneficiamento de café; outra, pela importante indústria de sacarias de juta para a embalagem do café, e a terceira, representada pelos demais compartimentos produtivos da indústria manufatureira, entre os quais, – notoriamente se destacou o têxtil"[118].

As duas primeiras categorias de indústrias (produção de equipamentos para o beneficiamento do café e a de sacarias) relacionavam-se diretamente com a lavoura cafeeira. A terceira direcionava-se principalmente a um público consumidor urbano, surgido graças ao complexo cafeeiro.[119]

Sob essa ótica, as atividades industriais ofereciam a oportunidade de inversão aos capitais gerados pelo café. A participação de cafeicultores no processo de industrialização foi um fenômeno recorrente, especialmente, nos momentos de queda do preço internacional do café. Tais quedas eram motivadas, sobretudo, pelo aumento das safras e, nesses momentos,

[117] CANO, op. cit. p. 33.
[118] Ibid. p. 33
[119] Ibid. p. 91.

eram maiores os investimentos dos cafeicultores nas atividades urbanas.[120]

A forma do capital financeiro se apropriar do capital cafeeiro "mascarou a sua origem, não se dando conta de que os capitais industriais, financeiro e comercial são eles próprios, fundamentalmente, faces do capital cafeeiro"[121]. Quando não, os próprios cafeicultores se transformam em banqueiros, industriais, comerciantes, importadores, conjuntamente, com sua atividade de cafeicultor.[122]

Ao explicar a relação intrínseca da indústria com o café, Cano constatou que o investimento na indústria por parte do capital cafeeiro ocorria também quando o mercado de café estava em expansão. Esta trazia em seu bojo não apenas a ânsia de mais investimentos nesse produto, mas também em outras atividades compensatórias.[123]

De acordo com essa interpretação, fica evidente a participação de cafeicultores na origem social do empresariado industrial paulistano. Complementando, Cano apontou outros segmentos sociais participantes da origem do empresariado industrial paulistano:

> Os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário (ou eram investidos na própria constituição de bancos) ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital. Não se quer com isso afirmar que apenas os fazendeiros promoveram a implantação de indústrias. As evidências históricas demonstram que também comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundaram ou adquiriram empresas industriais, como se vê nos trabalhos de Bandeira e de Dean.[124]

Outros setores, inclusive imigrantes compuseram o empresariado industrial em São Paulo. Cano criticou os argumentos de Dean sobre a proeminência dos importadores na formação da classe dos industriais:

> O próprio Dean apresenta dados e informações mostrando a realização de investimentos industriais por outros agentes que não os importadores. Em seu livro,

[120] "Dessa forma, o capital que anteriormente se poderia chamar de 'cafeeiro' vai, por destino, adquirindo outras denominações: 'bancário', 'industrial', 'comercial', etc. Deve-se lembrar, que no caso particular dos bancos, o dinheiro neles aplicado tem forma peculiar de 'crescimento', via multiplicador bancário, pelo mecanismo encaixe/depósitos/empréstimos, além do clássico mecanismo de crescimento do capital, via juros. Ocorrida a expansão bancária, e parados os investimentos em ampliações do plantio cafeeiro, o complexo paulista passaria a contar com mais uma reforçada 'fonte' de capital para a continuidade de seu crescimento. Essa etapa, até 1914, é fértil em aplicações dos Bancos, que investem diretamente em indústrias, empresas de serviço público e outras, bem como no financiamento de investimentos industriais concedidos a terceiros. [...] Esse processo certamente foi acentuado entre 1914/18, quando o plantio é mínimo: nesse período, face às restrições do suprimento externo, o 'vazamento' reforçou as crescentes necessidades de capital circulante na indústria e no comércio, via bancos." CANO, op. cit. p. 97.
[121] Ibid. p. 98.
[122] Ibid. p. 98.
[123] Ibid. p. 136-137.
[124] Ibid. p. 143.

> ele expõe vários casos de agentes não-importadores (comerciantes, técnicos, etc.) que se transformaram em industriais, assim como outros, em que industriais, por necessidades inerentes aos processos de produção (e também para rebaixar custos), transformavam-se também em importadores, com o que ganhavam para si as chamadas margens de comercialização tradicionalmente vinculadas aos negócios de importação [...]. Dean ainda enumera vários fazendeiros que se transformaram em industriais, e, comentando os dados levantados por Bandeira Júnior, conclui que naquele levantamento de indústria feito por esse autor em 1901, as indústrias pertencentes aos fazendeiros empregariam algo em torno de metade dos operários ocupados na indústria [...].[125]

Cano não nega que os imigrantes ajudaram a compor o empresariado industrial, mas ressalta uma menor participação desses na formação dessa classe. Vale destacar que a influência do capital internacional na economia brasileira, nessa época, foi de pouca importância.[126] Ao diferenciar o capital estrangeiro do capital que "se nacionaliza" de um imigrante-industrial, o autor enfatizou bem a diferença entre ambos:

> Para que não se incorra em erro grave, superestimando o papel dos capitais forâneo, há que se distinguir a inversão aqui realizada, por uma subsidiária de empresa existente no exterior da inversão "estrangeira" praticada por imigrantes que aqui se radicaram. Estas últimas, tanto podem ter origem de capitais vindos do exterior ou aqui mesmo apropriados. Por outro lado, os efeitos decorrentes de seu funcionamento são distintos: a inversão realizada pelo imigrante, na maior parte dos casos, se "nacionaliza" e os efeitos decorrentes de sua atividade, aqui permanecem, acrescentando as forças internas de acumulação. No caso dos inversores estrangeiros típicos, boa parte do produto de sua ação interna é canalizado para o exterior, reduzindo assim seu papel na acumulação de capital. Não se pode comparar como estrangeiros, os italianos Matarazzo e Crespi com a italiana "Pirelli" ou, por exemplo, um Zerenner (Cia. Antárctica) ou um *Diederichsen* com a *Sucreries Brésilienes*, com uma *Bayer* ou uma *Krupp*. Assim, para se ter uma idéia mais concreta sobre a participação do capital externo no setor manufatureiro é necessário se despejar, das relações estatísticas existentes sobre a propriedade dos ativos industriais, aqueles outros "estrangeiros", que são os imigrantes que em grande parte aqui se radicaram. [...].[127]

É dessa forma que a participação do imigrante na composição social do empresariado industrial aparece no texto, ou seja, o imigrante é, relativamente, bem sucedido, o capital por ele produzido entra na economia do complexo cafeeiro. Entretanto, a função principal dos imigrantes no complexo cafeeiro é a de substituir a mão-de-obra escrava, além de ajudar a

[125] CANO, op. cit. p. 149.
[126] Ibid. p. 87.
[127] Ibid. p. 87-88.

formar um mercado consumidor para os produtos industrializados.[128]

Quanto ao tamanho das indústrias surgidas na cidade de São Paulo, Cano as classificou, com base em dados do censo industrial de 1907, segundo sua complexidade industrial. Com isso, ele construiu três grupos de indústrias: os *segmentos simples*, *intermediário* e as indústrias chamadas de *complexas*. Os *segmentos simples*:

> [...] são aqueles com precário uso de máquinas e de energia elétrica. Como certamente as economias de escala seriam nulas (podendo mesmo haver deseconomias de escala), trata-se de um grupo que permite a entrada predominante de pequenos estabelecimentos e restringe os de grande porte (não em termos de uma barreira à entrada, mas sim pelo fato de que o grande capital teria melhores condições de inversão em outros ramos, cuja produção não fosse tão atomizada). Essa restrição obviamente não é absoluta, e nele ainda figuram algumas empresas de porte médio. Dele fazem parte: serrarias e móveis de madeira, pequenas oficinas mecânicas de reparação, olarias, artefatos de couro (exclusive calçados), confecções e malharia, massas alimentícias, moagem de cereais (exclusive do trigo), panificação, biscoitos e confeitaria, bebidas alcoólicas e refrigerantes (exclusive cerveja), perfumaria, sabões e velas, produtos químicos simples e farmacêuticos, etc.[129]

As pequenas indústrias não poderiam ser classificadas como simples estabelecimentos artesanais, pois, esse tipo de estabelecimento produtivo tivera uma história efêmera na sociedade brasileira.[130] Se o pequeno industrial não era um cafeicultor abastado, banqueiro, um importador, um grande comerciante, ele também não era um remanescente do sistema artesanal colonial. A reprodução de uma Tabela feita por Cano com dados referentes ao ano de 1912, os quais possibilitam melhor caracterização da pequena indústria (Tabela 06).

---

[128] Wilson Cano faz uma análise particular sobre a participação de imigrantes no processo de industrialização ocorrido em Santa Catarina, onde se percebe um fenômeno mais proeminente de imigrantes tornando-se pequenos industriais: "Pelo menos no que se refere à indústria de beneficiamento e transformação de produtos agropecuários (alimentação, bebidas, fumo e outras), parece não haver maiores dúvidas quanto ao fato de que seu capital se originou da expansão da economia camponesa implantada pelos imigrantes. Entretanto, pode-se questionar a origem dos segmentos industriais mais complexos, que requeriam maior intensidade de capital, como a indústria têxtil, por exemplo. Essa indústria, que participava apenas com 3,8% do valor da produção industrial catarinense em 1907, só teria maior expressão em 1919, quando perfaz 14% daquela produção. Seu crescimento mais significativo, portanto, parecer ter ocorrido durante e após a Primeira Guerra. Lamentavelmente não se dispõe de maiores informações sobre a origem de seu capital." CANO, op. cit. p. 125.

[129] Ibid. p. 222-223.

[130] "Nosso processo histórico industrial reveste-se de mais uma peculiaridade importante: aqui não se deu a clássica e gradativa transformação de uma produção manufatureira ou artesanal para uma produção mecanizada. Muito embora nossa história registre a ocorrência de certas atividades artesanais, como algumas produções têxteis 'caseiras' realizadas em algumas fazendas, carpintarias, alfaiatarias, joalherias, etc., estas eram muito precárias, tanto pelo fato de que o regime de importações era liberal, quanto porque, à época, nossa economia era escravista, restringindo portanto a formação de um mercado interno. Muitas dessas atividades, efetivamente, eram mais prestadoras de serviços (artífices e artistas) do que produtoras de bens industriais para o mercado. Daí, portanto, sua precária possibilidade de realizar uma acumulação de capital que possibilitasse sua transformação técnica e seu desenvolvimento." Ibid. p. 224-225.

TABELA 06 – Concentração dos estabelecimentos industriais, segundo número de pessoas ocupadas – Brasil 1912

Pessoas ocupadas	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Estabelecimentos (%)	Pessoal ocupado (%)	Estabelecimentos (% acumulada)	Pessoal ocupado (% acumulada)
Não especificadas	25	–	0,3	–	0,3	–
1	2.286	2.286	24,1	1,6	24,4	1,6
De 2 a 4	4.946	13.040	52,2	9,0	76,6	10,6
De 5 a 9	1.169	6.907	12,4	4,8	89,0	15,4
De 10 a 49	672	11.482	7,1	7,9	96,1	23,3
De 50 a 199	214	20.687	2,3	14,3	98,4	37,6
De 200 a 499	102	29.849	1,1	20,7	99,5	58,3
Mais de 500	61	60.269	0,5	41,7	100,0	100,0
Total	9.475	144.520	100,0	100,0	–	–

Fonte: (dados primários) "Recenseamento das indústrias sujeitas ao imposto. CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4ª. Edição. Campinas: UNICAMP, IE, 1998, p. 317.

Semelhante a outras fontes, especialmente ao Censo Industrial de 1920, as pequenas e médias indústrias são preponderantes no parque industrial brasileiro e paulista, porém, elas empregam menos mão-de-obra. Se denominamos como pequenas indústrias aquelas que empregam de 1 a 9 operários, essas representam 8.401 estabelecimentos e empregam 22.233 pessoas. As médias e grandes indústrias (que empregavam de 10 a mais de 500 operários) representavam 1.049 estabelecimentos e empregavam 122.287 operários.

De acordo com Cano, à medida que o complexo cafeeiro se desenvolvia, criava condições favoráveis à existência de pequenas indústrias.[131] Por isso, estas não estavam em desarmonia com o processo de industrialização. Ao tratar a questão da *funcionalidade interempresarial*, Cano apontou os seguintes benefícios propiciados pelas pequenas e médias indústrias às grandes:

> – a expansão do número de pequenas e médias empresas, ao ampliar o emprego de mão-de-obra, normalmente a taxas salariais mais baixas do que as praticadas na grande empresa, cumpre papel importante, pressionando a taxa de salários para baixo. Por outro lado isto se torna possível porque esse tipo de empresas, em quase todos os setores produtivos, é, na realidade, uma escola formadora e qualificadora de mão-de-obra, beneficiando sempre, com isso, as empresas maiores quando estas necessitam expandir a ocupação;
> – o outro ponto positivo reside no problema das diferenças de custos entre as menores e as maiores empresas, através do qual os maiores custos das pequenas requerem preços de mercado a eles adequados e os menores custos das grandes, que

[131] "Resumidamente, esses fatos parecem indicar que à medida que a indústria paulista crescia, exigindo, criando (usinas próprias) ou obtendo (rede elétrica) uma expansão energética, as condições para a entrada de pequenas (principalmente) e médias empresas se ampliavam, facultando assim, mais rapidamente, a confirmação futura de uma estrutura industrial que comporta todos os estratos de tamanhos de empresas em proporções mais adequados ao processo de acumulação." CANO, op. cit. p. 232.

> operam a preços no mesmo nível das pequenas, possibilitam taxa de lucro maior às grandes.[132]

O complexo cafeeiro e o seu conseqüente desenvolvimento industrial se fez concomitantemente à predominância no parque industrial paulista da pequena indústria e do pequeno industrial. De todos os setores sociais e econômicos, citados por Cano, tornados industriais no complexo cafeeiro, os únicos que, potencialmente, poderiam ter se tornado pequenos industriais foram os imigrantes. Afinal, cafeicultores, banqueiros, importadores e comerciantes muito dificilmente se tornariam pequenos industriais nos moldes descritos acima.

2.10 Wilson Suzigan

Wilson Suzigan, em sua obra *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*[133], apresenta uma importante contribuição ao estudo das origens do desenvolvimento industrial brasileiro (1869-1939), especialmente, por trabalhar com fontes até então inéditas, ou registros de exportação de máquinas para as indústrias brasileiras. Esses foram pesquisados nos principais países exportadores de bens de produção para o Brasil. De antemão, constatamos que esse tipo de documentação dizia respeito à importação de maquinário pesado, por isso, foi acessível aos industriais como melhores recursos.

No início da análise, Suzigan faz uma revisão da literatura acadêmica sobre as origens da industrialização no Brasil e destaca as tendências fornecidas por essa literatura. Quanto à formação do empresariado industrial, chegou a resultados semelhantes aos discutidos neste capítulo.[134] Esse autor se inclui na corrente daqueles que concebiam o desenvolvimento industrial pela ótica do *capitalismo tardio*. Seu principal argumento é que, com base no volume das exportações de máquinas e artigos para as indústrias brasileiras, houve uma

---

[132] CANO, op. cit. p. 243.

[133] SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec: Ed. Unicamp, 2000.

[134] "Com relação aos agentes sociais do processo de acumulação de capital no setor industrial, há alguma controvérsia entre os autores que adotam a ótica do capitalismo tardio. Mello [...] e Cano [...] enfatizam o papel dos cafeicultores como o grupo social de onde se originou a burguesia industrial, ao passo que Silva [...], concordando com Dean [...], afirma que os burgueses imigrantes importadores desempenharam o papel principal. No entanto, Silva lembra que o que importa não é o grupo social que forma o núcleo da burguesia industrial, mas sim a origem dessa burguesia, que ele afirma ter sido o comércio de importação e exportação, no qual predominavam os burgueses imigrantes." Ibid. p. 37.

relação entre o avanço do processo de industrialização com o desenvolvimento da economia de exportação brasileira.[135]

Em alguns momentos de sua análise sobre o surgimento das principais indústrias brasileiras, o autor apontou a participação de imigrantes na formação do empresariado industrial brasileiro.[136] Para citarmos alguns exemplos apresentados por Suzigan, destacamos a contribuição significativa de imigrantes na formação do empresariado têxtil.[137] Na refinação de açúcar, Suzigan destacou a participação de imigrantes italianos como proprietários de uma refinaria que seria, em 1910, uma das maiores indústrias de açúcar do Brasil.[138] Os imigrantes também tiveram uma participação contundente nas fábricas de cerveja; tal produção ficou, em grande parte, a cargo de pequenas indústrias, a ponto de na metade da década de 1870, conseguirem competir, tanto em qualidade, quanto em quantidade com a cerveja importada.[139] Nas décadas seguintes, apareceriam as grandes cervejarias, também da iniciativa de imigrantes.[140]

---

[135] "A evidência produzida neste trabalho confirma em termos gerais a interpretação do desenvolvimento industrial brasileiro pela ótica do capitalismo tardio, embora não se estude aqui a dialética da acumulação de capital industrial. Foi efetivamente nos períodos de expansão das exportações que ocorreu a expansão do capital industrial [...]. É também correto que o capital industrial originou-se de atividade direta ou indiretamente relacionadas com o setor exportador (porém, não apenas o café); e a crise do café e da Grande Depressão da década de 1930 constituiu-se, de fato, num ponto de inflexão no desenvolvimento industrial brasileiro. Além disso, a política econômica realmente teve, ocasionalmente, efeitos positivos sobre a indústria interna, embora variassem de acordo com a conjuntura econômica." SUZIGAN, op. cit. p. 39.

[136] "Também importante é a questão das origens do capital industrial, que é discutida nos estudos de caso industriais, com ênfase na seguintes possíveis origens do capital industrial: capital mercantil (comércio de importação e exportação e comércio interno); capital de imigrantes, investimentos direto de capital originalmente acumulado no setor cafeeiro e em outros produtos básicos; reinvestimento de lucros de empresas industriais, e investimento direto de capital estrangeiro." Ibid. p. 77.

[137] "Somente em São Paulo ocorreu aumento substancial da capacidade produtiva. Pelo menos quatro novas fábricas têxteis de algodão foram instaladas no estado, principalmente por imigrantes, e duas delas seriam subseqüentemente incluídas entre as maiores fábricas têxteis de algodão do país: a Fábrica Mooca, instalada em 1897 por Regoli, Crespi & Companhia (imigrantes italianos), e a Fábrica Mariângela, instalada em 1904 por F. Matarazzo, também imigrante italiano. A última foi concebida como investimento complementar para fornecer sacaria ao moinho de trigo Matarazzo [...], mas se tornou a maior tecelagem de algodão do país por volta de 1910 [...]." Ibid. p. 153.

[138] "Em 1907, havia 22 refinarias funcionando no país, embora a maioria de pequeno porte. Mas pelo menos quatro delas eram grandes, três na cidade do Rio de Janeiro e uma em Recife, e já na época (1907) praticamente nenhum açúcar refinado era importado. Uma das maiores refinarias de açúcar do país (Companhia União dos Refinadores) foi estabelecida em São Paulo em 1910 por dois imigrantes italianos, os irmãos Puglisi Carbone, que também, compraram fazendas para a produção de cana e uma usina." Ibid. p. 225.

[139] Ibid. p. 229.

[140] "No entanto, a partir da segunda metade da década de 1880 e especialmente na década de 1890 começaram a se desenvolver grandes fábricas. A influência de empresários imigrantes, especialmente alemães, foi de importância decisiva para esse desenvolvimento. De fato, o mercado interno dava preferência à cerveja leve de tipo produzido pelos cervejeiros alemães. De início, houve mudança nas importações, com a cerveja alemã de tipo leve deslocando quase inteiramente as marcas inglesas, mais fortes e mais caras, especialmente no Sul. Em seguida, foi iniciada a produção em grande escala no Brasil do mesmo tipo de cerveja leve que se importava da Alemanha, em muitos casos por iniciativa de imigrantes alemães, que usavam máquinas alemãs, empregavam técnicos especializados alemães e malte e lúpulo quase todo importado da Alemanha e da Áustria." Ibid. p. 229.

As indústrias metalmecânicas, no período estudado por Suzigan, produziam desde pregos e alfinetes até mesmo artigos navais e ferroviários.[141] Segundo o autor, um número considerável dessas indústrias se limitava a pequenos estabelecimentos; entretanto, ao tratar da participação de imigrantes nesse setor, relacionou tal participação às indústrias de grande porte:

> As fábricas que se estabeleceram antes da guerra produziam especialmente máquinas e implementos agrícolas. Incluíam-se entre elas algumas das firmas tradicionais de São Paulo, produzindo máquinas para beneficiar café e arroz, moinhos de milho e mandioca, moendas de cana, etc. Mas algumas das empresas mais novas (como as Indústrias de Máquinas Agrícolas Nardini e Cipriano Micheletto S. A.), além de produzirem máquinas, ferramentas e implementos agrícolas, começaram a produção de pequenos tornos. Outras, como a Bardella Indústrias Macânicas e três outras firmas, iniciaram a produção de máquinas industriais (máquinas para fábricas de papel e papelão e para as indústrias de borracha e cerâmica), bombas hidráulicas, pontes rolantes, pequenas turbinas, etc. Praticamente todas essas novas empresas foram fundadas por imigrantes, quase sempre de origem italiana.[142]

A importância dada por Suzigan aos imigrantes na formação do empresariado industrial brasileiro é semelhante à importância dada por Warren Dean e Sérgio Silva. Todos os exemplos citados por Suzigan, dizem respeito à média e à grande indústria, nas quais os imigrantes já tinham certo contato com o mercado consumidor brasileiro. Vale ressaltar que o comércio de exportação lhe fornecia os recursos econômicos necessários para seus empreendimentos industriais.

2.11 Fernando Henrique Cardoso

Fernando Henrique Cardoso[143] desenvolveu uma extensa pesquisa sobre a relação do empresariado e o desenvolvimento econômico brasileiro, ao longo da primeira metade do século XX. Para tanto, revisou a bibliografia clássica sobre a relação de empreendedores e crescimento econômico; posteriormente, aplicou esse referencial ao estudo do modelo de desenvolvimento industrial brasileiro. Ao rever a bibliografia brasileira sobre esse assunto, discordou das análises de autores ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), bem como Celso Furtado e Hélio Jaguaribe, pois estes valorizaram a influência da burguesia

[141] SUZIGAN, op. cit. p. 294.
[142] Ibid. p. 295.
[143] CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

industrial e do proletariado no processo de desenvolvimentismo brasileiro.[144] Fernando Henrique questionou a possibilidade de um parque industrial criado, a partir do "lucro de pequenas oficinas e da inversão dos lucros gerados pela cafeicultura"[145] ter sido forte o bastante para capitanear o processo econômico, sobretudo, da segunda metade do século XX.

A formação do empresariado industrial brasileiro, segundo essas interpretações criticadas por Fernando Henrique, era baseada numa simbiose de pessoas que autoinvestiam os lucros de suas fábricas, juntamente, aos representantes dos capitais gerados na cafeicultura. Esse processo sofre uma transformação qualitativa, quando o capital estrangeiro passa a atuar decisivamente na economia brasileira:

> [...] por um lado, os quadros de referência da ação empresarial brasileira, mesmo, em São Paulo, foram relativamente acanhados até meados da década de cinqüenta. Não só a indústria concentrou-se nos ramos tradicionais de tecelagem e alimentação, como as práticas empresariais eram rotineiras e os empreendedores, com poucas exceções, não chegaram a formular uma política nacional de industrialização, nem a organizar, portanto, focos e grupos de pressão neste sentido. Somente depois da inversão maciça de capital estrangeiro houve diferenciação acentuada no setor privado do parque manufatureiro e os grupos industriais passaram a adotar formas de ação empresarial mais agressivas tanto no plano da concorrência e da organização da produção como no plano da sociedade global [...][146]

Em muitas passagens do texto de Fernando Henrique, existe a relação entre a propriedade das indústrias tradicionais, citadas acima, com empresários de origem italiana. Na diferenciação, estabelecida por ele entre *capitães de indústria* e os *homens de empresa*, os empresários de origem italiana se enquadravam na primeira categoria; suas principais características eram os modos irracionais de conceber o trabalho e a vida econômica:

> Em muitas empresas, principalmente naquelas em que os proprietários foram imigrantes, as práticas de poupança impõem salários muito baixos para o pessoal qualificado de administração, resultando em seleção negativa do pessoal. Noutras, os capitães-de-indústria valorizam o trabalho árduo, ainda que irracional, e só reconhecem como dignificantes as atividades que se revestem da aparência de "trabalho pesado": muitas vêzes mantêm a crença de que a geração mais jovem deve praticar todos os tipos de trabalho existentes na fábrica para estar em condições de assumir a liderança industrial [...].[147]

A grande distinção desse tipo de empresa tradicional, construída muitas vezes pelo trabalho incessante dos industriais e revestimento dos lucros, com uma empresa com sistema de administração moderna, esteve concentrada, especialmente, no surgimento da figura do

[144] CARDOSO, op. cit. p. 81-82.
[145] Ibid. p. 82.
[146] Ibid. p. 82.
[147] Ibid. p. 137.

administrador profissional. Todavia, enquanto isso não aconteceu, foram as empresas rústicas e tradicionais que capitanearam as transformações produtivas. Nesse processo, de acordo com a análise de Fernando Henrique, muitas empresas originaram-se da ação de antigos operários ou técnicos.

> [...] historicamente, foi dêste grupo de industriais [tradicionais] que surgiram as pessoas responsáveis pelo início da alteração das condições técnicas de produção no Brasil. Algumas emprêsas puderam tornar-se grandes e construir equipamentos custosos porque os capitães-de-indústria que as dirigiam, em geral antigos operários ou técnicos, obstinaram-se no trabalho para construir, com recursos gerados pela poupança quase usurária em que sempre estiveram empenhados, suas próprias máquinas de produção. Entre êstes também localizaram-se os primeiros industriais preocupados com as condições técnicas dos concorrentes. A audácia e a obstinação no trabalho, muitas vêzes orientado por padrões arcaicos de avaliação econômica e sem ter a conduzi-lo grandes luzes de conhecimento técnico ou econômico, foram as qualidades que permitiram a êste tipo de industriais explorar as potencialidades do mercado logo que a conjuntura econômica do país criou os estímulos necessários, graças ao crescimento vegetativo do consumo, ao contrôle das importações, ao abastecimento nacional de matérias-primas ferrosas produzidas em Volta Redonda e ao isolamento dos mercados mundiais pela guerra.[148]

Para Fernando Henrique, semelhantemente ao operariado brasileiro, a classe dos industriais era, sobremaneira, embrionária na sociedade brasileira. Essa característica impedia que os industriais tivessem de antemão uma ação classista consolidada. E por sua formação heterogênea, foi muito difícil a criação de símbolos e valores capazes de unir a classe em prol de uma ação política organizada.[149] Nesta classe, destacam-se os imigrantes e os grupos remanescentes das velhas elites agrárias:

> Além do passado pré-industrial recente, a heterogeneidade dos grupos que compõem a burguesia industrial dificulta a descoberta de denominadores comuns que redefinam os valôres dos industriais. De fato, considerando-se os pólos extremos da extração social dos industriais brasileiros têm-se, num lado, grupos de imigrantes, noutro, segmentos das antigas camadas senhoriais que se dedicavam à agricultura ou à exportação. O primeiro grupo supera em número o segundo, por causa da concentração industrial nas áreas de imigração do centro-sul, mas a influência política do segundo grupo é muito grande até hoje. Depois da guerra, somaram-se a êstes núcleos básicos novos grupos sociais que impulsionaram o prosseguimento da industrialização. O desenvolvimento acelerado a partir de então possibilitou que se recrutassem industriais nas camadas médias da população urbana: descendentes de

[148] CARDOSO, op. cit. p. 137-138.

[149] "Portanto, a burguesia industrial brasileira constitui-se como camada social muito rapidamente. Resultou da superposição e diferenciação de grupos e segmentos sociais cuja 'tradição industrial', no melhor dos casos, não data de época remota: duas gerações de industriais constituem a média entre os 'industriais de tradição'. É comum ver até hoje grandes emprêsas controladas pelos fundadores. Assim, da mesma forma que a inexistência de uma 'tradição proletária' dificulta a orientação do comportamento operário por valores compatíveis com a situação de classe, a origem não-industrial recente dos industriais brasileiros dificulta que se orientem como empresários e que atuem como classe. Muito comumente as formas de consciência, ação e definição de objetivos políticos, econômicos ou sociais que são encontradiças na burguesia industrial discrepam do que corresponderia a seus interesses efetivos de classe." Ibid. p. 160.

> velhas famílias "de tradição", mas sem posses, que se ligaram ao funcionalismo público e reencontraram possibilidades de êxito econômico no último surto de industrialização; descendentes de imigrantes já adestrados em ofícios tipicamente urbanos, como o comércio, que foram atraídos para a indústria pelos altos lucros do período da guerra e do após-guerra; imigrantes que se dedicavam nos países de origem ao comércio ou a profissão urbanas (técnicos) e que fugiram da guerra e do totalitarismo etc.[150]

Por ser uma classe social nova na sociedade, o acesso à condição de industrial não era impedido às pessoas portadoras de recursos econômicos e, principalmente, as que possuíam conhecimento técnico sobre o processo produtivo. O autor escreve na primeira metade da década de 1960, por isso, o industrial descrito coincide com o processo de industrialização ocorrido a partir de 1929. Como vimos, ao longo desse processo, segundo Fernando Henrique, ofereceram-se condições para pessoas de diversos grupos sociais adentrarem a classe dos industriais, inclusive para operários, técnicos, imigrantes, entre outros.

2.12 Luiz Carlos Bresser Pereira

Luiz Carlos Bresser Pereira[151], no início da década de 1970, concluiu uma consistente pesquisa sobre a formação do empresariado e dos administradores de indústrias na cidade de São Paulo. Entre as questões discutidas por esse autor, as principais diziam respeito às origens étnicas, sociais e à existência de mobilidade social nessa classe de empresários paulistas.

Bresser Pereira deu pouca importância ao período de industrialização anterior a 1930, pois neste predominava um modelo primário-exportador e a indústria brasileira não sofreu uma maior dinamicidade. Quando a estrutura agrária do país entrou em decadência, iniciou-se a *revolução industrial brasileira*:

> Dentro desse quadro, os empresários industriais iniciam a revolução industrial brasileira. Aproveitam-se da existência de um incipiente mercado interno e de uma infra-estrutura econômica e financeira, que o café havia permitido montar. O capital empregado diretamente na indústria não provém diretamente do café. Cerca de 80% dos fundos utilizados na fundação das empresas industriais, mais ou menos nessa época, têm origem em recursos próprios ou da família dos empresários. E estes e suas famílias definitivamente pouco tinham a ver com os grandes fazendeiros de café do período anterior. Cerca de 85% dos empresários paulistas tinham origem imigrante. Apenas 4% deles originam-se das famílias ligadas à velha oligarquia agrário-comercial.[152]

---

[150] CARDOSO, op. cit. p. 160-161.
[151] BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
[152] Ibid. p. 17.

A pesquisa de Bresser Pereira se concentrou em médias e grandes indústrias, ou naquelas com mais de 250 operários; essa escolha se deveu ao fato de essas empresas possuírem um nível mínimo de burocratização, na qual a figura do administrador profissional de empresa tivesse um papel relevante.[153] A coleta de dados foi realizada entre 1964 e 1965; constatou-se a existência de 541 indústrias na Grande São Paulo com mais de 250 operários. Desse total, foram selecionadas 91 empresas para amostra da pesquisa.[154]

Como vemos na Tabela 07, a origem étnica dos diretores das indústrias selecionadas, com base no país de nascimento do avô paterno era, majoritariamente, estrangeira. Os italianos representavam o grupo étnico mais representativo, com 31,2% dos diretores de indústrias.

Tabela 07 – Origem étnica dos diretores das indústrias paulistas

Diretores em empresas	**+ de 500 empregados**		**250 a 500 empregados**		**Nacionais**		**Estrangeiras**		**Total**	
País de origem	**Nº.**	**%**	**Nº.**	**%**	**Nº.**	**%**	**Nº.**	**%**	**Nº.**	**%**
Brasil	10	20,0	6	20,0	12	19,7	4	21,5	16	20,0
Itália	16	32,0	9	30,0	22	36,1	3	15,8	25	31,2
Alemanha	3	6,0	3	10,0	3	4,9	3	15,8	6	7,5
Portugal	5	10,0	3	10,0	6	9,8	2	10,5	8	10,0
Estados Unidos	3	6,0	–	–	–	–	3	15,8	3	3,8
Espanha	2	4,0	1	3,3	3	4,9	–	–	3	3,8
Líbano	1	2,0	3	10,0	4	6,5	–	–	4	5,0
Áustria	–	–	4	13,3	4	6,5	–	–	4	5,0
Outros países	10	20,0	1	3,3	7	11,5	4	21,0	11	13,7
Total	50	100,0	30	99,9	61	99,9	19	99,9	80	100,0

Fonte: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, p. 73.

Essa predominância de pessoas estrangeiras era consequência, segundo Bresser Pereira, do desinteresse das elites tradicionais pelas áreas econômicas, até então, novas na economia brasileira.[155] Esse espaço fora ocupado pelos imigrantes e seus descendentes que,

[153] "Não teria sentido pesquisarmos o grau de profissionalização, tipo de carreira burocrática, ou qualquer outra informação desse tipo, entre pequenas empresas, as quais, por sua própria natureza, não podem se constituir em organizações burocráticas nem possuir administradores profissionais. Limitando nosso universo às empresas com no mínimo 250 empregados, podíamos afirmar que, dentro dos padrões brasileiros, estávamos incluindo apenas o que poderíamos chamar de empresas médio-grandes e empresas grandes." BRESSER PEREIRA, op. cit. p. 33.

[154] Ibid. p. 35.

[155] "A falta de atração pelas atividades empresariais deve ser entendida não em termos absolutos, mas quando se compara com a motivação dos imigrantes. Estes, ao chegarem ao Brasil, viam suas possibilidades de ascensão social cortadas. A aristocracia agrário-comercial brasileira e a classe média tradicional fechavam as portas da mobilidade social para cima dos imigrantes, caso estes quisessem trilhar os caminhos tradicionais de acesso. Eram chamados depreciativamente de 'italianinhos', ou de 'turcos' (quando, na verdade, não descendiam da Turquia, mas do Líbano, da Síria ou da Armênia), e sofriam uma clara descriminação social. Nesses termos verificaram eles que a única maneira de subir socialmente seria a de obterem êxito em setores não tradicionais, e portanto, não dominados pelas classes tradicionais. [...]." Ibid. p. 75.

de antemão, possuíam algum conhecimento técnico.[156]

Depois de constatada a origem étnica da maioria dos diretores, Bresser Pereira pesquisou a origem social dos mesmos. Para isso, estipulou cinco classificações, nas quais os diretores deveriam se identificar quando eram adolescentes. Na Tabela 08 constam as cinco classificações e na Tabela 09, os resultados obtidos.

Tabela 08 – Critérios de classificação social dos diretores das indústrias paulistas

Classe	Características econômico-sociais
Classe alta	Constituída, de um modo geral, das famílias muito ricas; o pai era grande comerciante, industrial, fazendeiro, banqueiro, ou, eventualmente, tinha profissão liberal; a educação do pai era em geral secundária ou superior.
Classe média superior	A principal característica é a educação superior e a profissão liberal do pai; a situação econômica da família é em geral rica, eventualmente remediada.
Classe média média	Formada de famílias de situação econômica remediada, com pais de educação secundária, em geral exercendo profissões tais como funcionário público de nível médio, comerciante, industrial ou agricultor de nível médio.
Classe média inferior	Constituída de famílias em geral pobres ou no máximo remediadas, educação do pai geralmente primária, eventualmente ginasial, profissão do pai, comerciário, bancário, pequeno comerciante, industrial ou agricultores.
Classe baixa	Constituída de famílias pobres ou muito pobres, educação do pai primária, profissão do pai operário ou trabalhador rural.

Fonte: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, p. 110.

Tabela 09 – Origem social dos diretores das indústrias paulistas

Diretores em empresas	+ de 500 empregados		250 a 500 empregados		Nacionais		Estrangeiras		Total	
Classes de origem	**Nº.**	**%**	**Nº.**	**%**	**Nº.**	**%**	**Nº.**	**%**	**Nº.**	**%**
Classe alta	8	16,0	8	26,7	12	19,7	4	21,0	16	20,0
Média superior	12	24,0	6	20,0	12	19,7	6	31,6	18	21,5
Média média	16	32,0	8	26,7	18	29,5	6	31,6	24	30,0
Média inferior	12	24,0	4	13,3	14	22,9	2	10,5	16	20,0
Baixa	2	4,0	4	13,3	5	8,2	1	5,3	6	7,5
Total	20	100,0	30	100,0	61	100,0	19	100,0	80	100,0

Fonte: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, p. 114.

A conclusão à qual chegou Bresser Pereira, fica evidente pelos dados da Tabela 09, isto é, a maioria dos diretores das indústrias pesquisadas eram oriundos da classe média. Quando o autor analisa a profissão dos pais e avôs, chega aos resultados contidos na Tabela 10.

[156] BRESSER PEREIRA, op. cit. p. 76.

Tabela 10 – Comparação entre profissões de pais e avôs dos diretores das indústrias paulistas

	Avós		Pais	
Profissões	**Nº.**	**%**	**Nº.**	**%**
Grupo I				
Trabalhador rural	15	18,8	1	1,2
Operários	3	3,8	2	2,5
Sub-total	18	22,6	3	3,7
Grupo II				
Comerciários	–	–	3	3,7
Funcionário público (nível inferior)	1	1,2	3	3,7
Militar (nível inferior)	–	–	–	–
Mestres	2	2,5	1	1,2
Pequeno proprietário rural	2	2,5	2	2,5
Pequeno comerciante	–	–	8	10,0
Pequeno industrial	–	–	5	6,2
Sub-total	5	6,2	22	27,3
Grupo III e IV				
Funcionário Público (nível superior)	1	1,2	1	1,2
Militar (oficial)	2	2,5	–	–
Profissional liberal	13	16,2	23	28,8
Fazendeiros	3	3,8	2	2,5
Comerciantes	13	16,2	10	12,6
Industriais	6	7,5	15	18,7
Banqueiros	2	2,5	2	2,5
Sub-total	40	50,0	53	66,3
Outros	–	–	2	2,5
Desconhecido	17	21,2	–	–
Total	80	100,0	80	99,8

Fonte: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, p. 125.

A constatação de Bresser Pereira, a partir destes resultados, refere-se a uma mobilidade social intergeracional.[157] Isto é, a cada geração, desde o avô paterno, houve uma ascensão social, especialmente, no Grupo I, em que se encontram as profissões de trabalhador rural e operário. Os avôs exerciam profissões manuais com menor qualificação, enquanto os pais atuavam nas profissões mais qualificadas. A última geração, a dos gerentes das indústrias, representava o ápice da ascensão social. Nesse caso, o avô não conseguiu ser um industrial ou administrador de uma indústria, porém seu neto atingiu esse objetivo.

A partir das discussões dos autores, neste capítulo, concluímos que há uma relação entre o processo de industrialização, ocorrido no Sudeste brasileiro (especialmente em São

[157] "Este quadro nos permite uma interessante análise da mobilidade social intergeracional. Verificamos por ele que a mobilidade social tende muitas vezes a se processar em duas etapas: o pai realiza um progresso em relação ao avô, e o filho um progresso em relação ao pai. Em nossa amostra 22,6% dos avôs paternos tinham profissão pertencentes ao Grupo I, contra apenas 3,7% de pais. Esta diferença ocorre apesar de 21,2% dos diretores ignorarem a profissão do avô. Se ignoram, isto se deve provavelmente ao fato de a profissão ser pouco expressiva socialmente. Dentro do Grupo I a variação mais notável ocorre entre os trabalhadores rurais: 18,8% dos avós tinham essa profissão contra apenas 1,2 dos pais. A mobilidade intergeracional através de duas gerações é aqui clara." BRESSER PEREIRA, op. cit. p. 124.

Paulo), e o imigrante. Contudo, houve uma tendência a valorizar as médias e grandes indústrias e, consequentemente, aqueles imigrantes com condições para instalá-las. Não que isso fosse errado; entretanto, como percebemos pelas análises dos censos industriais, houve uma expressão numérica significativa de pequenas indústrias que, na nossa opinião, não receberam a devida consideração, ao longo dos debates sobre o processo de industrialização. Com isso, não se destacou também a importância dos imigrantes na composição dessas pequenas indústrias.

CAPÍTULO TERCEIRO

IMIGRAÇÃO ITALIANA: POBREZA OU ASCENSÃO SOCIAL NO BRASIL?

Por que as pessoas migram? Esta foi a pergunta que Herbert Klein fez no início do seu ensaio sobre a migração internacional na história das Américas.[1] As respostas às quais chegou foram fruto de intensos estudos e debates, mas, segundo o autor, ainda não estão completas. Os fatores de expulsão e atração foram fundamentais na tomada de decisão pelos emigrantes, especialmente, quando estes descobrem que não têm capacidade de sobreviver em suas comunidades de origem. Klein apontou três elementos econômicos cruciais que compeliram os emigrantes em sua busca por melhores condições: o acesso à terra e ao alimento (mudanças dos direitos sobre a terra); a variação da produtividade da terra; e o número de membros da família que precisavam ser mantidos.[2]

De acordo com Klein, o fator demográfico teve papel relevante nas migrações, os índices de mortalidade, depois da segunda metade do século XVIII, pela primeira vez, na história mundial, mantiveram-se estáveis e começaram a decair.[3] Assim, com os índices de natalidade inalterados e com a diminuição da mortalidade, houve o aumento demográfico. A conseqüência imediata desse fenômeno foi a incapacidade dos campos de alimentarem esse excesso de população:

> "Esse crescimento da população pressionou enormemente o setor agrícola de cada país. Para atender às crescentes demandas alimentares, começaram a mudar os métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção. Os *enclosures* (cercados), a supressão dos tradicionais direitos de acesso à terra e outros instrumentos foram usados para a criação de unidades econômicas viáveis. Isso implicou na perda por muitos camponeses de seus direitos à terra, os quais foram forçados a trabalhar para outros. O aumento de produtividade e a crescente mecanização da agricultura européia significaram menor necessidade de mão-de-obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental, a fome passou a ser uma séria ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas."[4]

Klein afirma que, do outro lado do Atlântico, na América, a situação era o oposto daquilo encontrado na Europa: havia muita terra e pouca mão-de-obra.[5] Isso representou o principal fator de atração para milhões de emigrantes europeus que decidiram abandonar suas

[1] KLEIN, Herbert S. *Migração internacional na história das Américas*. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Ed.Usp, 2000, p. 13-31.
[2] Ibid. p. 14.
[3] Ibid.
[4] Ibid. p. 14-15.
[5] Ibid. p. 15-16.

terras natais. Para o autor, eram reais as possibilidades desses trabalhadores europeus sem terra se tornarem fazendeiros na América:

> "Finalmente, a possibilidade de obter terra era uma constante atração para todos os imigrantes. Com a terra tão barata – novamente em comparação com os padrões europeus – era grande a possibilidade de trabalhadores sem terra conseguirem suas próprias fazendas, muitas vezes num período de tempo muito curto após a chegada. Esse acesso à terra era possível não apenas em terras livres da fronteira, mas também nas regiões habitadas que produziam bens agrícolas para exportação. Mesmo em regiões com mão-de-obra contratada ou migração subsidiada, e contratos fixos, era possível obter terra poucos anos após a migração inicial."[6]

A imigração de italianos para o Brasil, especialmente depois da segunda metade do século XIX, foi de grande importância para as regiões Sudeste e Sul. Eles foram imprescindíveis para a economia cafeeira desenvolvida no Estado de São Paulo. Como vimos no capítulo anterior, esses estrangeiros ajudaram a instalar as indústrias que serviram de referência para os estudos sobre o processo de industrialização existente na cidade de São Paulo. Dessa forma, a presença desses imigrantes nessa região foi mais acentuada, pois tanto no meio rural, quanto no urbano, os italianos se empregaram na maioria dos postos de trabalho abertos, a partir da expansão cafeeira.

Neste capítulo, analisamos um pouco da história de imigrantes italianos que, ao contrário dos seus compatriotas investidores nas médias e grandes indústrias brasileiras, deixaram ou foram expulsos da Itália devido às condições de extrema necessidade material. Investigamos também, o debate acadêmico sobre o fracasso ou o sucesso desses trabalhadores imigrantes pobres no Brasil. E, para concluir, estabelecemos um contraponto ao debate quanto à formação social do empresariado industrial brasileiro, ou seja, a possibilidade de trabalhadores italianos terem tido uma importante participação na formação do empresariado industrial brasileiro, ao se transformarem em proprietários de pequenas indústrias.

3.1 A economia italiana expulsa seus pobres

Dizer que a Itália expulsa seus pobres, seria um pouco exagerado, afinal eles saíam por livre e espontânea vontade. Todavia, o governo italiano muito pouco ou nada fez para impedir a saída de um grande exército de homens, mulheres, jovens e crianças que deixaram o país entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX. A primeira constatação a ser feita desse fenômeno é sobre o próprio Estado italiano, ou seja, ele foi construído ao longo do

[6] KLEIN, op. cit. p. 16-17.

século XIX, no chamado *risorgimento* ou processo de unificação italiana. Tal processo decorreu de uma guerra civil capitaneada pelo Estado piemontês, cujo objetivo era anexar pequenos Estados existentes na Península Itálica e regiões ao Norte, sob domínio do Império Austro-húngaro. Um dos reflexos dessa guerra civil foi a fuga de italianos das áreas de conflito, que fugiam para salvar suas vidas, desertavam do alistamento militar e imigravam para sobreviver aos rigores da guerra.

Uma vez completado o processo de unificação, por volta de 1870, grande parte da Itália, mais notadamente o Sul, era atrasada, economicamente, quando comparada aos países europeus do Norte. Enquanto países como Inglaterra, França e Alemanha experimentavam os efeitos da chamada *Segunda Revolução industrial*[7], havia partes da Itália onde ainda existiam relações muito próximas à servidão medieval.[8] Com exceção de algumas áreas industrializadas ao Norte, grande parte da península itálica tinha sua economia baseada numa agricultura ainda muito rústica e de baixa produtividade.

No recém-formado Estado italiano, a carga de impostos foi mais dura para os pequenos proprietários camponeses, que, por conta da própria geografia da Itália, em que predominam terrenos montanhosos, produziam apenas o suficiente para o sustento das famílias camponesas, devido aos métodos rústicos de produção. A impossibilidade de pagar os impostos instituídos pelo Estado italiano levou uma verdadeira massa humana de camponeses a abandonar suas terras:

> Todos esses fenômenos, juntamente com a taxa sobre a farinha, cujo não pagamento podia comportar o confisco da propriedade, resolveram-se numa sangria do mundo camponês. Entre 1875 e 1881, foram confiscadas 61.831 pequenas propriedades, e entre 1884 e 1901, 215.759. No período de 1886 a 1900, as vendas judiciais de terras por dívidas para com particulares atingiram a cifra de 70.774. Bastaria esse quadro desolador para demonstrar que os fatores de expulsão tinham incidência maior que os fatores de atração, ainda que, obviamente, os últimos exercessem um peso não desprezível na determinação do êxodo de massa. Um êxodo que, decerto, não foi freado pelas classes dirigentes, que, ao contrário, viam com alívio uma

[7] A chamada Segunda Revolução Industrial (ocorrida mais notadamente na segunda metade do século XIX) foi uma conseqüência da Revolução Industrial inglesa. Uma de suas particularidades foi a de não respeitar fronteiras. Novas tecnologias substituíram o vapor e fez das cidades, do urbano, o foco da modernização e do desenvolvimento capitalista europeu. Os avanços científicos trouxeram condições para que os indivíduos tivessem melhor qualidade de vida, especialmente, pelo desenvolvimento da medicina com a cura e prevenção de doenças (vacinas). Contudo, as novas tecnologias aplicadas ao sistema produtivo levaram a um aumento da produção industrial, que em médio prazo gerou uma crise econômica, porque a elasticidade dos mercados consumidores não acompanhou o ritmo produtivo das indústrias. Conferir: HOBSBAWM, Eric. J. **A Era do capital.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[8] A anexação de grande parte da Península Itálica ao Império Napoleônico no início do século XIX – que culminou, inclusive, com a adesão de muitos italianos ao exército francês que lutava contra o Império Austro-húngaro – representou um forte golpe às estruturas medievais existentes, especialmente, nas áreas rurais italianas. Contudo, ainda ao longo do século XIX, muitos resquícios de um passado não muito distante de servidão ainda estavam presentes no meio rural da Península Itálica.

> emigração que constituía, para usar a afortunada expressão de Sonnino, uma "válvula de escape para a paz social". Confirmam essa convicção pareceres autorizados de quem vivera muito tempo nos países de destino. Na análise do padre Colbacchini, por exemplo, o qual dirigia os escalabrinianos no Brasil, a imigração torna-se, além de benéfica para os movimentos sociais na pátria, purificadora de eventuais "perdições", graças às possibilidades de ganho que oferece tanto a quem sai do país, como a quem nele fica.[9]

Juntamente ao processo de centralização política e austeridade tributária, ocorreu a difusão de novas tecnologias produtivas no meio agrícola italiano. Essas tecnologias beneficiaram os grandes proprietários, de modo a instaurar-se um grande fosso, separando os latifundiários e os pequenos e rústicos camponeses. A tendência a uma concentração de terras na mão de uma elite agrária italiana acarretou uma ânsia nos grandes proprietários de abarcarem também as pequenas propriedades. Incapazes de resistir à carga tributária e à concorrência dos latifundiários, para não perderem tudo para o Estado, os camponeses não encontraram muitas alternativas, além de deixarem suas terras.[10]

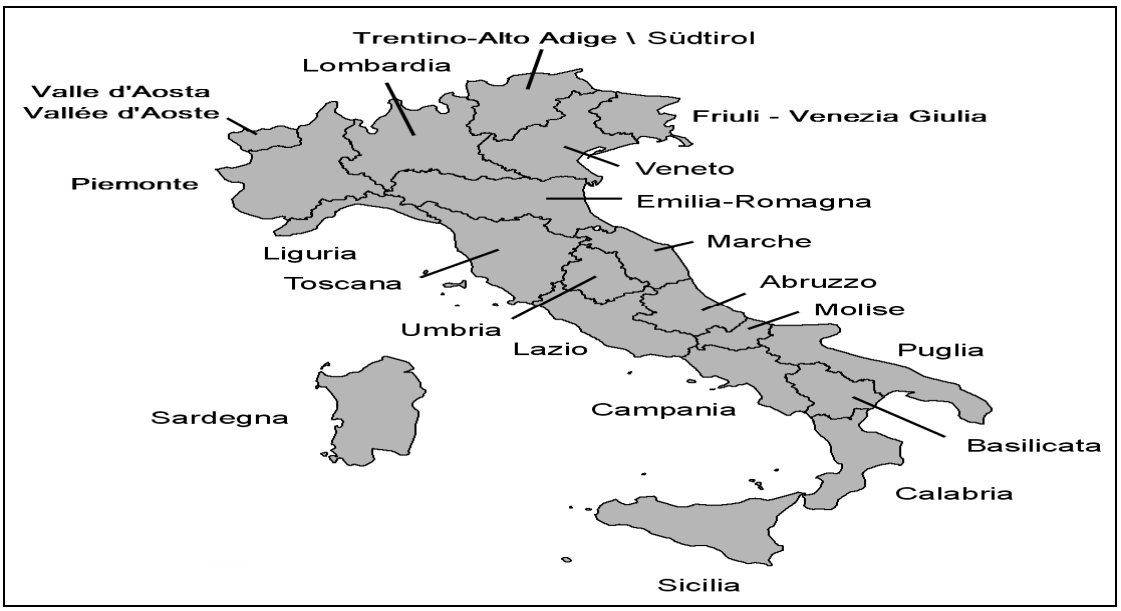
No Mapa 01, observamos as regiões italianas; em praticamente todas, o fenômeno da imigração foi uma das poucas ou única alternativa para os camponeses pobres.[11] Pela Tabela 11, acompanhamos a evolução numérica da imigração italiana em cada região, ao longo do período de 1876 a 1940, assim como aquelas regiões que mais forneceram imigrantes em cada período. Na Tabela 12, apresentamos informações sobre a composição desses indivíduos, ou se eles partiam sozinhos ou com o grupo familiar. Nota-se que o fluxo imigratório atingiu seu ápice no final do século XIX e estendeu-se até a Primeira Guerra Mundial. As pessoas que partiam sozinhas se destacaram em relação aos grupos familiares, isso se deveu, a princípio, ao caráter temporário da imigração, ou seja, imigrar para trabalhar e retornar com dinheiro. No Brasil prevaleceu, nesse período, a imigração de grupos familiares.

---

[9] TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1989, p. 31-32.

[10] "A fuga, inclusive a pé em pleno inverno, para chegar ao porto de embarque – Gênova – envolvia aldeias inteiras e podia assumir aspectos de verdadeira libertação, como notava, não sem certo temor, um observador da época, De Kiriaki: 'Vão para a América como iriam á aldeia vizinha na festa do padroeiro, e vão em procissão, às vezes até ao som de sinos, quando não levam consigo estes, como aconteceu numa aldeia da região de Treviso'." Ibid. p. 30-31.

[11] A grande imigração européia começou pelos países mais desenvolvidos ao Norte (Inglaterra, Alemanha, Suíça, França, dentre outros), onde passou a existir pouca terra para muita gente, até aos campos italianos. A grande diferença entre esses países e a Itália é que a maioria deles possuía colônias ou ex-colônias fora da Europa. Ou seja, imigrantes ingleses poderiam ir para os EUA, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Canadá; os imigrantes franceses poderiam ir para o Canadá e outras possessões. Os italianos não tinham colônias para mandar seus imigrantes e, mesmo assim, eles foram para onde oferecessem melhores condições de vida. Na verdade, a imigração não era desconhecida dos italianos, era um fenômeno, até mesmo comum os homens saírem para trabalhar em outros países na Europa e retornar à Itália na época das colheitas. Essa era uma imigração sazonal e temporária.



Mapa 01 – Regiões da Itália no Pós-Unificação
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ae/Regioni_of_Italy_with_official_names.png>. Acesso em: 29 jan. 2009.

Tabela 11 – Média anual de imigração por 1.000 habitantes nas regiões italianas (1876-1940)

1876-1880		1881-1890		1891-1900		1901-1910	
Região	**Total**	**Região**	**Total**	**Região**	**Total**	**Região**	**Total**
Vêneto	11,98	Vêneto	20,31	Vêneto	33,85	Abruzzi	33,70
Piemonte	9,10	Basilicata	16,52	Basilicata	18,11	Calábria	31,66
Basilicata	5,98	Piemonte	9,94	Calábria	12,12	Basilicata	29,76
Ligúria	5,03	Calábria	7,95	Abruzzi	10,69	Vêneto	29,47
Lombardia	4,98	Abruzzi	6,52	Campânia	10,61	Campânia	21,63
Toscana	3,27	Ligúria	6,05	Piemonte	7,98	Sicília	21,50
Campânia	2,07	Lombardia	5,77	Toscana	5,86	Marche	20,57
Emília R.	1,86	Campânia	5,50	Emília R.	5,59	Piemonte	16,50
Calábria	1,77	Toscana	4,79	Sicília	5,05	Úmbria	14,96
Abruzzi	0,99	Emília R.	3,00	Lombardia	5,03	Emília R.	12,94
Sicília	0,34	Marche	2,00	Marche	4,77	Toscana	11,90
Marche	0,32	Sicília	1,66	Ligúria	3,78	Lombardia	11,33
Puglie	0,29	Puglie	0,80	Puglie	1,85	Puglie	10,71
Lazio	0,07	Sardenha	0,20	Lazio	1,36	Lazio	9,83
Úmbria	0,05	Úmbria	0,15	Úmbria	1,22	Sardenha	6,88
Sardenha	0,03	Lazio	0,02	Sardenha	0,86	Ligúria	6,10

1911-1913		1914-1920		1921-1930		1931-1940	
Região	**Total**	**Região**	**Total**	**Região**	**Total**	**Região**	**Total**
Abruzzi	32,74	Abruzzi	11,09	Vêneto	11,05	Vêneto	2,90
Calábria	31,77	Calábria	10,32	Calábria	10,74	Calábria	2,41
Vêneto	31,71	Piemonte	9,77	Piemonte	9,72	Piemonte	1,86
Basilicata	29,15	Sicília	9,21	Abruzzi	8,25	Toscana	1,67
Sicília	26,29	Basilicata	9,05	Basilicata	8,20	Lombardia	1,54
Marche	24,92	Campânia	7,92	Marche	6,46	Abruzzi	1,53
Úmbria	21,34	Vêneto	6,50	Lombardia	5,80	Sicília	1,45
Campânia	20,10	Marche	6,03	Sicília	5,79	Basilicata	1,36
Piemonte	19,10	Ligúria	5,57	Toscana	5,50	Ligúria	1,20
Lombardia	15,84	Puglie	5,56	Campânia	4,54	Emília R.	1,00
Toscana	15,32	Lombardia	5,27	Ligúria	4,32	Campânia	0,90
Puglie	14,29	Toscana	5,14	Úmbria	3,89	Lazio	0,75
Lazio	13,56	Úmbria	4,50	Emília R.	3,73	Puglie	0,66
Emília R.	13,35	Emília R.	3,62	Puglie	3,27	Marche	0,60
Sardenha	10,47	Lazio	3,26	Sardenha	2,10	Úmbria	0,47
Ligúria	7,06	Sardenha	3,09	Lazio	2,04	Sardenha	0,41

Fonte: LIVI BACCI, M. **La Trasformazione demografica delle società europee**. Torino: Loescher, 1977. Apud. SORI, Ercole. **L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale**. Bologna: Il Mulino, 1979, p. 25.

Tabela 12 – Emigrantes Italianos que partiam para o exterior sozinho ou com a família (1876-1937)

Período	Total de imigrantes	Partidos sozinhos	Partidos com a família	Porcentagem de imigrantes partidos sozinhos	Porcentagem de imigrantes partidos com a família
1876-1880	543.984	405.064	138.920	74,5	25,0
1881-1885	770.705	555.383	215.322	72,1	27,9
1886-1890	1.109.886	717.442	392.444	64,6	35,4
1891-1895	1.282.553	777.021	505.532	60,6	39,4
1896-1900	1.552.173	1.001.348	550.825	64,5	35,5
1901-1905	2.770.252	2.125.542	644.710	76,7	23,3
1906-1910	3.256.438	2.601.484	654.954	79,9	20,1
1911-1915	2.743.059	2.145.876	597.183	78,2	21,8
1916-1920	1.085.006	878.336	206.670	81,0	19,0
1921-1925	1.516.319	1.167.566	348.753	77,0	23,0
1926-1930	1.044.939	855.574	189.365	81,9	18,1
1931-1935	458.141	319.335	138.806	69,7	30,3
1936-1937	148.661	111.345	37.316	74,9	25,1

Fonte: SOMOGYI, S. **Ripercussioni demografico-sociali dell'emigrazione italiana**, in "Previdenza Sociale", stt-ott. Apud. SORI, Ercole. **L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale**. Bologna: Il Mulino, 1979, p. 34.

A Tabela 13 nos fornece dados referentes à participação de agricultores e trabalhadores rurais na composição profissional do contingente de imigrantes, assim como a sua proveniência. Segundo os números apresentados, o Norte da Itália foi a região onde os camponeses participaram mais maciçamente do processo de emigração.

Tabela 13 – Participação de algumas categorias profissionais no fluxo de emigrantes (temporário e permanente) entre 1878-1911

Piemonte, Ligúria, Lombardia, Vêneto	**1878**	**1881**	**1886**	**1891**	**1896**	**1901**	**1906**	**1911**
Agricoltori	30,21	29,72	28,31	31,12	21,22	14,07	9,16	9,56
Muratori	14,10	14,44	10,47	10,12	9,82	11,29	6,86	9,65
Braccianti	14,63	15,50	11,32	15,35	12,46	9,27	7,68	11,42
Artigiani e operai	9,81	5,50	3,23	4,54	3,47	2,10	4,60	5,70
Imigração total	77,67	69,78	57,28	64,69	49,86	39,89	32,41	42,21

Emília e Toscana	**1878**	**1881**	**1886**	**1891**	**1896**	**1901**	**1906**	**1911**
Agricoltori	4,77	5,13	5,65	4,06	4,33	3,02	2,01	2,16
Muratori	0,37	0,74	0,51	0,78	0,77	0,89	0,73	1,02
Braccianti	2,31	4,62	2,79	1,96	2,16	6,33	5,51	7,29
Artigiani e operai	1,39	1,01	0,76	0,66	0,63	0,67	0,82	1,17
Imigração total	10,55	12,55	11,00	8,70	8,67	11,54	10,39	13,52

Marche, Úmbria, Lazio	**1878**	**1881**	**1886**	**1891**	**1896**	**1901**	**1906**	**1911**
Agricoltori	0,04	0,09	0,40	0,07	2,29	3,22	2,96	2,13
Muratori	0,01	0,02	0,05	0,03	0,25	0,28	0,37	0,45
Braccianti	0,02	0,02	0,19	0,11	0,88	1,53	3,44	3,35
Artigiani e operai	0,08	0,04	0,18	0,10	0,30	0,30	1,10	0,52
Imigração total	0,26	0,30	0,99	0,37	4,15	5,71	8,77	7,48

Meridione	**1878**	**1881**	**1886**	**1891**	**1896**	**1901**	**1906**	**1911**
Agricoltori	5,68	8,95	19,06	13,48	19,59	21,77	16,22	11,83
Muratori	0,32	0,49	1,08	1,46	1,46	2,56	1,50	1,74
Braccianti	0,73	3,65	2,94	4,12	5,54	7,54	7,57	7,08
Artigiani e operai	1,79	2,24	3,02	2,10	1,99	2,22	3,61	2,98
Imigração total	10,51	16,60	28,31	22,97	32,11	36,17	31,95	27,12

Isole	**1878**	**1881**	**1886**	**1891**	**1896**	**1901**	**1906**	**1911**
Agricoltori	0,08	0,25	1,04	1,86	2,84	2,81	6,08	3,09
Muratori	0,08	0,02	0,13	0,17	0,23	0,55	1,25	0,70
Braccianti	0,08	0,03	0,16	0,32	0,36	1,32	3,41	1,97
Artigiani e operai	0,29	0,25	0,50	0,33	0,45	0,90	2,58	1,46
Imigração total	1,01	0,78	2,42	3,27	5,20	6,69	16,47	9,66

Itália	**1878**	**1881**	**1886**	**1891**	**1896**	**1901**	**1906**	**1911**
Agricoltori	40,78	44,15	54,46	50,58	50,28	44,47	36,44	28,77
Muratori	14,88	15,70	12,24	12,57	12,69	15,57	10,72	13,57
Braccianti	17,77	23,82	17,42	21,86	21,40	26,00	27,61	31,11
Artigiani e operai	13,35	9,04	7,79	7,74	6,84	6,20	12,70	11,83
Imigração total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Commissariato generale dell'emigrazione, Annuario statistico dell'emigrazione italiana, Roma, dal 1876 al 1925. Apud. SORI, Ercole. **L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale**. Bologna: Il Mulino, 1979, p. 39.

De todas as regiões italianas, a primeira a fornecer imigrantes para as fazendas cafeeiras no Brasil foi a região de Abruzos (Centro-Sul da Itália) na década de 1870[12].

[12] TRENTO, op. cit. p. 38.

Juntamente a essa emigração de Abruzos, formava-se uma corrente de emigrantes setentrionais (Norte da Itália) composta, sobretudo, por pessoas do Vêneto e Lombardia.[13] Ondas de emigração mais intensas da Itália Central e do Sul para o Brasil ocorreram posteriormente, mais exatamente, na virada do século XX, quando essas regiões foram atingidas por crises agrícolas.[14]

Na Tabela 14, observamos os números da imigração italiana para o Brasil entre 1878-1902.

Tabela 14 – Imigrantes italianos vindos para o Brasil, conforme a procedência regional (1878-1902)

Região	1878-1886		1887-1895		1896-1902		1878-1902
	imigrantes	**%**	**Imigrantes**	**%**	**Imigrantes**	**%**	**%**
Piemonte e Vale de Aosta	1.767	2,5	15.198	3,1	6.598	1,8	2,5
Ligúria	558	0,8	2.823	0,6	2.098	0,6	0,6
Lombardia	6.098	8,5	60.380	12,3	20.107	5,4	9,2
Vêneto e Friuli	21.264	29,6	246.168	50,0	62.066	16,6	35,2
Emília e Romanha	512	0,7	28.876	5,8	21.386	5,7	5,4
Total Itália do Norte	30.199	42,1	353.445	71,8	112.255	30,1	52,9

Região	1878-1886		1887-1895		1896-1902		1878-1902
	imigrantes	**%**	**Imigrantes**	**%**	**Imigrantes**	**%**	**%**
Toscana	6.340	8,8	26.542	5,4	26.746	7,2	6,4
Marcas	147	0,2	3.875	0,8	14.671	3,9	2,0
Úmbria	20	-	442	0,1	8.928	2,4	1,0
Lácio	-	-	308	-	12.273	3,3	1,3
Total Itália Central	6.507	9,0	31.167	6,3	62.618	16,8	10,7

Região	1878-1886		1887-1895		1896-1902		1878-1902
	imigrantes	**%**	**Imigrantes**	**%**	**Imigrantes**	**%**	**%**
Abruzos e Molise	3.845	5,4	17.865	3,6	47.997	12,9	7,4
Campânia	8.913	12,4	37.845	7,7	71.093	19,1	12,6
Apúlia	117	0,2	6.707	1,4	14.157	3,8	2,2
Basilicata	9.504	13,3	10.177	2,1	14.727	3,9	3,7
Calábria	12.659	17,6	27.172	5,5	31.875	8,5	7,7
Sicília	45	-	7.776	1,6	12.937	3,5	2,2

[13] TRENTO, op. cit. p. 39-40.
[14] Ibid. p. 40.

Região	1878-1886		1887-1895		1896-1902		1878-1902
	imigrantes	**%**	**Imigrantes**	**%**	**Imigrantes**	**%**	**%**
Sardenha	13	-	107	-	5.254	1,4	0,6
Total Itália do Sul e Ilhas	35.096	48,9	107.649	21,9	198.040	53,1	36,4

	1878-1886		1887-1895		1896-1902		1878-1902
	imigrantes	**%**	**Imigrantes**	**%**	**Imigrantes**	**%**	**%**
Total Itália	71.802	100,0	492.261	100,0	372.913	100,0	100,0

Fonte: Tabela confeccionada por Ângelo Trento com bases no MAIC, *Statistica dell´emigrazione italiana all´estero*. In: TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1989, p. 39.

Apesar de muitas vezes, o Norte italiano ser visto como uma região industrializada, grande parte do fluxo imigratório para o Brasil veio de áreas agrícolas, principalmente, da região do Vêneto, região anexada pelo Estado italiano do Reino Austro-Húngaro; era uma das áreas mais pobres desse reino. A economia do Vêneto era baseada numa agricultura rústica, em que, muitas vezes, os camponeses sobreviviam com uma produção no limite da fome. Por isso, não é tão difícil descobrir as razões de os camponeses do Vêneto serem os mais desejosos a partir.[15] O Mapa 02 e a Tabela 15 contêm as províncias e os números da imigração do Vêneto, entre 1876 a 1901.



Mapa 02 – Região do Vêneto, Norte da Itália

Fonte: Adaptado de <http://www.knowital.com/veneto/regmap.gif>. Acesso em 29 jan. 2009.

[15] "Permaneciam, é verdade, 'as tempestades, a seca, os terremotos e as inundações que se [sucediam] com uma freqüência e uma intensidade de fato extraordinária', mas, como as desgraças nunca vêm sozinhas, todos esses eventos adquiriram grande peso por serem concomitantes com fatos decisivos de índole totalmente diferente: os altos impostos, a concorrência do trigo estrangeiro, o atraso tecnológico e também, em muitos lugares, a transformação capitalista nos campos. O fato é que a expressão mais freqüente com que se designa, especialmente a partir da metade da década de 1880, a *causa causarum* da emigração dos campos, em uma literatura tão vasta que torna pretensiosa qualquer tentativa de referir-se a uma única obra, coincide (pelo menos no Vêneto por mim estudado) com uma só palavra, aparentemente pobre e banal, mas dotada de uma carga semântica até hoje explícita e indicativa: miséria. [...]" FRANZINA, Emílio. **A grande emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 77-78.

Tabela 15 – Total dos italianos no período 1876-1901, distribuídos pelas províncias do Vêneto

	Número de emigrantes		
Províncias	**Emigração permanente**	**Emigração temporária**	**Total**
Belluno	12.192	344.961	357.153
Pádua	58.457	36.508	94.965
Rovigo	65.102	6.019	71.121
Treviso	82.240	74.667	156.907
Udine	48.086	849.276	897.362
Veneza	41.512	23.752	65.264
Verona	48.159	39.281	87.440
Vicenza	50.135	124.372	174.507
Total	**405.883**	**1.498.836**	**1.904.719**

Fonte: FRANZINA, Emílio. **A grande emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 104.

Emílio Franzina fornece vários documentos que constatam as duras condições nas quais viviam os camponeses no Vêneto. Um desses documentos é um relato da situação desses indivíduos pobres feito por um proprietário mais abastado:

> A principal razão da emigração [escrevia, por exemplo, em 1878 Biasutti] reside na "necessidade" das nossas classes agrícolas, na escassez dos meios de subsistência, a que há muitos anos e por diversas causas chegaram, infelizmente, estas a se encontrar. E na verdade, deixando de enumerar as graves perdas provocadas pelas chuvas de granizo e pelas secas que freqüentemente flagelam os nossos campos, é um fato que o produto dos bichos-da-seda, no passado o nosso primeiro recurso, vem diminuindo sensivelmente [...], mas isso não basta; ocorre que outro e bem mais formidável inimigo está agora avançando na uva [...], por isso tendo faltado ou em grande parte destruído o produto da uva [...]; o agricultor, chamado a suar no campo, não pode ter uma reposição eficaz de suas forças e foi atingido pela pelagra. Além disso, outra ativíssima fonte de riqueza se esgotou, ou quase, para os nossos friulanos, isto é, os ganhos da emigração temporária nos Estados limítrofes austro-húngaros ou alemães, onde, praticamente acabadas as grandes obras públicas e ferroviárias e a concorrência e a preferência dada aos nativos, não encontraram mais os nossos artesãos, que aumentaram em número com o passar dos anos, os altos salários que, enquanto ofereciam a eles por um longo tempo uma vida cômoda, os levou todos, sem que se dessem conta, ao casamento, o que resultou no grande aumento da população e a excessiva divisão das famílias e da propriedade [...].[16]

O aumento da densidade demográfica também foi reflexo da chegada de avanços da medicina, importados da Segunda Revolução Industrial dos países vizinhos. Esse fato na Itália acompanhou uma tendência européia, resultado de uma perspectiva maior de vida e um índice menor de mortalidade infantil. Klein explicita que ainda não há um consenso quanto ao fator determinante para essa diminuição da mortalidade infantil, contudo a introdução da vacinação contra a varíola, a mudança das idéias sobre saneamento e o cultivo de novos

[16] FRANZINA, op. cit. 223.

alimentos trazidos da América (especialmente a batata) tiveram uma influência importante nesse cenário.[17] Houve, com isso, uma tendência ao crescimento do número de membros das famílias camponesas, mais pessoas alcançavam a idade produtiva sem que houvesse uma expansão das terras cultiváveis.

A descrição abaixo das péssimas condições de vida e existência material, denota uma visão geral da miséria enfrentada por essas pessoas na Itália:

> É preciso imaginar umas míseras casinhas baixas, com rachaduras, caindo aos pedaços, que deixam transparecer pelos buracos usados como janelas e pelas fissuras da parede a mais triste miséria; no interior poucos cômodos sujos, aos quais se sobe por escadas que caem sob o peso do corpo, muitas vezes feitas como poleiros; as paredes revestidas de pós seculares, enegrecidas pela fumaça e pela umidade da chuva que desce livremente do telhado e se infiltra entre as pedras; o solo é, no térreo, de terra ou de pedras mal colocadas, quebradas aqui e ali, levantadas ou faltando; no andar superior, formado por tábuas que balançam; as pequenas janelas freqüentemente sem as folhas de madeira são fechadas por vidros quebrados ou por folhas de papel; os únicos móveis são uma ou duas camas com cavaletes, um armário e os instrumentos mais indispensáveis para a cozinha e para a agricultura; os únicos enfeites são alguns santos vermelhos e azuis e, às vezes, um calendário lunar; o número de cômodos de uma casa é variável, mas é sempre muito inferior ao das pessoas da família [...], cada quarto serve para três ou quatro pessoas [...], há como conseqüência óbvia a coabitação forçada [...]. Eis, aliás, como, geralmente, as famílias dos camponeses se distribuem nos seus quartos [...]; [os] filhos, até que não atingem a idade de casamento ou se casam realmente, dormem no mesmo quarto dos pais e freqüentemente na mesma cama, e por causa disso os mistérios da geração deixam bem cedo de ser mistérios para eles! As garotas (falando das jovens) dormem com os pais e freqüentemente com alguma velha da casa ou com um irmão menor, e então não são raros os incestos! [...] a cama mais comum é um saco cheio de folha de milho e, mais raramente, de palha; quem pode põe sobre ele um colchão de lã ou de pena; a cama (quando existe) consta quase sempre de algumas tábuas colocadas transversalmente sobre dois cavaletes de madeira. O cômodo para ser usado como *lócus comodus* falta sempre; existe mesmo o hábito secular de viver sem [...] e prefere-se satisfazer às necessidades corporais urgentes do modo que Mantegazza chama "poético", mas que, por mais que entre luz do sol (o do astro prateado) e as carícias das brisas, não deixa por isso de ser anti-higiênico para a medicina, indecente para a limpeza e freqüentemente também impuro para a moral [...]. Assim como as descrevemos são quase todas as casas dos trabalhadores da terra [...].[18]

Os italianos que decidiram imigrar para o Brasil eram os mais pobres existentes na Itália. Qualquer lugar com a possibilidade de melhores condições de vida parece ter sido preferível ao que enfrentavam, melhor ainda, se a viagem fosse paga por alguém. Muitos dos emigrantes da região do Vêneto, e de outras regiões, só conseguiram partir, porque o governo brasileiro pagou as despesas de transporte e acomodação para o Brasil. Os emigrantes que conseguiram amealhar mais recursos com a venda de suas terras e pertences, tinham melhores

[17] KLEIN, op. cit. p. 14.
[18] FRANZINA, op. cit. p. 300-301.

chances se custeassem suas próprias passagens até países com melhores condições de trabalho e, até mesmo, climáticas, tais como os Estados Unidos, Canadá, Chile, dentre outros.

Os dados da Tabela 16, semelhantemente àqueles já apresentados na Tabela 13 apontam a preponderância entre os emigrantes, temporários e definitivos, da região do Vêneto de agricultores e trabalhadores rurais. Percebemos também pela Tabela 17, que a maioria dos indivíduos partiram para o Brasil ou para a Argentina, os únicos países a oferecer passagens subsidiadas.

O grosso dessa massa de pessoas fora composto por simples e paupérrimos trabalhadores braçais, despreparados tecnicamente para as transformações em curso na Itália, mas com capacidade suficiente para aprender a lidar com a cafeicultura. Contudo, em meio a esses trabalhadores, havia aqueles que não tinham apenas força física para oferecer como trabalho, mas também alguma qualificação profissional.

O inverno nos campos europeus representava o momento do ano, quando os camponeses se desvencilhavam dos trabalhos da lida direta com a terra, pois a colheita, boa ou ruim, já tinha sido realizada. E, para preencher o tempo, muitas dessas pessoas realizavam trabalhos de manutenção, edificação ou confecção têxtil em teares rústicos. Por isso, muitos dominavam ofícios os mais diversos: imigraram pedreiros, carpinteiros, oleiros, tecelões, entre outros. É difícil quantificar o número desses imigrantes mais qualificados que chegaram ao Brasil. Esses não possuíam muitos recursos econômicos, semelhantemente, à grande massa de trabalhadores braçais, mas possuíam algum *saber-fazer*, isso poderia fazer muita diferença para a sua prosperidade em terras brasileiras.

Porém, enquanto o sucesso não era construído e materializado numa possível ascensão social, a maioria desses imigrantes, possuidores do *saber-fazer*, trilhou um caminho árduo, semelhante aos pobres trabalhadores braçais vindos ao Brasil para substituir a mão-de-obra escrava. E por isso, depararam-se com uma sociedade, a princípio, completamente hostil aos seus intentos de acumular dinheiro. Esses estrangeiros encontraram, segundo autores como Michael Hall, um verdadeiro inferno. Todavia, alguns conseguiram obter sucesso em seus planos de angariar recursos, a ponto de se estabelecer no Brasil, seja como pequeno proprietário de terras ou, como veremos no próximo capítulo, pequeno industrial.

Tabela 16 – Emigrantes vênetos com mais de 15 anos que partiram no período 1876-1901, segundo a profissão que exerciam na Itália

Anos	Agricultores, pastores e outros trabalhadores do campo	Pedreiros, carpinteiros e outros trabalhadores da construção	Assalariados rurais, jornaleiros e outros trabalhadores em frentes de trabalho	Mineiros, operários da indústria metalúrgica e têxtil e artesãos	Comerciantes e empregados do comércio	Profissionais liberais e artistas	Trabalhadores em serviços (servidores, governantas, amas-de-leite)	Pessoas de profissão diferente das indicadas ou ignoradas	**total**
1876	3.331	-	12.945	13.715	902	56	398	712	**32.059**
1877	14.223	-	-	12.556	1.716	121	269	1.023	**29.368**
1878	10.981	5.365	4.611	3.045	1.093	105	381	909	**26.499**
1879	9.694	6.333	7.158	3.234	702	298	285	711	**28.415**
1880	10.328	7.499	7.279	3.324	860	232	202	546	**30.270**
1881	10.126	9.026	7.406	2.182	811	151	481	540	**30.723**
1882	11.994	4.664	13.299	2.038	399	134	261	464	**33.253**
1883	19.127	6.639	15.015	1.113	309	128	160	465	**42.956**
1884	15.017	7.181	17.772	1.760	327	96	203	552	**42.908**
1885	17.604	6.659	11.396	1.435	527	152	200	976	**38.949**
1886	20.853	9.321	7.900	1.131	641	183	288	409	**57.438**
1887	38.556	4.860	10.639	1.862	641	183	288	409	**57.438**
1888	70.315	6.546	16.464	2.956	810	194	571	1.191	**99.047**
1889	36.313	4.869	17.578	1.573	836	182	200	1.086	**60.637**
1890	21.876	11.251	22.883	3.491	1.301	371	172	772	**62.117**
1891	50.289	15.848	28.632	7.361	1.593	328	413	1.079	**105.543**
1892	27.097	16.621	25.243	3.131	1.498	189	603	431	**74.813**
1893	21.773	15.516	27.427	4.104	875	210	515	366	**70.786**
1894	20.513	23.286	32.981	3.736	527	304	354	763	**82.464**
1895	31.522	23.736	33.006	4.463	633	243	267	1.000	**94.870**
1896	30.698	20.329	25.446	5.575	1.503	243	273	1.126	**85.193**
1897	28.655	23.965	35.401	4.846	2.395	294	462	1.007	**97.025**
1898	22.431	25.614	34.425	8.377	1.809	338	538	586	**94.118**
1899	20.989	26.311	45.925	8.513	1.729	641	381	1.872	**106.361**
1900	33.253	25.683	30.655	3.897	1.421	692	488	2.609	**98.698**
1901	31.204	38.598	30.608	3.169	738	1.049	397	6.959	**112.722**
Total	**629.062**	**345.720**	**522.094**	**109.272**	**25.807**	**7.038**	**8.929**	**28.660**	**1.676.582**

Fonte: FRANZINA, Emílio. **A grande emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 108-109.

Tabela 17 – Imigrantes vênetos vindos para a América no período 1876-1901, de acordo com os países de destino

Anos	América do Norte	Canadá	Estados Unidos	México	Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá e Antilhas	Colômbia, Venezuela, Guianas e Equador	Peru, Bolívia e Chile	Brasil	Argentina	América do Sul	Paraguai e Uruguai	Países da América não especificados	Total
1876	39	-	-	-	3.346	-	-	-	-	476	-	-	3.861
1877	23	-	-	22	7.188	-	2	-	-	912	-	-	8.147
1878	38	-	-	-	196	63	47	1.930	-	3.016	-	283	5.573
1879	-	-	20	-	29	7	3	3.496	1.820	-	1	173	5.552
1880	-	6	48	-	30	12	-	2.326	1.158	-	9	54	3.643
1881	-	1	6	-	33	9	-	1.636	594	-	1	106	2.386
1882	-	-	17	-	457	4	1	2.634	952	-	15	182	4.262
1883	-	-	44	-	22	1	2	1.840	3.020	-	15	120	5.064
1884	-	4	51	-	33	12	1	1.437	3.773	-	16	59	5.386
1885	-	2	229	-	20	2	2	3.234	3.661	-	9	231	7.390
1886	-	6	257	-	2	-	1	2.731	2.804	-	36	188	6.025
1887	-	8	182	-	112	-	2	19.792	7.739	-	43	231	28.109
1888	-	13	329	-	52	-	8	71.796	12.860	-	105	781	85.944
1889	-	4	303	-	6	1	12	6.809	7.416	-	248	130	14.929
1890	-	1	432	-	14	103	136	3.444	2.345	-	142	75	6.692
1891	-	18	489	-	1	309	8	70.010	4.024	-	100	19	74.978
1892	-	-	687	-	2	203	7	15.558	3.003	-	32	65	19.557
1893	-	3	944	-	1	197	4	8.241	2.090	-	22	5	11.507
1894	-	-	348	-	4	26	3	15.115	2.307	-	11	12	17.826
1895	-	-	608	-	9	49	3	35.403	2.935	-	48	56	39.111
1896	-	2	519	-	35	8	2	21.710	3.384	-	53	102	25.815
1897	-	1	572	-	27	17	1	20.975	4.381	-	6	66	26.046
1898	-	-	391	-	3	7	3	6.928	1.400	-	5	56	8.793
1899	-	88	429	-	13	3	3	3.280	1.190	-	24	40	5.070
1900	-	7	411	-	3	2	-	3.189	563	-	-	4	4.179
1901	-	9	1.279	-	4	-	2	3.279	1.164	-	11	24	5.772

Fonte: FRANZINA, Emílio. **A grande emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 110-111.

De acordo com Klein, quase a metade dos imigrantes italianos chegados ao Brasil retornaram à Itália.[19] Assim, questiona o destino desses estrangeiros que ficaram na América, ao mesmo tempo em que aponta algumas possibilidades para essa permanência. A primeira delas foi o fracasso em obter dinheiro, nem mesmo o suficiente para retornar ao país natal; a segunda foi a ascensão social experimentada, que anulou a idéia de retorno. Vale destacar ainda, o casamento com nativos, a constituição de famílias e a conseqüente perda dos vínculos com o país de origem. E, finalmente, aqueles que, devido às condições precárias de seus países natais, preferiram aculturar-se e tentar viver uma vida melhor na América.[20]

Klein exemplificou a experiência dos italianos que se radicaram na América como positiva, sobretudo quanto ao sucesso que obtiveram no seu intento de poupar dinheiro. Comparou essa experiência nos Estados Unidos, Argentina e Brasil e constatou que:

> "Nesses três países, os italianos chegaram com a mesma intenção de ganhar dinheiro e voltar à Itália. E nos três países foram bem-sucedidos e sempre compuseram o grupo imigrante com as taixas (sic) mais altas de poupança. Pouco se importavam, portanto, com o *status* dos empregos que aceitavam, desde que gerassem rendas significativas. Por exemplo, os italianos no Brasil substituíram o trabalho escravo na cultura do café, que não conheciam. Nos Estados Unidos, faziam trabalhos manuais não-qualificados, substituindo muitas vezes trabalhadores negros livres nas cidades. Com o tempo, porém, houve importantes diferenças no sucesso dessas comunidades imigrantes."[21]

A seguir faremos uma abordagem sobre autores que se tornaram referenciais, tanto para uma literatura acadêmica *pessimista* em relação à ascensão social de imigrantes italianos no Brasil (contrapondo-se, com isso, à análise de Klein citada acima), quanto a uma vertente *otimista*. Ressaltamos de antemão, certo silêncio dessa literatura quanto à probabilidade de imigrantes italianos pobres e trabalhadores terem se tornado industriais no Brasil. Isso, de certa forma, corrobora a análise desenvolvida no segundo capítulo, a qual associa indústria ao imigrante rico.

3.2. Interpretações negativas quanto à ascensão social dos imigrantes italianos no Brasil

A maioria dos italianos aportados no Brasil entre 1890 a 1927, provavelmente só o fez porque tiveram passagens pagas pelo governo brasileiro. De todos os potenciais imigrantes da Itália, aqueles que vieram com passagens subsidiadas para o Brasil eram os mais pobres, os

[19] KLEIN, op. cit. p. 28.
[20] Ibid.
[21] Ibid.

mais castigados pelas agruras das transformações econômicas. Ao chegarem à região cafeeira, esses imigrantes encontraram uma realidade não muito diferente daquela deixada na Itália, porém aqui eles obtiveram emprego. Certamente, esses trabalhadores nunca tinham visto um pé de café na vida, mas se a sobrevivência estava condicionada a trabalhar nos cafezais e um governo estrangeiro pagava para encurtar a distância entre o trabalhador e o cafezal, a imigração para o Brasil significou uma esperança, a princípio, de sobrevivência e, posteriormente, de melhoria de vida.

Para os cafeicultores, os imigrantes não passavam de mão-de-obra, muito diferente dos escravos. Nos primórdios da imigração, trabalhadores livres conviveram com escravos nas lavouras, muitas vezes, ambos tinham tratos semelhantes. As expectativas dos imigrantes eram diferentes das dos fazendeiros. Os trabalhadores fugiam da pobreza e depois de trabalhar e acumular algum pecúlio, planejavam abandonar a condição que tinham na lavoura de outrem.

O percurso entre a chegada ao Brasil e a aquisição de uma propriedade foi tortuoso, pois o conflito de interesses entre as partes envolvidas nesse processo criou obstáculos à ascensão social dos imigrantes. A Lei de Terras de 1850 é um exemplo disso. Nos primeiros tempos da imigração, a ascensão do imigrante à condição de proprietários rurais era uma contradição diante das necessidades dos fazendeiros de mão-de-obra barata. Por isso, muitos donos de terra foram contrários aos núcleos coloniais oficiais, pois viam nesses, mão-de-obra desviada das suas lavouras e direcionada para interesses próprios dos imigrantes. A prioridade para os fazendeiros era o abastecimento das suas lavouras com força de trabalho, ou seja, explorar a mão-de-obra dos trabalhadores e não oferecer condições para estes se tornarem proprietários de terras ou terem sucesso econômico, trabalhando nas fazendas.

Talvez, por causa da própria lógica da exploração da mão-de-obra imigrante na lavoura cafeeira, a literatura acadêmica sobre os obstáculos encontrados por essas pessoas no Brasil para ascenderem socialmente é mais volumosa em relação à literatura sobre uma possível ascensão social. Essas análises *pessimistas* possuem alguns pontos em comum, especialmente, em relação aos mecanismos de exploração existentes no Brasil.

Na segunda metade do século XIX, o final do tráfico de escravos da África coincidiu com a expansão da lavoura cafeeira, constituiu o grande problema que a nova dinâmica econômica (baseada na lavoura cafeeira) e seus representantes (os cafeicultores) enfrentaram. Por séculos, a economia agrária baseou-se no latifúndio e no trabalho escravo predominantemente. Em nenhum momento anterior, essa relação havia sido rompida. Assim, depois da independência do Brasil em relação a Portugal, pela primeira vez, a riqueza gerada

no Brasil deixava de ser enviada a ex-metrópole. A expansão cafeeira pelo Oeste paulista, nos seus primórdios, possuiu essas particularidades, isto é, falta de mão-de-obra (de longa data associada ao trabalho escravo) e a retenção de riqueza *in loco*.

Com o café, a maior parte da riqueza gerada desse produto foi investida na própria região cafeeira. Os cafeicultores, os grandes responsáveis por esse processo, representaram também uma nova classe na sociedade. O ineditismo dessa classe, necessariamente, não representou modernidade em suas ações, pois, muitas vezes foi a tradição do mandonismo coronelista, herdada da sociedade escravocrata imperial, a responsável por orientar as ações dos cafeicultores, inclusive, na forma de solucionar a questão da substituição da mão-de-obra escrava.

Num período de 80 anos, entre 1850 a 1930, o Sudeste brasileiro passou por um processo de transição, por meio do qual os valores urbanos e industriais vão se desenvolver orientados pela dialética entre o poder dos empregadores (os cafeicultores, os industriais, os comerciantes, o próprio governo, entre outros) e a resistência dos empregados; uma vez que esses últimos (imigrantes e seus descendentes) possuíam ambições incompatíveis com a simples acomodação à exploração.

Em meio a toda essa atmosfera econômica e social nova, em que os *atores históricos* estão ocupando seus espaços, a literatura responsável por apontar os vários obstáculos à ascensão social dos imigrantes é coesa em alguns pontos, especialmente, quanto à fragilidade do imigrante frente à exploração dos cafeicultores. De acordo com algumas análises, os imigrantes foram mergulhados em um mundo hostil e explorados ao limite. Nesse ambiente, segundo esses autores, os imigrantes não tinham muitas formas de resistir, a não ser trabalhar. Essa literatura é demasiada extensa para analisarmos em sua íntegra, por isso, escolhemos dois autores importantes também para essa discussão: José de Souza Martins e Michael Hall.

3.2.1 O cativeiro da terra

José de Souza Martins[22], um autor já discutido neste trabalho, tem uma contribuição ímpar na análise dessas relações entre cafeicultores e trabalhadores imigrantes, principalmente, quanto aos obstáculos enfrentados por eles para ascender socialmente, a partir do seu trabalho nas fazendas de café.

[22] MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1979.

A parceria foi a primeira experiência de substituição da mão-de-obra escrava.[23] As pessoas envolvidas nessa experiência tinham motivações e objetivos completamente distintos quanto a sua participação nessa relação. O Senador Vergueiro, primeiro a introduzir tal sistema no Brasil, tido como um grande incentivador da imigração e da substituição do trabalho escravo, apenas criou novos mecanismos de exploração que, na visão de um dos *parceiros* os transformavam em verdadeiros escravos brancos.[24] A espera pela venda da safra e a aferição dos lucros pelo fazendeiro, para somente depois dividi-los com os parceiros, colocavam os imigrantes sempre numa posição desprivilegiada, pois nunca sabiam quanto iriam receber ou quanto seria descontado desse montante incerto.

O resultado dessa experiência de transformar os imigrantes em sócios dos prejuízos, só poderia ser desastroso. Os indivíduos partiam da Europa devedores e no Brasil suas dívidas só faziam aumentar. A improdutividade desse sistema, uma vez também que os trabalhadores não aceitaram os mesmos rigores do trato com os escravos, logo se mostrou evidente. As revoltas e a improdutividade fizeram com que esse sistema logo fosse abandonado pelos seus idealizadores.

A alternativa colocada em prática posteriormente foi criar colônias privadas de imigrantes.[25] Diferentemente da parceria, esses colonos recebiam quantias previamente combinadas pelos serviços executados, ou seja, sabiam quanto e quando iriam receber; contudo, o sistema de dívidas continuou o mesmo. O imigrante saía do seu país de origem já devedor, pois os fazendeiros pagavam suas despesas de transporte e estada em São Paulo até chegarem à fazenda e começarem a trabalhar. Esse sistema também limitava a liberdade do colono, pois só poderia deixar a fazenda quando todas suas dívidas tivessem sido pagas. Essa situação, somente foi alterada quando o governo da província de São Paulo começou a custear as passagens e a estada. Esse custeio era, a princípio ou em teoria, para abastecer os núcleos

---

[23] MARTINS, op. cit. p. 63.

[24] "O colono Thomas Davatz, em suas conhecidas memórias, infere daí toda a problemática realização do trabalho livre nas condições da economia brasileira. Ao chegar ao porto de Santos, assinala, 'os colonos já são, de certo modo, uma propriedade da firma Vergueiro'. O princípio da propriedade tende a dominar todos os fatores envolvidos no processo produtivo: 'o solo é propriedade do patrão e os moradores também o são de certo modo...' Isso se deve basicamente a que, tendo feito despesas na importação da mão-de-obra, o fazendeiro sentia-se impelido a desenvolver mecanismos de retenção dos trabalhadores em suas terras: 'os patrões [...] quase não dão dinheiro aos seus colonos, a fim de prendê-los ainda mais a si ou às fazendas'. Desse modo, o trabalhador não entrava no mercado de trabalho como proprietário da sua força de trabalho, como homem verdadeiramente livre. Quando não estava satisfeito com um patrão, querendo mudar de fazenda, só podia fazê-lo procurando 'para si próprio um novo comprador e proprietário', isto é, alguém que saldasse seus débitos para com o fazendeiro." DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Livraria Martins, 1941, p. 235, 197, 212, 72, 91, 116. Apud. Ibid.

[25] Ibid. p. 64.

oficiais de colonização,[26] mas o resultado dessa imigração subvencionada foi completamente outro, pois os trabalhadores foram direcionados para as colônias particulares nas fazendas.

Na teoria, os imigrantes subvencionados pelo governo de São Paulo se transformariam em pequenos proprietários nos núcleos oficiais, teriam terras, bem como condições de plantar e, inclusive, vender seus excedentes agrícolas. Porém, se quisessem obter dinheiro em espécie (para comprar aquilo que não conseguissem produzir na terra) deveriam se assalariar nas fazendas de café. Muitas vezes, os núcleos de colonização oficiais ficavam longe de mercados consumidores e longe das lavouras cafeeiras. Isso fez da iniciativa governamental um insucesso no sentido de abastecer as lavouras de café com mão-de-obra imigrante.

A solução para o problema da mão-de-obra foi seguir a fórmula inaugurada pelo governo de São Paulo. Ou seja, fazer com que o governo mantivesse o custeio das despesas de imigração, rateando os custos com toda a sociedade, e desviar os colonos dos núcleos oficiais para as colônias particulares nas fazendas:

> A solução do problema foi encontrada com a manutenção, em linhas gerais, das relações de trabalho instituídas com as colônias particulares instaladas no interior das fazendas. Apenas, o fazendeiro já não teria que arcar com as despesas da imigração, que passaria a ser subvencionada pelo Estado, ficando liberado das imobilizações de capital que fazia na pessoa do colono, sob a forma de renda capitalizada, com os dispêndios junto a agenciadores, companhias marítimas etc. Ao invés de encaminhar os imigrantes, recrutados por agenciadores a serviço do governo, para as colônias, eles passaram a ser encaminhados às próprias fazendas de café. Um dos maiores cafeicultores e empresários da época, seguramente o maior responsável pela fórmula que viabilizou o fim da escravatura, assinalava no Senado do Império, em 1888, poucos meses depois da abolição, que não conhecia outro meio para atender a demanda de braços para o trabalho senão aquele que "o governo se tem esforçado para empregar em larga escala, isto é, a introdução de imigrantes, e pelo modo por que pretende dirigi-la, fornecendo trabalhadores idôneos à lavoura sem que os lavradores tenham necessidade de, para este fim, dispender capitais".[27]

[26] "A partir de 1870 essa dificuldade seria atenuada com a inauguração da imigração subvencionada pelo governo da província de São Paulo. Os imigrantes, entretanto, eram de preferência localizados em colônias oficiais, em regime de pequena propriedade. O governo pagava as despesas de transporte para o Brasil até a localidade de fixação do imigrante e sua família. Além de custear e financiar a terra e as despesas iniciais, mantinha um regime de tutela sobre o colono geralmente durante um período de dois anos. Esse critério não visava ampliar o número de plantadores de café, já que o problema não estava no número de proprietários, mas no número de trabalhadores necessários à cultura cafeeira. Os colonos foram geralmente colocados em terras impróprias para o café ou cana, na esperança de que se dedicassem à produção de alimentos baratos, como milho, feijão, arroz e mandioca. Esses alimentos, embora muito consumidos, não tinham um mercado significativo, já que todas as fazendas e sítios os produziam para seu próprio consumo. Basicamente, essa produção garantiria a alimentação da família imigrante. A aquisição de roupas, remédios e, eventualmente, outras mercadorias, dependentes de dinheiro, teria que ser feita mediante trabalho assalariado. O governo, constituído, aliás de grandes fazendeiros e seus representantes, procurava organizar viveiros de mão-de-obra que se oferecesse às fazendas de café para o trato e a colheita à medida que isso fosse necessário." MARTINS, op. cit. p. 65.

[27] Ibid. 66.

A imigração subvencionada para o Brasil, promovida pelo governo paulista como forma de colonização oficial foi utilizada para servir às necessidades das fazendas cafeeiras. Assim, os recursos públicos passaram a atender a interesses privados, pois o governo paulista (e depois federal, até 1927) custeou as despesas da imigração para suprir as lavouras cafeeiras com mão-de-obra. Ao se estabelecer um fluxo constante de mão-de-obra, o colonato se tornou a forma principal de alocação do trabalho nas fazendas. Isso, no entanto, não significou grande melhoria nas condições dos colonos, pois eles não se transformaram em mão-de-obra, exclusivamente, assalariada.[28] Martins fornece um retrato de quais seriam as atribuições desses colonos no trato dos cafezais:

> O colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos com mais de sete anos. Enquanto na escravatura o trato era no eito, era efetuado por turmas de escravo, já era uma tarefa socializada, no regime de colonato passou a ser organizado em base familiar. Esse trabalho não se dissolvia no esforço comum da coletividade dos trabalhadores, às vezes milhares dentro de uma mesma fazenda. A família preservava a "individualidade" do seu trabalho. Recebia uma parcela do cafezal com a incumbência de mantê-la livre de ervas-daninhas, o que representava 5 a 6 carpas anuais. Também se incumbia da colheita do café e ai mais intensivo se tornava o trabalho familiar. É que o trato era combinado à base de uma quantia determinada de dinheiro por mil pés de café tratados. Cada família recebia um número determinado de pés de café para tratar, à base de 2.000 pés por trabalhador masculino adulto. Mulheres e menores acima de 12 anos podiam incumbir-se de 1.000 pés de café. Já na colheita o pagamento era feito com base numa quantia determinada por alqueire de 50 litros de café colhido e entregue no carreador. Quanto maior o número de trabalhadores, maior seria a quantidade de café colhido pela família. [...].[29]

O regime de colonato mesclava trabalhos assalariados com outras formas de remuneração dos colonos. A principal delas, ou aquela responsável por distinguir esses dois regimes de trabalho era a permissão dos colonos de cultivarem lavouras de subsistência entre as fileiras de café. Nos cafezais novos, os fazendeiros permitiam aos colonos plantarem milho, feijão, arroz, batatas, legumes dentre outros. Essa produção era exclusiva para a subsistência dos colonos, sendo permitida a venda dos excedentes.[30] Dessa forma, ao

[28] "A grande alteração nas relações de produção ocorreu, pois, principalmente no trato e na colheita do café, onde não se instituiu o salariato com o advento do trabalho livre. Entretanto, os colonos constituíam a grande massa de trabalhadores das fazendas de café. Algumas delas chegaram a possuir 5, 6, 8 mil colonos instalados dentre de uma mesma propriedade, em vários e distintos agrupamentos. Num estudo realizado sobre uma dessas grandes fazendas, supõe-se que uns 75% dos trabalhadores estavam sob o regime de colonato. Em outro estudo sobre a mesma fazenda, um pesquisador verificou que 41,4% dos dispêndios monetários de 1896 a 1899 haviam sido feitos com colonos e o restante com diversas modalidades de assalariados. O menor dispêndio com a maior parte dos trabalhadores sob regime de colonato não resultava de salários mais baixos pagos aos trabalhadores da lavoura. Resultava de que as relações de produção do colono eram distintas daquelas que vinculavam os demais trabalhadores ao fazendeiro." MARTINS, op. cit. p. 81.
[29] Ibid. p. 82.
[30] Ibid. p. 83.

cuidarem do cafezal concomitantemente os colonos cuidavam de suas próprias lavouras. Quando o cafezal já estava constituído, não era dada a permissão de cultivos intercalares, nesses casos, os fazendeiros destinavam terras da fazenda para serem cultivadas com gêneros de subsistência.[31]

Quando as lavouras de subsistência eram separadas das lavouras de café, exigia-se uma jornada de trabalho extra por parte dos colonos. Segundo Martins:

> Não era indiferente que a cultura de subsistência fosse realizada dentro ou fora do cafezal. Sendo plantada entre as linhas de café, poupava trabalho ao colono. Ao mesmo tempo em que o colono procedia à limpa do cafezal, podia cultivar o milho ou o feijão, ou outra planta que tolerasse a consorciação. O processo de trabalho do café era, nesses casos, um processo combinado de cultivo, a um só tempo, de plantas diferentes. Na mesma jornada o colono intensificava o resultado do seu trabalho.
> Quando isso não era possível, então, de fato, ocorria uma extensão da jornada de trabalho ou o aparecimento de uma segunda jornada de trabalho do colono na sua própria cultura de subsistência. [...] Daí decorria um interesse maior dos colonos pelos cafezais das zonas novas, havendo quem os recriminasse severamente porque os considerava responsáveis únicos pela expansão dos cafezais, sem expansão proporcional do consumo e dos mercados, levando à superprodução, cujos primeiros sinais surgiram em 1896 e que levaram à tácita proibição do plantio de novos cafezais em 1903, impedimento que, aliás, durou vários anos.[32]

A exploração do colono ou a geração da mais-valia, segundo Martins, ocorria nesse tempo extra, quando cuidava da sua própria subsistência, enquanto não estava trabalhando nos cafezais.[33] Por se ver obrigado a arrumar tempo para suas próprias roças, o colono seria mais explorado do que um operário, pois este produzia o necessário para sua subsistência numa única jornada de trabalho na fábrica. Ao comparar as duas categorias de trabalhadores, Martins constatou o seguinte:

> É claro que o colono podia vender os excedentes dos gêneros que produzisse e de fato o fazia. Mas esses gêneros não tinham custo e eram vendidos por qualquer preço, para complementar o rendimento monetário necessário à aquisição de uma ou outra mercadoria não produzida diretamente. Não era raro que os excedentes fossem consignados a um comerciante próximo, para que o colono retirasse outras mercadorias, na medida do necessário, ou então que entregasse os produtos já em pagamento de aquisições a crédito. Por outro lado, é claro também que o colono

[31] MARTINS, op. cit. p. 83.
[32] Ibid. p. 84.
[33] "De fato, a alimentação do colono provinha em grande parte dessas culturas acessórias. É que trabalhando fora do cafezal para prover a sua subsistência, duplicando a jornada de trabalho, não só havia uma intensificação do processo de exploração do trabalhador: é que aí a própria exploração ficava nítida. O tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e o tempo de trabalho excedente, apropriado pelo fazendeiro, não se efetivavam num único processo de trabalho. Nesse caso, ao trabalhar no cafezal, o produtor tinha consciência de que estava trabalhando para o outro, pois se defrontava objetivamente com o instrumento de sua sujeição. Mesmo nas zonas novas, em que o processo de trabalho era único, o tempo de trabalho necessário se materializava em objetos distintos daquele em que assumia forma o tempo de trabalho excedente, que era o café. [...]." Ibid. p. 84.

> recebia pagamentos em dinheiro pelo café entregue ao fazendeiro. Mas, esses pagamentos estavam muito aquém dos salários urbanos. O que um operário ganhava em um mês era geralmente o que o colono recebia em um ano para cuidar de mil pés de café. É certo, porém, que havia outros rendimentos monetários para o colono, pois em geral podia cuidar de 2.000 pés de café, além dos ganhos proporcionais à colheita.[34]

A obrigação primeira do colono era a lavoura de café, recebendo, por isso, um salário definido e ínfimo. Ao cultivar sua lavoura de subsistência, ele acreditava trabalhar para si próprio, mas na verdade trabalhava para o fazendeiro. Além disso, o colono era obrigado a desempenhar funções como diarista para o fazendeiro no beneficiamento do café, bem como na manutenção da fazenda e dos equipamentos, além de realizar determinados serviços gratuitos como consertos da estrada da fazenda até a estação ferroviária, limpeza do pasto, reparos em cercas, dentre outros serviços. Essas categorias de trabalho e o fato de o dinheiro significar muito pouco nessa relação de trabalho faziam com que o colonato não fosse concebido como uma relação capitalista de produção:

> Esse elenco de vínculos monetários, não monetários e gratuitos e o caráter familiar do trabalho do colono não permitem que se defina as relações de produção do regime de colonato como relações capitalistas. A presença do dinheiro nessas relações obscureceu para os pesquisadores o seu caráter real. Ao produzir uma parte significativa dos seus meios de vida, em regime de trabalho familiar, o colono subtraía o seu trabalho às leis de mercado e de certo modo impossibilitava que esses meios de vida fossem definidos de conformidade com os requisitos de multiplicação do capital. É certo que o índice de exploração da força de trabalho na economia cafeeira, sob o regime do trabalho livre, foi sempre estabelecido mediante o controle do tempo do trabalhador, na sua distribuição entre a *cultura do fazendeiro* e a *cultura do colono.* Uma intensificação do trabalho na lavoura da fazenda, mediante o aumento do número de pés de café que o colono deveria cuidar foi recurso usado e muito, como já ocorrera aliás sob a escravatura, para incrementar o produto do fazendeiro com menor número de trabalhadores. Com isso, subtraia-se ao colono tempo para que se dedicasse à lavoura de subsistência.[35]

Martins caracterizou a situação do colono, no processo produtivo, como não capitalista, uma vez que parte considerável de sua manutenção era derivada de seu próprio trabalho e não pelos salários da cafeicultura. O grande diferencial em relação a qualquer outra categoria de trabalhador era o fato de o colono produzir a sua subsistência. Essa particularidade era a essência da sua exploração.

Para aumentar sua produção (gêneros de subsistência), o colono utilizava o trabalho de toda a sua família. Contudo, como o trato na roça de subsistência estava condicionado aos resultados na lavoura cafeeira, a família tinha de atender primeiro às necessidades da grande

[34] MARTINS, op. cit. p. 84.
[35] Ibid. p. 85-86.

lavoura e depois pensar na sua roça. Para o fazendeiro, a produção das roças de subsistência era muito interessante, porque o desonerava de despender recursos com aumentos de salários. Isto é, grande parte da renda gerada pela lavoura cafeeira ficava para o fazendeiro, enquanto isso, o colono sobrevivia a uma relação econômica marginal à riqueza produzida pela grande lavoura:

> Na verdade, tal ordenamento intensificava a exploração do trabalho ao mesmo tempo que a obscurecia. A produção de gêneros para si mesmo introduzia a fartura na casa do colono, que ele imediatamente contrapunha à fome e à miséria que sofrera no país de origem, submetido a duras regras de parceria. Quanto mais o colono trabalhava para si mesmo – duplicando a jornada de trabalho, subtraindo os filhos à escola, antecipando a exploração do trabalho infantil, intensificando o trabalho da mulher pela sua absorção no cafezal – mais ele trabalhava para o fazendeiro. É que os rendimentos monetários apareciam para o colono revestidos de uma qualidade que derivava da própria separação subjetiva e objetiva entre lavoura do colono e lavoura do fazendeiro; apareciam como o supérfluo, o secundário, o que vem depois da reprodução da vida. Nesse caso, as pressões por uma remuneração monetária maior do trabalho, em face de uma elevação geral dos preços, parece que existiram apenas escassamente. [...].[36]

O colono acreditava que cultivar a terra e ter uma produção própria era, extremamente, benéfico para ele, daí despender todos os esforços na sua própria plantação. O trabalho na fazenda, na lavoura cafeeira, aquilo que dava sentido de ser à sua presença na própria fazenda, era encarado como o trabalho necessário para continuar com sua própria produção.[37] Ele via na poupança, fruto da produção doméstica e na remuneração recebida pelo desempenho na lavoura cafeeira, a saída para se livrar, completamente, da dependência desse tipo de trabalho e finalmente poder cultivar suas próprias terras. Mas de acordo com Martins, essa era uma trajetória penosa:

> Desse modo, para o colono, a propriedade era a condição da igualdade e, ao mesmo tempo, da liberdade. Para livrar-se da sujeição da propriedade teria que tornar-se proprietário. Esse era um processo penoso. Dean estima que seriam necessários uns 12 anos de trabalho familiar para que o colono se tornasse proprietário de terra. Mesmo assim, nada indica que isso fosse fácil. No censo realizado em 1904/1905 constatou-se que apenas 14,8% das propriedades rurais pertenciam a imigrantes estrangeiros, às quais correspondiam somente 9,5% da área. De mais de um milhão e duzentos mil imigrantes entrados em São Paulo até então, 8.392 haviam se tornado proprietários de terra. Pesquisa feita num único município cafeicultor diminui ainda mais a escassa importância desse número, pois os imigrantes que se tornaram proprietários não eram antigos colonos, mas sim comerciantes e profissionais da cidade.[38]

[36] MARTINS, op. cit. p. 86-87.
[37] Ibid. p. 88.
[38] Ibid. p. 91.

O caminho para o colono adquirir sua propriedade era sofrido e feito de muitas privações. Aquilo que era, sob seu ponto de vista, fruto de seu trabalho e de sua poupança, para o fazendeiro, constituía a liberação de um ônus, a economia de salários, enfim, os lucros. Ao contrário do escravo, forçado a trabalhar, o colono trabalhava com a esperança da poupança, de ter sua própria produção sem, no entanto, ser dono de terra. Para ele, a terra era o objetivo, e o trabalho, o meio para adquiri-la, porém quanto mais trabalhava, segundo Martins, mais enriquecia o fazendeiro.

Martins aponta que somente em 1929, com a crise da lavoura cafeeira e a bancarrota de muitos fazendeiros, o acesso de colonos à terra foi facilitado. Ou seja, terras exauridas por décadas de exploração cafeeira, sem mais nenhum valor para o café foram desmembradas em muitas pequenas unidades rurais e então vendidas àqueles colonos que, por décadas, conseguiram economizar o suficiente para comprar um desses fragmentos de fazendas.[39]

Na concepção de Martins, o regime do colonato serviu de base para a formação do chamado *burguês mítico*, ou uma ideologia, difundida entre o operariado urbano, que pregava o trabalho árduo e a poupança como forma de adquirir os recursos necessários para o trabalhador se tornar patrão.[40] Uma vez o operário trabalhando incansavelmente, poupando dinheiro com sacrifício, um dia, enganosamente, poderia ascender socialmente e se tornar também um Matarazzo.[41] Com isso, semelhantemente ao colono na sua lavoura de subsistência, quem ganhava com esse sacrifício do trabalhador era, exclusivamente, o seu patrão. Por tudo isso, os imigrantes estavam condenados a permanecerem numa situação na qual eram completamente explorados, ou seja, ficarem presos no *cativeiro da terra*.

3.2.2 Brasil: um inferno para os imigrantes

Visão semelhante à de Martins, pessimista quanto à possibilidade de ascensão social dos imigrantes, é encontrada no trabalho do brasilianista Michael Macdonald Hall sobre as

---

[39] MARTINS, op. cit. p. 132.

[40] "Essa autonomia é uma espécie de pedra fundamental da ideologia do trabalho, sobretudo ela encobre e obscurece o conteúdo principal da relação entre o patrão e o empregado. Por meio dela, o trabalho não é considerado *principalmente* como uma atividade que enriquece a burguesia. Ao contrário, o trabalho é considerado como uma atividade que cria a riqueza e, ao mesmo tempo, pode liberar o trabalhador da tutela do patrão. O trabalhador é sempre considerado um patrão potencial de si mesmo, sobretudo porque a condição de patrão é essencialmente concebida com produto do trabalho árduo e das privações materiais do próprio patrão, quando era trabalhador, regulados por uma espécie de prática ascética. A riqueza, no sentido de capital acumulado, torna-se aceitável e legítima porque é produto do trabalho e porque o trabalho é concebido como uma 'virtude' universal. A capacidade de criar riqueza através do trabalho é concebida como uma virtude *socializada*, sem distinção de classes, que abre acesso ao capital e ao capitalismo e a todo homem que trabalha." Ibid. p. 133.

[41] Ibid. p. 148.

origens da imigração em massa no Brasil (1871-1914).[42] Esse estudo é considerado um clássico da literatura sobre a imigração italiana para o Brasil. Hall é, invariavelmente, citado por autores que investigaram a imigração para o Brasil, sobretudo, quando se trata da análise do mundo rural brasileiro encontrado por esses imigrantes.[43] O destaque na análise de Hall é o rigor e a violência encontrados nas fazendas brasileiras. Em sua investigação, os imigrantes, de uma forma ou de outra, encontraram nessas fazendas um verdadeiro inferno, responsável por consumi-los a cada dia.

A descrição desse inferno vivido pelas primeiras gerações de imigrantes italianos no Brasil foi feita por Hall com base, sobretudo, em relatórios consulares italianos. Estes visavam a amparar o governo da Itália quanto às suas decisões em relação ao fluxo de imigrantes para o Brasil. Esse fluxo fora controlado e sofreu restrições e proibições, ao longo do período estudado por Hall. Por isso, a visão contida nesses documentos exacerba as péssimas condições vividas pelos imigrantes nas lavouras cafeeiras. Ele reproduziu a visão contida nesses documentos e a transformou num retrato fiel da realidade.[44] Com isso, o imigrante descrito por Hall aparenta ser quase um indivíduo completamente explorado e subjugado, um ser sem voz e sem resistência.

Nem mesmo os escravos no Brasil possuíram tamanha sujeição ao regime de cativeiro. Então o que falar de pessoas que, apesar dos contratos e das dívidas criadas artificialmente, tinham nascido livres a ponto de decidir imigrar para tentar a sorte em terras distantes? A limitação a um grupo de documentos, ideologicamente parciais, os limites cronológicos do estudo (período de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado) e o fato do estudo de Hall ter sido um dos pioneiros sobre a imigração italiana no Brasil (o autor não teve muitas outras referências para a pesquisa) podem ter contribuído para desenhar um retrato sombrio para a vida dos imigrantes italianos no Brasil.

Segundo Hall, uma das primeiras explicações para as severas condições encontradas pelos imigrantes nas fazendas em São Paulo foi a manutenção de uma cultura escravista por

---

[42] HALL, Michael Mcdonald. **The origins of mass immigration in Brazil (1871-1914)**. 1969. 198 f. Columbia University: Tese (Doutorado em Filosofia), Faculty of Political Science, Columbia University, New York, 1969.

[43] Hall dedica parte considerável de sua análise à Sociedade Central de Imigração que, em confronto com os ideais dos fazendeiros, tinha outra concepção sobre a imigração em massa de europeus para o Brasil, sobretudo, para servir de base à difusão de pequenas e médias propriedades agrícolas de europeus. Um projeto diferente dos fazendeiros cafeicultores, que viam na massa de imigrantes apenas uma fonte de mão-de-obra. A vitória dos fazendeiros selou o destino de milhares de imigrantes.

[44] Cabe ressaltar, no entanto, que Hall buscou quebrar essa possível ideologização tendenciosa desses documentos, alegando que quem os produziu não possuía qualquer posicionamento contrário à imigração para o Brasil. HALL, op. cit. p. 121.

parte dos fazendeiros. Habituados a lidar com escravos, a relação com os imigrantes fora distorcida por conta desse passado recente:

> *But the fact of the matter was that the landowners had indeed been accustomed to slavery and many observers emphasized the corrupting effect which years of dealing with chattel slaves had on the personalities of the fazendeiros and on their attitudes toward laborers. It was, said one, a "perverted atmosphere" in which the planters had grow up. Others wrote of the difficulty men who were used to dealing with slaves had in "modifying their custom and ways of ruling." A. L. Rozwadowski, the Italian consul at São Paulo, was amazed by the complaints he received about "planters that I thought incapable of any abuse against an immigrant." The problem, he said, was that he would sometimes forget that beneath the "distinguished appearance" of many fazendeiros "there is almost always the old slave owner and the feudal seigneur, aware of being the absolute master of his lands, and with his will the only norm of conduct".*[45]

Hall descreve as agruras sofridas por essas primeiras levas de imigrantes e atribui, como vimos, a razão das mesmas a uma cultura escravista arraigada na sociedade, principalmente, entre os fazendeiros. Grande parte da documentação usada para descrever a vida dos imigrantes se concentra na primeira década do século XX. E, por isso, a data de 1902 é importante, pois foi quando o governo italiano proibiu a imigração subsidiada para o Brasil.

Segundo Hall, muitas eram as arbitrariedades sofridas pelos colonos nas fazendas, as regras impostas pelos fazendeiros limitavam ao extremo a liberdade dos colonos. Na visão do fazendeiro, essa falta de liberdade se explicava pelo medo de uma possível organização que poderia surgir entre os colonos. As famílias dos imigrantes eram mantidas isoladas, proibidas de deixarem as fazendas para passear, visitar parentes, ir à igreja ou receber visitas. Os imigrantes eram proibidos de ter uma vida social, viviam, exclusivamente, para o trabalho.[46]

O imigrante italiano, colono na fazenda cafeeira, tinha sua liberdade cerceada inclusive dentro da casa que morava com sua família, ou nos dizeres de Hall:

> *There were also rules governing the hours the immigrants were to keep. Rossi cites the particularly severe case of a fazenda belonging to one "N. N." near Ribeiraozinho where the workers were required to have their lights extinguished and to be in bed by 8 o´clock so as to be ready for work at 5 the next morning; those who had lights still on after 8 were beaten. The more customary procedure seems to have been merely to fine those who were not in their houses by the appointed hour or who did not put their lights out when the silenzio was rung.*[47]

---

[45] HALL, op. cit. p. 123.

[46] "*Perhaps the most oppressive were the regulations dealing with entry and exit from the plantation: 'the colonist cannot leave the fazenda - even on Sunday - without the permission of the administrator and no one (not even a relative of a worker) can enter the fazenda without the same authorization'. One fazendeiro interviewed by Silvio Coletti considered himself quite liberal because he allowed his colonist to leave the fazenda once a week.*" Ibid. p. 125.

[47] Ibid. p. 125.

Castigos físicos infringidos contra trabalhadores era uma prática comumente usada nas indústrias paulistanas, sobretudo, contra crianças operárias. No meio urbano, onde as pessoas estavam mais agrupadas e, teoricamente, tinham mais condições de resistir, tais castigos continuavam a existir, imaginemos então no isolamento das fazendas:

> *The use of physical violence by the fazendeiros and their overseers against the immigrants was widely reported. Coletti, for exemplo, writes of workers beaten when they attempted to leave the fazenda. Rossi tells of another colonist beaten while trying to collect back wages owed him by a fazendeiro. Tedeschi describes the capangas, or armed guards, who kept watch over immigrants and made frequent use of the chicote, a type of whip.*[48]

Privados do direito de deixar a fazenda ou receber visitas, obrigados a seguir regras dentro de suas casas, chicoteados para aprender a obedecer ordens, esses colonos também eram roubados de muitas maneiras, sobretudo, pelas multas estipuladas pelos fazendeiros que, incessantemente, faziam aumentar suas dívidas.[49] Contudo, a forma mais popularizada dos donos de terra tomarem dinheiro dos colonos foi a *venda*. Hall afirma que:

> *Another widely used device for appropriating the surplus created by the immigrants was the venda - a company store maintained by the plantation at which the workers were often required to make their purchases. The marchandise in these stores was reported to be of very low quality and the prices were said to be "enormous", "double", "exaggerated", and "very onerous" by various observers. Even when the colonists were not compelled to buy from the venda, the effect was much the same if the fazenda was located, as many were, at some distance from a town.*[50]

Se o roubo não era via multas ou preços extorsivos na *venda*, era feito de forma descarada, isto é, pela expropriação direta dos produtos cultivados nas roças de subsistência dos colonos.[51] Com essa atitude, o fazendeiro feria seu trabalhador na base do sistema de colonato; naquilo que dava sentido ao seu trabalho. Outras medidas afetavam a motivação do colono em continuar trabalhando, uma dessas era o atraso no pagamento pela safra do café, ou seja, debitadas todas as multas, confiscada parte da sua produção doméstica, o restante não era pago no tempo estipulado.[52] E os valores pagos, segundo Hall, não correspondiam aos combinados em contratos, pois os fazendeiros alteravam as unidades de medidas da safra. Em

[48] HALL, op. cit. p. 126.
[49] Ibid. p. 128.
[50] Ibid. p. 129.
[51] Ibid. p. 131.
[52] Ibid. p. 132.

outras palavras, os colonos entregavam uma quantidade maior de café e recebiam por muito menos.[53]

Além de todos esses estratagemas usados, os fazendeiros contavam com outra arma poderosa que seria o excesso de mão-de-obra disponível para as fazendas.[54] Hall sustenta que com a imigração subsidiada para o Brasil, houve épocas em que a Hospedaria dos Imigrantes ficava abarrotada de imigrantes, o que naturalmente, afetava os salários, os quais tornavam-se mais baixos. Se havia uma oferta maior de trabalhadores, poderia ocorrer uma maior rotatividade da mão-de-obra. Porém, isso não era tão interessante para o cafeicultor, principalmente, quando os novos imigrantes desconheciam as técnicas de cultivo do café.

De acordo com Hall, um artifício usado pelos fazendeiros para segurar a mão-de-obra nas fazendas era o atraso do pagamento dos salários. Com isso, o colono se via acuado, pois havia outros imigrantes desejosos em ocupar seu lugar. Isso tornava esse colono, teoricamente, dispensável; caso fosse embora da fazenda, deixava de receber seus salários atrasados. Portanto, esse trabalhador era refém do fazendeiro, pois via-se cercado por todos os lados, sem recursos, inclusive, sem ter a quem recorrer, pois a lei e a ordem no campo e nos tribunais eram ditadas pelos fazendeiros.[55]

A descrição, usada por Hall, de um correspondente da Sociedade Geográfica Italiana propicia uma dimensão das condições de moradia dos colonos, isto é, os porcos na Itália tinham condições melhores de abrigo:

> *Housing is a case in point. The fazenda customarily provided free living quarters for its workers and when the old slave senzalas were not used, new houses were built. These were usually quite primitive, often of the wattle and daub construction known*

---

[53] "*Fazendeiros were limited, it would appear, only by their ingenuity. One customary device was that of illegally altering the size of the containers used for harvesting coffee. Since the colonist´s wage was determined by the number of alqueires he filled, it was obviously in the interest of the fazendeiro to increase the measure. The Italian Agricultural Comission which visited Brazil in 1911, for example, found alqueires (which were normally 50 liters) measuring as much as 75 liters.*" HALL, op. cit. p. 131-132.

[54] "*The labor supply was another variable which affected the nonpayment of wages. The late nineteenth-century decline in coffee prices began during a time in which labor for the plantations was abundant as a result of the enormous number of workers imported to São Paulo in previous years. The Secretary of Agriculture for that state spoke in 1897 of a 'labor surplus' and observed two years later that immigration was declining - a development which he felt was just as well since it was not a propitious period to 'increase the arrival of workers'. Giola also noted in 1899 the 'decreased demand for labor' in São Paulo. This extremely large supply of immigrant laborers not only allowed the fazendeiros to postpone or scale down the paying of wages but sometimes led them literally to drive workers off their plantation so as to avoid paying back salaries.*" Ibid. p. 133.

[55] "*The reason for this state of affairs are not hard to find. It was simply a manifestation of the powerlessness of the immigrant is their relationship whith the plantation owners. The coffee planters were the dominant political and economic force in São Paulo - indeed in all Brazil - and their control over the police and the courts was unchallenged. In disputes, wrote Rozwadowski, 'the fazendeiro is always found to be right and the colonist wrong - when they do not also punish the latter for having had the impudence to file a complaint.*" Ibid. p. 127-128.

> *as taipa, and were divided into two or three small rooms with dirt floors. Early observers were almost unanimous in describing the houses as crowded, dark and dank. One of the correspondents of the Italian Geographic Society went so far as to claim that in Italy pigs were better housed.*[56]

Hall descreve outras atrocidades encontradas nesse ambiente rural inóspito, onde o imigrante italiano fora introduzido. Essas dizem respeito a uma regressão cultural e mental sofrida pelos colonos. Ou seja, esse imigrante isolado, orientando sua vida e a existência de sua família, exclusivamente, no trabalho na fazenda, sem vida social, sem igrejas, sem cultura. E, o pior, se alguém ficasse doente, a visita de um médico poderia custar a sobrevivência de todos os membros da família:

> *The scarcity of doctors contributed to the poor health of many of the immigrants and was a constant subject of complaint. Doctors were quite rare in the coffee growing areas: there were 10 of them for the 52,000 inhabitants of the Ribeirão Preto area at the beginning of the twentieth century, 6 for 55,000 people in São Carlos do Pinhal, 4 for 34,000 in Araraquara, 4 for 38,000 in Rio Claro. A visit by a doctor to the fazenda was almost prohibitively expensive; one call could easily wipe out a family´s saving from the work of an entire year. Because of the disastrous coast of medicine and medical care, "good health" was invariably listed in the reports on São Paulo as one of the indispensable condition if a family were to have any chance of saving money from its work on a fazenda. In these circumstances it is hardly surprising to note the frequency with which Giola´s respondents commented that the colonists in their area simply did not receive medical care.*[57]

Apenas em circunstâncias muito especiais os imigrantes eram capazes de poupar dinheiro no Brasil,[58] dentre outras, Hall destacou a proximidade da fazenda a áreas urbanas. Isso poderia quebrar o isolamento desses e fazer com que tivessem acesso aos mercados urbanos, tanto para comprar produtos com preços mais acessíveis, quanto para vender seus excedentes de subsistência também a melhores preços.[59] Outros requisitos para se poupar dinheiro era ter uma família numerosa, com muitos membros em idade produtiva e todos com ótima saúde. Além disso, a família não poderia ser tão penalizada com multas, mas sim ter os salários pagos em dia, dentre outros quesitos que, segundo Hall, eram raros de ser encontrados no mundo rural.[60]

Diante desse verdadeiro inferno terrestre encontrado pelos imigrantes italianos nas fazendas brasileiras, a opção de ter permanecido na Itália poderia ter sido melhor do que se

---

[56] HALL, op. cit. p. 136.
[57] Ibid. p. 137-138.
[58] "*The question of whether the immigrants were able to save significant amounts of money is, like that of real income, very difficult if not impossible to answer with precision. Even so, the evidence available dos suggest that under certain special condition, colonist were able to save reasonable sums. It seems equally clear, however, that only a few immigrants were ever able to meet these conditions.*" Ibid. P. 147.
[59] Ibid. p. 147.
[60] Ibid. p. 147-148.

aventurarem no Brasil. Segundo o próprio Hall, as condições de vida e a capacidade de poupar dinheiro eram semelhantes ou melhores na Itália na mesma época:

> *In any case, if all of the necessary requirements were met, it can be assumed that after the customary two or three years of hard work, a family could begin saving more money than it would have been able to save in Italy. This, of course, does not necessarily mean that even for this relatively small group, emigration had been justified. Coletti, for example, maintained that even on the best-operated fazendas of São Paulo, the small increase in saving among the more fortunate immigrants did not compensate for the risks and a harsh conditions to which they were subjected. He concluded that taking all factors into consideration, the colonists would be better off in Italy. Meritani suggested that if a family in Italy were willing to reduce its standard of living to the level of the coloni in Brazil, they could accumulate saving of the same size at home and spare themselves the trip.*[61]

Diante dessas adversidades encontradas pelos imigrantes, por que eles não resistiram a essas infernais situações? Na interpretação de Hall, houve alguns fatores importantes, como o comportamento submisso e dócil do camponês do Norte da Itália e o fato de os fazendeiros misturarem imigrantes de diferentes dialetos para tornar difícil a comunicação entre eles. Mas o obstáculo principal considerado por Hall foi o isolamento ao qual estavam submetidos os imigrantes:

> *Perhaps the most formidable obstacles to collective action by the immigrants, however, were caused by the isolation of the fazendas. The few strikes which did occur before 1913 did not spread and thus were fairly easily quashed. The immense distances and poor transportation of rural São Paulo discouraged organization of any sort. Plantation were usually hours, sometimes even days, apart form each other and communicating the simplest matters could be an insurmountable difficulty. "How is it possible", asked Mosconi, "to get any word, socialist or otherwise, to these people?" Isolation also induced a certain "fatalism which inhibits every effort toward improvement" since the colonists had no contact with their compatriots on other fazendas and did not realize the potential strength of their position.*[62]

Para Hall, a greve ocorrida na Região de Ribeirão Preto em 1913 – uma das maiores manifestações de descontentamento dos trabalhadores rurais na República Velha – foi conseqüência de um agravamento das condições de vida no meio rural e não houve repercussão o suficiente para alterar as condições de vida dos imigrantes italianos:

> *The strike was fairly easily repressed by the middle of May. The fazendeiros remained completely united and the government, of course, cooperated fully. One reason for the failure of the strike was that it never spread much beyond the environs of Ribeirão Preto. Although at one point some 10,000 workers were reported to be participating, they represented only 3 or 4 per cent of the total work force on the coffee plantation. The strike was also largely limited to fazendas near*

[61] HALL, op. cit. p. 149-150.
[62] Ibid. p. 176.

> *towns, according to Bornadelli, because it was only in these cases that the colonists were able to see one another frequently, exchange grievances, and "strengthen solidarity" among workers from different plantations.*[63]

Diante dessas circunstâncias às quais os imigrantes italianos estavam submetidos, a possibilidade de ascensão social era algo extremamente difícil. Como já apontamos, somente com bastante sorte era possível acumular dinheiro para comprar sua própria terra.[64] O destino do imigrante era marcado pelo sofrimento, pois uma vez fracassadas suas ambições de poupar dinheiro para se tornar proprietário e deixada para trás a experiência na fazenda, outro caminho não lhe restava, senão ser operário nas indústrias nascentes, principalmente, na cidade de São Paulo.[65]

Como vemos, a interpretação de Hall é extremamente pessimista, quanto a qualquer possibilidade de sucesso dos imigrantes italianos no meio rural paulista. Esses trabalhadores eram privados dos direitos mais elementares e massacrados por mecanismos que os faziam parecer ingênuos, incapazes de resistir.

A visão de Hall é exagerada, talvez por se restringir a um *corpus* documental, ideologicamente, parcial. Certamente, as condições dos primeiros imigrantes não eram as melhores; aqueles que conheceram esses fatos acentuaram seus aspectos negativos, sobretudo, os representantes consulares italianos. Outro exagero de Hall é a visão sob um colono *domesticado*, *adestrado* a ponto de se tornar um *imbecil* diante das mazelas impostas pelos fazendeiros. Os próprios números de saídas de imigrantes pelo Porto de Santos, apresentados inclusive por Hall,[66] representaram uma forma de esses imigrantes resistirem às condições encontradas no Brasil.

Conforme discutiremos, houve alternativas para os imigrantes burlarem esses mecanismos de exploração e, senão todos, um número expressivo, inadmissível nas concepções de Hall e Martins, ascendeu socialmente.

---

[63] HALL, op. cit. p. 179.

[64] "*Gioias´s informants in 1897 considered it rare for a former colonist to become a landowner. This was said to be partly because of opposition by the planters, who monopolized the good land, and partly because of the low incomes of the immigrants. Almost half of the respondents felt it impossible or very nearly so for a colonist to own his own land. Even with good luck and equitable employers, it still took quite a long time – ten years was the most frequently mentioned figure – to save enough money from work on the fazenda to buy a tract of land.*" Ibid. p. 180.

[65] "*Another important matter, the role which Italian immigration played in the industrialization of São Paulo, remains to be studied. It may well be that Florestan Fernandes has overestimated the preparation of the Italian peasantry for life in an industrial society. Nevertheless, the immigrants were at least a better potential market for industrial goods than chattel slaves had been and the large profits the planters enjoyed, in part because of low labor costs, were of considerable importance in financing subsequent industrialization.*" Ibid. p. 181-182.

[66] "*The other major difficulty was the growing number of colonists leaving the plantations for urban areas, for Argentina, and for Italy. Between 1903 and 1910, 277,549 immigrants are recorded as leaving São Paulo, while 288,637 entered*." Ibid. p. 134.

3.3 Ascensão social: difícil, mas não impossível

A visão de uma vida extremamente sofrida do imigrante nas fazendas cafeeiras, nesse primeiro período da expansão cafeeira, foi comungada por muitos pesquisadores. No entanto, alguns desses apontaram brechas nos mecanismos de exploração, que tornaram possível a esses imigrantes resistirem às condições impostas e até mesmo ascender socialmente. Nesse caso, a ascensão social foi deixar de ser colono para se transformar em proprietários de terras.

Na análise de Hall, vimos a possibilidade remota da poupança em situações propícias, pautadas em muita sorte do colono. Após, uma década de trabalho, alguns colonos conseguiriam comprar suas próprias terras. O acesso à propriedade não foi um fenômeno generalizado, pois muitos imigrantes vieram pobres, com suas passagens pagas pelo governo e morreram no Brasil mais pobres em relação àqueles que ficaram na Itália.

O ponto a ser ressaltado diz respeito aos colonos que, mesmo explorados, conseguiram comprar a sua propriedade agrícola. Esse fenômeno é uma amostra da resistência ao inferno desenhado por Hall, além disso, o imigrante não estava completamente dominado ou submetido ao cativeiro da terra, como defendia Martins. Um número considerável de indivíduos, possivelmente, definhou frente às duras condições, mas outros conseguiram aquilo que ansiavam buscar na América, neste caso: terras.

Nossa análise, a partir de agora se ocupará de análises sobre imigrantes que, apesar das situações adversas, conseguiram um mínimo possível de distinção social em relação à grande massa de trabalhadores braçais italianos que sucumbiram à exploração.

3.3.1 O imigrante como pequeno proprietário

Thomas Holloway[67], ao contrário de Martins e de Hall, encontrou no sistema de colonato, condições capazes de possibilitar a ascensão social de imigrantes. De acordo com Holloway, tal ascensão ocorreu com um número considerável de imigrantes que conseguiram se tornar pequenos proprietários rurais.

Idealmente, segundo Holloway, o colonato não era um sistema que anulava a capacidade de economizar do colono, pois oferecia ao imigrante uma receita anual mínima por meio do trabalho na lavoura cafeeira, moradia gratuita e a maior parte dos gastos com a manutenção da família era amortecida pelo próprio cultivo dos alimentos nas roças de

[67] HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

subsistência. Com isso, ao encontrar as situações favoráveis, em que os contratos não fossem desrespeitados pelos fazendeiros e a possibilidade de poder contar com o trabalho de grande parte dos seus membros, uma família tinha condições reais de poupar dinheiro.[68]

Assim, criar incentivos para os imigrantes era uma necessidade para os fazendeiros atrair mão-de-obra, isso não representava redução dos lucros, pois o principal elemento incentivador era a terra,[69] ou mais exatamente, os espaços vazios entre os cafeeiros usados pelos colonos para plantar suas roças de mantimentos. A escassez de mão-de-obra foi determinante para a ampliação das lavouras em direção às áreas de fronteira. Mesmo em épocas quando havia excesso de produção, o cultivo de café em novas terras foi uma necessidade para os fazendeiros garantirem mão-de-obra para os cafezais mais antigos:

> O colono preferia plantar seu milho e feijão entre as fileiras de pés de café do que manter uma lavoura de subsistência separada dos cafezais. Se a lavoura fosse isolada, ela tinha que dividir seu tempo entre as duas áreas. Só depois do café estar capinado segundo o gosto do capataz é que o colono ficava livre para atender sua plantação particular, em tempo de "folga". Uma alternativa corrente era a família dividir sua força de trabalho, o marido e os filhos maiores capinando basicamente o café, e a mulher e os menores cuidando da lavoura de subsistência. Em qualquer caso, a família podia cuidar de menos cafeeiros e tinha que se satisfazer com uma roça menor, o que não acontecia quando as duas atividades eram combinadas em uma área. Eis como um agrônomo resumiu a situação, em 1898: "O colono exige, como condição *sine qua non* de sua permanência, que se lhe dê café novo onde possa plantar milho, porque por essa forma ele tem cereal grátis, pois todos os trabalhos de cultivo necessários ao mesmo são computados como carpa de café, que lhe é paga pelo patrão".[70]

O plantio das lavouras dos colonos só era permitido em meio aos cafés novos, por isso, quando o cafeeiro atingia sua maturidade, era vedada ao colono a manutenção de sua plantação. Ao contrário da análise de Martins, de acordo com Holloway, os imigrantes tinham poder suficiente para exigir condições propícias de trabalho e de cultivo de suas roças, daí a expansão contínua dos novos cafeeiros e das lavouras de subsistência.[71] A análise de Holloway rompe com o principal argumento de Martins sobre a existência corriqueira de terras separadas da lavoura cafeeira, em que os trabalhadores eram explorados duas vezes, ou seja, no trabalho da lavoura cafeeira e na produção de sua própria subsistência. Sob essa

---

[68] Segundo Holloway, situações semelhantes não eram encontradas nem no sistema de parceria, nem no sistema de assalariamento fixo. HOLLOWAY, op. cit. p. 133.
[69] Ibid.
[70] Ibid. p. 134-135.
[71] "Assim, a cultura intercalar que o colono preferia era normalmente permissível apenas em cafezais jovens. Após os primeiros cafezais de uma fazenda atingirem a maturidade, a lavoura intercalar podia ser mantida pelo plantio periódico de café em blocos adicionais de terra e incluindo uma parte da nova área na porção entregue a cada colono para capinar. Desta maneira a expansão do café tornou-se mais um recurso para reter a força de trabalho, do que resposta aos preços favoráveis do café." Ibid. p. 135.

concepção, seria dispendioso para o fazendeiro fornecer terras para os imigrantes, por isso, era preferível ocupá-las com café e permitir as lavouras dos colonos em meio às novas plantações:

> Alocar aos colonos terra de floresta de boa qualidade privaria o fazendeiro de território que ele poderia se quisesse plantar mais café. Glebas separadas para lavoura de subsistência, quer em pastos, quer na floresta, afastariam do café uma certa porção do trabalho de cada família, diminuindo o número de cafeeiros de que essa família podia cuidar e tornando necessário contratar mais colonos e construir mais casas para manter o mesmo número de pés de café.[72]

O quadro desenhado, por Holloway, do colonato é também diferente do inferno retratado por Hall, pois nessas condições, o fazendeiro se vê refém da necessidade de mão-de-obra e das concessões que era obrigado a fazer para manter os trabalhadores em sua fazenda:

> Os proprietários de terras que tentaram reduzir salários e incentivos não-monetários arriscavam-se a uma redução em sua força de trabalho. Um exemplo dos temores dos fazendeiros está numa carta que Eduardo da Silva Prado escreveu a Rui Barbosa, em 1901. Eduardo Prado, irmão mais moço de Antônio e Martinho Prado, era também um fazendeiro de café na área mais antiga em torno de Campinas, onde parentes de Rui Barbosa, possuíam propriedades cafeeiras. Prado explicava a situação: "Não é possível pensar em reduzir o custo da produção. A menor tentativa neste sentido os colonos responderiam abandonando as fazendas, voltando para a Itália, ou tomando o caminho do Rio da Prata. Vossa Excelência sabe que nos dois últimos anos [1898-1900] tem sido muito grande o movimento de colonos que deixam São Paulo pelo porto de Santos, e tudo faz prever que essa retirada se efetuará em massa se os fazendeiros reduzirem por qualquer forma a remuneração que os colonos estão acostumados a receber".[73]

Ao contrário do exposto por Hall sobre o fluxo constante e maciço de imigrantes que fazia apenas piorarem as condições de vida dos colonos nas fazendas, Holloway sustentou a insuficiência desse fluxo em abastecer as lavouras com mão-de-obra[74]. Com a impossibilidade de abastecimento constante e farto de trabalhadores para as lavouras cafeeiras, Holloway cita o caso dos imigrantes empregados na safra de 1906, que obtiveram ganhos reais com o resultado de uma safra excepcional:

> A safra excepcional de 1906 foi um dos muitos fenômenos específicos que desorganizaram o mercado de trabalho rural no correr dos anos. A safra refletia a expansão cumulativa anterior à taxa de 1903, e um tempo ideal durante os períodos de floração e desenvolvimento contribuiu para uma colheita mais que duas vezes maior que a safra anterior ou a subseqüente. Para os fazendeiros, representava uma ameaça de desastre, porque a superprodução já era um problema e os preços permaneciam baixos. Para os trabalhadores, no entanto, uma safra excepcional

[72] HOLLOWAY, op. cit. p. 135-136.
[73] Ibid. p. 140-141.
[74] Ibid. p. 141-142.

> significava substancial aumento na porção de seus ganhos pelo trabalho na colheita, pago por tarefa. Muitos trabalhadores do café aparentemente decidiram embolsar o lucro inesperado e deixar o Brasil. Os 41.349 passageiros de terceira classe, que partem de Santos em 1906, representavam 20 por cento mais do que a média de 1901-5 e 30 por cento mais do que a média de 1907-11 [...]. Alguns colonos provavelmente se estabeleceram como pequenos lavradores depois da colheita de 1906 ou se dedicaram a atividades artesanais ou comerciais [...].[75]

De acordo com Holloway, as chegadas de imigrantes nem sempre eram suficientes para repor as saídas de mão-de-obra das fazendas. Por mais opressoras que fossem as regras, bem como a vigilância ou a violência sobre os imigrantes, isso só traria prejuízos aos fazendeiros, principalmente, má reputação.[76] Outro subterfúgio muito utilizado pelos cafeicultores, fartamente destacado por Hall, foi o uso de multas como forma de disciplinar e roubar os trabalhadores dentro da fazenda. Esse expediente, segundo Holloway, deixou de ter serventia quando a oferta de mão-de-obra se tornava escassa.[77]

Também deixou de ser usada, diante da pouca oferta de trabalhadores, a estratégia de endividar ou não pagar os salários. Segundo Holloway, ao contrário da expectativa dos fazendeiros, essas medidas representavam incentivos para o imigrante procurar melhores condições em outra fazenda:

> Por vezes os fazendeiros deixavam de pagar, não com o objetivo básico de conservar os colonos, mas porque não dispunham mesmo do dinheiro necessário. Os inspetores consulares italianos de modo algum consideravam a insolvência uma escusa válida para fraudar os trabalhadores nos salários devidos. Mas reconheciam que a maioria dos fazendeiros, a fim de assegurar um suprimento adequado de mão-de-obra, preferiam pagar certo e pontualmente. Um sistema de dívidas em que o colono fosse o credor só funcionaria de modo satisfatório para o fazendeiro quando não houvesse alternativas abertas para os trabalhadores, ou quando eles tivessem razão para acreditar que logo seriam pagos. Embora isso pudesse ter funcionado como um expediente temporário, em algumas situações, para reter colonos, o não pagamento dos salários, conforme o contrato, provavelmente contribuía mais, a longo prazo, para encorajar os trabalhadores a se mudarem do que para lhes restringir os movimentos.[78]

---

[75] HOLLOWAY, op. cit. p. 145.

[76] "O sucesso do sistema de imigração não podia ser mantido nos primitivos níveis, após 1897. Os trabalhadores recém-chegados nem sempre eram suficientes para substituir aqueles que saíam, e alguns fazendeiros reagiram tentando restringir a liberdade de movimento dos colonos. Logo tornou-se claro, no entanto, que com as muitas alternativas abertas a um trabalhador insatisfeito, com o rápido transporte ferroviário disponível para os colonos fugitivos, e sem uma força policial organizada para caçar os fujões e trazê-los de volta, pouco podia o fazendeiro fazer para impedir que um colono se fosse, salvo pô-lo diretamente atrás de grades. Um patrão que ousasse tomar esta ou qualquer outra medida drástica logo teria má reputação e seria forçado a depender de inexperientes imigrantes novos à medida que a taxa de rotatividade de mão-de-obra aumentasse em sua fazenda." Ibid. p. 150-151.

[77] Ibid. p. 151.

[78] Ibid. p. 152-153.

Na análise de Hall, o inferno vivido pelos imigrantes se devia à sobrevivência de resquícios de uma mentalidade escravocrata, porém, essa subserviência não era compatível com a situação de escassez de trabalhadores.[79] O fazendeiro poderia ter contra si a reputação de malvado, usar capangas para oprimir seus trabalhadores, bem como tentar fazer dos colonos seus escravos, isso poderia ser um desastre para a fazenda:

> Os trabalhadores do café conheciam a reputação individual dos fazendeiros. "Bons" empregadores eram aqueles que tratavam seus colonos com respeito, forneciam moradia adequada, lavoura de subsistência e terra de pastagem, pagando salários integrais e em dia. "Maus" empregadores eram aqueles que concediam poucas vantagens, usavam capangas para garantir sua vontade arbitrária, e com freqüência deixavam de pagar os salários por inteiro e na data certa. Havendo variedade de salários e condições de trabalho, ocasional escassez de mão-de-obra, e contínua mobilidade da força de trabalho, as pressões econômicas influíram mais do que as legais no atenuamento do controle que os fazendeiros efetivamente exerciam sobre seus colonos.[80]

Holloway analisa outra conseqüência da escassez de mão-de-obra, ou a defesa feita por alguns fazendeiros da necessidade de criação da pequena propriedade, perto das fazendas, como forma de manter trabalhadores nas lavouras cafeeiras. Com isso, os núcleos formados pela pequena propriedade serviriam de *viveiros de trabalhadores* para os cafezais. A pequena propriedade adquirida pelo colono foi vista por Martins como um fenômeno tardio, ocorrido graças à decadência dos fazendeiros no final da década de 1920. Já para Hall, a propriedade conquistada pelos imigrantes era mais um ato de sorte do que uma possibilidade real. A análise de Holloway é bem diferente, esse fenômeno já era uma realidade no início do século XX:

> Muitos exemplos de subdivisão privada chegados ao conhecimento público, especialmente na zona Central, ocorreram em fazendas que, no início do século XX, tinham cafezais na maioria velhos e pouco produtivos e, consequentemente, maior dificuldade em competir pela força de trabalho do colono. Desmembrar uma parte de suas terras, ou toda a fazenda, era um meio de os fazendeiros, nas zonas mais antigas, alienarem seus bens antes que as inevitáveis forças da natureza os desvalorizassem muito. O capital levantado podia então ser aplicado para iniciar uma nova fazenda na zona de fronteira, ou usado em atividades econômicas alternativas. Para o trabalhador imigrante, este processo facilitava a aquisição do seu sítio. Quando um fazendeiro desmembrava suas terras, vendia primeiro as que não eram de café, e depois as áreas que, já tendo sido plantadas com café, podiam agora ser usadas para lavoura de subsistência, cana-de-açúcar, algodão e outros produtos, aproveitando os nutrientes que os pés de café não haviam drenado do solo.[81]

---

[79] "Após os primeiros anos do século XX, diminuíram os relatos de brutalidade cometidas por capangas, à medida que incentivos concretos cada vez mais substituíam os vestígios do coercitivo sistema de escravidão." HOLLOWAY, op. cit. p. 157.
[80] Ibid.
[81] Ibid. p. 192-193.

A fixação da mão-de-obra se coadunava com os programas oficiais de colonização que, segundo Holloway, representavam outra forma de criar uma oferta de mão-de-obra[82]. Ao atestar o sucesso das políticas privadas e públicas de criação de *viveiros de trabalhadores*, o autor aponta a existência de um número considerável de pequenas propriedades que ladearam as grandes lavouras cafeeiras. Para ele, esses pequenos agricultores, provavelmente, foram colonos no passado.

> Ao lado dos brasileiros proprietários de grandes fazendas, a estrutura social rural apresentava um crescente número de sítios pequenos e médios, adquiridos por imigrantes de primeira geração. Alguns estrangeiros residente, bem-sucedidos no comércio ou na indústria, adquiriram propriedades rurais, porém muitos dos imigrantes que se tornaram proprietários de fazendolas operadas pelo trabalho familiar começaram provavelmente como colonos de café. O trabalho na fazenda era o emprego rural de acesso mais imediato e embora aqueles imigrantes que adquiriram capital em ocupações urbanas possam ter investido subseqüentemente na produção de café, é menos provável que muitos deles tenham voltado à lavoura como ocupação.[83]

A principal alavanca de ascensão social do imigrante, de acordo com Holloway, como vimos, foi escassez de mão-de-obra que favorecia o imigrante na negociação de benefícios. Esse autor utilizou-se de uma documentação semelhante à usada por Hall, mas encontrou outras descrições da vida dos colonos nas fazendas:

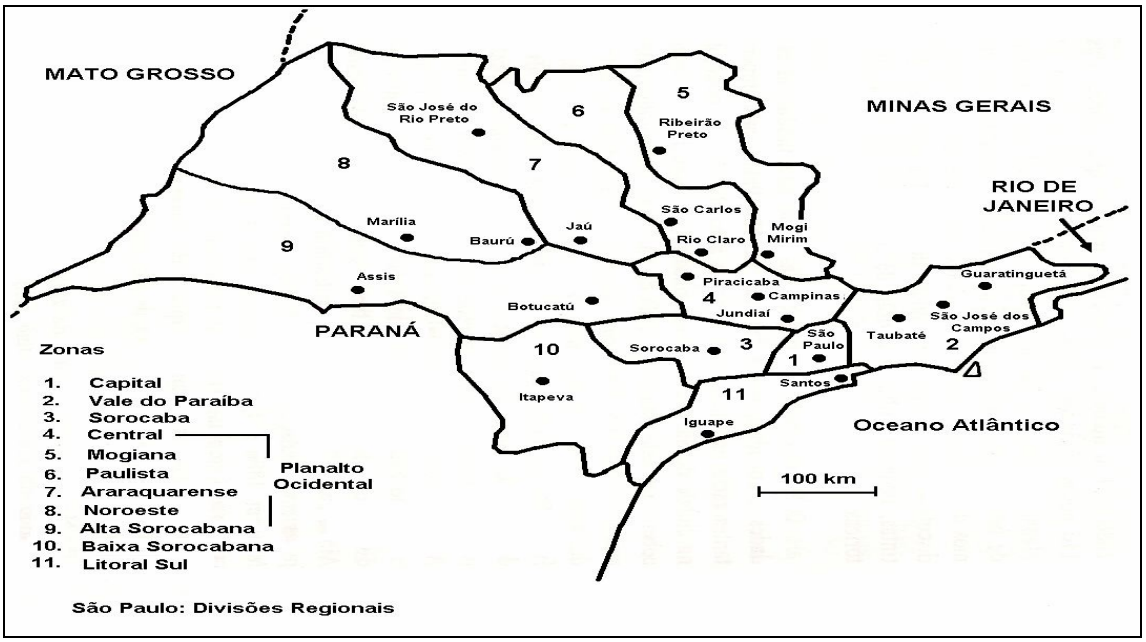
> O cônsul-geral italiano escreveu, em 1901, que os colonos em circunstâncias favoráveis, em fazendas com acesso aos mercados locais, podiam economizar os salários que recebiam pelo trato anual dos cafeeiros e "substituir com os ganhos da colheita e os obtidos com a venda de aves, porcos, milho, feijão, etc". Invertendo a ordem de cálculo, o vice-cônsul em Campinas relatou, em 1903, que o colono "pode viver dos salários do trato e colheita do café, e pode economizar os rendimentos da venda de seu próprio produto". Sílvio Coletti disse, num relatório de 1907, que "melhor do que na Itália, [o colono] pode suprir-se abundantemente de farinha de milho, feijão, leite, ovos, galinhas e carnes de porco – tudo isto ele produz para si mesmo com relativa abundância, e a constitui também uma fonte de lucro". Todos estes relatórios foram apresentados durante a depressão relativa da primeira década deste século, por funcionários que, com freqüência, eram ferrenhos críticos dos aspectos negativos da vida do colono.[84]

Holloway referiu-se a 12 histórias de imigrantes que, além de possuírem uma origem comum de colonos, conseguiram se tornar pequenos proprietários de terras. Nessa descrição, as histórias são muito semelhantes, ou seja, a poupança com sacrifício e a compra de propriedades já degradadas, com alguma benfeitoria ou apenas terras virgens, onde estava

[82] HOLLOWAY, op. cit. p. 196-197.
[83] Ibid. p. 212.
[84] Ibid. p. 215-216.

tudo para ser construído.[85] O autor esclarece que essas histórias devem ilustrar uma trajetória, relativamente, comum dos imigrantes em direção à condição de pequenos proprietários rurais.

Com base em dados oficiais para os anos de 1905, 1920, 1923, 1932 e 1934, Holloway explicita a participação dos imigrantes italianos, tanto como proprietários agrícolas, quanto produtores de café. Para isso, o autor se valeu da divisão em 11 zonas geográficas do Estado de São Paulo e colheu dados para cada uma delas. Deu especial atenção ao planalto ocidental paulista (zonas 04 a 09 no Mapa 03), onde as fazendas de café foram mais concentradas. No Mapa 03, encontram-se as divisões regionais, a delimitação de todas as 11 zonas, assim como, o planalto ocidental destacado. Grosso modo, a divisão foi feita, acompanhando a expansão cafeeira saída do Vale do Paraíba em direção ao interior paulista.



Mapa 03 – Divisões regionais de São Paulo

Fonte: Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 34.

No Estado de São Paulo em 1905, havia 57.184 propriedades rurais; destas, 31.318 estavam localizadas no Planalto Ocidental. Em relação ao total de propriedades, os italianos possuíam 5.239 propriedades, no Planalto Ocidental, elas representavam 4.494. A maior concentração de italianos estava nas zonas 04 e 07 (Tabela 18).

[85] HOLLOWAY, op. cit. p. 216-220.

Tabela 18 – Propriedades rurais em São Paulo, 1905

nacionalidade do proprietário

Zona	Total	Brasileira	Italiana	Portuguesa	Espanhola	Alemã	Outras
1	2.524	2.028	257	144	18	55	22
2	14.252	13.535	303	255	89	20	50
3	2.570	2.439	62	26	8	23	12
4	**7.680**	**6.200**	**1.020**	**137**	**92**	**121**	**110**
5	**8.087**	**6.884**	**826**	**236**	**16**	**63**	**62**
6	**4.563**	**3.042**	**799**	**366**	**67**	**251**	**38**
7	**5.597**	**3.938**	**1.188**	**227**	**8**	**6**	**2**
8	**341**	**274**	**35**	**16**	**102**	**90**	**52**
9	**5.050**	**4.140**	**626**	**159**	**63**	**28**	**34**
10	4.078	4.000	56	9	0	4	9
11	2.442	2.220	67	46	13	13	83
Total	57.184	48.700	5.239	1.621	476	674	474
Planalto Ocidental Zonas 4-9	31.318	24.478	4.494	1.141	348	559	298

Fonte: Calculado de São Paulo, Secretaria de Agricultura, *Estatística agrícola e zootécnica*, 1904-1905. In: HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 222.

No total, os proprietários de nacionalidade brasileira detinham 85,2% das terras, enquanto os italianos possuíam 9,2%. No planalto ocidental, os italianos eram donos de 14,3% das propriedades, enquanto os nacionais de 78,2%. Na Tabela 19, encontram-se dados referentes aos valores dessas propriedades, segundo essas informações, todas as posses somadas dos brasileiros em 1905, valiam 915.563 contos de réis, enquanto a dos italianos dava um total de 47.983 contos de réis. No planalto ocidental, a soma das terras dos brasileiros era de 802.747 contos de réis e a dos italianos somavam 44.365 contos de réis.

Na zona 04, onde os italianos tinham 1.020 propriedades, o valor delas não era tão alto, pois somadas, valiam 6.516 contos de réis; possivelmente isso era devido à longevidade das plantações de café. Já na zona 05, as 826 propriedades valiam 10.292 contos de réis. Essa diferença nos valores, possivelmente, deveu-se à valorização das terras na zona 5 (região de Ribeirão Preto), uma área de expansão e concentração das maiores fazendas cafeeiras na época.

A Tabela 20 fornece dados referentes às propriedades rurais em 1920, que soma um total de 76.310 propriedades, das quais os italianos possuíam 11.825, equivalente a 15.5%. De 11.738.940 hectares, os italianos possuíam 7,8% ou 916.487 hectares. O valor das posses dos brasileiros era de 1.834.402 contos de réis, enquanto as dos italianos valiam 257.547 contos de réis.

Tabela 19 – Valor declarado das propriedades em São Paulo, 1905

(em contos de Réis) e Nacionalidade dos proprietários

Zona	Total	Brasileira	Italiana	Portuguesa	Espanhola	Alemã	Outras
1	18.614	15.650	1.442	781	40	564	137
2	69.429	63.717	1.406	3.561	69	209	467
3	16.978	16.180	317	115	31	228	107
4	**127.580**	**114.243**	**6.516**	**2.252**	**211**	**1.114**	**3.244**
5	**331.541**	**280.682**	**10.292**	**6.870**	**165**	**19.383**	**14.149**
6	**202.843**	**178.655**	**6.844**	**7.319**	**874**	**6.524**	**2.627**
7	**141.542**	**116.634**	**14.838**	**6.241**	**1.262**	**781**	**1.786**
8	**7.977**	**7.547**	**103**	**152**	**19**	**154**	**2**
9	**117.906**	**104.986**	**5.772**	**5.506**	**294**	**690**	**658**
10	15.386	14.918	236	86	0	130	16
11	4.246	2.351	217	566	36	14	1.062
Total	1.054.042	915.563	47.983	33.449	3.001	29.791	24.255
Planalto Ocidental Zonas 4-9	929.389	802.747	44.365	28.340	2.825	28.646	22.466

Fonte: Calculado de São Paulo, Secretaria de Agricultura, *Estatística agrícola e zootécnica*, 1904-1905. Apud. HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 224.

Tabela 20 – Propriedades rurais em São Paulo, pela nacionalidade do proprietário, 1920

	Propriedades		Área			Valor		
País	**Nº.**	**% do total**	**Hectares**	**% do total**	**Área média por propriedade**	**Contos de Réis**	**% do total**	**Valor médio por propriedade**
Brasil	54.245	71.1	9.824.482	83.7	181	1.834.402	78.5	33.8
Itália	11.825	15.5	916.487	7.8	78	257.547	11.0	21.8
Portugal	3.875	5.1	437.308	3.7	113	121.299	5.2	31.3
Espanha	3.530	4.6	208.418	1.8	59	53.209	2.3	15.1
Japão	1.151	1.5	37.912	0.3	33	4.779	0.8	4.2
Alemanha	502	0.7	81.831	0.7	163	20.482	0.9	40.8
Áustria	398	0.5	43.745	0.4	110	9.536	0.4	24.0
Inglaterra	21	0.0	45.946	0.4	2.188	6.132	0.3	292.0
França	40	0.1	17.908	0.2	448	3.443	0.1	86.1
Estados Unidos	42	0.1	17.501	0.1	417	2.012	0.1	47.9
Outros	681	0.9	107.402	0.9	158	24.701	1.1	36.3
Total	76.310	100.0	11.738.940	100.0	154	2.337.542	100.0	30.6

Fonte: Brasil, Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil*, 3, 2:xxxv. In: HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 229.

A Tabela 21 nos fornece informações concernentes à nacionalidade dos proprietários de terras no planalto ocidental em 1923. Assim, percebe-se que, de 30.091 propriedades, os italianos eram donos de 9.631, ou 32% dos imóveis. A zona 07 era onde os italianos concentravam mais propriedades.

Tabela 21 – Fazendas de café no Oeste de São Paulo, 1923

Nacionalidade do proprietário

Zona	Total	Brasileira	Italiana	Portuguesa	Espanhola	Alemã	Outras
4	3.338	3.711	1.271	59	89	141	67
5	7.004	4.687	1.743	307	134	73	60
6	5.258	2.523	1.805	417	195	269	49
7	7.632	3.187	3.395	348	524	94	84
8	536	355	90	44	31	9	7
9	4.323	2.649	1.327	107	150	46	44
Total	30.091	17.112	9.631	1.282	1.123	632	311

Fonte: Calculado com base em dados do *Boletim do Departamento Estadual de Trabalho*, nºs. 50-51. Apud. HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 233.

Em relação ao número de cafeeiros plantados, tem-se dados relacionados à participação dos italianos como produtores de café (Tabela 22). Constatamos que, em 1923, existiam localizados apenas no planalto ocidental 762.840.000 de pés de café; destes, 139.925.000 eram de propriedade de italianos. É um número de pés de café expressivo para quem veio ao Brasil para substituir a mão-de-obra escrava.

Tabela 22 – Cafeeiros em fase de produção no Oeste de São Paulo

Segundo a nacionalidade do proprietário, 1923 (em milhares de pés)

Zona	Total	Brasileira	Italiana	Portuguesa	Espanhola	Alemã	Outras
4	77.254	57.380	13.861	1.253	499	2.171	2.090
5	226.174	174.937	22.588	5.315	1.489	10.606	11.239
6	166.315	111.422	31.486	10.885	4.971	5.057	2.494
7	178.125	99.045	57.021	6.455	8.815	2.034	4.755
8	27.353	19.672	1.973	1.401	3.287	814	206
9	87.619	67.637	12.996	3.031	1.340	1.366	1249
Total	762.840	530.093	139.925	28.340	20.401	22.048	22.033

Fonte: Calculado com base em dados do *Boletim do Departamento Estadual de Trabalho*, nºs. 50-51. In: HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 234.

Em 1932, os dados apontam um aumento da participação italiana, tanto como proprietários de terras, quanto produtores de café. Segundo a Tabela 23, há um total de 79.001 propriedades apenas no Planalto Ocidental; destas, 22.156 eram pertencentes a italianos.

Tabela 23 – Fazendas de café no Oeste de São Paulo, 1932

Nacionalidade do proprietário

Zona	Total	Brasileira	Italiana	Portuguesa	Espanhola	Japonesa	Outras
4	8.067	5.222	2.293	162	160	3	227
5	10.848	7.321	2.544	472	306	12	193
6	9.842	4.960	3.356	616	583	61	266
7	21.333	10.177	6.510	1.301	2.783	191	371
8	17.434	7.670	3.561	1.083	1.929	2.868	323
9	11.477	5.343	3.892	608	933	427	274
Total	79.001	40.693	22.156	4.242	6.694	3.562	1.654

Fonte: São Paulo, Secretaria de Agricultura, *Lavoura cafeeira e sua distribuição por nacionalidade*, 1932-1933, p. 8-23. Apud. HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 237.

Os cafeeiros plantados nessas propriedades de italianos em 1932, de acordo com a Tabela 24, era de 319.411.000 pés, de um total geral de 1.449.405.000 de cafeeiros. Assim, em 1932, os italianos eram proprietários de, aproximadamente, 22% dos pés de café plantados no Planalto Ocidental paulista.

Tabela 24 – Cafeeiros em fase de produção no Oeste de São Paulo, segundo a nacionalidade do proprietário, 1932 (em milhares de pés)

Zona	Total	Brasileira	Italiana	Portuguesa	Espanhola	Japonesa	Outras
4	97.803	63.428	27.713	1.191	882	254	4.335
5	286.915	224.915	41.416	6.880	3.369	118	10.217
6	207.293	133.158	46.840	10.499	10.316	608	5.872
7	414.590	219.855	112.840	22.203	42.561	1.840	15.291
8	274.655	144.091	50.189	14.812	21.493	34.562	9.508
9	168.149	97.180	40.413	10.439	9.993	4.888	5.236
Total	1.449.405	882.627	319.411	66.024	88.614	42.270	50.459

Fonte: São Paulo, Secretaria de Agricultura, *Lavoura cafeeira e sua distribuição por nacionalidade*, 1932-1933, p. 8-23. Apud. HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 238.

Dimensão semelhante à participação italiana como proprietários de terras ocorre em 1934, segundo a Tabela 25, cujos dados não nos permitem saber quantos dos brasileiros eram descendentes de italianos, pois isso poderia fazer com que a participação desses imigrantes e seus descendentes aumentasse como proprietários de terras em todo o Estado de São Paulo.

Tabela 25 – Propriedades rurais em São Paulo, segundo a nacionalidade do proprietário, 1934

País	Nº.	% do total	Hectares	% do total	Área média por propriedade	Média do valor por propriedade	% do total	Contos de Réis
Brasil	191.762	69.8	15.300.353	72.5	80	3.684.185	65.5	19.2
Itália	33.590	12.2	2.339.520	11.1	70	886.607	15.8	26.4
Portugal	11.801	4.3	763.954	3.6	65	276.936	4.9	23.5
Espanha	14.410	5.2	648.356	3.1	45	261.915	4.7	18.2
Japão	13.945	5.1	518.232	2.5	37	160.335	2.8	11.5
Alemanha	2.546	0.9	271.636	1.3	107	42.460	0.8	16.7
Áustria	848	0.3	39.364	0.2	46	13.919	0.2	16.4
Síria	1.597	0.6	257.225	1.2	161	78.832	1.4	49.4
Rússia	451	0.2	11.731	0.1	26	3.662	0.1	8.1
Inglaterra	310	0.1	277.415	1.3	895	64.249	1.1	207.3
França	202	0.1	35.658	0.2	177	11.140	0.2	55.1
Outros	3.278	1.2	654.287	3.1	200	142.924	2.5	43.6
Total	274.740	100.0	21.117.731	100.0	77	5.627.164	100.0	20.5

Fonte: São Paulo, Secretaria de Agricultura, *Recenseamento agrícola-zootécnico realizado em 1934*, pp. 35-198. Apud. HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 241.

Conforme discorremos, de acordo com Holloway, um número expressivo de italianos experimentaram um fenômeno de ascensão social, ao se transformarem em proprietários de terras e, inclusive, produtores de café. Segundo o próprio Holloway, o mecanismo criado para substituir a mão-de-obra escrava, o colonato, saiu do controle dos fazendeiros, a ponto de criar brechas para que esses trabalhadores se tornassem proprietários de terras. Com isso, os próprios fazendeiros criaram os mecanismos responsáveis por promover uma transformação da propriedade agrária no Estado de São Paulo[86].

O mesmo colonato que, na concepção de Martins e Hall, foi um martírio para o italiano, significou para Holloway, uma relação que permitiu aos colonos as condições necessárias para ascender socialmente:

> As origens das condições relativamente vantajosas em que viviam os trabalhadores do café devem ser buscadas principalmente na conjuntura das forças econômicas, durante a era da imigração em massa. A continuada existência da fronteira e a abundância de terras foram cruciais para o sistema. Os fazendeiros não precisaram institucionalizar a coerção para manter baixos os salários em dinheiro e altos os lucros. O coração do sistema de colonato foi o pagamento parcial em usufruto de terras da fazenda. Por todo o planalto, as roças de subsistência e as porções de pastagens do contrato de trabalho forneceram algum amortecimento para as flutuações na estrutura local de salários e preços, e foram o mecanismo que tornou possível a poupança para algumas famílias. Aqueles que acumularam o suficiente para se estabelecer como lavradores encontraram terra disponível, tanto na fronteira

[86] HOLLOWAY, op. cit. p. 248.

> como nas áreas velhas, onde o declínio do café deixou espaço para outras atividades.[87]

Os dados apresentados por Holloway são consistentes. Em meio a uma massa de trabalhadores braçais, analfabetos, pobres, um número considerável desses não conseguiu melhores perspectivas e morreu na mesma situação na qual chegaram ao Brasil, ou talvez em piores condições. Para o estudo desses fracassos, tanto a discussão de Martins, quanto a de Hall se adaptam perfeitamente, mas nenhuma das duas análises aponta a possibilidade real de ascensão social, por meio da pequena propriedade, como Holloway comprovou.

3.3.2 Imigrantes italianos no Brasil: opressão ou ascensão social

Ao retomar a literatura sobre a imigração e o colonato no Brasil, Verena Stolcke[88] analisa o debate sobre a mobilidade dos colonos no mundo rural. Divide essa literatura em duas vertentes: de um lado, os *pessimistas* quanto às possibilidades de ascensão social e, de outro, os *otimistas*. Os argumentos contra a ascensão social não são muito diferentes do inferno exposto por Hall.[89] O principal argumento dos *otimistas*, também apontado por nós, era a possibilidade real de o colono ter acesso à terra como proprietário. Os principais expoentes da corrente *otimista*, citados por Stolcke, são Holloway[90] e Maurício Font[91].

Segundo Stolcke, o único ponto de acordo entre as duas correntes foi a ânsia de os colonos abandonarem o quanto antes o trabalho nas fazendas de café. Para os *pessimistas*, o abandono se dava apenas com a fuga das fazendas, enquanto para os *otimistas*, o abandono representava o momento de os colonos comprassem suas próprias terras.[92] Ao analisar os argumentos dos *otimistas*, Stolcke chegou à seguinte conclusão sobre os dados apresentados por Holloway:

> Portanto, um número significativo de imigrantes parece ter conseguido adquirir pelo menos um pequeno lote de terra. Mas então se revela que *no máximo* 8% dos imigrantes de *primeira geração* haviam conseguido propriedades na primeira década deste século. Logo, foi apenas sob circunstâncias excepcionais que os imigrantes conseguiram se tornar proprietários de terra.[93]

---

[87] HOLLOWAY, op. cit. p. 254.
[88] STOLKE, Verena. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.
[89] HALL, op. cit.
[90] HOLLOWAY, op. cit.
[91] FONT, Maurício. **Planters and State**: the pursuit of hegemony in São Paulo, Brazil (1889-1930). Tese de doutoramento, University of Michigan, 1983. Apud. STOLKE, op. cit.
[92] STOLKE, op. cit. p. 79.
[93] Ibid. p. 81.

Ao discutir os argumentos de Font, Stolcke retrata um cenário, descrito por esse autor, muito mais otimista em relação à análise de Holloway. Segundo Font, no final dos anos 1920, os pequenos proprietários imigrantes representaram uma força econômica concorrente aos grandes fazendeiros. Esses pequenos proprietários tinham, num primeiro momento se dedicado ao cultivo de gêneros de subsistência, mas depois começaram a cultivar e vender café, chegando a fazer concorrência com grandes fazendeiros na década de 1930:

> De acordo com suas estimativas [Font], em 1934 48% das propriedades no Estado de São Paulo pertenciam a estrangeiros. Mesmo descontando os imigrantes de segunda geração, pelo menos um quarto de todos os imigrantes nascidos no exterior podem ter chegado a possuir terras. Ao contrário de Holloway, Font data as origens dessas pequenas propriedades de ex-colonos dos anos 10 e 20, e não anteriormente. Nos anos dez, os colonos puderam se beneficiar dos preços crescentes do café numa economia local em expansão. Quando o café novamente se expandiu, uma tendência que se acelerou nos anos 20, os fazendeiros de café ofereceram aos colonos condições de plantio de alimentos mais favoráveis, a fim de garantir uma provisão adequada de mão-de-obra. Excedentes alimentares vendidos em um mercado em expansão, a preços ascendentes, constituíam a principal fonte de acumulação dos colonos. Neste sentido, o sistema de colonato continha os germes de sua própria destruição [...].[94]

A crítica de Stolcke à tese de Font se baseia no fato de os fazendeiros não terem melhorado as condições de plantio de alimentos para os colonos na época de aumento no preço do café. Segundo essa autora, ocorreu justamente o inverso, ou seja, nos períodos de bons preços do café, os fazendeiros preferiam aumentar os salários e não permitir o plantio das roças de subsistência, pois isso poderia comprometer a fertilidade do cafeeiro. Contudo, esses aumentos de salários eram logo corroídos pelas condições do comércio de alimentos dentro da fazenda.[95] A autora cita também, que as maiores greves de colonos ocorreram entre 1910 e 1913 e tinham como uma das principais motivações a proibição das plantações de subsistência entre as fileiras de café.

Stolcke menciona o fato de a Primeira Guerra Mundial ter bloqueado o fluxo imigratório e ter caído a procura pelo café brasileiro. O efeito disso, foi o preço, a pressão sobre os salários e a subida do preço de alimentos. A falta de imigrantes e sua tendência nômade no campo foram contornadas, segundo Stolcke, pelo uso da mão-de-obra de nacionais,[96] e o abastecimento de gêneros alimentícios foi garantido pela existência de pequenas propriedades independentes, cujos proprietários, a autora acreditava, serem nacionais.

---

[94] STOLKE, op. cit. p. 81.
[95] Ibid. p. 82.
[96] Ibid. p. 83.

Esses argumentos se opõem à tese de Font, especialmente, à parte em que o autor sustenta a participação dos imigrantes como concorrentes dos cafeicultores no mercado de café:

> Font baseia sua afirmação em um levantamento incompleto das fazendas cafeeiras paulistas de 1930 e em um censo de 1935-1936, mas não apresenta nenhuma estimativa da proporção dos pés de café cultivados em pequenas fazendas. Tal estimativa é disponível para 1927. Buesco estimou que, naquele ano, 73,7% de todas as propriedades de café, com menos de 20.000 pés, cultivavam 18,4% dos cafeeiros no Estado de São Paulo, 20,2% das fazendas, possuidoras de 20.000 a 100.000 pés cultivavam 33,4%, e os restantes 6,1% das propriedades, com mais de 100.000 pés, cultivavam 48,2% do total de pés de café. Não se apresenta nenhuma cifra sobre a proporção dos imigrantes entre os pequenos cafeicultores. Font indica apenas a porcentagem de fazendas de café de propriedade estrangeira, no número total de propriedades cafeeiras, sem distribuição por tamanho [...].[97]

Para Stolcke, as pequenas propriedades passam a ter relevância graças às ações de companhias privadas de colonização na década de 1920. Essas empresas compravam fazendas nas áreas cafeeiras antigas e as loteavam em pequenas unidades agrícolas. Stolcke, que até então havia criticado as análises de Holloway e Font, concorda com o fato de as atividades dessas companhias terem ajudado imigrantes, ex-colonos, a adquirirem terras, principalmente, nos anos de 1920.[98] Como tais aquisições ocorreram, sobretudo, no final da década de 1920, esses pequenos produtores rurais, corroborando a tese de Font, puderam participar do mercado fornecedor de café na década de 1930:

> A formação de novos cafezais na segunda metade dos anos 20 não se limitou às operações capitalistas em grande escala. Os colonos que haviam conseguido acumular agora usavam suas economias para comprar terras na fronteira, as quais limpavam e plantavam com café. Durante os primeiros anos, quando os pés de café eram improdutivos, eles se sustentavam com a renda que obtinham da venda de gêneros alimentícios cultivados intercaladamente. Sua decisão de investir em um lote de terra foi também estimulada pelo agudo declínio nos salários, no final de 1929, um dos sinais do desastre iminente. Um número crescente de imigrantes continuava a deixar as fazendas e a comprar terras próprias. Esse padrão, segundo o qual os trabalhadores imigrantes se deslocavam das fazendas para se estabelecerem independentemente apenas depois de um período de prosperidade, parece ter sido típico. No final dos anos 20, as companhias privadas de colonização tinham consciência de que sua clientela potencial eram pessoas de recursos financeiros limitados. De acordo com isso, ofereciam-se condições relativamente fáceis de compra de terras, o que provavelmente fez do final dos anos 20 o período mais favorável, até então, que jamais haviam conhecido os colonos para se tornarem pequenos proprietários.[99]

---

[97] STOLKE, op. cit. p. 85.
[98] Ibid. p. 87.
[99] Ibid. p. 91-92.

Para Stolcke, o processo de ascensão social dos imigrantes ou ex-colonos foi relativamente tardio, se comparado à análise de Holloway. Embora a autora não concorde com a magnitude da produção cafeeira das pequenas propriedades, vale destacar que as idéias discutidas por ela não anulam a tese de Font. Stolcke também não desconsiderou completamente a análise de Holloway, pois concordou com a porcentagem de 8% de proprietários imigrantes de primeira geração existente na primeira década do século XX. Com isso, mesmo apontando certa descrença na corrente *otimista*, Stolcke reconheceu, principalmente na década de 1920, a possibilidade de ascensão social de imigrantes, potencialmente, ex-colonos nas fazendas de café.

3.3.3 Os imigrantes italianos e a busca pelo meio urbano

No segundo capítulo, analisamos o processo de industrialização que acompanhou todas as transformações ocorridas, especialmente, na cidade de São Paulo. Como já afirmamos, em outras passagens, muitas das categorias sociais envolvidas, nesse processo, eram até então novas. A sociedade, antes da abolição da escravidão era polarizada, por um lado, por uma elite branca de proprietários e, por outro, pelos escravos. Entre esses setores, havia um contingente de pessoas brancas e mestiças pobres que, por conta da própria dinâmica produtiva, centralizada no trabalho escravo, viviam de atividades produtivas marginais. Nessas condições, além de fatores econômicos, seria impossível uma maior dinâmica à industrialização, pois a qualificação, tanto de escravos, quanto de mestiços pobres era, extremamente, limitada.[100]

A chegada em massa de um grande contingente de europeus alterou, significativamente, a configuração das cidades envolvidas na expansão cafeeira. As cidades representaram um grande centro de atração para esses imigrantes, inclusive, para aqueles direcionados para o trabalho nas lavouras cafeeiras. Assim, diante das péssimas condições de vida encontradas pelos colonos nas fazendas, a opção da fuga ou mesmo a simples desistência do trabalho agrícola, para buscar melhores condições de vida na cidade, era uma alternativa bastante atraente.

[100] Uma descrição mais pontual do processo produtivo urbano, existente nas cidades, antes do desenvolvimento industrial no final do século XIX, foi dado por Oliveira Vianna e a utilizamos no Segundo Capítulo deste trabalho. Conferir: VIANNA, Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiba; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987, v. 2.

Martins e Hall consideraram os centros urbanos (grandes, médios ou pequenos) apenas como uma rota de fuga das fazendas e do colonato. Para Martins[101], a ida do colono para a cidade, fazia mudar apenas o seu patrão, pois deixava de ser o fazendeiro e passava a ser o industrial. Dessa forma, tanto para o colono, quanto para o operário, a ânsia de acumular poupança para ascender socialmente era a mesma. Porém, em suas horas de afinco, no trabalho árduo, nada mais fizeram do que enriquecer fazendeiros e industriais. Na análise de Hall,[102] a possibilidade de os colonos se deslocarem para os centros urbanos aparece apenas implicitamente. Ou seja, se esse trabalhador conseguisse driblar a vigilância constante, a opressão, a justiça e a polícia, a possibilidade de fuga para os centros urbanos poderia ser uma opção.

A presença de imigrantes nos centros urbanos surgidos com a expansão cafeeira pelo interior paulista foi um fenômeno de grande proporção quantitativa e qualitativa. O fato de a base da economia se centrar nas fazendas fez com que o estereótipo do imigrante fosse, num primeiro momento, associado ao indivíduo responsável por fornecer mão-de-obra no trato com os cafezais. Contudo, o processo de urbanização foi muito influenciado pela presença dos imigrantes, responsáveis, em grande parte, pela constituição desse novo ambiente.

Ângelo Trento faz uma análise, a nosso ver, bem pontual da importância e influência dos imigrantes italianos no meio urbano. Segundo seu estudo, centralizar as razões e as mazelas da imigração italiana no campo, seria limitar as oportunidades abertas aos imigrantes. As oportunidades de emprego e até mesmo de ascensão social eram mais palpáveis nos centros urbanos do que nas fazendas e no regime colonato.

Todas as cidades envolvidas pela expansão cafeeira, especialmente no início do século XX, sofreram um intenso processo de transformação; uma nova infraestrutura urbana foi construída sob ruínas de vilas simplórias.[103] Com isso, no início desse processo, tudo está por fazer, desde obras de urbanização até a constituição das populações urbanas. Nessas transformações, o imigrante, sobretudo, italiano desempenhou um papel de grande importância:

> O emprego urbano dos italianos começa praticamente com as primeiras correntes migratórias, estimulado pelas transformações econômicas pelas quais o Brasil passa no período de maior afluxo. Ao chegarem num momento de transição, isto é, quando

[101] MARTINS, op. cit.
[102] HALL, op. cit.
[103] Ao levarmos em conta que antes da expansão cafeeira existiu um certo progresso econômico em algumas regiões do Estado de São Paulo, por conta da produção algodoeira, algumas cidades já apresentavam algum desenvolvimento urbano. Porém, a economia proporcionada pelo café que alicerçou os desenvolvimentos urbanos mais intensos a partir da expansão das lavouras cafeeiras para o interior de São Paulo.

> a escravidão entra em crise e se recorre ao trabalho livre, os imigrantes conseguem inserir-se num contexto urbano ainda magmático, que oferece possibilidades de empregos em fase de gestação e de definição, e, portanto, ainda não aproveitadas pelos poucos trabalhadores locais. Em todos os setores do trabalho urbano, por longo tempo, prevalecerá uma situação de monopólio por parte dos estrangeiros. Esse fenômeno será particularmente evidente no Estado de São Paulo, mas, embora em menor medida, não deixará de caracterizar o Rio de Janeiro e outras capitais menores.[104]

Se os imigrantes tiveram um papel decisivo na constituição desses mundos urbanos nas terras do café, a razão de ser de sua vinda para o Brasil, pelo menos nos momentos iniciais da imigração em massa, não foi essa. Segundo Trento, para grande parte desses imigrantes, a passagem pela fazenda de café foi algo obrigatório[105]. Havia alternativas para se fugir do inferno do colonato, como o próprio Trento afirma: "havia oportunidades de trabalho urbano, mas não a ponto de permitirem um nível de vida sem passar necessidades, ou certa tranqüilidade no orçamento familiar sem enormes esforços ou sacrifícios"[106].

Ao estudar o percurso de vários imigrantes tornados comerciantes nas cidades, Trento constatou a necessidade de trabalho árduo anterior no comércio ambulante. Os italianos foram mascates, antes dos sírios, e por um bom tempo, foram predominantes no pequeno comércio varejista.[107] Segundo Trento, eram várias as ocupações urbanas dos italianos:

> Além do setor comercial, o mundo do trabalho urbano oferecia outras possibilidade de inserir-se, principalmente nas camadas mais baixas. Eram numerosíssimos os italianos entre os barbeiros, sapateiros, alfaiates, cocheiros, carregadores, cavadores, pedreiros, canteiros, marmoristas, marceneiros, ferreiros, caldeireiros. Os areeiros eram exclusivamente italianos, ou, antes, toscanos: drenavam de forma rudimentar o fundo do rio Tietê, em São Paulo, em busca do que pudessem conseguir, e chegaram até mesmo a se reunir numa cooperativa de produção. Em 1894, os quatrocentos lixeiros de São Paulo eram quase todos italianos.
> Porém, era sobretudo no setor do subemprego e das atividades marginais que os peninsulares detinham uma espécie de monopólio. As cidades, e não somente São Paulo, pululavam de um exército de engraxates, aguadeiros, vendedores de peixe ou até mesmo de castanhas assadas, para não falar na profissão italiana por excelência, a de vendedor de jornais, exercida principalmente por meninos. Esses misteres vexavam muito dos observadores vindos da Itália [...].[108]

Semelhante às análises contidas em uma literatura sobre a formação da classe operária paulista e suas mazelas, Trento apontou as agruras sofridas pelo operariado de origem italiana na capital paulista;[109] esses sofrimentos, certamente, não fariam inveja ao colono nas

---

[104] TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1989, p. 127.
[105] Ibid. p. 127-128.
[106] Ibid. p. 128.
[107] Ibid. p. 129-130.
[108] Ibid. p. 130-131.
[109] TRENTO, op. cit. p. 137.

fazendas. Além disso, Trento fez uma investigação interessante em relação às indústrias e às informações referentes aos seus proprietários, tanto com dados coletados para o ano de 1907, quanto para o censo industrial de 1920.

Em sua abordagem sobre os principais industriais italianos, Trento afirmou que esses não possuíram capitais trazidos da Itália, mas capitais construídos no Brasil, por meio da atividade de negociantes.[110] As pequenas indústrias, por ele analisadas, a partir de informações obtidas pela pesquisa referente a 1907 e pelo censo industrial de 1920, eram aquelas pertencentes a um único proprietário, excluindo, assim, as sociedades anônimas e as em comandita. Com isso, todas as grandes indústrias, cujos proprietários foram estudados pelos autores discutidos no segundo capítulo, não foram contempladas na pesquisa. Os dados referentes a essas pequenas indústrias são apresentados na Tabela 26.

Tabela 26 – Indústrias, de um único proprietário, pertencentes a italianos 1907 e 1920

	1907			1920		
Estados	**Nº. de empresas**	**Operários empregados**	**Valor da produção**	**Nº. de empresas**	**Operários empregados**	**Valor da produção**
Amazonas	5	71	490:000	5	15	68:380
Bahia	8	134	361:000	44	179	1.062:473
Distrito Federal	37	897	6.238:000	69	724	6.613:782
Espírito Santo	1	16	23:000	18	82	1.089:662
Mato Grosso	1	50	350:000	3	10	132:480
Minas Gerais	111	683	2.521:000	149	797	6.773:989
Pará	5	74	345:000	10	156	639:106
Paraíba	2	150	140:000	4	29	384:818
Paraná	31	247	833:000	61	255	1.969:810
Pernambuco	3	72	226:000	3	43	566:212
Rio de Janeiro	6	133	659:000	20	112	672:327
Rio Grande do Sul	50	2.453	9.906:500	227	1.054	11.160:655
Santa Catarina	13	156	407:000	56	184	1.794:197
São Paulo	120	5.364	20.627:000	1.446	8.487	72.077:851
Outros estados	5	58	136:000	4	19	154:012
Brasil	398	10.558	43.262:500	2.119	12.146	105.159:754

Fontes: Centro Industrial do Brasil, *O Brasil, suas riquezas naturaes, suas indústrias*, III, elaboração do autor; *Recenseamento do Brasil realizado em 1º. de setembro de 1920*. In: TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1989, p. 141.

A partir desses indicadores,[111] Trento comparou as indústrias de propriedade individual com as indústrias societárias e concluiu que as primeiras representavam um total de 9.190 empresas e empregavam 63.975 operários; as segundas totalizavam 4.146 empresas e

[110] "No que diz respeito a essa imigração, a observação sobre a origem comercial parece bem mais apropriada. Todos os principais empresários italianos no Brasil vinham dessa experiência e, em geral, procuraram não abandonar o setor da atividade de origem, mesmo após terem criado verdadeiros impérios industriais. [...]." Ibid. p. 139.

[111] Trento afirmou que os dados referentes a 1907 contêm imprecisões e lacunas por conta da documentação utilizada.

constavam de 211.537 operários. A julgar as desproporções, Trento afirmou que "além das grandes fortunas havia numerosos italianos que, tendo fundado pequenas e médias oficinas, levavam uma vida razoavelmente cômoda"[112].

Para o ano de 1920, Trento apresentou outras informações importantes, enfatizando a relação dos imigrantes italianos com a propriedade de pequenas indústrias:

> Para esse último ano [1920] temos também as percentagens das indústrias italianas em relação ao total das estrangeiras: 51,9% do número de fábricas, 40,2% do número de operários e 40,2% do valor da produção. Portanto, as fábricas dos peninsulares caracterizavam-se por ser, em média, menores. O fenômeno é indiretamente comprovado pelos setores mercadológicos predominantes, todos de baixa composição orgânica de capital: em 1907, das 394 indústrias, 188 (47,7%) produziam gêneros alimentícios e bebidas, 32 (8,1%) tecido, artigos de vestuário, couro e calçados e 17 (4,3%) chapéus.
> Outro elemento a ser sublinhado é a concentração geográfica das indústrias italianas: os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo acolhiam 71% delas, em 1907, e 86%, em 1920. É sobretudo na última região que se localizam mais de dois terços das fábricas, e portanto ela tem de ser estudada mais de perto, também porque a respeito dela temos informações mais exatas. O crescimento é intensivo sobretudo entre 1900 e 1920: as fábricas passam de 208, em 1900, para 975, em 1916, 1.446, em 1920, 2.181, em 1935. Entretanto, o dado mais interessante é representado pela incidência que elas têm no conjunto do parque industrial, que nunca baixa para menos de 25% [...].[113]

Se nos concentrarmos apenas no Estado de São Paulo e selecionarmos os 8.487 operários e dividirmos pelas 1.446 indústrias, obteremos uma média inferior a 6 operários por indústria. Essa média ressalta a importância da pequena indústria na conclusão de Trento. Contudo, sua discussão se conclui aí e não acrescenta nenhuma outra informação referente à origem dos proprietários dessas indústrias.

A se julgar pelo restante de sua investigação, podemos excluir em grande parte a preponderância de pessoas com poucos recursos como proprietários dessas pequenas indústrias, haja vista, que Trento também aceita ser um *mito* a possibilidade de o imigrante pobre ascender socialmente no meio urbano[114]. Ao discutir a origem social do industrial italiano, Trento repete a tese de Dean, mesmo implicitamente, para as pequenas indústrias e

---

[112] TRENTO, op. cit. p. 141.
[113] Ibid. p. 142.
[114] "Intenções declaradamente hagiográficas e adulatórias misturavam-se, muitas vezes, com pesquisas e entrevistas aparentemente objetivas, cujo principal escopo era o de inocular, também nos ambientes populares, a falsa certeza de que, se a riqueza havia sido alcançada por personagens que declaravam não dispor de capital ao desembarcar (e isso era confirmado *coram populo*), o mesmo podia acontecer com qualquer leitor, desde que tornasse próprios os valores daqueles. Era a consagração do *self-made man*, toda uma exaltação de conceitos como dedicação ao trabalho, moderação, capacidade de poupar, sacrifícios, um constante indicar, ao imigrante médio, o caminho a ser seguido rumo ao sucesso. [...] Ao mesmo tempo, tentava-se, por um lado, aproximar patrão e operário (operação facilitada pela nacionalidade comum) e, por outro, dissuadir o proletariado de ações coletivas de defesa, inúteis e, aliás, daninhas em relação a soluções individuais de enriquecimento." TRENTO, op. cit. p. 148-149.

considera um fenômeno raro o imigrante pobre ter sido proprietário de alguma pequena indústria:

> No caso dos italianos, dificilmente os que aportaram pobres no Brasil conseguiram ir além do comércio varejista ou da oficina de artesanato, que somente em alguns casos depois se transformará em pequena indústria. As únicas exceções relevantes são Nicola Scarpa e Dante Ramensoni, este, nos primeiros tempos de residência, empenhado na propaganda e na atividade sindical nas fileiras do movimento socialista. Todas as outras personagens eminentes dos empresariado (sic) italiano tinham uma origem social diferente, em geral classe média, ou, pelo menos, alguma experiência comercial e/ou um certo grau de instrução e uma base de conhecimentos técnicos [...].[115]

Ao centrar-se em *outras personagens eminentes* do empresariado italiano, Trento repete histórias de sucesso dos industriais italianos tornados clássicos pela literatura, tais como: Francisco Matarazzo, Rodolfo Crespi, Alessandro Siciliano, dentre outros. Permanece a questão sobre aqueles que não se tornaram proeminentes, ou seja, os proprietários das pequenas indústrias. Trento apontou sua existência, sua relevância para o processo de industrialização, no entanto, não nos ofereceu mais informações quanto à origem dos seus fundadores.

3.3.4 A ascensão social urbana

A abordagem de Oswaldo Truzzi[116] sobre o processo de imigração, urbanização e industrialização de São Carlos possui para o nosso estudo uma importância singular, pois discutimos as contradições do autor para apontar a relevância do processo de industrialização ocorrido em Ribeirão Preto. A pesquisa de Truzzi apontava para um raciocínio ou conclusão, que seria a mais acertada. Todavia, esse autor preferiu seguir o modelo defendido por Warren Dean sobre a origem social do empresariado paulistano. Truzzi transplantou tal modelo para o processo de industrialização de São Carlos e defendeu uma origem pequeno burguesa (classe média) para os pioneiros da industrialização em São Carlos.

A análise de Truzzi, em muitos pontos, assemelha-se ao verdadeiro inferno, descrito por Hall, encontrado pelos imigrantes nas fazendas cafeeiras no interior de São Paulo. No entanto, apesar de seu ceticismo quanto à possibilidade de ascensão social dos imigrantes

---

[115] Ibid. p. 151.
[116] TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria**: São Carlos (1850-1950). São Carlos: Arquivo de História Contemporânea: UFSCar, 1986.

pobres, apontou *brechas* nas quais os imigrantes pobres poderiam ter resistido às condições adversas encontradas.

Ao estudar a imigração italiana para São Carlos e as condições de vida dos colonos, Oswaldo Truzzi foi cético quanto à possibilidade da primeira geração de colonos se tornarem proprietários de terras no município.[117] Para os desafortunados, explorados e mal pagos, um dos caminhos era o abandono da fazenda cafeeira e a tentativa de conseguir um emprego na cidade. Porém, tal opção era também permeada de dificuldades:

> Neste caso, as opções também não eram muitas, embora o sucesso de alguns que conseguiram montar um negócio próprio encorajasse os conterrâneos a tentarem essa via de ascensão social. Entretanto, conforme teremos oportunidade de analisar em detalhe mais adiante, foram muito raro os colonos que se tornaram negociantes. A maior parte dos que se transferiram para a cidade empregou-se no comércio ou nas indústrias nascentes. Sempre parece ter havido possibilidade desta mudança, embora durante a década de trinta, este processo de abandono da vida rural tivesse sido mais intenso, porque a crise nos latifúndios tornara-se muito mais aguda.[118]

A discussão feita por Truzzi sobre a constituição do operariado urbano em São Carlos, assemelha-se a uma visão consagrada pela literatura do movimento operário e da imigração. Ou seja, Truzzi descreve a exploração da classe operária, sua vida, seus divertimentos, suas formas de resistência, as associações de socorro mútuo, dentre outras. Em outro trecho, Truzzi retrata a outra face dos imigrantes como o imigrante patrão, ou o pequeno empreendedor:

> A importação de imigrantes europeus igualmente favoreceu o surgimento de atividades industriais por vários motivos. Ao realizarem a imigração, os europeus transplantaram consigo um rol de novas atitudes, técnicas e atividades que favoreceram por várias vias o surgimento das indústrias. Eram muito mais capazes, por exemplo, de repelir a relação patrimonialista conveniente aos fazendeiros, comportando-se como assalariados típicos. Enriqueceram também os ofícios existentes no país trazendo novas técnicas obtidas graças muitas vezes à experiência profissional herdada por eles ainda no Velho Mundo. Por essas razões, tiveram condições de atuar tanto como mão-de-obra mais qualificada para a industrialização nascente na época, quanto como pequenos empreendedores, montando seus próprios negócios. Além disso, ingressaram no mercado de consumo, ainda que incipiente da

[117] "Na verdade, existem numerosos indícios de que o acesso à propriedade pelos imigrantes era extremamente limitado. Ao se observar, por exemplo, a lista dos 184 lavradores de São Carlos publicada pelo Almanach de 1894, é notável a raridade de sobrenomes estrangeiros na relação. Somados chegaríamos a contar no máximo dez entre o total. Segundo Camargo, em 1905, havia no município um total de 313 propriedades. Destas, apenas 61 pertenciam a estrangeiros. Nove anos depois, sobre um total de 312 propriedades, as 75 propriedades nas mãos dos estrangeiros (todos italianos) continham em seus limites menos de seis por cento do número de cafeeiro do município. Em 1927, a mesma cifra ainda permanece baixa, atingindo dezoito por cento. É de se supor portanto que além de poucas, as propriedades rurais em poder dos imigrantes fossem pequenas. O recenseamento de 1920 confirma tal assertiva: a área média das propriedades pertencentes a estrangeiros é de 45,4 alqueires enquanto que no caso dos proprietários serem brasileiros, a mesma média se eleva a 238,1 alqueire, no município de São Carlos." Ibid. p. 90.

[118] TRUZZI, op. cit. p. 93.

> época, até então constituído quase que apenas pelas elites abastadas. Já que os escravos pouco ou nada consumiam.[119]

O processo de industrialização de São Carlos teve uma relação muito estreita com a fazenda cafeeira, sendo que o principal ramo industrial, segundo Truzzi, foi o de beneficiamento de produtos agrícolas, principalmente, o café. Na cidade, esse segmento industrial possuiu grande importância nos tempos áureos do café, sobretudo, por fazer parte das etapas de produção do mesmo. Apesar de citar um italiano como proprietário da maior indústria de beneficiamento,[120] Truzzi apontou os fazendeiros como os grandes responsáveis por esse ramo. Tal preponderância, segundo o autor, não os qualificava necessariamente como industriais, mas investidores em mais uma das etapas da produção do café.[121]

Quando Truzzi investiga outras atividades industriais, tipicamente urbanas,[122] constata a relação estreita entre os imigrantes e tais atividades:

> Observando-se a relação de profissionais que se dedicam aos mais diversos ofícios, é fácil constatar, já em 1894, através do almanaque da cidade publicado neste ano, a abundância destes: 16 alfaiatarias, 47 oficinas de fabricação e conserto de sapatos, 2 fábricas de móveis, 5 de macarrão, 1 de charuto, 2 de sabão, 8 de cerveja, 15 ferreiros e serralheiros, 1 fundição, 21 oficinas de carpintaria e marcenaria, 6 olarias e 2 serrarias.
> A indústria local é em seus primórdios exatamente fruto do surgimento na cidade dessas variadas profissões. O imigrante é o protagonista principal em qualquer ofício. Porém quanto ao mercado, já é nítida sua orientação em duas sub-indústrias: a de artigos para o consumo popular e aquela fornecedora de produtos utilizados nas propriedades agrícolas.[123]

O interessante a ressaltar é a principal característica dessas indústrias apontadas por Truzzi: não passavam de indústrias de fundo de quintal:

> De certo modo, esta indústria de "fundo de quintal" tinha certo mercado garantido por saber tanto se aproveitar da disponibilidade de certas matérias-primas locais – algodão, couro, açúcar, cereais, madeira, minerais, etc – quanto selecionar para a manufatura aqueles artigos cuja relação peso ou volume sobre valor tornasse desvantajosa a importação. É o caso por exemplo de algumas empresas que souberam se valer do desenvolvimento do sítio urbano, produzindo artigos utilizados na construção: tijolos, ladrilhos, artigos de carpintaria e marcenaria, grades, portões,

---

[119] Ibid. p. 158.
[120] "Em 1915, o maior estabelecimento comercial do gênero era o Engenho Victoria, de propriedade de Alexandre Masci, imigrante italiano. 'Dotado dos mais aperfeiçoados machinismos para o benefício do café, arroz e milho, caprichosamente installados em prédios apropriados, com armazéns para depósito de gêneros em avultada escala com desvios próprios da E. F. Paulista, bitola larga e estreita', algumas de suas máquinas ainda haviam sido premiadas com medalha de ouro na exposição do Rio de Janeiro, em 1908." Ibid. p. 164.
[121] Ibid. p. 166.
[122] Truzzi dá grande importância aos setores industriais desenvolvidos a partir das necessidades da ferrovia, tais como indústrias de construção e reparo de vagões, fundição de peças, dentre outras. Ibid. p. 174.
[123] TRUZZI, op. cit. p. 166-167.

> batentes, caixilhos, portas, janelas, etc. Além disso, outra característica básica da atividade industrial neste período foi a de se estabelecer em setores que exigissem pouca maquinaria, onde a produção dependesse sobretudo da utilização intensiva da mão-de-obra.[124]

Esse tipo de indústria teve mais oportunidades de se desenvolver em São Carlos, segundo Truzzi, devido a algumas condições específicas, tais como a não-existência de outro setor social disposto a levar adiante tais empreendimentos. Devido ao passado escravocrata, na cidade se encontravam os ex-escravos e seus descendentes pobres, assim como pessoas brancas ou mestiças pobres que, no passado, tinham sido posseiras e agora se tornaram servidoras da elite rural. Esses setores pouco ou nada tinham a ver com a promoção de atividades industriais, por isso, os imigrantes não encontraram concorrentes para a instalação de suas pequenas indústrias[125].

Ao remontar a origem social desse empresariado imigrante, Truzzi conseguiu informações sobre 16 industriais; aqueles que, a princípio, foram os bem-sucedidos. Seguem na Tabela 27, dados sobre a nacionalidade, profissão ou atividade originária e o tipo de indústria estabelecida em São Carlos, entre 1850 a 1950.

Tabela 27 – Origem do empresariado industrial de São Carlos (1850-1950)

Nome	Nacionalidade	Formação profissional	Ramo de indústria
Michelle Giometti	Italiana	Ferreiro	Oficina de conserto de carroça
Pietro Maffei	Italiana	Oleiro	Olaria
Dante Ciarrocchi	Italiana	Fazer ferramentas	Empresa produtora de ferramentas
Rugiero Mastrofrancisco	Italiana	Aprendiz de serralheiro	Fábrica de grades, caixilhos, portões e outros artigos ferrosos.
Abel Giondo	Tirolês	Fabricante de queijos	Serraria
Abdelnur	Libanês	Primo de Antonio Jafet	Fábrica de meias
Mafei	–	Cunhado de Michelle Giacometti	–
Antonio Basso	Italiano	Filho de colono no Brasil	Serraria
Irmãos Crnkovick	Iugoslava	Trabalhador de curtume	Curtume
Regite Arab	–	Empregado de vidraçaria	Vidraçaria
Ricetti	Brasileira, filho de italianos	Vendedor	Indústria de máquinas têxteis

[124] Ibid. p. 168.
[125] Ibid. p. 212.

Nome	Nacionalidade	Formação profissional	Ramo de indústria
Carlos Facchina	Italiana	Verdureiro	Fábrica de colchões, fábrica de móveis, torrefação de café, fábrica de gelo, fábrica de salame, mortadelas e lingüiças, fábricas de ferramentas agrícolas, fábrica de cola, fábrica de adubos orgânicos.
Matheus Fazzari	Italiana	Colono	Curtume
Germano Fehr	Suíça	Empreiteiro de obras	Companhia têxtil, fábrica de lápis
Schnyder	–	Engenheiro	Industrialização de produtos agrícolas
Otto Rösel	Alemã	Fabricante de tapete	Fábrica de tapete

Fonte: TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria**: São Carlos (1850-1950). São Carlos: Arquivo de História Contemporânea; UFSCar, 1986, p. 213-230.

Como vemos, a maioria desses empresários industriais, pesquisados em São Carlos, tinha uma origem humilde. Com a exceção de dois *afilhados* de pessoas já estabelecidas no Brasil, um engenheiro e outro industrial, os demais eram simples trabalhadores em seus países de origem. A partir desses índices, Truzzi chegou a algumas conclusões com as quais não concordamos. Ao longo da análise sobre esses industriais, Truzzi destacou o estudo de Warren Dean sobre a formação do empresariado industrial no Brasil. Mesmo que a origem social dos industriais em São Carlos o contradissesse, ele defendeu o seguinte argumento:

> Por todos esses motivos, é provável que não todos, mas um determinado grupo de imigrantes, fosse o mais talhado para o desempenho de todas estas funções de intermediação entre o consumo e a produção. São precisamente aqueles de origem pequeno burguesa em seus torrões natais os que melhor se sairão no Novo Mundo, explorando as oportunidades de ascensão social que a montagem de uma loja ou de uma pequena oficina podia lhes oferecer.[126]

Por assumir a tese de Dean, Truzzi desconsiderou a origem humilde dos imigrantes por ele apresentados e afirmou que "praticamente nenhum dos imigrantes bem sucedidos no comércio ou na indústria empregaram-se inicialmente como colono. O máximo a que alguns se aproximaram desta condição foi como filho de colono"[127]. Contudo, Truzzi duas páginas depois, faz um histórico da vida de Carlos Facchina, um dos mais bem sucedidos industriais em São Carlos, que havia sido, quando criança, verdureiro em São Paulo:

[126] TRUZZI, op. cit. p. 218.
[127] Ibid. p. 218.

> Os Facchina eram originários de Treviso, norte da Itália, porém nasceu em Gênova em 1878, quando sua família tentava uma oportunidade para migrar para o Brasil. Entretanto, somente conseguiram viajar quando Carlos já tinha nove anos. Aqui chegados, Carlos começa a trabalhar cedo comprando verduras no Vale do Anhangabaú para revender em outros bairros. Logo no entanto perdeu o pai, restando-lhe a mãe e um irmão. Resolveu então procurar trabalho no interior. Após algum tempo de residência em Mococa, surge a oportunidade de vir para São Carlos através de um emprego como vendedor ambulante de charutos de um circo de cavalinhos que iria se apresentar nesta cidade. Uma vez em São Carlos, conseguiu empregar-se como operário numa fábrica de cadeiras de outro imigrante italiano, Cassinelli. Enquanto trabalhava durante o dia, sua mãe fazia colchões que, uma vez vendidos, eram entregues por Carlos à noite. Desta forma, após algum tempo, comprou algumas máquinas de seu patrão e montou sua própria oficina de móveis. A partir daí, diversificou suas atividades montando uma torrefação de café e uma fábrica de gelo. O gelo era vendido a hospitais de todo o interior ao mesmo tempo que propiciava a fabricação de salames, mortadelas e lingüiças a partir de carnes resfriadas. Tudo era produzido em seu armazém, porém para comercializar estes produtos, Facchina os carregava por todo o interior do Estado, viajando de trem. Associando-se a Giometti, proprietário de uma oficina de consertos de carroças, as indústrias Facchina e Giometti passariam a produzir rastelos, peneiras, pregos e cola. Com a mesma tecnologia com que produziam cola, passaram a fabricar adubo de origem orgânica a partir de ossadas provenientes de todo o Estado. [...].[128]

O exemplo citado não era de um colono, mas a origem humilde de Facchina o qualificava tal qual. Os dados apresentados por Truzzi não denotam que a origem social do empresário industrial de São Carlos tenha sido a classe média imigrante[129], pois 16 empresários representam uma amostra pequena para concluir que a industrialização de São Carlos possa ter ocorrido nos moldes pretendidos por Dean. Se Truzzi selecionou apenas os bem-sucedidos, as informações sobre esses indivíduos leva-nos a concluir que a origem social do empresariado industrial de São Carlos era diferente da pretendida por esse autor.

---

[128] Ibid. p. 222-223.

[129] "A maior parte dentre os bem sucedidos provinham do meio urbano, pertenciam a famílias de classe media, carregavam consigo alguma instrução técnica ou algum traquejo no comércio, ou algum capital ou ainda empregavam-se junto a firmas de propriedade de parentes ou de compatriotas. Dean chega mesmo a se referir a tal fenômeno como importação da Europa de uma 'estrutura de classes pré-fabricada'. Trata-se de uma expressão um tanto forte porque, se por um lado a estratificação social esteve de fato sempre presente entre os imigrantes, não se pode inferir daí que as posições relativas entre eles no interior da estrutura social tivessem se mantido intocáveis. Em alguns casos, operários e empregados converteram-se, sempre através de algum trunfo, em pequenos negociantes." Ibid. p. 219-220.

CAPÍTULO QUARTO

DE *LAVORATORI* NA ITÁLIA A *PADRONE* NO INTERIOR PAULISTA: RIBEIRÃO PRETO (1890-1930)

Conforme discutimos até o momento, a participação de pessoas oriundas das classes trabalhadoras na composição social do empresariado industrial europeu e brasileiro, segundo os autores analisados, foi deveras limitada. No processo que deu origem a essa classe na Europa, o artesão ou mesmo o trabalhador assalariado teve uma singular participação, sobretudo, nos primórdios do processo de industrialização. O comerciante (mercador) transformado em industrial possuiu uma primazia. Na constituição dessa classe no Brasil, principalmente, em São Paulo, a maioria dos autores, embora não desconhecessem a existência de pequenas e artesanais indústrias, valorizaram as classes mais abastadas como as matrizes sociais do empresariado industrial.

Por concentrarem suas pesquisas nas médias e grandes indústrias paulistanas, os pesquisadores discutidos no segundo capítulo, podem ter criado um consenso no qual a indústria no Brasil já nasceu grande. Contudo, isso é discutível, pois além da impossibilidade de generalizar o padrão de industrialização paulistana para o restante do Estado, essas indústrias da capital eram cercadas por muitas pequenas fábricas e oficinas artesanais.

No processo de formação do empresariado industrial na Europa, os artesãos e trabalhadores tiveram mais oportunidades de se transformar em industriais, justamente, nos primórdios da instalação das indústrias. Grosso modo, tal processo também existiu no Estado de São Paulo (1890-1930), no entanto, a literatura acadêmica não deu a devida importância à participação de pessoas que, embora tivessem capacidade para serem empreendedores industriais, não dispunham de muitos recursos.

Ao comparar a ascensão social de imigrantes italianos nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil, Klein evidenciou que esse processo dependeu sobremaneira do momento da chegada dos imigrantes às sociedades de destino. Sustenta uma participação tardia desses no *processo de revolução industrial e agrícola* nos Estados Unidos, pois quando vieram, os norte-europeus já haviam se instalado, e competiam também com os nacionais.[1] Por isso, não restaram muitas opções para os italianos senão se concentrarem em velhas cidades portuárias do Leste (Boston, Nova Iorque e Filadélfia). Essa situação fez com que

[1] KLEIN, Herbert S. *Migração internacional na história das Américas*. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Ed.Usp, 2000, p. 28-29.

várias gerações permanecessem estagnadas na classe trabalhadora, demorando mais a ascender socialmente.[2]

Um fenômeno completamente diferente ocorre, segundo Klein, com os italianos que se dirigiram à Argentina e ao Brasil, onde se estabeleceram como trabalhadores, mas rapidamente conseguiram acumular dinheiro necessário para ingressarem nas fileiras dos proprietários de terras.[3] Essa ascensão social foi possível graças ao período em que se instalaram nessas duas sociedades:

> [...] à sua chegada essas economias locais estavam começando a decolar, de modo que os italianos conseguiram facilmente encontrar emprego nos setores urbanos e industriais em desenvolvimento recente. Tanto Buenos Aires quanto São Paulo – duas metrópoles mundiais contemporâneas – eram cidades pequenas antes da chegada dos italianos. Formaram o setor majoritário dentre os trabalhadores nessas cidades em expansão [...].[4]

Klein discorre que a qualificação profissional trazida por esses italianos assegurou para alguns uma posição privilegiada na instalação das primeiras indústrias nesses países, especialmente, por não existir quem, antes deles, tivesse capacidade para tais empreendimentos:

> Foram também os trabalhadores italianos qualificados que instalaram muitas das primeiras indústrias pesadas em ambos os países, uma área que, nos Estados Unidos, estava confinada aos nacionais. Desse modo, os italianos nessas duas nações passaram rapidamente a compor as novas classes médias que estavam sendo geradas e, já na segunda geração, muitos deles se colocavam muito acima do *status* dos pais [...].[5]

Samuel L. Baily obteve conclusões semelhantes num estudo em que comparou a inserção de imigrantes italianos em Buenos Aires e Nova Iorque.[6] Afirma que a participação de italianos, tanto na instalação de indústrias, quanto no comércio em Buenos Aires, foi preponderante em relação a outras etnias e aos nacionais portenhos. Baily nos fornece os seguintes dados quanto à participação de italianos na economia portenha no final da década de 1880:

---

[2] "Nessas cidades os salários eram altos, mas o *status* dos empregos era baixo. Para os italianos que ficaram, essas regiões industriais mais velhas ofereciam poucas oportunidades de ascenso e seus índices de mobilidade foram muito baixos. Por várias gerações continuaram sendo, predominantemente, classe trabalhadora e ficaram confinados ao centro dessas cidades decadentes." KLEIN, op. cit. p. 29.
[3] Ibid.
[4] Ibid.
[5] Ibid.
[6] BAILY, Samuel L. *The adjustment of Italian immigrants in Buenos Aires and New York (1870-1914)*. **The American Historical Review**, v. 88, n. 2, p. 281-305, april, 1983, p. 281-305.

> *Foreign workers and owners dominated the commercial and industrial sectors of the Buenos Aires economy. As early as 1887, Italians, who accounted for 32 percent of the population, made up 53 percent of the workers in industry, 57.5 percent of the owners of industrial establishments, 39 percent of the workers in commerce, and 16 percent of the owners of commercial establishments. Native Argentines, who made up 47 percent of the population, represented only slightly more than 20 percent of both workers and owners in commerce, 16 percent of the workers in industry, and less than 10 percent of the owners of industrial establishments. During the next three decades, Italian workers and owners in industry gradually declined to between 35 and 40 percent, largely because second-generation Italians were recorded as Argentines. In commerce, however, although the percentage of Italian workers remained the same, that of owners more than doubled. Throughout the period, the percentage of Italian immigrants active in these areas stayed above that of native Argentines.*[7]

Ao investigar a participação de imigrantes italianos na economia de Nova Iorque no mesmo período, Baily constatou que a participação desses na economia foi pouco significativa. Isso se deveu ao fato dos italianos representarem uma parcela de apenas 4% da população nova-iorquina e não dominarem nenhum setor da economia. Os italianos em Nova Iorque não tiveram uma maior participação no processo de industrialização, tanto como operários, quanto industriais; eles exerciam ocupações secundárias na economia, tais como: barbeiros, cabeleireiros, sapateiros, mascates.[8]

A situação dos imigrantes italianos em Buenos Aires era completamente diferente, porque ocuparam setores mais importantes da economia. Apesar de também trabalharem em serviços rústicos e pesados (*blue-collar jobs*), eles ocuparam funções administrativas (*white-collar jobs*) e se destacaram como pequenos industriais:

> *Most Italians in Buenos Aires also held blue-collar jobs, but a substantially higher proportion (30 to 35 percent in Buenos Aires versus 13 to 22 percent in New York) were skilled workers. Although approximately one-quarter entered white-collar occupations, as was the case in New York, the distribution differed;* ***many more Italians in Buenos Aires were owners of small industrial and commercial establishments as opposed to peddlers and barbers****. Furthermore, although the percentage of high white-collar jobs was small in Buenos Aires, it was twice as large as that in New York (4 percent compared to 2 percent); there were significant*

[7] BAILY, op. cit. p. 284-285.

[8] "*In New York, the situation was fundamentally different in large part because the Italians there formed such a small percentage of the total population and, as such, had little chance of dominating any sector of the economy. Although Italians never represented as large a percentage of workers or owners in industry and commerce as did native Americans, they formed a substantial proportion of the workers in personal and domestic service. In 1900, when they accounted for 4.2 percent of the population, they represented 17 percent of the workers in service positions. Most notably, 55 percent of the male barbers and hairdressers and 97 percent of the bootblacks were Italian. Italians were also slightly overrepresented in manufacturing and mechanical pursuits; they accounted for 5.5 percent of the total, including 34 percent of the shoemakers and 18 percent of the masons. And 9 percent of the retail merchants and 16 percent of the peddlers were Italian. Thus, although Italians in New York were numerous in a few occupations, they never dominated any sector of the economy as Italians did in industry and to a lesser extent commerce in Buenos Aires.*" Ibid. p. 285.

> *numbers of Italians in Buenos Aires among the health, education, and fine arts professionals and among engineers.*[9]

Baily questiona as razões dos imigrantes italianos se adaptarem melhor à sociedade portenha e terem obtido mais sucesso econômico. Assim, estabeleceu três categorias por meio das quais a imigração para a Argentina deveria ser analisada: as características dos grupos imigrantes, o tipo de sociedade encontrada na América e a mudança natural sofrida pela comunidade imigrante na nova sociedade.[10]

Em relação às características dos grupos imigrantes, Baily salientou a predominância de trabalhadores não qualificados, tanto no contingente portenho, quanto no nova-iorquino; em Nova Iorque, eles representavam 75%, enquanto, em Buenos Aires, representavam 60%. Assim, era maior o número de profissionais qualificados em Buenos Aires, a qual era composta, segundo Baily, de uma relevante quantidade de imigrantes letrados: 60% contra 50% em Nova Iorque.[11] Em Buenos Aires, predominaram italianos provenientes do Norte da Itália, enquanto em Nova Iorque, os migrantes do Sul italiano prevaleciam.[12] Os italianos do Norte da Itália possuíam mais qualificações urbanas e, por isso, conseguiram adaptar-se mais facilmente à sociedade portenha.[13] Por outro lado, aqueles que foram para Nova Iorque encontraram uma sociedade, economicamente, desenvolvida, onde suas qualificações agrícolas não os ajudavam.

No tocante à sociedade encontrada na América, os imigrantes em Buenos Aires foram enormemente beneficiados, especialmente, no que diz respeito ao momento da sua chegada, ou seja, início do processo de desenvolvimento econômico e urbanização:

> *The economies of the two urban societies were strikingly different. In 1869, at the time or the first national census, Argentina was sparsely populated and economically far less developed than Western Europe or the United Slates. Those who ruled Argentina during the next forty years were determined to replace the stagnant economic and social structures inherited from Spanish colonial rule with the most dynamic and advanced systems to be found anywhere. They sought to institute such sweeping change by encouraging massive immigration, improving the*

[9] Grifos nossos. BAILY, op. cit. p. 285.
[10] Ibid.
[11] Ibid. p. 295-296.
[12] *"A larger proportion of the Italians who migrated to Buenos Aires were from northern Italy. They were in general not only more skilled and literate than Italians from the south but also more familiar with organizations such as labor unions and mutual aid societies. While 42 percent of those who went to Argentina came from the north, 46 percent from the south, and 12 percent from the center, 80 percent of those who went to the United States were southerners. And not all of their skills were transferable to their new environment* [...]." Ibid. p. 296.
[13] *"Skills appropriate to rural occupations such as farming were of little use in urban New York and Buenos Aires; those of artisans and white-collar workers for the most part were. With better occupational skill, higher rates of literacy, and greater familiarity with organization, the Italians in Buenos Aires had an advantage in funding higher status jobs and in developing community institutions to protect their interest."* Ibid.

> *educational system, introducing new technology, modernizing agriculture and livestock breeding, developing a transportation infrastructure (notably rail-roads and port facilities), and wooing foreign investment capital. By 1914, the export-oriented, landed elite had succeeded in accomplishing most of its objectives. Argentina had, in a relatively short time, become one of the leading agricultural and livestock-breeding countries in the world. It was a major exporter of grains, the leading supplier of beef to England, and a center of industries to process agricultural and pastoral products for export.*[14]

Em síntese, Baily concluiu que os imigrantes italianos vieram ao lugar certo e, especialmente, num momento propício, em que o crescimento da economia da Argentina proporcionava chance de ocupação para todos os estratos imigrantes e a possibilidade de mobilidade social para um número considerável deles:

> *The rapidity of Buenos Aires's economic development, which coincided with the wave of Italian migration, provided opportunities at all levels for the new residents. When Argentine development began, the country had no vital middle class, no significant skilled working class, no other numerically important immigrant groups, and no labor movement or employers' organizations. The traditional native elite continued to confine itself primarily to land and politics, which left commerce, industry, and some of the professions and economic organizations to the immi-grants, especially to the large Italian community.*[15]

Em contraponto, como já explicitamos, o insucesso dos imigrantes italianos em Nova Iorque ocorreu, devido ao tipo de sociedade encontrada no momento da vinda dos italianos. Ou seja, um lugar onde as oportunidades já tinham sido ocupadas e não restavam outras ocupações para os italianos, além daquelas de pouco prestígio social.[16]

Tanto a discussão de Klein, quanto a de Baily, nos fornecem novos referenciais para analisarmos a importância de italianos no processo de formação do empresariado industrial no Brasil. Pautados na explicitação feita no segundo capítulo, percebemos na literatura acadêmica, certo consenso o qual relaciona *indústria* aos capitais da elite cafeeira e aos recursos de uma camada social de imigrantes economicamente abastada. Porém, a realidade

---

[14] BAILY, op. cit. p. 297-298.
[15] Ibid. p. 298.
[16] *"The United States had a much larger population and a more highly developed economy in 1870 than did Argentina. During the next forty-four years, the United Stales expanded both its heavy and light industry, and by World War I had become a major industrial as well as agricultural and commercial country. The Italians who migrated to New York encountered thriving professional, middle, and skilled working classes composed of native-born Americans and previous immigrants. What the New York economy needed was unskilled construction and industrial workers. There were opportunities for Italians, but opportunities of a kind different from those in Buenos Aires. As a result, the Italians entered the economy at the lower levels and had greater difficulty in achieving upward occupational mobility. More restricted economic opportunity in New York limited the growth of upper-level Italian occupational groups, the resources of the Italian community, and the development of immigrant institutions – all of which made adjustment to the new environment more formidable."* Ibid. p. 298.

encontrada pelos imigrantes italianos no Estado de São Paulo era muito semelhante à descrita por Baily para Buenos Aires – vale ressaltar que Klein também estabelece essa analogia.

O estereótipo do industrial imigrante que fincou raízes na literatura acadêmica foi o construído por Warren Dean, ou seja, o estrangeiro pertencente à classe média de seu país de origem, vindo ao Brasil, muitas vezes, para ser representante comercial de alguma firma exportadora. Esse indivíduo se aproveitou das potencialidades do mercado consumidor brasileiro e instalou indústrias para explorar esse filão mercadológico. Esse tipo de empresário imigrante possuía de antemão recursos financeiros para instalar seus empreendimentos já com algum grau de sofisticação técnica, pois esses meios pecuniários lhe garantiam a possibilidade de importar tecnologia existente e usada nas indústrias européias.

No extremo social e econômico oposto a essa *burguesia imigrante*, houve uma massa de trabalhadores italianos ávida por encontrar trabalho no Brasil que se estabeleceu no Estado mais rico do país, num momento em que a economia estava em plena expansão e o processo de urbanização e industrialização dava seus primeiros passos. Os obstáculos e a pobreza encontrados por essa massa de imigrantes levaram uma ala da literatura acadêmica a ser cética quanto à possibilidade de ascensão social desses italianos, especialmente, na possibilidade de adquirirem recursos para comprar suas próprias terras. Por outro lado, outra vertente da literatura acadêmica defende que, apesar das condições adversas, houve a possibilidade de esses imigrantes ascenderem socialmente. Parte deles aproveitaram-se de brechas do sistema de exploração criado pelos cafeicultores e, por conta de privações e poupanças, conseguiram acumular recursos para adquirir as terras tão desejadas.

Exercer um ofício urbano foi algo possível a muitos imigrantes possuidores de algum *saber-fazer*, bastavam-lhes algumas ferramentas, um teto improvisado, poucos auxiliares e, sobretudo, um mercado para vender seus produtos. Nesse aspecto, vale ressaltar os dados colhidos por Vianna do censo industrial de 1920, eles denotam que a maioria dos estabelecimentos do Estado de São Paulo era composta de oficinas artesanais ou pequenas indústrias que empregavam menos mão-de-obra. Porém, esse tipo de estabelecimento pode ter representado para seus proprietários, imigrantes em sua maioria, uma forma de ascensão social, quando comparamos, por exemplo, a sociedade deixada para trás pelos italianos no Vêneto.

Ângelo Trento discorre vários exemplos de atividades urbanas, nas quais a participação de imigrantes italianos com recursos modestos era majoritária. Não há muitos estudos sobre a participação de italianos nesses pequenos e artesanais empreendimentos, contudo, esse fenômeno pode ter sido mais corriqueiro do que a difusão da grande indústria,

antes de 1930 no Estado de São Paulo. Um exemplo disso, são os estudos sobre a ascensão de imigrantes italianos na cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo. Após estudar a trajetória de imigrantes italianos pelo meio rural francano, Tércio Di Gianni[17] comprovou que essa etnia, ao abandonar o meio rural, obteve sucesso em empreendimentos urbanos, tanto na instalação de estabelecimentos comerciais, quanto na criação de pequenas indústrias.[18]

No entanto, o estudo de Agnaldo de Sousa Barbosa sobre as indústrias calçadistas de Franca,[19] contrapõe-se ao estereótipo do industrial criado por Warren Dean, assim como a relação entre indústria e capital cafeeiro já explicitados ao longo deste trabalho. Para Barbosa, o empresariado industrial calçadista não passava de uma *burguesia de pés descalços*; essa indústria, pautada em sua própria dinâmica produtiva, preservou muito de uma fase artesanal ao longo do seu desenvolvimento em Franca (1920-1990). Por isso, a introdução de tecnologia e o aparecimento da grande indústria de calçados se fizeram tardiamente.[20] Isso possibilitou a pessoas com poucos recursos monetários instalarem fábricas e se lançarem na produção de calçados.[21] Dentre esses empreendedores, Barbosa destaca a presença considerável de artesãos e ex-operários:

> Singularidades da indústria do calçado facilitam a entrada de novos empreendedores e possibilitam a ascensão de pequenos fabricantes à condição de empresários. O baixo nível tecnológico, resultante da lentidão das inovações no setor, refletiu-se em uma indústria de mão-de-obra intensiva na qual as exigências de capital, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, tendiam a ser muito baixas – daí o predomínio de artesãos e ex-operários em seus primórdios em Franca. Esta, inclusive, é uma tendência inerente à fabricação do calçado de uma forma geral, não se limitando à indústria nacional [...].[22]

Quanto à nacionalidade desse empresariado calçadista, os dados coletados por Barbosa revelam que, além da origem humilde, a maioria provinha da Itália. Assim, o autor não teve dúvidas em defender uma formação completamente distinta para o empresariado francano, além daquela consolidada pela literatura acadêmica:

---

[17] DI GIANNI, Tércio Pereira. **Italianos em Franca**: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.
[18] Ibid.
[19] BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico**: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.
[20] Ibid. p. 66-67.
[21] "Mesmo se considerarmos os setenta anos entre 1900 e 1969, ou seja, todo o período de origem, evolução e consolidação da indústria do calçado de Franca, chegando até a época em que se iniciou a fase exportadora, ainda assim não encontraremos uma presença significativa de empreendimentos iniciando seus negócios já como *médias* empresas; pelo contrário sua presença é insignificante. Analisando o capital inicial das 562 fábricas de calçados registradas em Franca nas sete primeiras décadas do século XX, constatamos o evidente predomínio das empresas que iniciaram suas atividades de maneira bastante modesta [...]." Ibid. p. 71-72.
[22] Ibid. p. 81.

> Quando consideramos as 65 empresas registradas entre 1900 e 1945, período que poderíamos classificar como de gênese e princípio da afirmação das bases do empresariado do calçado, constata-se que 36 delas (55%) tinham proprietários ou sócios de origem italiana. Nomes como os de Pedro Spessoto, João Palermo, Salvador Mazzota, Antonio Maniglia, Luiz Ferro, Umberto Lanza, Mário Nalini e Vitor Repezza, entre muitos outros, se destacam como exemplos de industriais de origem italiana que foram pioneiros na fabricação de calçados em Franca. Teriam eles origem nos quadros do que poderíamos chamar de uma "burguesia imigrante"? Pelo contrário, conforme veremos a seguir, tanto estes como os de procedência espanhola, segunda comunidade estrangeira mais importante, eram todos homens de origem modesta [...].[23]

A constatação de Barbosa vem ao encontro das idéias de Klein e Baily, isto é, imigrantes italianos que chegaram a um lugar onde a sociedade ainda estava nos primórdios do desenvolvimento urbano e industrial tiveram mais possibilidades de ascensão social. No caso específico de Franca, de acordo com Barbosa, a rusticidade da produção calçadista, em sua gênese, garantiu oportunidades para que trabalhadores imigrantes e seus descendentes se transformassem em grandes empresários da indústria calçadista:

> Enfim, qual quadro social podemos vislumbrar quando pensamos na parcela mais expressiva do empresariado do calçado no momento histórico em que o setor começa a se consolidar em Franca? De acordo com o descrito acima, podemos afirmar com segurança que, dos cinco principais fabricantes, aqueles cujas empresas já havia alcançado a categoria de *médias* em 1945, todos, sem exceção, exerceram ocupação manual, como operário ou artesão, até no mínimo a idade de 30 anos. Destes cinco, quatro eram filhos de trabalhadores rurais imigrantes ou camponeses (caso de João Palermo), ou seja, homens que exerciam profissão braçal. Quando consideramos o conjunto dos dez principais empresários, é certo que seis deles exerceram trabalho manual e em seis casos a ocupação do progenitor era braçal. Se ponderarmos que os referidos industriais iniciaram-se em seus ofícios por volta dos quinze anos de idade, o que de fato pode ser comprovado para alguns deles, podemos inferir que em pelo menos um terço de sua vida produtiva exerceram a atividade de artesão ou operário.[24]

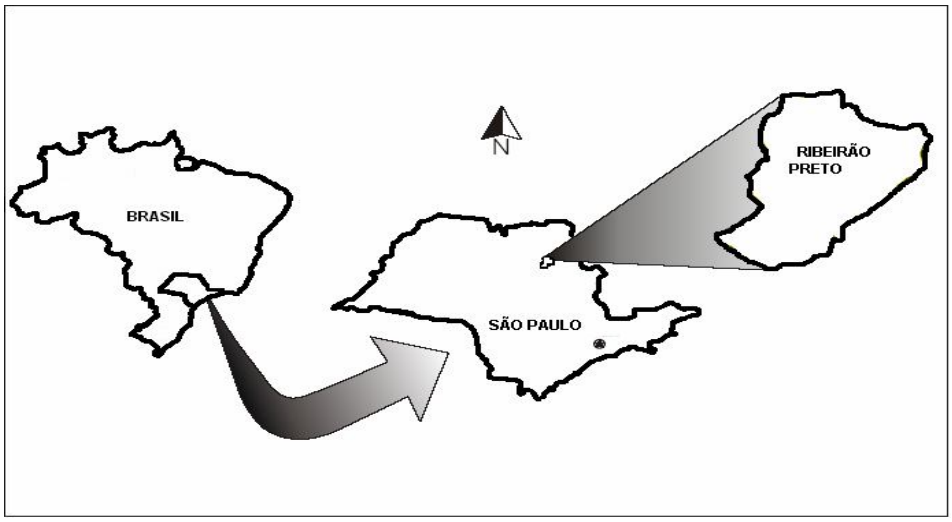
Fatos semelhantes ao ocorrido na cidade de Franca podem ter existido, até com bastante freqüência, em outras cidades do interior paulista. Como veremos a seguir, encontramos um fenômeno semelhante ao de Franca na cidade de Ribeirão Preto (aproximadamente a 80 quilômetros de Franca). Isso nos leva a considerar que a constituição social do empresariado industrial brasileiro foi algo muito mais complexo, pois a ação de simples imigrantes sem muitos recursos financeiros, mas possuidores do *saber-fazer* pode ter ajudado a contar uma história importante no processo de constituição do empresariado industrial paulista.

---

[23] BARBOSA, op. cit. p. 92.
[24] Ibid. p. 99.

4.1 Uma abordagem histórica de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto, por volta da segunda metade do século XIX, antes de a expansão cafeeira pelo interior paulista atingir suas terras, possuiu uma existência inexpressiva. A cidade era uma pequena aglomeração de posseiros (pessoas que simplesmente tomaram a posse de terras devolutas); viviam de pequenos comércios, lavouras de subsistência e criação de gado. A situação desse lugar se transformou, radicalmente, quando a expansão cafeeira abrangeu suas terras. Teve início, a partir de então, um processo completamente novo, a rotina da vida de subsistência dos antigos posseiros foi alterada por um rápido desenvolvimento urbano, no qual a dinâmica cafeeira fez surgir uma cidade que, em poucas décadas, transformou-se numa das mais ricas do Brasil e da América Latina (Mapa 04).



Mapa 04 – Localização de Ribeirão Preto

Fonte: Adaptado do Instituto Geográfico e Cartográfico (2002)

Muitos fazendeiros viram-se atraídos pela possibilidade de investimento em novas terras e na cultura cafeeira. Assim, juntamente a esses, houve o deslocamento de todos os recursos materiais e humanos necessários para a transformação de terras virgens em imensos cafezais. Esse processo significou a instalação de uma nova sociedade, contemporânea da substituição da mão-de-obra escrava, no qual a presença de imigrantes europeus, no meio rural das fazendas cafeeiras e no meio urbano da cidade, foi constante e intensa. Na Tabela 28, observamos o quanto era marcante a presença de imigrantes na composição da população de Ribeirão Preto, em 1902.

Tabela 28 – Nacionalidade da população existente em Ribeirão Preto em 1902

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Total
Austríacos	301	250	551
Alemães	123	76	199
Africanos	16	7	23
Argentinos	9	12	21
Asiáticos	2	-	2
Brasileiros	10.614	9.115	19.729
Belgas	6	4	10
Chilenos	1	-	1
Dinamarqueses	2	3	5
Espanhóis	924	779	1.703
Estados Unidos	2	3	5
Franceses	35	17	52
Húngaros	22	21	43
Italianos	15.473	12.292	27.765
Ingleses	6	5	11
Portugueses	1.554	1.081	2.635
Poloneses	6	4	10
Peruanos	1	2	3
Prussianos	1	6	7
Russos	9	19	28
Suíços	10	7	17
Suecos	5	5	10
Turcos	65	34	99
Total geral	**29.187**	**23.742**	**52.929**

Fonte: APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo Prefeito Municipal Dr. Manoel Aureliano de Gusmão, na Sessão de 10 de janeiro de 1903. São Paulo: Duprat & Comp. 1903.

Apenas 37,27% da população de Ribeirão Preto em 1902, era formada de brasileiros, enquanto 52,45% eram constituídos de imigrantes italianos. Segundo Rosana Cintra, numa pesquisa realizada, a partir de certidões de casamento e de óbito, grande parte desses italianos chegados, na última década do século XIX, era oriunda da região do Vêneto na Itália, região cuja pobreza já salientamos no capítulo anterior.[25]

Foram esses italianos que ajudaram a reproduzir no meio rural (interno às fazendas cafeeiras) os mecanismos de exploração analisados no terceiro capítulo. Contudo, esses trabalhadores também ajudaram a desenvolver toda uma dinâmica urbana, em que o comércio

[25] "Encontramos a partir dos Atestados de Casamentos no I Cartório de Registro Civil de Ribeirão Preto, italianos advindos das seguintes províncias: Padova, Trevizo, Veneza, Luca, Cocencia, Verona, Padua, Rovigo, Mantua, Beluno, Ferrara, Udine, Bergamo, Roma, Nápoles, Salerno, Beluno, Mantova, Caserta. As procedências mais encontradas foram Trevizo, Rovigo e Padua, todas da região Vêneto." CINTRA, Rosana Aparecida. **Italianos em Ribeirão Preto:** vinda e vida de imigrante (1890-1900). 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Franca, 2001, p. 72-73.

– impulsionado pela dinâmica cafeeira[26] – fez de Ribeirão Preto um dos principais polos econômicos do Estado de São Paulo, ao longo de todo o século XX.

O rápido desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto, impulsionado no meio rural pelo café e no meio urbano pelo comércio (interligados mais intensamente até 1930) conjugou, por um lado, a geração de um mercado consumidor e, por outro, oportunidades de se explorar esse mercado por meio da fabricação de produtos para atenderem às necessidades primárias dos consumidores. Diferente daquilo que foi quase um consenso da literatura acadêmica, analisada no segundo capítulo, o processo de industrialização ocorrido em Ribeirão Preto, entre 1890 a 1930, possuiu a pequena indústria como unidade produtiva predominante.

O Anexo A (p. 239), elaborado com base nos dados oficiais da Estatística Industrial do Estado de São Paulo para os anos de 1928, 1929 e 1930 denota a dimensão do tamanho das principais indústrias de Ribeirão Preto, nesse período. Se considerarmos apenas o número de operários dessas indústrias, perceberemos que a maioria tinha poucos operários. Conforme já discutimos, Vianna criou uma classificação, relacionando o tamanho da indústria com o número de operários empregados. Abaixo reproduzimos, novamente, a Tabela criada por esse autor.

Tabela 29 – Classificação das indústrias conforme o número de operário, segundo Oliveira Vianna

Tipo	Classe	Número de operários por estabelecimento
A	Artesanal	0 a 4 operários
B	Pequena	5 a 19 operários
C	Média	20 a 100 operários
D	Grande	100 a 1.000 operários
E	Gigantescas	Mais de 1.000 operários

Fonte: VIANNA, Oliveira. VIANNA, Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiba; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987, Vol. I.Op. Cit. p. 232.

Utilizamos as mesmas referências de Vianna para classificar as indústrias citadas no Anexo A para os anos de 1928, 1929 e 1930. Cabe lembrar que essas informações se referem apenas às principais indústrias existentes em Ribeirão Preto entre 1928 e 1930. Ao longo deste capítulo, apontamos dados concernentes a outros anos, abrangendo um número maior de indústrias.

[26] O processo de transformação de Ribeirão Preto promovido pela expansão cafeeira foi dinamizado pela chegada à cidade dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1883. A partir de então, acelera-se o processo de urbanização da cidade e crescimento econômico.

Tabela 30 – Classificação das Indústrias em Ribeirão Preto em 1928, 1929 e 1930

1928			
Tipo	**Classe**	**Número de operários**	**Total de Indústrias**
A	Artesanal	0 a 4 operários	5
B	Pequena	5 a 19 operários	14
C	Média	20 a 100 operários	5
D	Grande	100 a 1.000 operários	1
E	Gigantescas	Mais de 1.000 operários	—

1929			
Tipo	**Classe**	**Número de operários**	**Total de Indústrias**
A	Artesanal	0 a 4 operários	27
B	Pequena	5 a 19 operários	32
C	Média	20 a 100 operários	10
D	Grande	100 a 1.000 operários	1
E	Gigantescas	Mais de 1.000 operários	—

1930			
Tipo	**Classe**	**Número de operários**	**Total de Indústrias**
A	Artesanal	0 a 4 operários	30
B	Pequena	5 a 19 operários	34
C	Média	20 a 100 operários	4
D	Grande	100 a 1.000 operários	2
E	Gigantescas	Mais de 1.000 operários	—

Fonte: APHRP – Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928, 1929 e 1930.

Com base nos dados apresentados, a maioria das indústrias de Ribeirão Preto, entre 1928 e 1930, de acordo com o modelo de Vianna, eram artesanais ou pequenas. A grande indústria não apareceu no processo inicial de industrialização ocorrido nessa cidade. Não se encontrou uma *burguesia imigrante* ou cafeicultores investindo seus recursos nessas atividades industriais. A formação do empresariado industrial nessa cidade se apoiou em outros agentes sociais e econômicos e caracterizou-se por unidades de dimensões muito mais acanhadas. A grande indústria, com poucas exceções, fez sua aparição tardiamente, apenas depois de 1930.[27]

A formação do empresariado industrial em Ribeirão Preto (1890-1930) contém a grande particularidade de se basear em indivíduos carentes de recursos econômicos, haja vista que a instalação de uma pequena indústria não demandava grandes recursos, apenas algumas

[27] O processo de industrialização depois de 1930 ganha contornos completamente diferentes, pois as tendência foi de instalarem-se em Ribeirão Preto filiais de indústrias paulistanas. Um grande exemplo disso foi a abertura de uma filial têxtil das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Conferir: WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Dos coronéis à metrópole:** fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

ferramentas manuais, poucas máquinas, mão-de-obra familiar ou contratada em pequeno número. Nessas condições, o essencial para essa instalação era o *saber-fazer* necessário para se produzir alguma coisa. Como dissemos anteriormente, num período de tempo muito curto uma sociedade formada por posseiros e criadores de gado cedeu lugar a uma cidade que cresceu e se urbanizou muito rapidamente. Nessa nova sociedade, os imigrantes, demograficamente constituíram-se na maioria da população.

A origem do empresariado industrial em Ribeirão Preto até 1930 esteve relacionada com imigrantes italianos, trabalhadores carentes de recursos, mas que souberam se aproveitar das condições existentes nessa cidade, no final do século XIX e início do século XX, para ascender socialmente. Esses indivíduos deixaram de ser trabalhadores e assumiram a condição de empregadores, tal situação, na nova pátria, permitiu-lhes resistir e superar a pobreza deixada para trás na Itália.

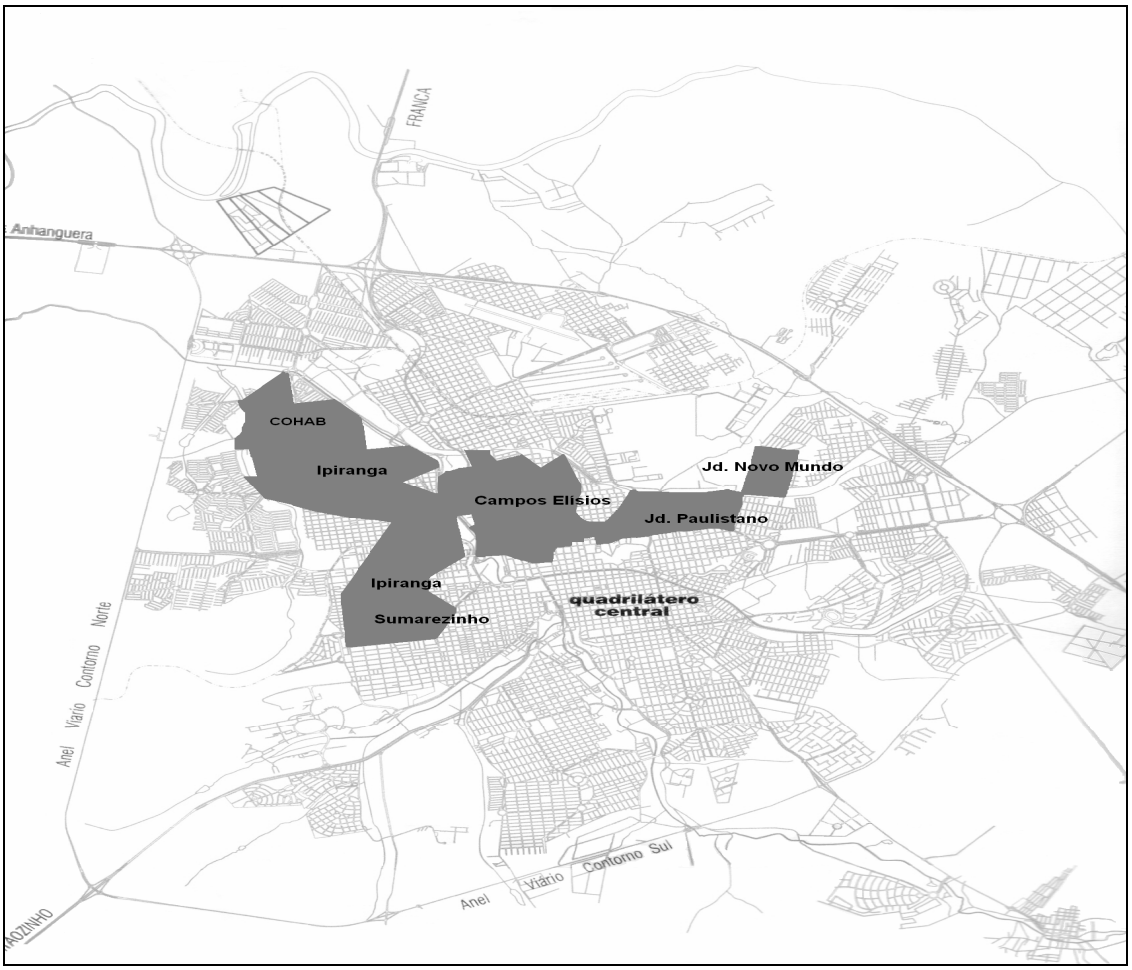
A falta de recursos econômicos aproximava esses indivíduos da grande massa de trabalhadores braçais chegada ao Brasil. Contudo, como já apontamos, o *saber-fazer* pode ter feito a diferença para esses indivíduos que se tornaram pequenos industriais em Ribeirão Preto. Possuir alguma qualificação poderia diferenciar o simples colono (subjugado no interior das fazendas cafeeiras) e também seria o caminho mais rápido para acumular algum recurso econômico para abrir seu próprio negócio, nesse caso, sua pequena indústria.

Para adentrarmos nossa análise sobre a formação do empresariado industrial em Ribeirão Preto, cabe apontar um aspecto importantíssimo para que esses imigrantes italianos com poucos recursos pudessem ter tido as condições necessárias para se tornarem pequenos industriais. Ou seja, o processo de urbanização de Ribeirão Preto, quando a cidade foi mergulhada no torvelinho da expansão cafeeira, confunde-se com a criação e posterior emancipação do Núcleo Colonial Antonio Prado.

4.2 O Núcleo Colonial Antonio Prado

Ser um colono num núcleo colonial oficial do Estado era diferente de ser um morador de uma colônia em uma fazenda de café pois, a princípio, o imigrante teria acesso a um lote de terra e condições facilitadas de pagamento. Contudo, em muitas situações, a vida de um indivíduo num núcleo colonial foi pior, se comparada à de um colono na fazenda cafeeira. Foram várias as experiências com a criação de núcleos coloniais no século XIX e início do século XX no Brasil, como foram várias também as experiências mal sucedidas. Muitos

núcleos foram instalados no meio do nada, isso dificultou a própria sobrevivência de seus moradores.[28]



MAPA 05 – Área do Núcleo Colonial Antonio Prado na atual malha urbana de Ribeirão Preto

Fonte: Dados obtidos a partir dos originais de SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008, capítulo 02.

Grosso modo, a sistemática para a implantação de um núcleo colonial oficial era simples: o governo vendia lotes de terras devolutas, de baixo valor comercial, a imigrantes. Esses deveriam atender a certos requisitos, geralmente, cumprir prazos para construção de casas e benfeitorias, estabelecer plantações e condições para tornar os lotes produtivos. Além

[28] A literatura acadêmica fornece vários exemplos de fracassos nas tentativas de instalação de núcleos coloniais oficiais. Um texto muito elucidativo sobre esses fracassos é encontrado em: COSTA, Emília Viotti da, *Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências*. In: **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 195-231.

disso, os núcleos coloniais paulistas tinham como principal função a de fornecer mão-de-obra suplementar à lavoura cafeeira, os chamados *viveiros de mão-de-obra*. Seguindo essa sistemática, inaugurou-se em Ribeirão Preto em 1887, o Núcleo Colonial Antonio Prado, em cujo interior surgiram as pequenas indústrias da cidade.

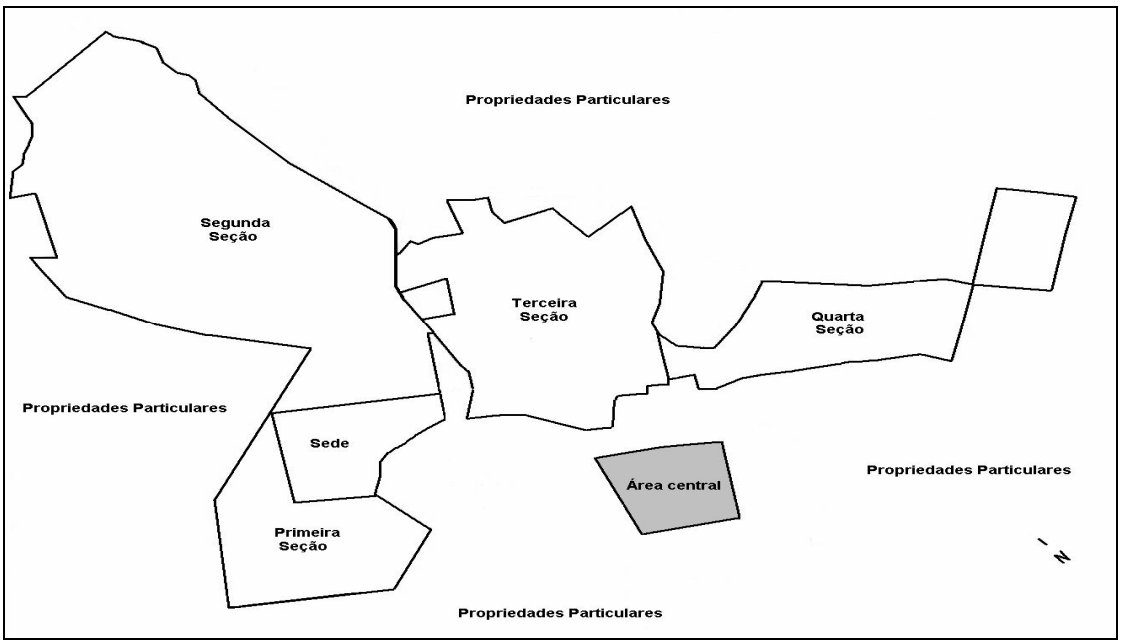
As condições de surgimento da indústria em Ribeirão Preto, ou seja, num núcleo colonial voltado para o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros e mão-de-obra para a lavoura cafeeira, propiciaram peculiaridades responsáveis por distinguir o processo de industrialização dessa cidade de processos existentes em grandes centros urbanos. As fábricas surgidas em Ribeirão Preto, nas últimas décadas do século XIX, eram pequenas, familiares, restringiam-se ao emprego de poucas máquinas e possuíam um número limitado de operários. Tratava-se de uma indústria, cuja instalação não necessitava de muitos recursos, por isso, acessível aos imigrantes requerentes de um lote de terras no núcleo colonial. Essas pequenas indústrias tiveram condições de sobreviver, sobretudo, pela constituição de um mercado consumidor no próprio núcleo e, principalmente, pela sua proximidade ao mercado central da cidade.

O Núcleo Colonial Antonio Prado[29] possuiu uma existência efêmera, existiu somente por seis anos, pois em 1893, já havia sido emancipado e seus 200 lotes incorporados ao Município de Ribeirão Preto. O Mapa 06 nos fornece a localização da Sede e das quatro Seções do núcleo colonial em relação à área central da cidade de Ribeirão Preto.

O núcleo colonial ficava muito próximo do mercado central da cidade, por isso de fácil acesso, mesmo considerando os obstáculos naturais e a falta de infraestrutura da época, pelos moradores do núcleo. Isso criava uma importante ligação com o mercado, relevante para os moradores do núcleo na hora de escoarem a produção hortifrutigranjeira e industrial de seus lotes. Segundo Silva[30], os lotes localizados na sede do núcleo eram lotes diferenciados e mais caros, pois tinham o status de *urbanos*, e as exigências para os colonos os adquirirem

[29] Com relação à literatura sobre o Núcleo Colonial Antonio Prado, existe apenas uma pesquisa sobre o mesmo, a qual se constitui no Mestrado e Doutorado de Adriana Capretz Borges da Silva: SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008; e **Imigração e urbanização:** o Núcleo Colonial Antonio Prado em Ribeirão Preto. 2002. 208 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

[30] SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.



Mapa 06 – Localização do Núcleo Colonial Antonio Prado em relação ao Centro da cidade de Ribeirão Preto

Fonte: Dados obtidos a partir dos originais de SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008, capítulo 02.

eram maiores, quando comparados aos lotes rurais:

> Sede: localizando uma área aproximada de 90 hectares, era constituída de 64 lotes formando quadriláteros de um hectare cada, agrupados em pares. Foi concebida com a finalidade de constituir um prolongamento da "Cidade" e por este motivo, esses lotes eram denominados "urbanos". Para se adquirir um era necessário que o requerente possuísse profissão urbana de artesão e demonstrasse desejo (mediante comprovação de pecúlio) para instituir uma oficina ou estabelecimento comercial. O valor do metro quadrado cotado destes lotes era de 16,53 réis, ao passo que os lotes rurais tinham o metro quadrado cotado em 1,66 real, ou seja, dez vezes menos do que o valor do lote urbano [...].[31]

Essa diferenciação entre lotes urbanos e rurais pouco influenciou na instalação de oficinas e pequenas indústrias na área do núcleo colonial, sobretudo, nas regiões mais próximas do centro da cidade. Um exemplo disso foi a chamada Terceira Seção, a qual, embora fosse formada por lotes rurais, mais comportou pequenas indústrias e localizava-se

[31] SILVA, op. cit. p. 63.

em frente à área central da cidade.[32] Conforme dissemos anteriormente, o núcleo colonial teve uma existência efêmera: os colonos compravam os lotes, pagavam-nos no máximo em dois anos e, posteriormente, não tinham mais nenhuma pendência ou obrigação com a administração do núcleo. No entanto, o processo de industrialização ocorrido em Ribeirão Preto decorreu das condições encontradas pelos imigrantes na área do antigo núcleo colonial, ou seja, acesso facilitado à terra, condições para o desenvolvimento de negócios e a proximidade com um mercado consumidor em expansão.

Silva aponta o processo de industrialização surgido, a partir do núcleo colonial, como tributário das condições existentes no próprio núcleo:

> O Núcleo Colonial Antonio Prado contribuiu para a criação de condições para o surgimento das primeiras indústrias: mão-de-obra abundante e mercado consumidor para os produtos a partir da necessidade de produção de bens de consumo para a população que se deslocou para aquela área. Artigos que a indústria não supria ou cujo lucro não compensava o alto custo com o transporte passaram a ser produzidos localmente, muitas vezes, em oficinas de "fundo de quintal": fábricas de velas, sabão, olarias, oficinas de carpintaria, gráficas, tecelagens, a grande maioria delas, implantadas no Núcleo colonial segundo o Código de Posturas ditado pelo urbanismo sanitarista [...].[33]

A criação de um núcleo colonial para imigrantes, contemporâneo das transformações responsáveis por inserir Ribeirão Preto na rota da expansão cafeeira, forneceu a esses trabalhadores uma possibilidade ímpar de ascensão social. O pagamento parcelado, haja vista que as parcelas eram pagas com base na própria produção do lote, facilitava sua aquisição; bastava apenas algum pecúlio para se estabelecer no lote e deixá-lo produtivo.[34] Uma vez não

---

[32] Essa contradição foi também detectada por Silva: "A seção onde se concentrou a maior quantidade de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços foi a Terceira Seção. Este fato contraria a tendência da localização dos serviços na seção denominada Sede (onde se formou o Barracão de Cima), que apresentava como exigência para a obtenção de um lote a pretensão de o candidato construir um 'negócio urbano'. Mas isso pode ser explicado pelo fato de a parte mais próspera do Barracão (que foi o Barracão de Baixo) ter sido formada pela junção de parte da Terceira Seção com o já existente bairro do Retiro, às margens do Córrego Retiro, onde já encontravam alguns estabelecimentos comerciais e pequenas fábricas. O Retiro e o Barracão se encontravam separados do núcleo urbano principal apenas pelo Córrego Retiro e contavam com uma ponte. Já a Sede passava pela Terceira Seção ou pela Vila Tibério para se ligar à Cidade, após o cruzamento da linha do trem, permanecendo inicialmente mais distante do mercado consumidor. Além disso, seguindo o Regimento de Núcleos Coloniais, na Sede não poderia haver indústria, o que as levou para a Terceira Seção. Esta última especificação comprova, mais uma vez, a intenção clara e organizada, por meio de um regimento que tinha a função de um 'plano diretor', em fazer com que núcleos coloniais viessem a ser tornar cidades, pois já era especificado que na área principal, a sede, não haveria indústrias, seguindo o urbanismo sanitarista." SILVA, op. cit. p. 146.

[33] Ibid. p. 144.

[34] Silva nos fornece um exemplo de requerimento que os candidatos aos lotes tinham de preencher para adquirir um título provisório para se instalar: "O peticionário recém-chegado é imigrante italiano, e acha-se matriculado no livro de entradas deste núcleo, sob número 133. escolheu o lote número 29 da Segunda Seção, cujo terreno é de campo e de terceira classe. Não há inconveniente para concessão do lote pois, o peticionário diz ter meios para cultivá-lo e construir casa (Requerimento do italiano Giuseppe Pivesan, feito em 28 de fevereiro de 1888. Fonte: APHRP)." Ibid. p. 64.

cumpridas essas exigências, o colono perdia o título provisório, e quando quitado, recebia o título definitivo de proprietário das terras.

Com base no Anexo B (p. 248), elaboramos a Tabela 31, segundo a qual quase a metade dos requerimentos de colonos para aquisição de lotes no Núcleo Colonial Antonio Prado entre 1887 e 1893 era de pessoas, declaradamente, de nacionalidade italiana. Vale ressaltar que o sobrenome nos permitiu saber a origem das pessoas não declarantes de suas nacionalidades. Assim, pudemos comprovar que a maioria dos colonos adquirentes de lotes no núcleo colonial era de nacionalidade italiana.

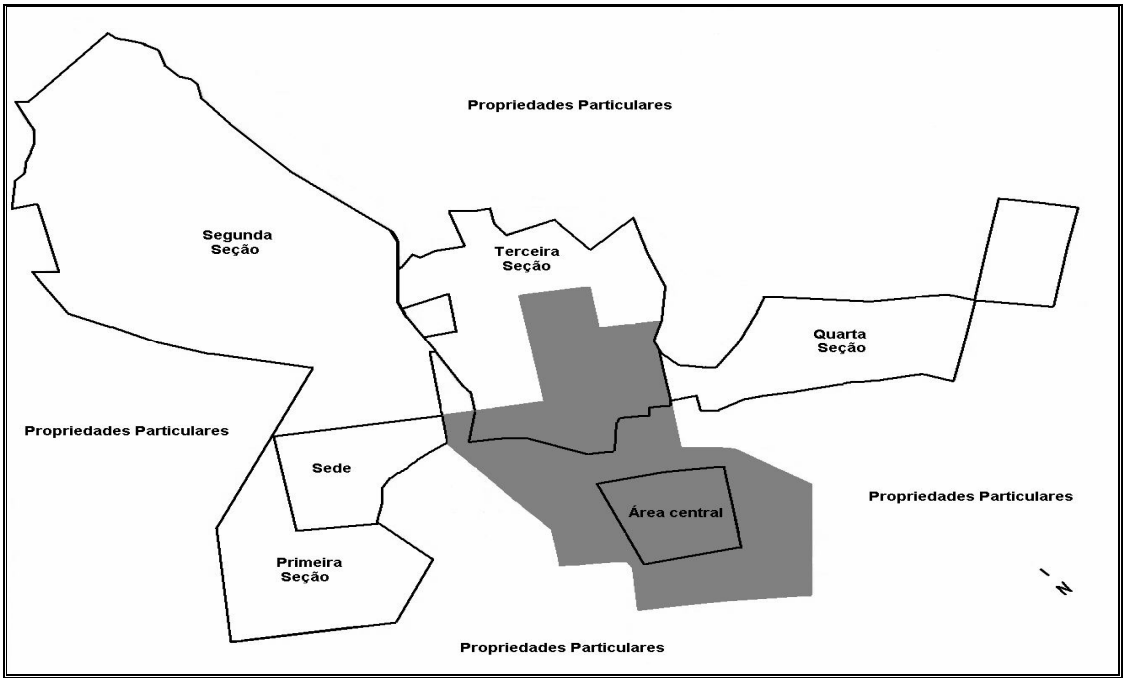
Tabela 31 – Nacionalidade dos requerentes a lotes no Núcleo Colonial Antonio Prado

Nacionalidade	Total de requerentes
Italiana	96
Portuguesa	16
Alemã	11
Espanhola	08
Brasileira	05
Belga	02
Francesa	02
Sem indicação	43
Total	**183**

Fonte: Dados obtidos a partir dos originais de SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.p. 71.

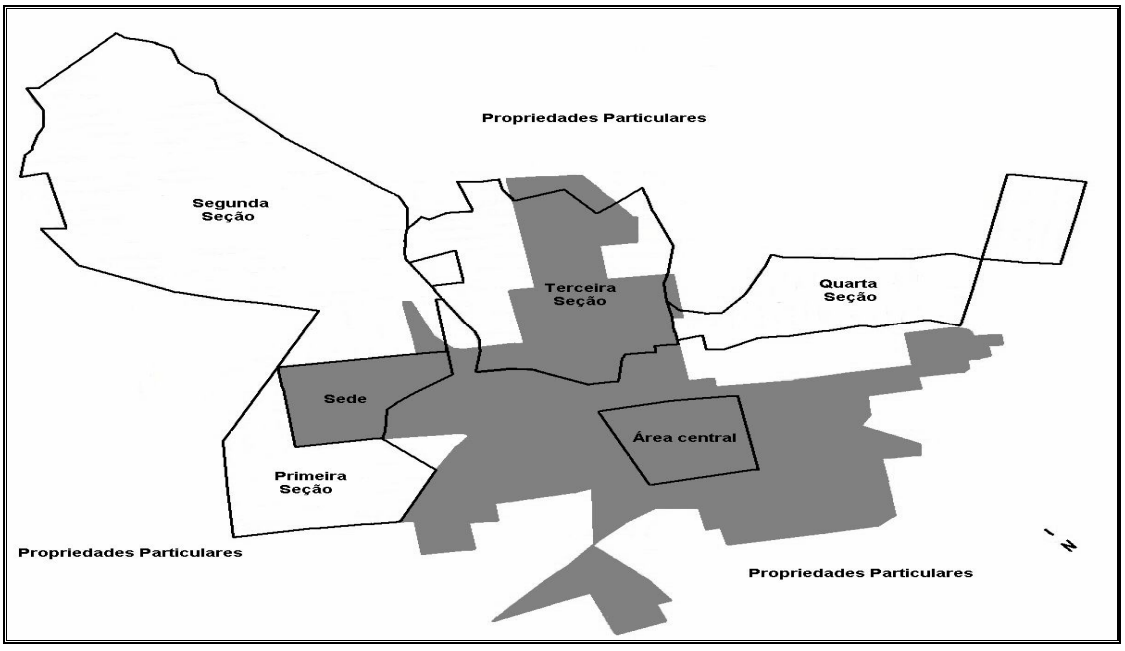
Como já explicitamos, o Núcleo Colonial Antonio Prado emancipou-se em 1893, quando a maioria dos colonos havia quitado seus lotes. A partir de então, a administração da área passou a cargo do município, e os então proprietários das terras puderam, se desejassem, negociá-las no mercado imobiliário. A tendência, ao longo das décadas, foi a fragmentação dos lotes em vários terrenos, seja pela morte do proprietário e divisão entre os herdeiros, ou a simples especulação das terras, e a posterior venda no mercado imobiliário formado na cidade[35]. Com isso, continuou havendo a possibilidade de outros imigrantes adquirirem terrenos (fragmentos de lotes), bem como de instalar pequenas indústrias nas áreas industriais já existentes, ou em outras áreas surgidas com o crescimento da cidade.

[35] "Ao lado de atividades agrícolas, comerciais, industriais e de prestação de serviços [...], os moradores do núcleo também encontraram na venda de terras uma nova fonte de renda, tão logo o núcleo foi emancipado em 1892. Os terrenos na área tiveram grande procura devido à proximidade com o centro da cidade e os baixos preços, devido à não-valorização causada pelo urbanismo sanitarista. Até os dias atuais, permanecem glebas vazias nas diversas seções do núcleo que funcionam como chácaras ou se encontram em poder de especuladores imobiliários." SILVA, op. cit. p. 112.



Mapa 07 – Área urbanizada de Ribeirão Preto em 1910

Fonte: Dados obtidos a partir dos originais de SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008, p. 73.



Mapa 08 – Área urbanizada de Ribeirão Preto em 1935

Fonte: Dados obtidos a partir dos originais de SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008, p. 125.

O custo acessível de terrenos manteve a dinâmica do processo de industrialização de Ribeirão Preto pautado na pequena indústria. De acordo com o Mapa 07, até 1910, o desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto se direcionou para a área do antigo núcleo colonial, onde as indústrias, a princípio, instalaram-se (Terceira Seção). Passados 25 anos, em 1935, o crescimento urbano foi ainda maior, a cidade se expandiu em direção a outras áreas, loteadas, a partir de propriedades particulares. Entretanto, o avanço da urbanização em direção às áreas do antigo núcleo foi considerável. Como vemos pelo Mapa 08, o desenvolvimento urbano nas áreas do antigo núcleo colonial, além de estender em direção à Terceira Seção, abrangeu a Sede e uma pequena parte da Segunda Seção.

Ao longo desse processo de desenvolvimento urbano, Silva nos fornece vários exemplos de sucessos de imigrantes. Até mesmo nos lotes mais afastados da região central (lotes rurais), era possível perceber a relativa fartura construída pelos colonos:

> Os lotes rurais, chamados de "chácaras", eram abastecidos pelo ribeirão Preto e demais córregos da região. A água para consumo era tirada de cisternas construídas pelos colonos. Nos lotes destinados à pequena lavoura produziam milho, arroz, feijão, criavam animais e, em princípio, exerciam qualquer atividade diferente da cafeicultura, que monopolizava a terra das grandes propriedades. Com o apogeu do café, até os sitiantes do Núcleo passaram a plantá-lo. Os moradores do núcleo faziam qualquer atividade que pudesse render algum dinheiro; muitos trabalhavam na época da safra para os fazendeiros da região e faziam suas economias.[36]

Alguns exemplos de sucesso, nesses lotes rurais do núcleo colonial, apresentados por Silva, são os das famílias Roberti e Fávero:

> Os Roberti, seguindo relatos dos entrevistados, produziam manga, milho, mandioca, criavam porcos, galinhas e possuíam uma vaca, tudo apenas para consumo próprio, e não para venda: "*eu ia na Vila Tibério levar leite todo dia para o meu tio Civaldi. Minha mãe fazia queijo. Eu e meus irmãos ajudávamos meu pai na roça capinando, pois só tinha um arado com burro* (Ana Roberti)".
> A família Fávero tinha a produção diversificada em suas propriedades: criavam galinhas e hortaliças para consumo próprio e chegou a plantar café, como fizeram tantos outros sitiantes, além de venderem capim e cortarem lenha. Mas o maior rendimento era proveniente da criação de gado leiteiro, que lhes propiciou condições para adquirir novas terras. Segundo Anillo Fávero, o leite produzido era vendido no centro urbano e os Laticínios Rio Pardo eram seus maiores clientes. Além disso, construíam móveis, máquinas de beneficiar arroz e carroças.[37]

No que diz respeito ao sucesso das atividades urbanas dos colonos do núcleo colonial, Silva apresenta outros exemplos:

---

[36] SILVA, op. cit. p. 139.
[37] Ibid. p. 140.

> Os Golfeto, desde a chegada no Núcleo colonial, seguiram a atividade de oleiros em Ribeirão Preto, fornecendo tijolos para a construção da Catedral, do Palestra Itália e da Igreja Santo Antonio; Francisco, filho de Guerino Girotto, comprou uma máquina de descascar arroz na rua Mariana Junqueira, onde trabalhou por 43 anos; Anillo, filho de Luiz Fávero, trabalhou no curtume e teve armazém de secos e molhados no Barracão entre 1932 e 1936; o avô de Santo Barban, que se estabeleceu na Terceira Seção do núcleo colonial, era carpinteiro, montou uma fábrica de cerveja caseira e também trabalhou no Banco Constructor; a avó era camareira do Cassino Antarctica e ambos, na falta de serviço, também trabalhavam na fazenda Guatapará, de propriedade de Martinho Prado; Amadeu Giachette, sobrinho de Pietro Giachete (que adquirira em 1887 os lotes 6 e 12 da Terceira Seção) era fundidor e construiu a forma para a escultura em bronze do Sagrado Coração de Jesus, com dez metros de altura, inaugurada em 1952 na Praça Alto do São Bento, exatamente no antigo Morro do Cipó, que faz divisa com a Terceira Seção do núcleo. Antonio Henrique Giacheto, sobrinho neto do mesmo Pietro Giachete, também seguiu a tradição da família na área de fundição, e também trabalhou no banco Construtor, de Antonio Diederichsen.[38]

A indústria de italianos que mais mereceu o destaque de Silva, antes da década de 1930, foi a fábrica de cerveja[39] de Quarto Bertoldi:

> Em 1900 já havia quatro fabricantes de cerveja, bebidas e licores [...]. A terceira fábrica instalada na cidade e a primeira de maior porte foi a de Livi & Bertoldi, fundada em 1896, de propriedade dos italianos Quarto Bertoldi e Salvatore Livi, que chegaram em São Paulo em 1890 e dez anos depois fundaram a fábrica em Ribeirão Preto. Esta cervejaria estava situada à Rua Capitão Salomão, onde nessa época começava a se configurar o eixo de comércio e indústrias da Terceira Seção, o primeiro externo ao quadrilátero central. Assim como era costume entre imigrantes, a família de Quarto contou que ele empregava em sua fábrica, na maior parte, operários italianos, que eram tratados como amigos e não como empregados.[40]

Silva aponta vários exemplos sobre as condições propícias à ascensão social dos imigrantes italianos na área do Núcleo Colonial Antonio Prado. Por isso, não concordamos com a tese dessa autora em associar a geração de pobreza aos habitantes e ao núcleo colonial.[41] Todavia, no desfecho de seu estudo, ela conclui, acertadamente, que as famílias de

---

[38] SILVA, op. cit. p. 149.

[39] Cabe apontar que Ribeirão Preto, antes da década de 1930, contou com a instalação de duas grandes fábricas de cerveja: a *Cervejaria Antarctica* e a *Cervejaria Paulista*. Contudo, a planta dessas indústrias se distinguiam das demais fábricas de Ribeirão Preto, sobretudo, pelo volume de recursos investidos e pelo fato de serem filiais de cervejarias de São Paulo.

[40] SILVA, op. cit. p. 151.

[41] "Neste contexto, o Núcleo Colonial Antônio Prado constituiu mais do que um 'viveiro de mão-de-obra' para a lavoura: a região serviu perfeitamente para atender ao desejo da elite de isolar operários e pobres, juntamente com o isolamento dos equipamentos indesejáveis (fábricas, hospitais, asilos, manicômios, cemitérios etc.). O Núcleo Colonial Antônio Prado se transformou na 'cidade invisível' que a burguesia criou para esconder suas mazelas, segundo o pensamento de LAPA (1995). Para José Francisco, assemelhou-se ao início de uma 'senzala moderna' e por isso, sempre houve descaso do poder público em cuidar de seus moradores, que receberam obras de infra-estrutura urbana tardiamente, após sucessivas reivindicações, uma vez que a 'senzala' constituía o oposto da casa-grande, era apenas o depositário dos serviçais. Mais de um século depois, os bairros originados deste núcleo ainda sofrem com o preconceito de terem sido periferia." A citação de Lapa é: LAPA, José Roberto do Amaral. **Cidade**: os cantos e os antros, Campinas 1850-1900. São Paulo: Ed.Usp, 1995. Ibid. p. 9.

imigrantes italianos estabelecidas no núcleo colonial sofreram um processo de mobilidade social:

> Ao final desta tarefa de reconstrução da trajetória de formação dos bairros originados a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto, conclui-se que, a cada nova documentação empírica encontrada, foi sendo possível um contorno mais preciso acerca da caracterização social dessa região, cujas análises passaram por várias fases: primeiramente, se acreditava que a área do núcleo, juntamente com as pessoas que a ocupou, constituiu uma região diferenciada e privilegiada em relação ao restante da cidade, pois abrigou imigrantes com profissão urbana e pecúlio para aquisição do lote. Num segundo momento, verificou-se que a elite dominante na época se utilizou desta região para afastar de seu contato tudo o que deveria ser "invisibilizado" (entre construções e pessoas), impedindo a valorização de suas terras e confinando a região definitivamente ao território de pobreza de Ribeirão Preto. Por fim, num terceiro momento, concluiu-se que esta afirmação anterior deveria ser relativizada pois, de fato, os moradores do núcleo e seus descendentes experimentaram diversas formas de mobilidade social.[42]

De acordo com o que explicitamos, o crescimento urbano da cidade de Ribeirão Preto esteve relacionado com as áreas do antigo núcleo colonial agregadas pelo desenvolvimento urbano do município. Ao longo, deste capítulo, discutimos, sobretudo, que o processo de industrialização ocorrido em Ribeirão Preto preservou muito de suas origens, especialmente, por estar pautado na pequena indústria e no imigrante italiano.

4.3 Uma contribuição ao estudo sobre a ascensão social de imigrantes trabalhadores em Ribeirão Preto

Uma fonte de pesquisa muito rica para quem investiga a ascensão social de qualquer grupo social ou étnico são os inventários *post mortem*, pois trazem uma relação de todos os bens materiais que o indivíduo conseguiu acumular, ao longo de sua vida. O Arquivo do Poder Judiciário de Ribeirão Preto foi o responsável pela guarda e manutenção da maioria dos processos judiciais da cidade até 2004.[43] Desde então, todo o acervo de documentos foi transferido à guarda de uma empresa privada, com sede na cidade de Jundiaí (SP). A transferência do arquivo e a criação de uma excessiva burocratização causaram vários empecilhos para a pesquisa, sobretudo, em relação ao acesso à documentação. Em sinal de pretenso respeito à comunidade de historiadores, permitiu-se a permanência no Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto de um número insignificante de processos judiciais instaurados no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Essa quantidade de

[42] SILVA, op. cit. p. 190.
[43] Parte dos processos trabalhistas também foi arquivada no Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, esses processos se encontram disponíveis para consulta restrita nessa instituição.

documentação é insuficiente para termos uma amostra para estudarmos questões mais pontuais sobre a ascensão social de imigrantes italianos e pequenos industriais em Ribeirão Preto.

Entretanto, antes desse acervo deixar o Arquivo do Poder Judiciário de Ribeirão Preto, o pesquisador Jonas Rafael dos Santos[44] fez uma extensa pesquisa nos processos *post mortem* para estudar as transformações da riqueza nessa cidade, uma pesquisa que compreendeu o período de 1850 a 1950. A tese central do autor constituiu-se na análise do caminho tomado pela riqueza dos fazendeiros de café, após a crise de 1929 e a hipótese de essa riqueza ter sido transferida para a economia urbana de Ribeirão Preto.[45] Santos, invariavelmente, analisou a participação dos imigrantes na construção da riqueza na cidade e suas conclusões corroboram nossa tese sobre a ascensão social de imigrantes italianos.

Por meio do estudo de 205 inventários de proprietários rurais de Ribeirão Preto entre 1920 e 1951, Santos concluiu que os imigrantes representavam a maioria dos proprietários rurais do município, ou 67% deles.[46] Essa constatação empírica ratifica a tese defendida por Holloway sobre a transformação do imigrante em proprietário de terras:

> Os italianos foram o grupo de imigrantes mais importante entre os proprietários rurais, representando 43,0% destes. Já o segundo grupo mais importante foi o dos portugueses, com 17,0%. Os estrangeiros de outros países compreendiam 7,0%, os brasileiros, que eram predominantemente paulistas, correspondiam a 28,0%, e os mineiros e os proprietários de outros Estados representavam respectivamente, 4,0% e 1,0%.[47]

---

[44] SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transformações da riqueza em Ribeirão Preto**, 1850-1950. 2004. 217 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Franca, 2004.

[45] Santos comprovou a tese de que a riqueza dos cafeicultores foi transferida para o meio urbano, sobretudo, pela compra de imóveis e investida na compra de mais terras: "Diante desse contexto, os cafeicultores que erradicaram os cafezais tiveram várias opções de investimentos, tanto no setor rural como no setor urbano, e o destino dos capitais desses cafeicultores foi para os investimentos, principalmente de imóveis urbanos e terras [...]." Ibid. p. 75.

[46] "Por meio da amostra de 205 proprietários rurais de Ribeirão Preto entre 1920 e 1951, verificamos uma participação significativa dos imigrantes, de modo que compreendiam 67,0% dos proprietários rurais, e os brasileiros 33,0 %. Esta forte presença de imigrantes entre os proprietários agrícolas de Ribeirão Preto confirma as hipóteses levantadas por Holloway, de que o colono podia tornar-se proprietário de terras com facilidade. Holloway ao estudar a naturalidade dos proprietários rurais em São Paulo no ano de 1934, observou que 69,9% eram brasileiros e 39,2% estrangeiros. A alta participação de imigrantes como proprietários justifica-se por ser a região de Ribeirão Preto, a que mais recebeu imigrantes entre 1886 e 1930, sendo segundo o próprio Holloway, a região mais importante para a imigração e para o café entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX." Ibid. p. 72.

[47] Ibid. p. 73.

Semelhantemente a Holloway, Santos também detectou que os imigrantes, embora fossem a maioria dos proprietários, eram donos de pequenas propriedades, enquanto a minoria dos brasileiros era dona das grandes propriedades.[48]

No estudo do conjunto total de 1.461 inventários, Santos comprovou serem os imigrantes majoritários em todos os setores econômicos existentes na cidade, ao longo do período por ele investigado.[49] Além disso, o autor constatou que os imigrantes atuantes nos setores econômicos urbanos foram capazes de acumular recursos para comprar propriedades dos cafeicultores brasileiros endividados, depois de 1929:

> Por meio do estudo da composição da riqueza dos cafeicultores, é possível demonstrar que os grandes proprietários imigrantes acumularam no setor urbano e transferiram parte da sua riqueza na compra de fazendas de cafeicultores que se encontravam em situação difícil, principalmente após a crise de 1929.
> Dessa forma, podemos concluir inicialmente, que os imigrantes que acumularam como colonos raramente conseguiram se tornar grandes proprietários de terras, em contraposição àqueles que aproveitaram as oportunidades no setor urbano e puderam acumular um patrimônio considerável.[50]

O meio urbano de Ribeirão Preto, segundo Santos, foi uma alavanca de ascensão para os imigrantes italianos. Ao contrário dos colonos que acumularam recursos no trabalho nas fazendas cafeeiras, os imigrantes radicados no meio urbano, tiveram condições de adquirir faixas de terras maiores. Com base na análise dos inventários, Santos evidenciou que as atividades urbanas por excelência, ou seja, o comércio e a indústria eram dominados por imigrantes.[51] Fez ainda uma outra constatação em relação aos inventários dos industriais, mas exatamente, sobre a falta deles:

---

[48] "Interessante é observar que os proprietários rurais estrangeiros, apesar de serem representativos, possuíam principalmente as pequenas propriedades, o que confirma a hipótese de Holloway de que os colonos podiam tornar-se proprietários de terras. Os imigrantes possuíam a maioria das propriedades pequenas (1 a 100 hectares) e médias (101 a 200 hectares) enquanto que as grandes propriedades (201 e ou +) eram dominadas por brasileiros, principalmente paulistas." SANTOS, op. cit. p. 73.

[49] "Ao analisar a naturalidade segundo a ocupação dos proprietários, é possível perceber que os imigrantes eram majoritários em todos os setores econômicos. No setor primário, representavam 72%, no secundário 77% e no terciário 65%. Os italianos eram predominantes em todos os setores, representando 47% dos proprietários que atuavam no setor primário, 56% no setor secundário e 41 % no setor terciário. Os portugueses e os espanhóis vinham logo em seguida, com participações respectivas de 13% e 8% no setor primário, 6% e 8% no setor secundário e 13% e 6% no setor terciário. Entre os nacionais, os paulistas eram os principais proprietários, participando com 22% no setor primário, 19% no setor secundário e 25% no setor terciário [...]." Ibid. p. 85-86.

[50] Ibid. p. 86.

[51] "A origem dos comerciantes e dos industriais inventariados em Ribeirão Preto, mostra também, que a maioria era imigrante. Observamos que 68% dos comerciantes e 64% dos industriais eram estrangeiros. A participação dos estrangeiros entre os comerciantes e industriais, supera a porcentagem de imigrantes da amostra que chega a 56%, o que confirma a tese de que essas atividades eram dominadas por indivíduos que vieram de vários países e aproveitaram a expansão urbana para ascender socialmente." Ibid. p. 121.

> O número reduzido de inventários de industriais, está ligado ao fato que as indústrias que surgiram em Ribeirão Preto, desde o final do século XIX, eram na sua maioria pequenas fábricas que operavam artesanalmente. Os seus proprietários eram os próprios operários. Na maioria das vezes, funcionavam em prédios alugados, pertencendo ao industrial apenas as máquinas. Portanto, as poucas pessoas que se aventuraram no ramo industrial, na maioria das vezes, não tiveram seus bens inventariados, já que seus valores eram irrisórios, o que justifica o número reduzido de inventários. Por outro lado, os estabelecimentos industriais tiveram participação reduzida entre aqueles que se dedicavam às atividades urbanas, pois entre 1890 e 1914 as indústrias representavam entre 7,9% e 6,1% das atividades urbanas.[52]

Santos também corrobora nossa tese sobre o tamanho das indústrias existentes em Ribeirão Preto entre 1890 e 1930. E, consequentemente, não contradiz a importância do surgimento dessa indústria num núcleo colonial como condicionante de suas características posteriores. Porém, Santos fornece um aspecto parcial, pois estudou 11 inventários de industriais. Essa amostra não espelha a realidade completa da pequena indústria, mas talvez, daqueles pequenos industriais que conseguiram romper as limitações materiais de seus empreendimentos.

O fato importante dessa observação sobre o rompimento das limitações materiais da pequena indústria é o exemplo dado por Santos sobre o industrial Adolfo Bianchi. Esse imigrante italiano se tornou o maior industrial de Ribeirão Preto e, ao contrário do mito de Matarazzo, chegou ao Brasil com 17 anos, sem grandes recursos materiais, com um diploma de curso técnico de mecânica realizado na Itália[53] e se tornou um dos homens mais ricos de Ribeirão Preto.

> Como a maioria dos imigrantes, a família Bianchi foi inicialmente trabalhar em uma fazenda de café, mais especificamente a Fazenda Dumont, em Ribeirão Preto. Nessa fazenda, Carlos Bianchi, pai de Adolpho, montou um moinho de fubá e Adolpho, como era técnico em mecânica, começou a executar serviços na oficina da propriedade agrícola. A falta de perspectiva no meio rural fez com que a família Bianchi mudasse para o centro urbano de Ribeirão Preto após três anos na fazenda.[54]

Na cidade de Ribeirão Preto, Adolfo Bianchi, juntamente a seus irmãos, abriu uma pequena oficina mecânica que se transformou numa das maiores indústrias do interior paulista:

> Já na década de 1930, a oficina de Adolfo Bianchi ganhava grande proeminência na cidade, em decorrência dos serviços prestados na construção do Clube Regatas em Ribeirão Preto. Nessa época, a oficina era comandada apenas por Adolfo, devido à saída de Samuel e Roque Bianchi em 1907, e de José Bianchi em 1926.

---

[52] SANTOS, op. cit. p. 132.
[53] Ibid. p. 137.
[54] Ibid.

> Mas a oficina Bianchi destacou-se realmente no período da 2ª. Guerra Mundial, já que neste período, os principais países fornecedores de equipamentos agrícolas da região estavam envolvidos no conflito. Dessa forma, a indústria Bianchi começou a fornecer máquinas para a região. Dentre essas máquinas, destacavam-se as moendas de cana e máquinas de beneficiamento de algodão. [...].[55]

Segundo Santos, o conjunto de bens de Adolfo Bianchi, quando de sua morte aos 75 anos em 1948, equivalia a 50% da riqueza de todos os industriais de Ribeirão Preto, no período de 1946-1951 e era composta por 95% de imóveis e 5% de dinheiro, descrita da seguinte forma:

> Os imóveis urbanos correspondiam a 7 prédios, sendo 6 residenciais e um de dependência da indústria mecânica. Os seis prédios localizavam-se na região central do município de Ribeirão Preto, na rua Duque de Caxias. Já o prédio que abrigava a indústria mecânica, localizava-se no bairro industrial dos Campos Elíseos, na rua Salomão.
> O prédio mais valioso representava 45,2% do patrimônio de Adolfo Bianchi. A construção desse imóvel foi iniciada pela Firma Bianchi & Irmãos, e concluída por Adolfo, indicando assim ser a residência do mesmo.
> A parte da riqueza representada por dinheiro estava distribuída por quatro agências bancárias localizadas no município de Ribeirão Preto. A maior parte do dinheiro de Bianchi foi depositada na agência do Banco Mercantil de São Paulo e representava 61% do mesmo. A segunda maior fatia estava depositada no Banco de São Paulo S/A, que compreendia 23% do dinheiro. O terceiro depósito mais importante foi feito na Caixa Econômica Estadual, que correspondia a 12%. O quarto e último depósito de Bianchi, que se encontrava no Banco do Brasil, representava apenas 4% dos depósitos. A presença desses quatros Bancos que tinham suas sedes na capital de São Paulo, mas possuíam filiais em Ribeirão Preto, indica a importância do município no Estado de São Paulo, bem como do seu sistema financeiro.[56]

A amostra estudada por Santos (11 inventários de industriais) apresenta apenas os industriais ribeirão-pretanos que romperam os limites materiais da pequena indústria e conseguiram acumular recursos suficientes para ampliar seus empreendimentos, sobretudo, depois de 1930. A questão remanescente é da relação entre a pequena indústria e uma camada de imigrantes destituídos de muitos recursos econômicos.

4.4 As tênues singularidades entre artesão e pequeno industrial em Ribeirão Preto

Conforme discorremos, há controvérsias no debate da literatura acadêmica sobre a ascensão de imigrantes na sociedade brasileira, mais exatamente, de imigrantes carentes de recursos. Como já vemos de maneira geral, a cidade de Ribeirão Preto propiciou um cenário econômico capaz de favorecer pessoas que soubessem aproveitar as oportunidades abertas

[55] SANTOS, op. cit. p. 138.
[56] Ibid. p. 139-140.

pelo desenvolvimento urbano. Ter acesso à propriedade em condições facilitadas, de lotes no núcleo colonial ou terrenos fragmentos dos antigos lotes, por exemplo, e possuir conhecimento sobre a produção de algo foram as alavancas utilizadas por imigrantes italianos para deixar de ser trabalhadores e se transformar em pequenos industriais.

Por terem sido fruto de investimentos modestos, uma das principais características das pequenas indústrias em Ribeirão Preto foi a importância ainda do trabalho artesanal. Ao contrário das médias e grandes indústrias paulistanas do período, essas pequenas não se pautaram na superioridade da máquina em relação ao homem, mas na predominância do trabalho artesanal auxiliado por algum tipo de máquina. Talvez seja essa a principal diferença em relação à simples oficina artesanal encontrada nos vilarejos brasileiros, ao longo do século XIX. O artesão necessitava apenas de suas ferramentas e os pequenos industriais utilizaram-se de alguma máquina no processo produtivo, além de empregar pouca mão-de-obra assalariada. Ambos, tanto artesão, quanto o pequeno industrial inseriram-se como fornecedores de produtos no mercado urbano desenvolvido em Ribeirão Preto, a partir do final do século XIX.

A partir da documentação pesquisada, elaboramos a Tabela 32 com as possíveis distinções entre as duas categorias de profissionais encontradas nos documentos, ou seja, artesão e pequeno industrial.

Tabela 32 – Caracterização das atividades produtivas urbanas de Ribeirão Preto (1890-1930)

Artesão	Pequeno industrial
Descrição da produção: executada pelas mãos do artesão, com uso de ferramentas manuais, passível de ser feito por uma única pessoa ou no círculo familiar.	**Descrição da produção:** executada por mais de uma pessoa, pode envolver mão-de-obra assalariada. Além do uso de ferramentas manuais e algum tipo de maquinário.
Atividades: alfaiataria, costureira, modista, ourives, sapataria, selaria, dentre outras.	**Atividades:** carpintaria, confeitaria, construtor, curtume, engenho, fábrica de bebidas, fábrica de carroças, fábrica de charutos, fábrica de fogos, fábrica de gelo, fábrica de massas, fábrica de sabão, ferraria, fundição, funilaria, latoeiro, marcenaria, marmoraria, olaria, serralheria, tanoeiro, tinturaria, dentre outros.

Fonte: APHRP – Nomenclaturas encontradas nos Livros de Registros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1890-1930).

Cabe apontar que a distinção entre uma categoria e outra, no contexto social e econômico de Ribeirão Preto no período estudado, era muito tênue, pois ambas as categorias estavam muito próximas no sistema produtivo pelo fato de usarem as mãos e o conhecimento para produzir algo. Contudo, para diferenciá-las, optamos pela distinção do uso de máquinas e

não somente ferramentas manuais, entre os pequenos industriais, pois foram as máquinas, como vimos no primeiro capítulo, as responsáveis pela perda de autonomia dos artesãos.

Além dessas atividades mencionadas na Tabela 32, destacamos outras na documentação que dependeram da habilidade manual dos seus executores. Porém elas se enquadram, principalmente, na categoria de prestação de serviço ou comércio, são elas: barbeiro, consertador de armas, de chapéus, de relógios, parteira, entre outras.

Com relação às atividades citadas, tanto para artesãos, quanto para pequenos industriais, algumas considerações são necessárias. No *Livro de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões*, subentendia-se em cada registro, mesmo se declarada somente a profissão, a existência de um estabelecimento. Ou seja, se uma pessoa se declarasse um marceneiro, por mais que isso denotasse ser um registro de profissão, subentendia-se a existência de uma marcenaria para o ofício desse profissional. Não havia a possibilidade de uma pessoa se declarar marceneiro e ser um empregado de uma marcenaria, pois o imposto incidia sobre o proprietário, o profissional autônomo e seu estabelecimento e não sobre os funcionários. A mesma coisa se aplica a um barbeiro, profissional autônomo, dono de uma barbearia, um alfaiate, um ferreiro, entre outras profissões. Assim nos referimos ao estabelecimento e deixamos subentendido o ofício do proprietário.

Quanto às profissões apresentadas na coluna referente ao pequeno industrial, algumas delas merecem uma análise mais detalhada pois, num primeiro momento, sua menção pode parecer estranha.

A primeira seria a de construtor, ou seja, como enquadrar um construtor como pequeno industrial? Conforme apontamos em outros momentos deste trabalho, Ribeirão Preto, no período analisado, passa por um processo de crescimento muito acelerado, o ramo de construção civil cresce em igual proporção. Com isso, o trabalho do construtor não se diferencia muito de um pequeno industrial que, nesse caso, produziu casas, edifícios, galpões, entre outros. O construtor, uma espécie de empreiteiro, contratava e aparelhava a mão-de-obra, gerenciava a execução dos projetos, na maioria dos casos, possuía o conhecimento para tal, além de pagar os trabalhadores contratados.

Com relação à ferraria, num primeiro momento, pode parecer constituir mais uma forma de prestação de serviços do que uma pequena indústria, todavia, a sua produção encontrava um mercado em franca expansão, mesmo antes de 1890. Os automóveis foram introduzidos no cenário urbano de Ribeirão Preto, apenas nas primeiras décadas do século XX. Contudo, esses veículos concorreram em desvantagem, por muito tempo, com os cavalos, carroças, charretes, troles, pois estes constituíam, nesse período, o principal meio de

transporte da cidade. Daí a importância de ferrarias para a produção de produtos relacionados às montarias e seus carros: ferraduras, estribos, freios, cabrestos, molas, entre outros.

Outra profissão aparentemente estranha na coluna das pequenas indústrias é a tinturaria. Por mais que esse ofício se caracterize como prestação de serviço, a infraestrutura englobada assemelha-se a uma pequena indústria, algumas, possivelmente, com mão-de-obra contratada e sistema de cozimento dos tecidos.

4.5 Pessoas de origem italiana: a maioria dos pequenos industriais em Ribeirão Preto

A análise da documentação, composta de *Alvarás de Licença, Livros de Registros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões e do Anuário Comercial do Estado de São Paulo* (1904) nos possibilitou averiguar a participação de pessoas de origem italiana, tanto nos estabelecimentos artesanais, quanto nas pequenas indústrias. Essa documentação não dispõe da nacionalidade dos proprietários dos estabelecimentos, assim adotamos como critério de identificação de nacionalidade, as pessoas com sobrenomes italianos.

Como denotam as informações dos Anexos G a J, os sobrenomes selecionados como italianos possuem características peculiares, principalmente na grafia, difíceis de serem confundidas com sobrenomes de outras nacionalidades. Além disso, a amostra pesquisada nos registros de casamento revelou que a maioria dos indivíduos era de nacionalidade italiana ou filhos de primeira geração de italianos.

O trato documental possibilitou-nos o acesso aos registros de grande parte das atividades industriais, comerciais e profissionais existentes em Ribeirão Preto, entre 1891 a 1930. De posse dessas informações, selecionamos, por ano fiscal ou de concessão de alvará, as pequenas indústrias, assim como todos os estabelecimentos de caráter artesanal. Dessa primeira seleção, destacamos todos os proprietários com sobrenomes italianos; assim, comparamos quantitativamente a presença dos proprietários de origem italiana em relação aos proprietários brasileiros ou de outras nacionalidades.

A documentação apresenta recortes temporais, em que os registros estavam relativamente completos, esses abarcam períodos, entre 1891 a 1920. Ao iniciar a pesquisa, estudamos os *Alvarás de Licenças* concedidas no período de 1891 a 1896. Pautados nos dados obtidos no Anexo C (p. 253), chegamos aos resultados expressos na Tabela 33.

Como observamos, apenas 10,35% dos 2.328 estabelecimentos licenciados para funcionar em Ribeirão Preto, entre 1891 a 1896, eram estabelecimentos artesanais, ou seja, 241 estabelecimentos. Destes, 101 pertenciam a pessoas de origem italiana, isto é, 41,90% dos

estabelecimentos. Se considerarmos apenas esses dados, perceberemos que os estabelecimentos de pessoas com sobrenomes italianos respondem por quase a metade da produção artesanal do período. Contudo, temos de considerar que esses estabelecimentos licenciados passaram a existir, juntamente, àqueles já instalados anteriormente. Os licenciamentos de um ano somam-se a outros de anos anteriores.

Tabela 33 – Estabelecimentos artesanais (1891-1896)

Ano	Total da Amostra	Estabelecimentos Artesanais	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Porcentagem de Origem Italiana
1891	613	43	7,01%	17	39,53%
1892	396	44	11,11%	21	47,72%
1893	465	50	10,75%	23	46%
1894	371	44	11,85%	26	59,09%
1895	258	40	15,50%	10	25,0%
1896	225	20	8,88%	4	20,0%
Total	**2.328**	**241**	**10,35%**	**101**	**41,90%**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902).

Quanto às pequenas indústrias, também com base nos dados do Anexo C, obtivemos os resultados expressos na Tabela 34.

Tabela 34 – Pequenas indústrias (1891-1896)

Ano	Total da Amostra	Pequenas Indústrias	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Porcentagem Origem Italiana
1891	613	71	11,58%	23	32,39%
1892	396	83	20,95%	37	44,57%
1893	465	76	16,34%	30	39,47%
1894	371	117	31,53%	70	59,82%
1895	258	53	20,54%	17	32,07%
1896	225	46	20,44%	25	54,34%
Total	**2.328**	**446**	**19,15%**	**202**	**45,29%**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902).

Os resultados para as pequenas indústrias são semelhantes aos dos estabelecimentos artesanais, ou seja, 19,15% dos 2.328 estabelecimentos licenciados, no período de 1891 a 1896, eram de pequenas indústrias, ou 446 estabelecimentos. Destes, 202 pertenciam a pessoas com sobrenomes italianos, ou 45,29% dos estabelecimentos licenciados no período. Esses números refletem a mesma situação anterior, ou seja, não podemos averiguar, com certeza, a participação dos proprietários com sobrenome italiano em relação ao total de pequenas indústrias. Os números da Tabela 34 mostram que tal participação beirava a metade.

Para continuar com a análise da documentação completa, partimos para a investigação dos documentos concernentes aos *Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e*

Profissões, no período de 1900 a 1920 – informações estas contidas no Anexo D (p. 258). Dentro do recorte temporal citado, existem alguns anos com documentação incompleta, por isso, esses anos não constam nas Tabelas 35 e 36 e, pode ainda, não haver qualquer tipo de documentação referente ao período analisado.

Tabela 35 – Estabelecimentos artesanais (1900-1920)

Ano	Total da Amostra	Total de Estab. Artesanais	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Porcentagem Origem Italiana
1900	899	155	17,24%	73	47,09%
1902	562	98	17,43%	50	51,02%
1903	840	147	17,5%	66	44,89%
1904	796	127	15,95%	83	65,35%
1913	888	207	23,31%	109	52,65%
1914	924	242	26,19%	134	55,37%
1919	807	180	22,30%	125	69,44%
1920	882	181	20,52%	84	46,40%
Total	**6.598**	**1.337**	**20,26%**	**724**	**54,15%**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões e Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904).

De acordo com os resultados, houve uma alteração nos números, pois dos 6.598 estabelecimentos, 20,26% eram artesanais, 1.337 estabelecimentos; 54,15% pertenciam a pessoas com sobrenomes italianos. Esses índices nos possibilitam uma visão mais realista da participação desses imigrantes no conjunto de proprietários de pequenas indústrias. Contudo, pode haver também a repetição desses registros de um ano para o outro, todavia, isso pode ocorrer também, em proporção semelhante, com os registros de proprietários nacionais e de outras nacionalidades.

Os resultados referentes às pequenas indústrias constam na Tabela 36.

Tabela 36 – Pequenas indústrias (1900-1920)

Ano	Total da Amostra	Total de Pequenas Indústrias	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Porcentagem Origem Italiana
1900	899	160	17,79%	101	63,12%
1902	562	99	17,61%	58	58,58%
1903	840	160	19,04%	85	53,12%
1904	796	136	17,08%	79	58,08%
1913	888	180	20,27%	99	55,0%
1914	924	179	19,37%	96	53,63%
1919	807	146	18,09%	99	67,80%
1920	882	162	18,36%	84	51,85%
Total	**6.598**	**1.222**	**18,52%**	**701**	**57,36%**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões e Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904).

Os dados acima são semelhantes aos referentes aos estabelecimentos artesanais. A maioria, mais da metade, dos 1.222 estabelecimentos, ou 701 (57,36%) pertenciam a pessoas com sobrenomes italianos. Assim como pode ocorrer a repetição de registros de pessoas italianas, pode-se também repetir registros de pessoas de outras nacionalidades. Isso nos permite dizer que esses resultados acima não estavam muito distantes da real participação de italianos ou descendentes no conjunto dos proprietários de pequenas indústrias.

Quanto à documentação incompleta, ela abarca um recorte temporal que também possui interrupções, porém apresenta um número maior de anos subsequentes. E se estende dos anos de 1911 a 1930. Sua característica material é a apresentação de folhas esparsas com numeração incompleta.

Com as informações contidas no Anexo E (p. 268), obtivemos os resultados apresentados na Tabela 37 para os estabelecimento artesanais.

Tabela 37 – Estabelecimentos artesanais (1911-1930)

Ano	Total da Amostra	Total de Est. Artesanais	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Porcentagem Origem Italiana
1911/1912	445	104	23,37%	52	50%
1915	253	48	18,97%	23	47,91%
1916	326	68	20,85%	45	66,17%
1917	159	40	25,15%	15	37,5%
1918	210	47	22,38%	25	53,19%
1921	175	37	21,14%	25	67,56%
1922	143	21	14,68%	8	38,09%
1923	202	48	23,76%	28	58,33%
1924	205	49	23,90%	25	51,02%
1925	155	29	18,70%	15	51,72%
1926	248	63	25,40%	36	57,14%
1927	337	71	21,06%	44	61,97%
1928	397	73	18,38%	28	38,35%
1929	391	71	18,15%	32	45,07%
1930	504	102	20,23%	56	54,90%
Total	**4.150**	**871**	**20,98%**	**457**	**52,46%**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Conforme constatamos, os resultados da Tabela 37 repetem a mesma proporção encontrada anteriormente. Mais da metade dos estabelecimentos artesanais registrados era de propriedade de pessoas de origem italiana, ou seja, dos 871 estabelecimentos (de 4.150 estabelecimentos da amostra), 52,46%, ou 457 eram de proprietários de origem italiana. A mesma constatação concernente a outros conjuntos de documentos se aplica a essa documentação, pois as informações podem se repetir de um ano fiscal para outro, porém essa repetição tende a ser comum aos vários registros.

Quanto aos registros das pequenas indústrias, também segundo os dados do Anexo E, a proporção continua semelhante ao conjunto de documentos anteriores, isto é, a grande maioria tinha como proprietário uma pessoa de origem italiana. Inferimos isso pela Tabela 38.

Tabela 38 – Pequenas indústrias (1911-1930)

Ano	Total da Amostra	Total de Pequenas Indústrias	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Porcentagem Origem Italiana
1911/1912	445	88	19,77%	43	48,86%
1915	253	44	17,39%	21	47,72%
1916	326	68	20,85%	37	54,41%
1917	159	25	15,72%	14	56%
1918	210	34	16,19%	19	55,88%
1921	175	24	13,71%	12	50%
1922	143	26	18,18%	13	50%
1923	202	31	15,34%	15	48,38%
1924	205	33	16,09%	15	45,45%
1925	155	21	13,54%	11	52,38%
1926	248	32	12,90%	18	56,25%
1927	337	46	13,64%	22	47,82%
1928	397	63	15,86%	41	65,07%
1929	391	51	13,04%	25	49,01%
1930	504	61	12,10%	40	65,57%
Total	**4.150**	**647**	**15,59%**	**346**	**53,47%**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Dos 4.150 registros, 647 eram de pequenas indústrias; destas, 53,47% pertenciam a pessoas de origem italiana, ou seja, representaram a maioria.

Ao longo de nossas pesquisas, deparamo-nos com um ano fiscal atípico, ou 1899. Para esse período, existem dois livros distintos, um com 128 páginas e 1.428 registros, e o outro, com 121 páginas e 717 registros. Muitos nomes se repetem, tanto num livro, quanto em outro, às vezes mais de uma vez. São várias as explicações para essa duplicidade de registros, mas nenhuma é segura. Pode ser que um livro seja uma cópia manuscrita mal feita do outro, sem respeitar uma mesma sequência; ou, por razões distintas, ambos foram confeccionados por departamentos municipais diferentes; ou ainda, houve a elaboração *in loco*, por meio de fiscalizações nos estabelecimentos.

Poderíamos investigar cada um dos livros separadamente, analisar só um, ou mesmo, ignorar essa amostra pelo fato de ser atípica. Optamos por agregar os registros de ambos os livros e fazer uma análise global, semelhante àquela concernente aos outros anos fiscais. Essa amostra ficou com o dobro de registros, quando comparada com as demais.

Do estudo dos registros de ambos os livros, chegamos aos dados apresentados no Anexo F (p. 277), referentes aos estabelecimentos artesanais, e expostos na Tabela 39.

Tabela 39 – Estabelecimentos artesanais (1899)

Ano	Total da Amostra	Total Est. Artesanais	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Porcentagem Origem Italiana
1899	2.145	349	16,27%	197	56,44%

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Dos 2.145 registros somados, 349 são de estabelecimentos de caráter artesanais, e destes, 56,44% são de proprietários com sobrenome italiano. Com isso, constatamos que os resultados não foram diferentes dos encontrados nos outros documentos, ou seja, as pessoas de origem italiana representavam a maioria dos proprietários dos estabelecimentos artesanais.

Conclusão semelhante ocorre, quando analisamos os registros referentes às pequenas indústrias explicitados na Tabela 40.

Tabela 40 – Pequenas indústrias (1899)

Ano	Total da Amostra	Total de Pequenas Indústrias	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Porcentagem Origem Italiana
1899	2.145	360	16,78%	207	57,5%

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Dos 2.145 registros, 360 pertenciam às pequenas indústrias, destas, 57,5% eram pertencentes a pessoas de origem italiana, isto é, 207 estabelecimentos. Mais uma vez, a produção da maioria das pequenas indústrias estava nas mãos de pessoas dessa origem.

A somatória de todos os registros denota que as proporções se mantêm. A maioria das pessoas de origem italiana era proprietária de empresas artesanais e pequenas indústrias. Acompanhamos esses resultados globais por meio das Tabelas 41 e 42.

Tabela 41 – Registros gerais de estabelecimentos artesanais (1891-1930)

Documentação	Amostras	Total de Est. Artesanais	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Porcentagem Origem Italiana
Alvarás de Licença	2.328	241	10,35%	101	41,90%
Livros de Impostos – documentação completa	6.598	1.337	20,26%	724	54,15%

Documentação	Amostras	Total de Est. Artesanais	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Porcentagem Origem Italiana
Livros de Impostos – documentação incompleta	4.150	871	20,98%	457	52,46%
Livro de Impostos – 1899	2.145	349	16,27%	197	56,44%
Total	**15.221**	**2.798**	**18,38%**	**1.479**	**52,85%**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

Tabela 42 – Registros gerais de pequenas indústrias (1891-1930)

Documentação	Amostras	Total	Porcentagem do Total	Origem Italiana	Origem Italiana
Alvarás de Licença	2.328	446	19,15%	202	45,29%
Livros de Impostos – documentação completa	6.598	1.222	18,52%	701	57,36%
Livros de Impostos – documentação incompleta	4.150	647	15,59%	346	53,47%
Livro de Impostos – 1899	2.145	360	16,78%	207	57,5%
Total	**15.221**	**2.675**	**17,57%**	**1.456**	**54,42%**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

Pela análise dos resultados globais, de 15.221 registros, 2.798 eram estabelecimentos artesanais, ou 18,38%, e 2.675 eram de pequenas indústrias, 17,57% do total. Ambos os setores produtivos respondiam por 35,95% dos estabelecimentos registrados, 52,85% dos estabelecimentos artesanais pertenciam a pessoas de origem italiana, enquanto 54,42% das pequenas indústrias eram também de pessoas da mesma origem.

A partir dos 1.479 registros de pessoas de origem italiana, proprietárias de um estabelecimento artesanal, com a exclusão dos registros repetidos, ao longo dos anos e dos nomes fantasias, obtivemos um total de 836 nomes. De acordo com o Anexo G (p. 278), todos esses 836 sobrenomes são desta origem.

Tabela 43 – Empresários artesanais de origem italiana entre 1890-1930

Total Geral	Registros Fantasias	Registros Repetidos	Total Líquido
1.479	45	598	836

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

Na Tabela 44, também referente aos estabelecimentos artesanais, observamos que, dos 1.319 registros de empresários não originários da Itália, com exceção dos repetidos e dos nomes fantasias, obtivemos 785. No Anexo H (p. 282), percebemos a diferença dos sobrenomes desses proprietários em relação aos proprietários com sobrenomes, marcadamente, italianos apontados no Anexo G.

Tabela 44 – Empresários artesanais de origem não italiana entre 1890-1930

Total Geral	Registros Fantasias	Registros Repetidos	Total Líquido
1.319	68	466	785

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

Como notamos na Tabela 45, ao empregarmos a mesma metodologia de exclusão de registros repetidos e nomes fantasias nos 1.452 registros de pequenas indústrias pertencentes a pessoas oriundas da Itália, obtivemos 752 proprietários. Conferimos a característica, notadamente, italiana desses 752 sobrenomes, por meio do Anexo I (p. 285).

Tabela 45 – Donos de pequenas indústrias de origem italiana entre 1890 a 1930

Total Geral de Registros	Registros Fantasias	Registros Repetidos	Total Líquido
1452	183	517	752

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

Fizemos a mesma análise, com base nos sobrenomes, para os proprietários de pequenas indústrias de origem não italiana e obtivemos os resultados constantes da Tabela 46. De 1.219 registros, com exceção dos repetidos e dos nomes fantasias, 642 pertencem a pessoas que, pelo sobrenome, não eram de origem italiana. Constatamos esses dados no Anexo J (p. 288).

Tabela 46 – Donos de pequenas indústrias de origem não italiana entre 1890 a 1930

Total Geral de Registros	Registros Fantasias	Registros Repetidos	Total Líquido
1.219	220	357	642

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

Esperamos ter comprovado que as pessoas de origem italiana foram determinantes tanto para uma produção artesanal, quanto para uma produção de cunho industrial em Ribeirão Preto (1890-1930). Ou seja, aquilo que anteriormente eram apenas indícios, evidenciou-se por meio da análise dos documentos.

4.6 Trabalhador italiano: a forte tendência sobre a origem dos imigrantes proprietários de pequenas indústrias em Ribeirão Preto

Como já apontamos, a instalação de uma pequena fábrica não exigia muito dispêndio. Isso representava a oportunidade de pessoas de pouco poder aquisitivo se transformar em pequenos industriais. Da mesma forma que a grande maioria dessa classe era constituída por pessoas de origem italiana, houve a possibilidade também de, nesse contingente, haver um número significativo de pessoas com uma origem humilde e trabalhadora na Itália.

A questão a se deparar agora é como comprovar essa origem humilde e trabalhadora. Em outras palavras, em que medida esse processo de industrialização, ocorrido em Ribeirão Preto entre 1890 a 1930, representou uma forma de ascensão social para trabalhadores italianos?

Para discutirmos essa hipótese, precisaríamos de uma documentação que apontasse a principal ocupação desses pequenos industriais de origem italiana, no início de suas vidas adultas, antes de assumirem essa condição em Ribeirão Preto. A documentação que mais atendia a essas exigências foram os *Livros de Registros de Casamentos*, nos quais constam os matrimônios realizados em Ribeirão Preto, entre 1890 até a década de 1920, documentos pertencentes ao Primeiro Cartório de Registro Civil de Ribeirão Preto.

A partir da pesquisa dos 752 nomes daqueles que foram pequenos industriais em Ribeirão Preto, entre 1891 a 1930, identificamos 107 que se casaram em Ribeirão Preto. Em grande parte das vezes, esses matrimônios aconteceram, quando esses imigrantes eram muito novos, haviam acabado de desembarcar no Brasil e eram recém-chegados a Ribeirão Preto.

Averiguamos que esses 107 casamentos se realizaram entre o final do século XIX e a década de 1920, ou seja, durante o processo de industrialização pautado na pequena indústria. Com base nesses registros de casamentos, determinamos a nacionalidade dos noivos, suas profissões, assim como a ocupação das testemunhas. Os resultados referentes à nacionalidade dos noivos apresentam-se na Tabela 47.

Tabela 47 – Nacionalidade dos noivos

NACIONALIDADE	NOIVOS
Italiana	81
Brasileira	17
Austríaca	06
Espanhola	01
Não declarada	02
Total	**107**

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

A particularidade dos noivos com nacionalidade austríaca era o seu sobrenome, caracteristicamente, italiano. Isso pode ser explicado pela região de fronteira entre o Norte da Itália, principalmente Vêneto, com o Império Austro-Húngaro. No final do século XIX, a fronteira era relativamente recente, comunidades com dialetos peculiares da Península Itálica ficaram do lado austro-húngaro da fronteira e, por isso, esses imigrantes possuíam passaportes austríacos.

Dos 17 noivos de nacionalidade brasileira, 10 eram filhos de italianos (primeira geração nascida no Brasil), e de 7, a documentação não fornece a nacionalidade dos pais, mas pelos sobrenomes não fica difícil evidenciarmos a origem de seus pais: Giacheto, Franzoti, Codognotto, Ferracini, Codogno, Casanova, Grandini.

Esses dados contribuem para nossas conclusões, quando analisamos os registros das pequenas indústrias. Em outras palavras, de 752 nomes selecionados anteriormente, levantamos uma amostra de 107 nomes de pessoas casadas em Ribeirão Preto, quase a sua totalidade era realmente de pessoas de nacionalidade italiana, quando não, pertenciam à primeira geração de filhos de italianos nascidos no Brasil.

De posse desses resultados, a próxima questão a ser respondida é quantos desses 107 noivos declararam ter uma profissão assalariada, um ofício modesto, ou ser um trabalhador. Para responder a essa questão, estabelecemos alguns critérios de análise com base nas informações disponibilizadas pelos documentos.

Os registros de casamentos contêm as profissões dos noivos e das testemunhas; com base nisso, estabelecemos algumas divisões na pesquisa. Assim, primeiramente selecionamos os noivos trabalhadores, cujas testemunhas ou padrinhos, com poucas exceções, eram também trabalhadores. Comumente, as pessoas convidam para seus padrinhos aquelas mais próximas de seu círculo de convivência, assim as profissões dos padrinhos de um noivo trabalhador, podem comprovar a origem modesta de seu afilhado. Num segundo momento, analisamos noivos trabalhadores, cujos padrinhos exerciam profissões que não eram, necessariamente,

próprias de trabalhadores. Posteriormente, investigamos poucos registros de noivos não trabalhadores com padrinhos trabalhadores. Finalmente, analisamos os noivos não trabalhadores, assim como, a distinção profissional dos padrinhos dos mesmos – essa última análise configurou um setor social mais elitizado de nossa amostra.

Para a primeira configuração, noivos trabalhadores e testemunhas também trabalhadores, houve 57 registros (a maioria) que se enquadraram nessa condição, 42 registros são de noivos de nacionalidade italiana, 11 brasileiros e 04 de austríacos. Mas como já evidenciamos, quase a totalidade dessas pessoas era de origem italiana.

Tabela 48 – Nacionalidade e profissão de noivos, e profissão das testemunhas com base nos registros de casamentos (1890-1930) I

Nacionalidade	Profissão do Noivo	Profissão Testemunha 1	Profissão Testemunha 2
Italiana	Ferrador	Negociante	Chauffeur
Italiana	Carpinteiro	Negociante	Lavrador
Italiana	Operário	Alfaiate	Alfaiate
Brasileira	Mecânico	Carroceiro	Torneiro
Italiana	Lavrador	Ferreiro	Operário
Brasileira	Pedreiro	Negociante	Lavrador
Brasileira	Alfaiate	Negociante	Sapateiro
Italiana	Lavrador	Artista	Lavrador
Italiana	Pedreiro	Pedreiro	Lavrador
Italiana	Padeiro	Encanador	Maquinista
Brasileira	Sapateiro	Professor	Sargento
Italiana	Funileiro	Barbeiro	Guarda-Livros
Brasileira	Mecânico	Mecânico	Enfermeiro
Italiana	Carpinteiro	Serralheiro	Negociante
Italiana	Marceneiro	Viajante	Professor
Italiana	Ferreiro	Negociante	Alfaiate
Italiana	Sapateiro	Advogado	Pedreiro
Austríaca	Lavrador	Lavrador	-
Italiana	Carpinteiro	Pedreiro	Sapateiro
Italiana	Ferreiro	-	-
Italiana	Padeiro	Guarda-Livros	Comerciante
Italiana	Trabalhador rural	Comerciante	Lavrador
Italiana	Carpinteiro	Oleiro	Ferreiro
Italiana	Carpinteiro	Negociante	Sapateiro
Italiana	Carpinteiro	Carpinteiro	Carpinteiro
Italiana	Carpinteiro	Negociante	Guarda-Livros
Italiana	Oleiro	Negociante	Lavrador
Italiana	Pedreiro	Advogado	Comerciante
Brasileira	Empregado no comércio	Padeiro	Guarda-Livros
Italiana	Tintureiro	Proprietário	Carroceiro
Brasileira	Colono	Operário	Lavrador
Italiana	Ferreiro	Açougueiro	Açougueiro
Italiana	Lavrador	Marcineiro	Professor
Brasileira	Empregado da Cia. Mogiana	Comerciante	Lavrador
Italiana	Entalhador	Negociante	Ajustador

Nacionalidade	Profissão do Noivo	Profissão Testemunha 1	Profissão Testemunha 2
Brasileira	Pedreiro	Guarda-Livros	Viajante
Italiana	Lavrador	Negociante	Lavrador
Italiana	Alfaiate	Carpinteiro	Negociante
Austríaca	Lavrador	Lavrador	Lavrador
Italiana	Ferreiro	Serrador	Carpinteiro
Italiana	Carroceiro	Ferreiro	Lavrador
Austríaca	Ferreiro	Alfaiate	Cocheiro
Italiana	Oleiro	Pedreiro	Pedreiro
Italiana	Mecânico	Proprietário	Lavrador
Italiana	Ferreiro	Empreiteiro De Obras	Pedreiro
Italiana	Roceiro	Lavrador	Lavrador
Italiana	Carroceiro	Carroceiro	Carroceiro
Brasileira	Tintureiro	Guarda-Livros	Alfaiate
Brasileira	Tintureiro	Alfaiate	-
Italiana	Lavrador	Proprietário	Lavrador
Italiana	Pedreiro	Lavrador	Lavrador
Italiana	Empregado na Cia. Mogiana	Sapateiro	Cocheiro
Italiana	Tintureiro	Proprietário	Viajante
Italiana	Marcineiro	Marcineiro	Alfaiate
Austríaca	Trabalhador	Lavrador	-
Italiana	Oleiro	Oleiro	Oleiro
Italiana	Lavrador	Lavrador	Lavrador

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Na Tabela 49, constatamos as profissões dos 57 noivos.

Tabela 49 – Profissões de noivos selecionados como trabalhadores I

Profissão	Noivos	Profissão	Noivos
Lavradores	08	Marceneiros	02
Carpinteiros	07	Padeiros	02
Ferreiros	06	Empregado no comércio	01
Pedreiros	05	Entalhador	01
Tintureiros	04	Ferrador	01
Mecânicos	03	Colonos	01
Oleiros	03	Funileiro	01
Sapateiros	02	Operário	01
Alfaiates	02	Roceiro	01
Carroceiros	02	Trabalhador	01
Empregados da Companhia Mogiana	02	Trabalhador rural	01
Total			**57**

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

As profissões de 114 testemunhas são apresentadas na Tabela 50.

Tabela 50 – Profissões de testemunhas selecionadas como trabalhadores

Profissão	Testemunhas	Profissão	Testemunhas
Lavradores	22	Cocheiros	02
Negociantes	12	Marceneiros	02
Alfaiates	07	Mecânicos	01
Pedreiros	06	Ajustador	01
Guarda-livros	06	Artista	01
Proprietários	04	Chauffeur	01
Carpinteiros	04	Barbeiros	01
Carroceiros	04	Empreiteiro de obras	01
Sapateiros	04	Encanador	01
Comerciantes	04	Enfermeiro	01
Ferreiros	03	Maquinista	01
Oleiros	03	Padeiro	01
Professores	03	Sargento	01
Viajantes	03	Serrador	01
Açougueiros	02	Serralheiro	01
Advogados	02	Torneiro	01
Operários	02	Sem registro	5
Total		**114**	

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

A Tabela 51 nos fornece o sobrenome do noivo, a profissão no momento do casamento e o ramo de indústria estabelecida em Ribeirão Preto. Como percebemos, muitas dessas pessoas estabeleceram pequenas indústrias com base no conhecimento de que dispunham. Cabe ressaltar que esses 57 pequenos industriais, na época do seu casamento, tiveram como padrinhos de casamento, pessoas que exerciciam profissões semelhantes às suas, ou seja, eram também trabalhadores. Fica, com isso, caracterizada a ascensão social desses trabalhadores à condição de pequenos industriais.

Tabela 51 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido I

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Guadagnucci	Ferrador	Ferraria
Rossi	Carpinteiro	Oficina de carpintaria; Carpinteiro; Oficina de marceneiro; Fábrica de móveis
Gabrielesco	Operário	Camas e fábrica de colchão
Giachetto	Mecânico	Fundição de bronze
Bevilaqua	Lavrador	Fábrica de carroças
Franzoli	Pedreiro	Latoeiro; Funileiro
Codoguate	Alfaiate	Tintureiro
Pissi	Lavrador	Tanoeiro
Ristori	Pedreiro	Construtor
Sarti	Padeiro	Padaria
Zaccaro	Sapateiro	Oficina
Veronezi	Funileiro	Funileiro
Andretto	Mecânico	Oficina e garagem; Reparação de automóveis

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Faccioli	Carpinteiro	Marceneiro; Fábrica de móveis
Barillari	Marceneiro	Oficina; Oficina de carpintaria; Carpinteiro
Favaro	Ferreiro	Fábrica de carroças
Mantangulo	Sapateiro	Fábrica de calçado; Fábrica a eletricidade de calçado
Petri	Lavrador	Fábrica de bebidas
Schibolla	Carpinteiro	Fábrica de cerveja; Fábrica de cerveja e licores
Ricco	Ferreiro	Fábrica de macarrão
Mazzoni	Padeiro	Padaria; Secos e molhados e padaria
Veronezi	Trabalhador rural	Oficina de carpintaria; Fábrica de cadeira de palha
Golfetto	Carpinteiro	Fábrica de carroças
Giacomo	Carpinteiro	Olaria
Martelli	Carpinteiro	Fábrica de carroças
Zaparolli	Carpinteiro	Confeitaria
Bárbara	Oleiro	Fábrica de carroças
D´Andréa	Pedreiro	Construtor
Giachetti	Empregado no comércio	Padaria
Morini	Tintureiro	Tintureiro
Rossi	Colono	Tintureiro
Vecchi	Ferreiro	Garagem e oficina; Oficina e garagem
Chiarelli	Lavrador	Oficina de carroças
Codogno	Empregado da Cia. Mogiana	Funileiro
D´Urze	Entalhador	Marceneiro
Dompietro	Pedreiro	Construtor
Martinelli	Lavrador	Balas, bombom, caramelos, etc.
Santi	Alfaiate	Tintureiro
Formici	Lavrador	Engenho
Gallo	Ferreiro	Fábrica de macarrão; Fábrica de carroças
Bombonato	Carroceiro	Construtor
Coradasi	Ferreiro	Ferreiro c/estabelecimento
Milano	Oleiro	Olaria
Santis	Mecânico	Oficina serralheiro
Lucca	Ferreiro	Fábrica de carroças; ferreiro
Giroto	Roceiro	Construtor
Giroto	Carroceiro	Construtor
Lepera	Tintureiro	Tintureiro
Lepera	Tintureiro	Tintureiro
Marzola	Lavrador	Confeitaria
Grimald	Pedreiro	Padaria
Somma	Empregado na Cia. Mogiana	Fábrica de massas; funileiro
Soriani	Tintureiro	Tinturaria
Barillari	Marcineiro	Marceneiro; oficina; oficina de carpintaria; móveis em geral; Oficina de marceneiro com motor; fábrica de móveis
Cabacci	Trabalhador	Olaria
Golfeto	Oleiro	Olaria
Sachi	Lavrador	Fábrica de cerveja/botequim 2a.

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Percebemos a relação de algumas profissões dos noivos com congêneres na primeira fase da pesquisa. Isto é, ofícios como carpinteiros, ferreiros, tintureiros, oleiros, marceneiros,

padeiros, ferrador e funileiro, nomeados aqui como *trabalhadores*; e na primeira fase da pesquisa, denominados por *pequenos industriais*. A primeira constatação acerca dessa distinção diz respeito à própria diferença da documentação. Na primeira parte da pesquisa, a nomenclatura dos *Livros de Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões* denotava o caráter autônomo dos profissionais, ou seja, sua não configuração como trabalhadores assalariados.

Conforme discorremos, no início deste capítulo, ao utilizarmos algumas categorias profissionais, não consideramos a distinção entre, por exemplo, um ferreiro e sua ferraria, pois o lançamento da profissão de ferreiro no livro, já implicava a existência de uma ferraria para esse profissional. Por isso, as profissões de carpinteiros, ferreiros, tintureiros, oleiros, marceneiros, padeiros, ferrador e funileiro, dentre outras, quando lançadas nos *Livros de Impostos*, levam-nos a entender que as pessoas registradas com essa profissão eram as proprietárias desses estabelecimentos.

A mesma coisa não podemos dizer dos registros de casamentos, pois o registro de uma profissão, quando do casamento, não significa que o indivíduo é o dono do estabelecimento onde determinada profissão é exercida. Isso ressalta a importância da profissão dos padrinhos para termos uma noção da condição social do noivo e de sua possível origem social. A maioria dos 57 noivos apresentava como padrinhos pessoas de uma condição profissional semelhante, ou seja, também trabalhadores. Isso nos leva a acreditar que todos os noivos possuíam uma origem social modesta, e sua condição de trabalhador não pode ser desconsiderada.

Ao analisar o restante da amostra, encontramos 13 noivos de origem trabalhadora. Destes, 11 eram oriundos da Itália e 02 de nacionalidade brasileira. Contudo, o que chama a atenção, nesses registros, é a profissão de não trabalhador das testemunhas.

Tabela 52 – Nacionalidade e profissão de noivos, e profissão das testemunhas com base nos registros de casamentos (1890-1930) II

Nacionalidade	Profissão no Casamento	Profissão Testemunha 1	Profissão Testemunha 2
Italiana	Lavrador	Negociante	Negociante
Italiana	Colono	-	-
Italiana	Ferreiro	negociante	Negociante
Italiana	Pedreiro	-	-
Italiana	Carroceiro	-	-
Italiana	Marceneiro	Comerciante	Comerciante
Brasileira	Padeiro	Proprietário	Negociante
Italiana	Marceneiro	Empreiteiro de obras	Empreiteiro de obras

Nacionalidade	Profissão no Casamento	Profissão Testemunha 1	Profissão Testemunha 2
Italiana	Lavrador	Negociante	Negociante
Italiana	Carpinteiro	Fazendeiro	Fazendeiro
Brasileira	Marceneiro	-	-
Italiana	Trabalhador	-	-
Italiana	Barbeiro	Negociante	Negociante

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Dos 13 noivos, obtivemos os resultados da Tabela 53.

Tabela 53 – Profissões de noivos selecionados como trabalhadores II

Profissão	Quantidade de noivos
Marceneiros	03
Lavradores	02
Ferreiro	01
Carroceiro	01
Barbeiro	01
Carpinteiro	01
Colono	01
Padeiro	01
Pedreiro	01
Trabalhador	01
Total	**13**

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Com relação às 26 testemunhas, obtivemos as informações da Tabela 54.

Tabela 54 – Profissões de testemunhas selecionadas como não trabalhadores

Profissão	Quantidade de testemunhas
Sem registros	10
Negociantes	09
Comerciantes	02
Empreiteiros de obras	02
Fazendeiros	02
Proprietário	01
Total	**26**

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Mesmo que a profissão dessas testemunhas não possa se adequar a uma origem modesta e trabalhadora – é também digno de nota o número elevado de padrinhos que não declaram suas profissões –, o oposto ocorre com grande parte dos seus afilhados. Como aferimos pela Tabela 55, o mesmo fenômeno de ascensão social verificado na amostra anterior (noivos trabalhadores com padrinhos também trabalhadores) é verificado nessa amostra.

Tabela 55 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido II

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Marsolla	Lavrador	Confeitaria
Millanesse	Colono	Olaria
Meneguini	Ferreiro	Ferraria
Spano	Pedreiro	Construtor
Barichello	Carroceiro	Fabrica de sabão comum
João Batalha	Marceneiro	Marcenaria
Ferracini	Padeiro	Padaria
Barilari	Marcineiro	Carpintaria; fábrica de portas, janelas, batentes, caixilhos, etc.
Maio	Lavrador	Fábrica de caramellos
Ferreri	Carpinteiro	Construtor
Casanova	Marceneiro	Móveis em geral
Barichelli	Trabalhador	Fábrica de sabão
Lania	Barbeiro	Fábrica de ladrilhos

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Para outro grupo analisado, quatro noivos não eram trabalhadores; no entanto, seus padrinhos eram trabalhadores ou empregados assalariados.

Tabela 56 – Nacionalidade e profissão de noivos, e profissão das testemunhas com base nos registros de casamentos (1890-1930) I

Nacionalidade	Profissão no Casamento	Profissão Testemunha 1	Profissão Testemunha 2
Espanhola	Proprietário	Empregado Público	Lavrador
Italiana	Negociante	Lavrador	Lavrador
Italiana	Comerciante	Alfaiate	Mecânico
Brasileira	Comerciante	Empregado no Comércio	Empregado Bancário

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Dos 4 noivos (metade são de nacionalidade italiana), chegamos aos seguintes resultados: 1 proprietário, 1 negociante e 2 comerciantes. Com relação às 8 testemunhas, constam: 3 lavradores, 1 empregado público, 1 alfaiate, 1 empregado no comércio, 1 mecânico e 1 empregado bancário. Semelhante aos dados levantados para as outras amostras de noivos, quando comparamos a profissão no momento do casamento e o segmento de indústria estabelecida em Ribeirão Preto, constatamos que os noivos declaram exercer uma ocupação diferente das, até então, qualificadas como trabalhadores.

Tabela 57 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido III

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Abbade	Proprietário	Tintureiro
Scavalite	Negociante	Moinho
Rossetti	Comerciante	Confeitaria
Grandini	Comerciante	Fábrica de móveis

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

No restante da amostra, com exceção de dois registros em que não se declarou a profissão dos noivos, temos 31 registros, nos quais, tanto noivos, quanto a grande maioria das testemunhas não eram trabalhadores.

Do conjunto dos 31 registros, a grande maioria de noivos, ou 26 eram de nacionalidade italiana, 3 de nacionalidade brasileira e 2 de nacionalidade austríaca. Os resultados da análise da profissão dos noivos apresentam-se na Tabela 58.

Tabela 58 – Nacionalidade e profissão de noivos, e profissão das testemunhas com base nos registros de casamentos (1890-1930) II

Nacionalidade	Profissão no Casamento	Profissão Testemunha 1	Profissão Testemunha 2
Italiana	Industrial	Industrial	Industrial
Italiana	Industrial	Industrial	Industrial
Italiana	Negociante	Negociante	Negociante
Italiana	Marmorista	Médico	Proprietário
Italiana	Industrial	Açougueiro	Açougueiro
Italiana	Negociante	Barbeiro	Negociante
Italiana	Negociante	Agente de Negócios	Motorista
Italiana	Negociante	Empregado no Comércio	Negociante
Italiana	Empreiteiro de Obras	Empregado Público	Arquiteto
Italiana	Negociante	Pedreiro	Negociante
Austríaca	Médico	Lavrador	Engenheiro, Negociante
Italiana	Negociante	Negociante	Negociante
Brasileira	Comerciante	Industrial	Comerciante
Italiana	Fundidor	Negociante	Guarda-Livros
Italiana	Frentista	Proprietário	Proprietário
Italiana	Negociante	Guarda-Livros	Industrial
Italiana	Cervejeiro	Lavrador	-
Italiana	Negociante	Negociante	Negociante
Brasileira	Construtor	Comerciante	Comerciante
Italiana	Negociante	Negociante	Negociante
Brasileira	Comerciante	Negociante	Comerciante
Italiana	Comerciante	Negociante	Negociante
Italiana	Tipógrafo	Comerciante	Comerciante
Italiana	Negociante	Negociante	Negociante
Italiana	Cervejeiro	Negociante	Negociante

Nacionalidade	Profissão no Casamento	Profissão Testemunha 1	Profissão Testemunha 2
Austríaca	Industrial	Negociante	Negociante
Italiana	Negociante	Barbeiro	Negociante
Italiana	Negociante	Negociante	Negociante
Italiana	Comerciante	Comerciante	Negociante
Italiana	Industrial	do Comércio	Relojoeiro
Italiana	Negociante	Negociante	Barbeiro

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Tabela 59 – Profissões de noivos selecionados como não trabalhadores

Profissão	Noivos	Profissão	Noivos
Negociante	13	Empreiteiro de obras	01
Industrial	05	Frentista	01
Comerciante	04	Fundidor	01
Cervejeiro	02	Marmorista	01
Construtor	01	Médico	01
Tipógrafo	01	–	–
Total			**31**

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Quanto às testemunhas, obtemos as informações da Tabela 60.

Tabela 60 – Profissões de testemunhas selecionadas

Profissão	Testemunhas	Profissão	Testemunhas
Negociante	26	Agente de negócios	01
Comerciante	08	Arquiteto	01
Industrial	06	Empregado público	01
Barbeiro	03	Engenheiro	01
Proprietário	03	Médico	01
Açougueiro	02	Motorista	01
Empregado do comércio	02	Pedreiro	01
Guarda-livros	02	Relojoeiro	01
Lavradores	02	–	–
Total			**62**

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Observamos, por meio dos dados contidos na Tabela 61, que os noivos desta última amostra declararam uma profissão, por meio da qual não podemos caracterizá-los como trabalhadores. E, em alguns casos, essa profissão era compatível com o estabelecimento industrial que essas pessoas instalaram em Ribeirão Preto.

Tabela 61 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido IV

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Bianchi	Industrial	Fundição; Serralheiro; Serralheria; Oficina mecânica; Serralheiro; Fundição e serralheria; Oficina mecânica; Serralheiro; Fundição; Oficina mecânica; Oficina mecânica; Rodas d´água, engenho para cana, etc.; Rodas d´água, engenhos para cana e moinhos de fubá; Engenhos para cana, rodas d´água, etc.; Fundição
Roselli	Industrial	Marmoristas
Sassi	Negociante	Fábrica de cerveja
Barberi	Marmorista	Marmorista
Pital	Industrial	Fábrica de sabão
Acero	Negociante	Fábrica de charutos; Fábrica de cigarros; Fábrica de charutos e botequim
Millani	Negociante	Olaria
Galli	Negociante	Fábrica de bolachas
Terrere	Empreiteiro de obras	Fábrica de ladrilhos
Fassi	Negociante	Padaria
Morantini	Médico	Padaria; Secos e molhados e padaria
Martinelli	Negociante	Refinação de açúcar; Torrefação de café
Rigon	Comerciante	Marceneiro
Martini	Fundidor	Carpinteiro; Fábrica de tintas; Tintas para sapateiro
Castelli	Frentista	Construtor
Flechatte	Negociante	Fábrica de sabão
Rossi	Cervejeiro	Tintureiro
Cagnolato	Negociante	Padaria
Dompietro	Construtor	Construtor
Luchesi	Negociante	Fabrica de cerveja
Martinelli	Comerciante	Balas, bombom, caramelos, etc.
Bonate	Comerciante	Fábrica de bebidas
Barillari	Tipógrafo	Tipografia; papelaria
Fiorentini	Negociante	Padaria
Cavichiali	Cervejeiro	Fabrica de cerveja
Bertoldi	Industrial	Fábrica de cerveja; Cerveja de alta fermentação, licores, gasosas, xaropes, etc.
Spadone	Negociante	Garagem e oficina; Parafusos e buchas para automóveis
Manfrine	Negociante	Moinho
Malerba	Comerciante	Fábrica de cerveja
Malerba	Industrial	Fábrica de cerveja
Rizzi	Negociante	Macarrão de diversas qualidades

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Se considerarmos todos os 107 registros da amostra e selecionarmos apenas os trabalhadores, perceberemos que a maioria era composta por essa classe.

Tabela 62 – Participação de italianos na amostra em relação às profissões nos registros de casamentos (1890-1930)

Trabalhadores	Italianos	Não Trabalhadores	Italianos	Total Italianos
70	53	35	28	81

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

De 70 registros de trabalhadores, obtivemos 53 italianos (sem contar o número de austríacos e dos filhos de italianos); destes, uma grande parte teve como padrinhos pessoas que também foram trabalhadores. Por outro lado, se considerarmos os registros de não trabalhadores, obteremos 35 registros; destes, 28 são de pessoas de nacionalidade italiana (sem contar também os austríacos e os filhos de italianos).

Do total de 107 nomes de pessoas proprietárias de uma pequena indústria em Ribeirão Preto, entre 1890 a 1930, a maioria era de trabalhadores na época do seu casamento. Esses números denotam uma tendência que se coaduna com aquilo já apontado neste capítulo. Ou seja, a possibilidade de pessoas com recursos econômicos modestos e possuidoras do *saber-fazer* se aproveitarem das oportunidades de investimentos oferecidas pela economia da cidade. Esses trabalhadores italianos tiveram condições de empreender um pequeno negócio, capaz de garantir a sobrevivência familiar e uma ascensão social, quando comparados à situação deixada para trás na Itália e as condições enfrentadas pelos imigrantes submetidos ao regime de colonato nas fazendas.

A maioria desses pequenos industriais, como já afirmou Santos[57], não ficou rica. Como não dispúnhamos de todos os inventários *post mortem* para averiguar o que esses pequenos industriais construíram materialmente com seus empreendimentos, fizemos uma pesquisa com base nos inventários doados ao Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, inventários não transferidos, juntamente a todo o Arquivo do Poder Judiciário de Ribeirão Preto, para a cidade de Jundiaí. Nessa pesquisa, devido ao número limitado de inventários, pesquisamos os inventários de proprietários de oficinas artesanais e pequenas indústrias, tanto italianos, quanto nacionais e de outras nacionalidades, para termos uma noção da condição material dessas pessoas.

No Anexo L (p. 291) consta a relação de bens que os indivíduos da amostra adquiriram; de acordo com a descrição, a maioria dos bens acumulados são constituídos de poucos itens. Semelhantemente à pesquisa feita por Santos (que analisou os inventários dos 11 industriais mais ricos de Ribeirão Preto), grande parte dos bens catalogados é constituída

[57] SANTOS, op. cit.

de imóveis (terrenos, casas, prédios, sítios, fazendas, dentre outros). Constatamos ainda pela descrição de alguns bens, que diziam respeito à ocupação dos inventariados. É possível identificarmos oficinas e pequenas indústrias, inclusive com seus maquinários e ferramentas; encontramos uma marcenaria, uma padaria, uma máquina de beneficiar arroz, um engenho e uma ferraria e carpintaria. Segundo a descrição, esses estabelecimentos eram simples, apetrechados com poucas máquinas e ferramentas. Porém, essas condições foram suficientes para seus proprietários acumulassem bens para se abrir um inventário *post mortem*.

Os imigrantes italianos que se tornaram pequenos industriais em Ribeirão Preto representaram um grupo imigrante peculiar, pois por um lado, distinguiam-se de uma *burguesia imigrante* que integrou o empresariado industrial paulistano, por outro, distinguiam-se da grande massa de trabalhadores braçais chegada para trabalhar na lavoura de café. Esses imigrantes italianos utilizaram-se das armas das quais dispunham, o *saber-fazer* e as condições encontradas em Ribeirão Preto, para transformar sua situação social e econômica. Ou seja, deixaram de ser trabalhadores e passaram a ser, justamente, o oposto: empregadores, assalariadores, ou simplesmente, *padroni*.

Como já abordamos, no primeiro capítulo, segundo Schumpeter, o desenvolvimento do capitalismo industrial não apresentou obstáculos à participação de pessoas carentes de recursos, mas ricas da capacidade de *realizar novas combinações*. Para esses imigrantes, ser industrial em Ribeirão Preto, não era algo possível comprado apenas com dinheiro, mas necessitava do *empreendimento* de novas ações para aproveitar aquilo que a sociedade poderia oferecer. Por isso, embora não tenham se transformado em grandes industriais, da mesma categoria de um Francisco Matarazzo, a imigração para esses italianos e suas famílias representou um fenômeno de ascensão social.

A formação do empresariado industrial no Estado de São Paulo assumiu características complexas e até mesmo opostas a certa concordância criada pela literatura acadêmica, responsável por associar a figura do industrial com o imigrante rico ou com o cafeicultor-investidor, relacionando a pobreza ao imigrante trabalhador. No processo de industrialização, ocorrido em Ribeirão Preto até 1930, o imigrante abastado ou o fazendeiro cafeicultor estiveram ausentes, prevaleceram aqueles que chegaram ao local certo e souberam aproveitar as oportunidades de uma sociedade que iniciava sua urbanização e industrialização. Por isso, os imigrantes italianos, trabalhadores na Itália e seus descendentes, souberam usar de seu atributo (*saber-fazer*) e das condições encontradas em Ribeirão Preto (principalmente, a existência do Núcleo Colonial Antonio Prado) para ascender socialmente.

Nossa pesquisa é conciliável com a discussão de Klein e Baily, ou seja, os imigrantes italianos que chegaram a sociedades com economias ainda em desenvolvimento tiveram mais oportunidades em relação àqueles que escolheram como destinos, locais já desenvolvidos, onde as oportunidades eram escassas. No interior do Estado de São Paulo, entre 1890-1930, havia várias cidades urbanizando-se e se industrializando, por isso, as condições de mobilidade social eram reais. O fenômeno evidenciado com nosso estudo, possivelmente, ocorreu não só no interior, mas também na capital paulistana (haja vista os números dos censos industriais), porém ainda é necessário mais estudos para a comprovação desses fatos. No entanto, é importante salientar que a ação de simples imigrantes, possuidores de um *saber-fazer*, pode ajudar a contar uma história importante da formação do empresariado industrial no Brasil.

CONCLUSÃO

Os autores discutidos no primeiro capítulo não nos forneceram informações suficientes para estabelecermos um consenso sobre a participação de trabalhadores no processo de formação do empresariado industrial europeu. As condições, nas quais a indústria européia se desenvolveu, possibilitaram uma maior participação aos artesãos nas transformações que culminaram na instalação de indústrias. Como vimos, implicitamente, a tese do mercador assalariar o artesão teve mais destaque, entre os pesquisadores, mas nenhum desses autores afirmou ser essa a única via para a formação da classe dos industriais.

Para Marx e Dobb, os artesãos tiveram um papel importante na formação do empresariado industrial. Especialmente para Dobb, o fato dos artesãos comercializarem sua produção foi um fenômeno mais comum do que serem assalariados do mercador. Inclusive Marx, conforme já discutimos, sustentou a possibilidade não só de artesãos, mas também de simples trabalhadores assalariados terem também assumido a condição de industriais nos primórdios do aparecimento da indústria.

Os demais estudiosos analisados, apesar de não afirmarem a possibilidade de artesãos ou trabalhadores terem se transformado em industriais, também não a negaram explicitamente. A certeza de ser um predestinado não existia para ninguém, como vimos em Weber, com isso, a possibilidade de pertencer a essa classe não estava vetada aos trabalhadores. Weber destacou a rusticidade e a necessidade de trabalho árduo para a classe responsável pelo desenvolvimento capitalista.

Sombart foi cético quanto à participação de pessoas de estratos sociais inferiores no desenvolvimento do *espírito capitalista*, para ele, outras classes mais *capacitadas* ou com mais *glamour* foram incumbidas dessa nobre tarefa, ou seja, desenvolver o capitalismo.

Ao analisar o sistema *Verlagssystem*, Braudel descreveu um mecanismo de produção que, paulatinamente, transformou a função que mercadores e artesãos possuíam no sistema produtivo. Essa alteração custou a autonomia do artesão e sua submissão às exigências do mercador. Braudel apontou as várias fases pelas quais a indústria passou, bem como a importância dos artesãos, nesse período, contudo, estes não deixaram de ser vistos como mão-de-obra. Porém, o industrial, fruto da transformação sofrida pela classe dos mercadores, constituiu-se numa classe com valores e interesses distintos da classe da qual se originou.

Para Thompson, a figura do mestre-artesão que assalariava outros artesãos foi marcante no processo de constituição do empresariado industrial. Juntamente ao mercador que também contratava o serviço de artesãos, muitos desses mestres-artesãos conseguiram

sobreviver à introdução de máquinas no sistema produtivo e, consequentemente, ajudaram a formar o empresariado industrial. Se concebermos esse mestre-artesão ainda como um trabalhador, a formação da classe operária inglesa contou, na sua origem, com trabalhadores explorando trabalhadores.

Para Hobsbawm, os industriais foram uma classe de homens que se *fizeram sozinhos*, sem, no entanto, descrever mais detalhes de sua origem. Dentre as opções abertas aos trabalhadores, a possibilidade de se transformarem em um industrial burguês era praticamente impossível, assim era mais fácil se rebelarem. Os remanescentes dos artesãos qualificados formaram uma aristocracia da classe operária que resistiu o quanto pôde às transformações do sistema produtivo, mas pereceu quando se tornou obsoleta frente às novas máquinas.

A descrição de Schumpeter de seu empresário empreendedor como uma pessoa simples, não detentora de prestígio social ou riquezas, corrobora outras discussões que ressaltaram a relevância dos artesãos no processo de formação do empresariado industrial europeu. Ser um empreendedor não era algo possível de ser comprado com dinheiro, mas as suas principais virtudes, como a inteligência e a sagacidade, eram também acessíveis às camadas de trabalhadores.

No processo de industrialização europeu, as oportunidades para trabalhadores (artesãos ou assalariados) se tornarem industriais foram maiores quando ainda existia uma indústria embrionária, que, quando se consolida, dificultou a ascensão social dessa classe. Porém, havia ainda a possibilidade de imigrar para a América e participar de um processo de industrialização ainda incipiente. Nessas condições, a princípio, a possibilidade ainda de transformarem-se em industriais era algo possível.

Conforme explicitamos, tal como no contexto europeu, aqui no Brasil também há muitas controvérsias nas interpretações referentes ao processo de industrialização. Há modelos e teorias diferentes para se conceber o desenvolvimento econômico brasileiro, isso certamente influenciou as discussões quanto à constituição do empresariado industrial brasileiro. Dos pesquisadores analisados, o mais propenso a aceitar uma origem humilde para os industriais brasileiros foi Caio Prado Júnior, cuja análise destacou a importância de uma produção artesanal rústica, feita em pequenos estabelecimentos, na gênese do processo de industrialização.

Apesar de um número considerável de pequenos estabelecimentos nos censos industriais, boa parte dos estudiosos concentrou suas explicitações num modelo industrial pautado em médias e grandes indústrias. E, consequentemente, não enfatizaram a relevância

das pequenas indústrias no processo de industrialização, principalmente a participação dos imigrantes italianos, potenciais proprietários desses estabelecimentos.

Houve um relativo consenso das análises sobre o predomínio na formação do empresariado industrial das figuras do imigrante abastado e do cafeicultor. A tese de Warren Dean ganhou uma projeção e foi aceita por outros autores sem as devidas reflexões. Tal tese menospreza a existência ou a relevância de pequenas indústrias e oficinas artesanais contemporâneas das médias e grandes indústrias paulistanas[1].

A falta de estudos não nos possibilita afirmar, mas muito certamente, os donos desses pequenos estabelecimentos paulistanos, imigrantes em sua maioria, passaram por um processo de ascensão social semelhante ao experimentado pelos imigrantes, objetos de nossa pesquisa. Trouxeram seu *saber-fazer* de outro país e se instalaram como artesãos ou pequenos industriais.

Os imigrantes pobres foram tema de pesquisas que retrataram situações mais condizentes com sua pobreza, ou a exploração que, segundo alguns autores, os mergulhara num verdadeiro inferno nas lavouras cafeeiras paulistas. Alguns pesquisadores tornaram-se famosos por apontar as desgraças sofridas pelos imigrantes italianos nas fazendas cafeeiras. E ainda hoje, são aguerridos em defender a não-existência de ascensão social para os imigrantes. Todavia, até leigos no assunto, quando perguntados da vida de seus antepassados imigrantes no Brasil, fornecem, espontaneamente, histórias de sucesso, especialmente para as gerações já nascidas no Brasil. O veredicto sobre o embate entre *pessimistas* e *otimistas* foi dado pela própria realidade cotidiana.

Situações semelhantes à encontrada pelos imigrantes italianos em Ribeirão Preto devem ter ocorrido em outras partes do interior paulista (o empresariado calçadista em Franca é um exemplo), ou trabalhadores imigrantes, portadores de algum *saber-fazer* que, na busca pela sobrevivência, tornaram-se patrões em suas indústrias. O caso dos imigrantes em Ribeirão Preto constituiu apenas o exemplo de um fenômeno, possivelmente, de maiores proporções, pois muitos desses imigrantes, de acordo com as análises de Klein e Baily, chegaram ao lugar certo e na hora certa.

[1] As discussões de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Carlos Bresser Pereira guardam particularidades, sobretudo, por se concentrarem num processo industrial posterior à nossa análise. Fernando Henrique, como vimos, apontou inclusive a possibilidade de operários tecnicamente qualificados terem se transformado em industriais. Bresser Pereira, por outro lado, apontou um fenômeno de ascensão social ao longo das gerações, relacionando imigrantes e seus descendentes aos diretores das grandes indústrias paulistas.

REFERÊNCIAS

Referências Documentais

APHRP – Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo Prefeito Municipal Dr. Manoel Aureliano de Gusmão, na Sessão de 10 de janeiro de 1903. São Paulo: Duprat & Comp. 1903.

APHRP – Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928, 1929 e 1930.

APHRP – Livros de Registros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1890-1930).

APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902).

APHRP – Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904).

APHRP – Iventários *pos mortem* (1890-1930).

APHRP – Processos diversos
Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Referências Bibliográficas

BAILY, Samuel L. *The adjustment of Italian immigrants in Buenos Aires and New York (1870-1914).* **The American Historical Review**, v. 88, n. 2, p. 281-305, april, 1983.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico:** empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

BARCELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (Org.). **Na estrada do Anhangüera:** uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 1999.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos.** São Paulo: Contexto, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material:** economia e capitalismo (séculos XV-XVIII). São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3. v.

_____ O mediterrâneo e o mundo mediterrânico da época de Felipe II. Lisboa: Martins Fontes, 1983, 2 Vol.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____ Empresários, suas origens e as interpretações do Brasil. São Paulo: Unicamp, 1993.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CARELLI, M. **Carcamanos e comendadores.** São Paulo: Ática, 1985.

CARONE, Edgar. **A evolução industrial de São Paulo** (1880-1945). São Paulo: Senac, 2001.

CATALDO, Mario. **Storia dell'industria italiana.** Roma: Newton Compton, 1996.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil:** "andiamo in merica...". São Paulo: Edusp, 2003.

CINTRA, Rosana Aparecida. **Italianos em Ribeirão Preto:** vinda e vida de imigrante (1890-1900). 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Franca, 2001.

COSTA, Emília Viotti da, **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

_____ Da Senzala à Colônia. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

CREPAX, Nicola. **Storia dell'industria in Italia:** Uomini, Imprese e Prodotti. Bologna: Il Mulino, 2002.

DEAN, Warren, **A Industrialização de São Paulo** (1880-1945). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DI GIANNI, Tércio Pereira. **Italianos em Franca:** imigrante de boa estrela em uma cidade do interior. Franca: Unesp-FHDSS/Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

DURHAM, E. **Assimilação e mobilidade:** a história do imigrante num município paulista. São Paulo: IEB, 1991.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América:** a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

_____ **Historiografia da Imigração para São Paulo.** São Paulo: Idesp, 1991.

_____ **Imigração e Política em São Paulo.** São Paulo: Idesp, 1995.

_____ **Negócios e Ócios:** História da imigração. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FRANZINA, Emílio. **A grande emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GALDINO, Luiz. **Merica, Merica:** italianos no Brasil. São Paulo: Senac São Paulo, 2002.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Trabalho e Resistência:** os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890-1920). 1994. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Franca, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. **História de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

GUMIERO, Elaine Aparecida. **Ribeirão Preto e o desenvolvimento do seu comércio:** 1890-1937. 2000. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Franca, 2000.

HALL, Michael Mcdonald. **The origins of mass immigration in Brazil (1871-1914)**. 1969. 198 f. Columbia University: Tese (Doutorado em Filosofia), Faculty of Political Science, Columbia University, New York, 1969.

HOBSBAWM, Eric. J. **A Era do capital.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____ Mundos do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ A era das revoluções: Europa 1789-1848. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____ Os trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUTTER, L. **Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889).** São Paulo: IEB/USP, 1982.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz*:*** os conflitos e os bastidores da emigração italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IANNI, Octávio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

KLEIN, Herbert S. **Imigração espanhola no Brasil.** São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1994.

_____ *Migração internacional na história das Américas*. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2ª. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 13-31.

LEME, Marisa Saenz. **A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil.** São Paulo: Ática, 1991.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira:** as associações industriais, a política econômica e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e trabalho na história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira, 1973.

_____ **Conde Matarazo, o empresário e a empresa.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____ **O cativeiro da terra**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1979.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____ Manifesto do Partido Comunista. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____ **O capital**: crítica da economia política. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, l. 1.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec: Polis, 1998.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Empresários e hegemonia política.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

NEGRI, Barjas. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980).** São Paulo: SEADE, 1988.

OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. **Ribeirão Preto na República Velha:** economia e riqueza através das transações imobiliárias. 2006. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Franca, 2006.

OLIVEIRA, Lélio Luiz de. **Ao lado do café:** produção de exportação e de abastecimento em Franca (1890-1920). 2003. 251 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

PELLIZZETI, B. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional**. Curitiba: EPB, 1981.

PEREIRA, João Batista Borges. **Italianos no mundo rural paulista.** São Paulo: Edusp, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINTO, Luciana Suarez Galvão. **Ribeirão Preto:** a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. 2000. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Araraquara, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PUTNAM. Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália Moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REIS, Márcio Andreza dos. **O Eldorado dos imigrantes:** a trajetória das famílias espanholas em Ribeirão Preto de 1890-1910. 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Franca, 2002.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. **Médicos italianos em São Paulo:** um projeto de ascensão social. São Paulo: Idesp, 1997.

SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transformações da riqueza em Ribeirão Preto**, 1850-1950. 2004. 217 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Franca, 2004.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEMEGHINI, Ulisses. **Indústria e café em Campinas.** Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

SEYFERT, G. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília DF: Ed. UnB, 1990.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

_____ **Imigração e urbanização:** o Núcleo Colonial Antonio Prado em Ribeirão Preto. 2002. 208 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOMBART, Werner. **El burguês**: contribucion e la historia moral e intelectual del hombre economico moderno. Buenos Aires: Ediciones Oresme, 1953.

SORI, Ercole. **L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale.** Bologna: Il Mulino, 1979.

STOLKE, Verena. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec: Ed. Unicamp, 2000.

SWEEZY, Paul M. **Do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. (Org.). **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo.** São Paulo: Ed. UNESP, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** *e*nsaios sobre a economia brasileira. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3. v.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1989.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria**: São Carlos (1850-1950). São Carlos: Arquivo de História Contemporânea: UFSCar, 1986.

VIANNA, Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiba; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987, 2. v.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Dos coronéis à metrópole:** fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1967.

ANEXOS

ANEXO A

Principais indústrias em Ribeirão Preto em 1928, 1929 e 1930

1928					
Indústria	**Firma/ Cia.**	**Capital**	**Operários**	**Força Motriz**	**Produtos**
Tipografia Central	Valtada & Cia.	100:000$000	13	6 c.f.	Livros em branco e impressos em geral
Casa Selles	Antonio Salomone	35:000$000	19	3 c.f;	Livros e branco, impressos em geral, blocos, etc.
Tipografia Barillari	Mario Barillari	15:000$000	6	2 c.f.	Impressos em geral
Casa São Benedicto	J. Louzada & Cia.	80:000$000	14	5 c.e.	Malas, cintos, carteiras, pastas, polainas, etc.
Distillaria Malerba	S. Malerba & Cia.	50:000$000	6	–	Licores, vinagre, vinhos de frutas, xaropes, etc.
Paulista	Companhia Cervejaria Paulista	3.000:000$000	205	370 c.e.	Cerveja de baixa fermentação, gasosas, etc.
–	Duarto Bertoldi	60:000$000	12	4 c.e.	Cerveja de alta fermentação, gasosas, licores, etc.
Riograndense	Wlly La Bardleurs	10:000$000	3	5 c.e.	Solas, etc.
Ragazzi	Manufact. de calçados Ragazzi S. A.	800:000$000	16	6 c.e.	Botinas, sandálias e chinelos
–	Santos Lania & Irmãos	10:000$000	8	–	Ladrilhos em geral
–	Dante Saviolli	8:000$000	5	–	Ladrilhos em geral
–	José L. Atimo	5:000$000	8	–	Ladrilhos e mosaicos
Comp. Electro-Metalúrgica Brasileira	–	6.000:000$000	100	5.200 c.e.	Ferro e aço fundido, laminado, forjado, estampado, ferro gusa
Adolpho Bianchi	–	40:000$000	30	20 c.e.	Rodas d´água, engenho para cana, etc.
Antonio Diederichsen	–	300:000$000	79	30 c.e.	Máquinas agrícolas
Salvador Delloiagono	–	10:000$000	4	–	Móveis

1928					
Indústria	**Firma/ Cia.**	**Capital**	**Operários**	**Força Motriz**	**Produtos**
Paschoal Innecchi	–	154:000$000	10	3 c.f.	Camas de ferro, lavatórios, etc.
J. B. Ferrari & Cia	–	59:000$000	7	3 c.f.	Camas de ferro, etc.
Jorge Peters	–	13:000$000	4	2 c.f.	Camas de ferro, etc.
Heitor Rigon	–	80:000$000	44	13 c.e.	Móveis em geral
Ypiranga	Irmãos Venhi	14:000$000	6	2 c.e./8 c.v.	Sabão comum
–	Eugenio Barrichello	13:000$000	5	–	Sabão comum
–	Roque Nacarato	10:000$000	4	–	Sabão comum
–	Pedro C. de Paula Martins	20:000$000	3	5 c.e.	Especialidades farmacêuticas
Serraria Lehrão	Velludo, Riva & Cia.	350:000$000	23	16 c.v.	Madeiras serradas e aparelhadas para construções, móveis, etc.

Fonte: Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928, 1929 e 1930 (APHRP)

1929					
Indústria	**Firma/ Cia.**	**Capital**	**Operários**	**Força Motriz**	**Produtos**
Paulista	Pedro Pizzoli	4:900$000	3	–	Arreios em geral
São Benedicto	J. Louzada & Cia.	80:000$000	20	6 c.e.	Malas, valises, carteiras, pastas, etc.
Antonio Diederichsen	–	300:000$000	64	30 c.e.	Máquinas para lavoura
Adolpho Bianchi	–	40:000$000	18	14 c.e.	Rodas d´água, engenhos para cana e moinhos de fubá
–	José L. Altino	25:000$000	8	–	Ladrilhos
–	Santos Lania & Irmão	20:000$000	8	–	Ladrilhos diversos
–	Dante Savioli	18:000$000	5	–	Ladrilhos
–	Paschoal Innechi	150:000$000	61	18 c.e.	Camas de ferro
–	J. B. Ferrari & Cia.	59:000$000	9	3 c.e.	Camas de ferro
–	Jorge Petus	14:000$000	3	2 c.e.	Camas de ferro
Imecchi	Paschoal Imecchi	150:000$000	60	44 c.e.	Massas alimentícias
Industrial	Torquato Rizzi	110:000$000	12	20 c.e.	Macarrão de diversas qualidades
Basile	De Stefano & Basile	60:000$000	18	12 c.e./2 c.v.	Massas alimentícias

1929					
Indústria	**Indústria**	**Indústria**	**Indústria**	**Indústria**	**Indústria**
Savoia	José Iguacchiti	15:000$000	4	10 c.e.	Massas alimentícias
Comp. Agrícola Fazenda Dumont	–	80:000$000	18	50 c.f.	Reparação de Automóveis
Eduardo P. de Souza	–	25:000$000	11	5 c.f.	Reparação de automóveis
Guilherme Schubert	–	20:000$000	3	3 c.v.	Reparação de automóveis
Cláudio Andretto	–	10:000$000	2	3 c.v.	Reparação de automóveis
Cyrillo Laguna	–	10:000$000	4	5 c.v.	Reparação de automóveis
Brasilino Calura & Irmão	–	10:000$000	3	5 c.f.	Reparação de automóveis
Heitor Rigon	–	75:000$000	34	12 c.e.	Móveis em geral
Vicente Barillari	–	30:000$000	7	8 c.e.	Móveis em geral
H. Tarozzo & Irmão	–	30:000$000	15	6 c.e.	Móveis em geral
Luiz Mulin	–	20:000$000	6	5 c.e.	Móveis e madeiramentos em geral
Sylvestre Grandini	–	18:000$000	12	4 c.e.	Móveis em geral
Arthur Souza	–	15:000$000	6	3 c.e.	Móveis em geral
Nullo Coraucci	–	10:000$000	4	5 c.e.	Móveis em geral
Luiz Lorenzon & Filho	–	10:000$000	5	5 c.e.	Móveis em geral
José Lusiardi	–	10:000$000	3	3 c.e.	Cadeiras, etc.
Velludo, Piva	–	350:000$000	22	16 c.e./50 c.v.	Madeiras serradas e aparelhadas
Antonio Diederichsen	–	300:000$000	59	120 c.v.	Madeiras serradas e aparelhadas e esquadrias
Serra & Cia.	–	100:000$000	50	16 c.e./60 c.v.	Madeiras serradas e aparelhadas, esquadrias, etc.
Peroluz	H. E. Kruse & Cia.	24:000$000	4	–	Sabão comum
–	Irmãos Vecchi	14:000$000	3	1 c.e.	Sabão comum
–	Eugenio Barichello & Cia.	13:000$000	3	–	Sabão comum
–	Roque Nacarato	10:000$000	5	–	Sabão comum
–	Comp. Agrícola Fazenda Dumont	10:000$000	2	–	Sabão comum

1929					
Indústria	**Firma/ Cia.**	**Capital**	**Operários**	**Força Motriz**	**Produtos**
Jorge Zeraik	–	10:000$000	7	–	Tijolos simples
Irmãos Vecchi & Cia	–	30:000$000	10	20 c.e.	Tijolos simples
Francisco Antonio Calil	–	10:000$000	14	–	Tijolos simples
Antonio Pasqualin & Filhos	–	50:000$000	12	3 c.e.	Serralheria em Geral
Paulo Ferlin	–	8:000$000	6	3 c.e.	Grades, portas onduladas, portões, etc.
Pedro Bartholomeu	–	5:000$000	3	2 c.e.	Portões, grades, etc.
Paulista	Comp. Cervejaria Paulista	3.000:000$000	170	370 c.e/100 c.v.	Cerveja de baixa fermentação, gasosas e guaranás
–	Quarto Bertoldi	60:000$000	10	4 c.e.	Cerveja de alta fermentação, licores, gasosas, xaropes, etc.
Luzitana	João Ferreira Ribeiro	5:000$000	3	1 c.e.	Cerveja de alta fermentação e gasosas
Central	Vallada & Cia.	100:000$000	14	6 c.e.	Impressos em geral
Selles	Antonio Salomone	80:000$000	10	4 c.e.	Livros em branco e impressos em geral
Diário da Manhã	Juvenal Guimarães	30:000$000	6	2 c.e.	Jornal
Barillari	Mario Barillari	15:000$000	6	1 c.e.	Impressos em geral e carimbos de borracha
Gráfica Brasil	A. Martins Narciso & Cia.	5:000$000	6	4 c.e.	Impressos em geral
–	Mazzeto & Cia.	22:500$000	20	–	Botinas feitas à mão
–	Russo & Randinone	16:000$000	11	5 c.e.	Botinas, sapatos, chinelos e sandálias
Malerba	S. Malerba & Cia.	213:000$000	5	–	Licores, vinagre, vinho de frutas, xarope, etc.
–	C. Guazzelli	20:000$000	1	–	Licores, vinagre, vinho de frutas, etc.
Brasil	Alfredo Tiezzi	10:000$000	3	–	Licores, vinhos de frutas

1929					
Indústria	**Firma/ Cia.**	**Capital**	**Operários**	**Força Motriz**	**Produtos**
–	Pedro Custódio de Paula Martins	10:000$000	4	6 c.e.	Licores, gasosas, etc.
Ramos	M. Rosário & Cia.	10:000$000	2	–	Licores, vinagre, vinho de frutas, xaropes, etc.
Nordeste Paulista	Francisco Pacca & Cia.	10:000$000	3	–	Licores, vinagre, vinhos de frutas, etc.
Ypiranga	Arcângelo Cecconi	20:000$000	8	–	Balas, caramelos, etc.
Bomboniere Alemã	João Emschermann	10:000$000	5	–	Balas, bombons, pralinés, etc.
–	Domingos Zampol & Filhos	7:000$000	3	5 c.e.	Esquadrilhas, etc.
Luzo Brasileiro	Souza & Ferreira	20:000$000	3	5 c.e.	Esquadrilhas, etc.
Romero	Thomaz Roméro	20:000$000	2	4 c.e.	Esquadrilhas, etc.
Ítalo Brasileira	Arduino Noccioli	13:000$000	4	2 c.e.	Esquadrilhas, etc.
São José	José Barillari	10:000$000	3	5 c.e.	Portas, janelas, batentes, caixilhos, etc.
São José	Irmãos Barban	8:000$000	2	2 c.e./2 c.f	Artigos de carpintaria em geral
Comp. Electro-Metalúrgica Brasileira	–	6.000:000$000	100	5.200 c.e.	Ferro e aço fundido, laminado, forjado, estampado, ferro guza. Paralisada.
Barracão	Angelo Maggioni	160:000$000	10	20 c.e.	Solas, vaquetas e pelicas
Rio Grandense	Willy La Bradbury	18:800$000	2	5 c.e.	Vaquetas, etc.

Fonte: Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928, 1929 e 1930 (APHRP)

1930					
Indústria	**Firma/ Cia.**	**Capital**	**Operários**	**Força Motriz**	**Produtos**
São José	Irmãos Barban	8:000$000	2	2 c.e.	Portas, janelas, batentes, etc.
Ítalo Brasileira	Arduíno Noccioli	12:000$000	2	3 c.e.	Esquadrias e madeiramento para construções.
Santos Lania & Irmão	–	10:000$000	6	–	Mosaicos e ladrilhos

1930					
Indústria	**Firma/ Cia.**	**Capital**	**Operários**	**Força Motriz**	**Produtos**
Luzo Brasileira	Souza & Ferreira	20:000$000	2	5 c.e.	Esquadrilha em geral
Romero	Thomaz Romero	20:000$000	4	1 c.e.	Esquadrilhas em geral
Vicente Golfeto	–	40:000$000	-	-	[olaria] paralisada em 1930
Irmãos Vecchi & Cia.	–	30:000$000	4	2 h.p.	Telhas prensadas, tijolos simples, e ladril cerâmico
Comp. Agrícola Fazenda Dumont	–	10:000$000	2	–	Sabão comum
Marte	Hugo Martini	1:500$000	2	–	Tintas para sapateiro
Roque Nacarato	–	10:000$000	4	–	Sabão comum
Irmãos Vecchi	–	14:000$000	5	6 h.p.	Sabão comum e sabonetes
Luiz Ignácio	–	25:000$000	4	–	Sabão comum
Pastifício Innecchi	Paschoal Innecchi	150:000$000	45	32 h.p.	Macarrão de diversas qualidades
Pastifício Basile	De Stefano & Basile	60:000$000	15	10 h.p.	Massas alimentícias
Ypiranga	Archangelo Cecconi	50:000$000	14	7 h.p.	Balas, confeitos, torrão, etc.
A Bomboniere Alemã	João Emschermann	5:000$000	2	–	Balas, bombons, etc.
Santo Antonio	José Martinelli	10:000$000	7	3 h.p.	Balas, bombom, caramelos, etc.
Guarani	Quarto Bertoldi	59:465$000	8	2 h.p.	Cerveja de alta fermentação, licores, xaropes, etc.
Antártica Paulista	Comp. Antártica Paulista S. A.	–	269	200 h.p./50 h.p. (vapor)	Cervejas de baixa fermentação, gasosas, etc. O capital está incluído no da matriz
Cervejaria Paulista	Comp. Cervejaria Paulista	4.500:000$000	160	400 h.p./150 h.p. (vapor)	Cerveja de baixa fermentação e gasosas
Fábrica Luzitania	João Ferreira Ribeiro	20:000$000	5	1 h.p.	Cerveja de alta fermentação e gasosas
Elias Maris	–	6:974$400	12	3 h.p.	Calçados de vários tipos

1930					
Indústria	**Firma/ Cia.**	**Capital**	**Operários**	**Força Motriz**	**Produtos**
Distilaria Malerba	S. Malerba Cia.	294:584$000	4	–	Licores, xaropes, vinagre e vinho de frutas
Antonio Vieste	–	8:384$550	11	3 h.p.	Botinas e sandálias
–	C. Guazzelli	6:000$000	3	–	Licores, vinagre, etc.
Nordeste Paulista	Francisco Pacca & Cia.	10:000$000	3	–	Licores, xaropes, vinagre, etc.
Mazzetto & Cia.	–	7:000$000	5	–	Botinas, sapatos e chinelos
João Binotto	–	4:000$000	4	–	Botinas e sapatos
Russo & Rondinone	–	20:000$000	14	5 h.p.	Botinas, sapatos, sandálias e chinelos
Brasil	A. Martins Narciso & Cia.	4:000$000	5	4 h.p.	Impressos em geral
Ache, Travassos & Cia. (secção)	–	10:000$000	3	1 h.p.	Impressos em geral. Vide produtos químicos e farmacêuticos
Mordocco	Amleto Mordocco	15:000$000	4	1 h.p.	Impressos em geral
Comp. Antártica Paulista S. A. (secção)	–	300:000$000	5	100 h.p.	Gelo para bebidas. Vide fábricas de bebidas
Comp. Antártica Paulista	–	–	–	–	Gelo para bebidas. O capital, operários e a força motriz estão incluídos no da fábrica de cerveja
Diário das Notícias	José da Silva Lisboa	80:000$000	22	3 h.p.	Jornal
Diário da Manhã	Juvenal Guimarães	30:000$000	6	2 h.p.	Jornal
Vallada	Lydio Vallada	100:000$000	12	6 h.p.	Impressos em geral
Sélles	Antonio Salomone	35:000$000	6	4 h.p	Impressos em geral
Empresa Jornalística “A Cidade”	Renato Barillari	50:000$000	10	2 h.p.	Jornal
Paulo Ferlin	–	8:000$000	3	2 h.p.	Grades, portões e consertos
Barracão	Angelo Maggioni	80:000$000	6	10 h.p	Solas, etc.

1930					
Indústria	**Firma/ Cia.**	**Capital**	**Operários**	**Força Motriz**	**Produtos**
Pedro Pizzoli	–	4:984$000	4	–	Arreios e consertos
Rio Grandense	Willy La Bradbury	18:865$000	2	5 h.p.	Vaquetas e pelicas
José Corrêa Rangel	–	120:000$000	16	50 h.p.	Peroba, canela e outras madeiras serradas e aparelhadas
Adolpho e Antonio Serra	–	100:000$000	30	16 h.p/60 h.p. (vapor)	Peroba, cedro, canela e imbuia, serradas e aparelhadas
Antonio Diederichsen	–	100:000$000	3	120 h.p (vapor)	Peroba e outras madeiras serradas e aparelhadas
Arthur de Souza	–	15:000$000	3	3 h.p.	Móveis em geral
Delloiagono & Cia.	–	200:000$000	18	15 h.p.	Móveis em geral
Raphael Baccaro	–	2:500$000	2	2 h.p.	Berços torneados, cabides, etc.
H. Tarozzo & Irmão	–	20:000$000	11	5 h.p.	Móveis em geral
Heitor Rigon	–	75:000$000	9	13 h.p.	Móveis em geral
Francisco Cristofani	–	40:000$000	16	15 h.p.	Cadeiras e artefatos de madeira
Paulo Casanova	–	5:000$000	4	2 h.p.	Móveis em geral
Salvador Delloiagono	–	5:000$000	2	–	Móveis em geral
José Pimenta de Carvalho	–	100:000$000	5	30 h.p.	Cadeiras e mobílias
José de Souza	–	20:000$000	5	–	Móveis e gestas de vime
Luiz Lorenzon & Filho	–	8:000$000	2	5 h.p.	Móveis em geral
Comp. Brasileira de Mineração e Metalúrgica	–	6:000$000	–	5.200 h.p.	Ferro e aço fundido, laminado, forjado, estampado e ferro gusa. Paralisada em 1930
Sylvestre Grandini	–	18:769$000	9	4 h.p.	Móveis em geral
Antonio Diederichsen	–	300:000$000	29	12 h.p.	Máquinas agrícolas e consertos

1930					
Indústria	**Firma/ Cia.**	**Capital**	**Operários**	**Força Motriz**	**Produtos**
Adolpho Bianchi	–	40:000$000	8	5 h.p.	Engenhos para cana, rodas d´água, etc.
Comp. Mogyana de Estradas de Ferro	–	25:000$000	2	20 h.p.	Reparação de material rodante ferroviário
Cyrillo Laguna	–	10:000$000	4	3 h.p.	Consertos de automóveis
Eduardo Gomes de Souza	–	50:000$000	10	6 h.p.	Reparação de automóveis
Emílio Fávero	–	30:000$000	3	5 h.p.	Construção e reparação de carrocerias para automóveis, carroças, etc.
Salvador Spadoni	–	114:000$000	6	6 h.p.	Parafusos e buchas para automóveis
Antonio Pasqualin & Filhos	–	24:412$000	8	3 h.p.	Portas, portões, grades, etc.
Irmãos Pasqualin	–	10:000$000	6	3 h.p.	Portões, grades, fogões, etc.
Barillari	Mario Barillari	15:000$000	6	1 h.p.	Impressos em geral e carimbos de borracha
–	R. Vallada & Sampaio	73:000$000	8	2 h.p.	Impressos em geral
–	J. B. Ferrari & Cia.	59:000$000	5	3 h.p.	Camas de ferro
Santa Maria	Jorge Petera	5:000$000	3	2 h.p.	Camas de ferro
Irmãos Vecchi	–	10:000$000	5	3 h.p.	Construção e reparação de carroças, semi-trolis, carrocerias para automóveis

Fonte: Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928, 1929 e 1930 (APHRP)

ANEXO B

Requerimentos de colonos para aquisição de lotes no Núcleo Colonial Antonio Prado entre 1887 e 1893

Nome do Requerente	Origem	Data	Pedido
A. Dubor	França	1887	Concessionário lote 3 – 3ª. Seção
Fávero Francesco	Itália	1887	Pede lote 7 e 3 – 2ª. Seção
Trevisan Giovanno	Itália	1887	Pede lote 51 – 2ª. Seção
José Alves da Silva	Portugal	1887	Concessionário lote 52 – 2ª. Seção
Leonardi Giovanni	Itália	1887	Concessionário lote 9 – 2ª. Seção
Leopoldo Caesar	Alemanha	1887	Pede lote3 – 1ª. Seção
Manoel Bernardino de Souza	Portugal	1887	Pede lote 19 – 1ª. Seção
Martim Giuseppe	Itália	1887	Pede lote 63 – 2ª. Seção
Moro Valentino	Itália	1887	Pede lote 58 – 2ª.Seção
Milani Ângelo	Itália	1887	Pede lote 10 – 2ª. Seção
Monnayer Pierre Jozeph	Bélgica	1887	Pede lote 13 – 3ª. Seção
Noamy Gestas	França	1887	Pede lote 1 – 3ª. Seção
Pizzin Giacomo	Itália	1887	Pede lote 1 – 1ª. Seção
Valentino Balaminut	Itália	1887	Pede lote 8 – 3ª. Seção
Sante Giroldo	Itália	1887	Pede lote 62 – 2ª. Seção
Vidotto Giuseppe e Marcusso Antonio	Itália	1887	Pedem lotes 18 e 10 – 3ª. Seção
Alexandre Tavares	Itália	1888	Pede um lote
SebastianoSdregotti	Não consta	1888	Pede um lote
Pitol Francesco	Itália	1888	Pede o lote 26 – 2ª. Seção
Eusebio da Rocha Moreira	Portugal	1888	Pede o lote 9 – 2ª. Seção
Favari Luigi	Itália	1888	Pede o lote 9 – 2ª. Seção
Francesco Pontello	Itália	1888	Pede o lote 30 – 2ª. Seção
Favari Giosué	Itália	1888	Pede o lote 10 – 2ª. Seção
Feraco Giuseppe	Itália	1888	Pede o lote 15 – 1ª. Seção
Trichese Lourenço	Itália	1888	Pede o lote 25 – 2ª. Seção
Tolon Giovanni	Itália	1888	Pede o lote 13 – 3ª. Seção
Trevisal Giuseppe	Itália	1888	Pede o lote 33 – 2ª. Seção
Basílio Trevisan	Itália	1888	Pede o lote 50
Hinrick Dleckmann	Alemanha	1888	Pede o lote 18 – 1ª. Seção
Joaquim de Oliveira Garcia	Brasil	1888	Pede o lote 20 – 1ª. Seção
Abaixo assinado c/3 assim. Juan Marin; Ramon Hernandez e José Perez Vasquez	Espanha	1888	Pedem lotes 16, 17,29 – 2ª. Seção
[?]	Itália	1888	Pede o lote 11 – 3ª. Seção
Menegon Giacomo	Itália	1888	Pede o lote 5 – 3ª. Seção
Otto Stephan	Alemanha	1888	Pede o lote 7 – 1ª. Seção
Noarte Amadio	Itália	1888	Pede o lote 13 – 1ª. Seção
Norberto Alves da Silva	Portugal	1888	Pede o lote 50 – 2ª. Seção
Pavan Antonio	Itália	1888	Pede o lote 11 – 2ª. Seção
Piovesan Giuseppe	Itália	1888	Substitui lote 29 – 2ª. Seção por lote 11 – 1ª. Seção
Polan Pietro	Itália	1888	Pede lote 32 – 2ª. Seção
Robert Brandt	Alemanha	1888	Pede lote 20 – 1ª. Seção
Roberto Gustavo Ebert	Alemanha	1888	Pede lote 1 – 4ª. Seção
Rivoiro Michele	Itália	1888	Pede lote 28 – 2ª. Seção
Stefanel Luigi	Itália	1888	Pede lote 12 – 2ª. Seção. Pede p/ vender a Bertholote Giuseppe
Vicenso Giovanni	Itália	1889	Pede lote 31 – 2ª. Seção
Zumello Pietro	Itália	1889	Concessionário lote 16 – 4ª. Seção
Zandotti Ventura	Itália	1889	Concessionário lote 7 – 4ª. Seção

Nome do Requerente	Origem	Data	Pedido
Rigatto Giuseppe	Itália	1889	Concessionário lote 8 – 2ª. Seção
Walther Paetz	Alemanha	1889	Concessionário lote 2 – 1ª. Seção
Reggiani Agostinho	Itália	1889	Concessionário lote 15 – 4ª. Seção
Raphael Policastro	Itália	1889	Concessionário lote 3 – 4ª. Seção
Torresani Luigi	Itália	1889	Concessionário lote 3 – 4ª. Seção
Talon Giovanni	Itália	1889	Pede p/ transferir lote 13 – 3ª. Seção para Romano Giacomo
Bregis Giacomo	Itália	1889	Concessionário lote 17 – 4ª. Seção
Polo Angelo	Itália	1889	Pede título provisório lote 27 – 2ª. Seção
Piovesan Giovanni	Itália	1889	Pede título provisório lote 17 – 1ª. Seção
Pedro Ribas	Espanha	1889	Pede título provisório lote 49 – 2ª. Seção
Pedro Pereira de Souza	Brasil	1889	Pede o lote 26 – 4ª. Seção
Pisanello Rocco	Brasil	1889	Pede o lote 11 – 4ª. Seção
Nicolao Theresa Veber	Alemanha	1889	Pede lote 14A na Sede
Grasson Giuseppe	Itália	1889	Pede p/ transferir lote 28 – 4a. Seção p/ Giuseppe Crosara
Manoel da Silva Pereira	Brasil	1889	Concessionário lote 25 – 4ª. Seção
Marcussi Antonio	Brasil	1889	Concessionário lote 10 – 3ª. Seção
Manoel Moraes dos Santos	Portugal	1889	Concessionário lote 50 – 2ª. Seção
Mangano Jiusepina	Não consta	1889	Pede p/ transferir lote 10 – 4ª. Seção a Fachim Giuseppe
Lappate Giuseppe	Itália	1889	Concessionário lote 20 – 4ª. Seção
Jacintho Fuentes	Espanha	1889	Solicita título provisório do lote 48 – 2ª. Seção
João Reinhardt e Edmundo Reinhardt	Alemanha	1889	Concessionário lotes 2 e 4 – 1ª. Seção
Taurino Camini	Não consta	1889	Concessionário lote 19 – 4ª. Seção
Francisco José do Nascimento	Brasil	1889	Pede p/ transferir lote 27 – 4ª. Seção p/ José Zerbetto
Fernando Joaquim Gonçalves	Portugal	1889	Concessionário lote 1A – 3ª. Seção
Ferraro Francesco	Não consta	1889	Concessionário lote 14 – 4ª. Seção
Francisco Gambier de Souza Pacheco	Portugal	1889	Concessionário lote 18A – Sede
Finardi Luigi	Itália	1889	Concessionário lote 13 – 4ª. Seção
Fachin Giuseppe	Itália	1889	Concessionário lote 10 – 4ª. Seção (era de Jiusepina Mangano)
Frandin Maria	Itália	1889	Concessionário lote 18 – 3ª. Seção
Damont Alfonso	Itália	1889	Concessionário lote 23 – 4ª. Seção
Marcelino José Francisco	Itália	1890	Concessionário lote 20 – 2ª. Seção
Marian Oliva	Itália	1890	Concessionário lote 23 – 2ª. Seção
Marian Carlo	Itália	1890	Concessionário lote 22 – 2ª. Seção
Manuele Luigi	Itália	1890	Concessionário lote 12A – Sede
Otto Dresler	Não consta	1890	Pede p/ transferir lote 21 – 1ª. Seção para Alberto Grimm
Noze Pietro	Itália	1890	Concessionário lote 1 – 4ª. Seção
Pietro Rizuto	Itália	1890	Concessionário lote 17 – Sede
Pontello Francisco	Itália	1890	Pede título definitivo lote 30 – 2ª. Seção
Raffini Francisco	Não consta	1890	Concessionário lote 25 – Sede
Richard Antonio	Não consta	1890	Concessionário lote 14 – Sede
Guerino Alves Pereira	Brasil	1890	Concessionário lote 8 – 3ª. Seção
Secundino Antonio da Rocha	Brasil	1890	Concessionário lote 44 – 2ª. Seção
Domingos Augusto da Costa e Silva	Brasil	1890	Concessionário lote 10 – 3ª. Seção
Edmundo Reinhardt	Alemanha	1890	Pede o lote 20 – Sede

Nome do Requerente	Origem	Data	Pedido
Eustaquio da Costa Rezende	Não consta	1890	Concessionário lote 57 – 2ª. Seção
Ferresin Antonio	Itália	1890	Concessionário lote 22 – 4ª. Seção
Clemente Francisco	Não consta	1890	Concessionário lote 7 – 1ª. Seção
Francisco Macedo	Brasil	1890	Pede um lote
José Francisco Jogo	Portugal	1890	Concessionário lote 20 – 4ª. Seção pertencente a Giuseppe Lapatti
José Marcelino de Andrade Gambier	Não consta	1890	Concessionário lote 5A – Sede
José Justino Rodrigues	Não consta	1890	Concessionário lote 10 – Sede
Joaquim Barboza de Carvalho	Brasil	1890	Concessionário lote 45 – 2ª. Seção
José Puentes	Espanha	1890	Concessionário lote 53 – 2ª. Seção
Giuseppe Facolino	Itália	1890	Conc. Lotes 2 – 1ª. Seção e 6A
Luchesi Giuseppe	Itália	1890	Concessionário lote 63 – 2ª. Seção
Mailard Celestin	Não consta	1890	Concessionário lote 22 – Sede
Manoel Paulino de Oliveira	Não consta	1890	Concessionário lote 60 – 2ª. Seção
Miguel Zerbetto	Não consta	1890	Pede lote 28 – Sede
Valente Fontato	Itália	1890	Pede lote 34A
Veríssimo Rodrigues Chaves	Não consta	1890	Pede lote 6A – Sede
Vicenzo Golfetto	Itália	1890	Pede lote 18 – 3ª. Seção
Romani Luigi	Itália	1890	Pede lote 17 – Sede
Romano Enrico	Itália	1890	Concessionário lote 2 e 2A – Sede
Policarpo Barreto	Não consta	1890	Concessionário lote 62 – 2ª. Seção
Paulo Pardechele	Itália	1890	Concessionário lote 26 – Sede
Pedro Nieri	Itália	1890	Concessionário lote 61 – 2ª. Seção
Oscar Ihie	Alemanha	1890	Pede lote 16 urbano
Mário de Andrade Gambier	Brasil	1890	Pede lote 46 – 2ª. Seção
Miguel Pereira da Fonseca	Portugal	1890	Pede lote 13A – Sede
Pedro Venâncio Martins	Não consta	1890	Pede lote 3 – 4ª. Seção (comprou de Rafael Policastro)
Manoel José de França	Não consta	1890	Pede lote 12 – Sede
Luiz Vieira	Portugal	1890	Concessionário lote 11 – Sede
Lappate Giuseppe	Itália	1890	Pede p/ transferir lote 20 – 4ª. Seção p/ José Francisco Jogo
Lorenço Galbaldo	Itália	1890	Concessionário lote 15 – 1ª. Seção
João Vicente Ferreira	Não consta	1890	Pede lote 23 –Sede
José Joaquim Vieira	Portugal	1890	Concessionário lote 31A – Sede
Joaquim Alves	Brasil	1890	Pede lote 43 – 2ª. Seção
José Antonio Pereira da Costa	Portugal	1890	Pede lote 18 – 1ª. Seção
Ferrari Lorenzo	Itália	1890	Concessionário lote 17 – Sede
Framzot Giacomo	Não consta	1890	Pede p/ transferir lote 6 – 3ª. Seção a Jaquetto Pietro
Felippo Borreca	Itália	1890	Concessionário lote 66 – 2ª. Seção
Francisco Rodrigues Maciel	Não consta	1890	Pede lote 46 – 2ª. Seção
Fávero Fortunato	Itália	1890	Concessionário lote 1A – Sede
Feraco Giuseppe	Itália	1890	Pede p/ transferir lote 15 – 1ª. Seção
Fincetto Luigi	Itália	1890	Concessionário lote 25A – Sede
Frederico Augusto da Costa	Itália	1890	Concessionário lote 46 – 2ª. Seção
Daniele Desucé	Itália	1890	Pede lote 18 – 2ª. Seção
Domingos Marques da Silva	Portugal	1890	Pede lote 4 – Sede
David Petterson	Itália	1890	Concessionário lote 21 – Sede
Saverio Benelli	Itália	1890	Pede lote 4A – Sede
Stefano Gualiza	Não consta	1890	Solicita título definitivo do lote 21 – 4ª. Seção
Patuzo Marco	Itália	1890	Pede lote 31 – 2ª. Seção
José Bernardo Saraiva	Não consta	1890	Pede concessão do lote 4 – Sede

Nome do Requerente	Origem	Data	Pedido
José Soares da Silva	Brasil	1891	Pede lote 4 – 4ª. Seção
José Battistioli	Itália	1891	Concessionário lote 9 – Sede
Jules H. A. Romedenne	Bélgica	1891	Concessionário lote 23A e 23 – Sede
Minello Francesco	Itália	1891	Concessionário lote 19 – Sede
Pedro Senni	Itália	1891	Concessionário lote 34 – Sede
Stefanelli Giacomo	Itália	1891	Conc. lotes 1 – Sede e 10 – 2ª. Seção
Stefanelli Giovanni	Itália	1891	Conc. lotes 2 – 2ª. Seção e 6 – Sede
Thomas Pazos Fuentes	Espanha	1891	Pede lote 24 – 2ª. Seção
Targino Gomes do Carmo	Brasil	1891	Pede lote 36 – 2ª. Seção
Jovino da Silva Ramos	Não consta	1891	Pede um lote na 1ª. Seção
Romoaldo Nardini	Itália	1891	Concessionário lote 33 – 2ª. Seção
Luigi Ciampa	Itália	1891	Concessionário lote 31 – Sede
Enrico Pozzaty	Não consta	1891	Pede autorização p/ transferir o lote 34 (Sede) a Pedro Lenni
Esteli Leonardo	Itália	1891	Pede título definitivo do lote 32 – 2ª. Seção
Colussi Giuseppe	Não consta	1891	Concessionário lote 13 – 2ª. Seção
Moroni Ercoli	Itália	1891	Concessionário lote 13 – Sede
Marian Valentin	Não consta	1891	Concessionário lote 21 – 2ª. Seção
Luiz Janini	Não consta	1891	Concessionário lote 12A – Sede
João Baptista Nogueira	(imigrante)	1891	Concessionário lote 5 – Sede
José Zerbetto	Não consta	1891	Pede título definitivo do lote 27 – 4ª. Seção
Joaquim Ferreira da Silva	Brasil	1891	Pede lote 37 na 2ª. Seção
José Rosa da Silveira	Não consta	1891	Pede lote 38 – 2ª. Seção
Francisco Frederico	Itália	1891	Concessionário lote 14A – Sede
Frederico Augusto da Silva	Não consta	1891	Requer título definitivo do lote 46 – 2ª. Seção
Francisco de Assis Ferrari	Itália	1891	Requer lote 38 – 2ª. Seção
Frederico Fiedler	Não consta	1891	Requer lote 34 – Sede
Francisco Berling	Alemanha	1891	Requer lote 18A – 1ª. Seção
Esiquiel Vieira de Carvalho	Portugal	1891	Requer lote 9 – 2ª. Seção
Golfeto Vicenzo	Itália	1891	Concessionário lote 18 – 3ª. Seção
De Bonis Vicenzo	Itália	1891	Concessionário lote 17A – Sede
Drozianno Giovanni Battista	Itália	1891	Concessionário lote 14 – 2ª. Seção
De Bonis Giuseppe	Itália	1891	Concessionário lote 54 – 2ª. Seção
Luigi Delbem	Itália	1891	Concessionário lote 16A – Sede
Rivoiro Giovanni	Não consta	1891	Concessionário lote 1 – Sede
Romon Fernandes	Espanha	1891	Concessionário lote 29 – 2ª. Seção
Pascuon Antonio	Itália	1891	Concessionário lote 15 – 2ª. Seção
Pedro Giraldo	Não consta	1891	Concessionário lote 1 – 3ª. Seção – obs. Consta no título lote 13
Pascom Giacomo	Não consta	1891	Concessionário lote 12 – Sede
Prontelli Serafino	Itália	1891	Concessionário lote 40 – 2ª. Seção
Nossi Ulisse	Itália	1891	Concessionário lote 39 – 2ª. Seção
Pedro Weber	Alemanha	1891	Concessionário lote 57 – 2ª. Seção
Pedro Viera	Portugal	1891	Concessionário lote 18A – 1ª. Seção
Pedro Bosi	Itália	1891	Concessionário lote 34 – 2ª. Seção
Virgilio Guimarães	Não consta	1891	Pede lote 54 – 2ª. Seção
Vigioni Giovanni	Itália	1891	Concessionário lote 20 – Sede
Santo Luigi	Não consta	1891	Pede lote 5 – Sede
Santo Baptista	Itália	1891	Concessionário lote 5 – Sede
Florestan Rodrigues da Cunha	Não consta	1891	Pede concessão do lote 10

Nome do Requerente	Origem	Data	Pedido
Finardi Luigi	Não consta	1891	Concessionário lote 13 – 4ª. Seção
José Bignardi	Não consta	1891	Pede lote 21A – urbano. Informa o motivo de não ter feito benfeitorias
José Nunes Tosta	Portugal	1891	Requer lote 36
Fritz Rahmer	Alemanha	1891	Pede passagem livre para escolher um lote
Mansueto Bonaccorsi	Não consta	1893	Concessionário lote 7 – 1ª. Seção

Fonte: SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, 2008, p. 67.

ANEXO C

Alvarás de Licença para abertura de estabelecimentos

Alvarás de Licença (1891)

Ofício artesanal	Nº.	Italianos	Ofício industrial	Nº.	Italianos
Alfaiataria	9	4	Caldeiraria	2	2
Barbaria	5	2	Caldeiraria e selaria	1	0
Botequim e Casa de pasta	1	0	Engenho	12	0
Caldeirão	1	1	Fábrica de cerveja	9	8
Carpinteiro	1	0	Fábrica de massas	1	1
Casa pasta	1	0	Fábrica de sabão	1	0
Confeitaria	1	0	Fazendas/ Fábrica de cerveja	2	1
Costureira	1	0	Ferreiro	3	1
Modista	2	1	Máquina café	5	0
Moveis e madeiras	1	0	Máquinas refinadoras	1	0
Oficina alfaiate	1	0	Marcenaria	7	3
Oficina de sapataria	4	0	Mascate e Fábrica de cerveja	1	0
Relojoaria	3	3	Molhados/Fábrica de cerveja	2	2
Sapataria	7	4	Molhados/Engenho	1	0
Selaria	5	2	Oficina – ferraria	2	1
–	–	–	Oficina – ferraria e carroças	2	1
–	–	–	Oficina caldeiraria	2	0
–	–	–	Oficina de carroça	1	0
–	–	–	Oficina de marcenaria	1	0
–	–	–	Oficina ferreiro	6	0
–	–	–	Olaria	6	2
–	–	–	Padaria	1	1
–	–	–	Quadros/marcenaria	1	0
–	–	–	Tipografia	1	0
Total	**43**	**17**	**Total**	**71**	**23**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902)

Alvarás de Licença (1892)

Ofício artesanal	Nº.	Italianos	Ofício industrial	Nº.	Italianos
Alfaiataria	8	3	Barras e oficinas	1	0
Barbaria	6	3	Caldeiras	1	1
Casa de pastas	2	1	Calderaria	1	0
Confeitaria e café	1	1	Carpintaria	1	0
Costureira	1	0	Curtume	1	1
Fazendas e barbaria	1	0	Engenho	14	1
Fazendas, bilhetes e alfaiataria	1	0	Fábrica carroças	3	3
Funileiro e mascate folhas	1	0	Fábrica de cerveja	13	9
Jóias e relojoaria	1	1	Fábrica de gasosa e botequim	1	1
Modas e costura	1	1	Fábrica de massas	1	1

Ofício artesanal	No.	Italianos	Ofício industrial	No.	Italianos
Molhados e casa de pasta etc.	2	1	Fábrica de móveis	1	1
Molhados e padaria	2	2	Fabrica de sabão	1	0
Sapataria	12	7	Ferreiro	3	2
Selaria	5	1	Máquina de café	4	2
–	–	–	Marcenaria	8	3
–	–	–	Marmorista	1	0
–	–	–	Mascate e Calderaria	1	1
–	–	–	Moinho fubá	2	0
–	–	–	Molhados, Fábrica de cerveja	1	1
–	–	–	Oficina – carroça e ferraria	1	1
–	–	–	Oficina caldeireiro	1	0
–	–	–	Oficina de carroça e troli	1	0
–	–	–	Oficina ferraria	5	3
–	–	–	Olaria	9	1
–	–	–	Padaria	4	3
–	–	–	Padaria e massas	1	1
–	–	–	Padaria, confeitaria e botequim	1	0
–	–	–	Restaurante, fábrica de cerveja	1	1
Total	**44**	**21**	**Total**	**83**	**37**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902)

Alvarás de Licença (1893)

Ofício artesanal	Nº.	Italianos	Ofício industrial	Nº.	Italianos
Alfaiataria	10	5	Caldeiraria	6	2
Barbaria	6	4	Carpintaria	1	0
Barbaria e alfaiataria	1	0	Cortume	1	1
Casas de massas e costuras	1	0	Engenho	9	2
Chapelaria, tinturaria etc	1	0	Fábrica de bebidas	1	1
Corte sapato	1	0	Fábrica de café moído	1	0
Costureira	2	0	Fábrica de carroças	1	1
Espingardaria sem oficina	1	0	Fábrica de cerveja	7	3
Fazendas ambulantes e sapataria	1	1	Fábrica de cerveja e licores	1	0
Joalheria e oficina de relógios	1	0	Fábrica de folhas e mascate de seda	1	0
Molhados e casa de pasta	1	0	Fábrica de massas	1	1
Molhados e relojoaria	1	0	Fábrica de sabão	1	0
Oficina sapataria	3	1	Fábricas de carros e carroças	1	1
Relojoaria	4	3	Fazendas, padaria etc	2	0
Sapataria	15	9	Ferreiro	3	1

Ofício artesanal	No.	Italianos	Ofício industrial	No.	Italianos
Selaria	1	0	Máquina de café	4	0
–	–	–	Marcenaria	7	3
–	–	–	Molhados e olaria	1	1
–	–	–	Molhados, fazendas e fábrica de cerveja e padaria	1	1
–	–	–	Molhados, padaria e confeitaria	1	0
–	–	–	Oficina carpintaria	1	1
–	–	–	Oficina de caldereiro	1	0
–	–	–	Oficina de carroças	2	1
–	–	–	Oficina de Ferreiro	6	2
–	–	–	Oficina marceneiro	1	0
–	–	–	Oficina tipografia	1	0
–	–	–	Olaria	5	2
–	–	–	Padaria	1	1
–	–	–	Padaria e fábrica de massas	1	1
–	–	–	Padaria, fazendas etc	1	1
–	–	–	Padaria, molhados etc	1	1
–	–	–	Padaria, secos e molhados	1	0
–	–	–	Secos e molhados e padaria	2	1
–	–	–	Torrador	1	1
Total	**50**	**23**	**Total**	**76**	**30**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902)

Alvarás de Licença (1894)

Ofício artesanal	No.	Italianos	Ofício industrial	No.	Italianos
Açougue	1	1	Calderaria	5	3
Alfaiataria	9	5	Carpintaria	1	0
Barbaria	5	1	Casa de massas	1	0
Chapeleiro	1	0	Casa de pasta	16	7
Consertador de espingardas	1	1	Casa de pasta e fábrica de cerveja	1	1
Fazendas, secos e molhados e alfaiate	1	0	Casa de pasta e salsicharia	1	1
Ferrador	1	1	Curtume	1	1
Joalheria e relojoaria	1	1	Engenho	9	5
Licores e açougue	1	1	Fábrica de cadeiras	1	1
Molhados e sapataria	1	1	Fábrica de calçados	2	2
Reformação arreios	1	1	Fabrica de carroças	8	5
Relojoaria	1	1	Fábrica de cerveja	12	10
Relojoaria e jóias	1	1	Fábrica de cerveja e casa de pasta	1	0
Sapataria	13	8	Fábrica de cerveja, padaria e casa de pasta	1	0
Selaria	5	2	Fábrica de cervejas e bebidas	1	1

Ofício artesanal	No.	Italianos	Ofício industrial	No.	Italianos
Selaria e sapataria	1	1	Fábrica de massas	2	2
–	–	–	Fábrica de torrar e moer café	1	0
–	–	–	Fazendas secos e molhados, padaria e fábrica de cerveja	1	1
–	–	–	Fazendas, secos e molhados e padaria	1	1
–	–	–	Ferraria	4	2
–	–	–	Funilaria	5	4
–	–	–	Licores e casa de pasta	1	1
–	–	–	Máquina de café	4	2
–	–	–	Marcenaria	3	2
–	–	–	Marceneiro e Salsicharia	1	0
–	–	–	Marmoraria	1	1
–	–	–	Molhados e casa de pasta	1	1
–	–	–	Molhados e padaria	6	4
–	–	–	Molhados, casa de pasta e fábrica de cerveja	1	0
–	–	–	Molhados, refinação e cervejaria	1	1
–	–	–	Olaria	11	6
–	–	–	Olaria e engenho de cana	1	0
–	–	–	Padaria	2	0
–	–	–	Padaria e confeitaria	1	1
–	–	–	Padaria e fábrica de massas	1	1
–	–	–	Padaria e molhados	1	1
–	–	–	Secos e molhados e padaria	1	1
–	–	–	Secos e molhados, casa de pasta	1	1
–	–	–	Selaria e salsicharia	1	0
–	–	–	Serraria	2	0
–	–	–	Tinturaria	1	0
Total	**44**	**26**	**Total**	**117**	**70**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902)

Alvarás de Licença (1895)

Ofício artesanal	No.	Italianos	Ofício industrial	No.	Italianos
Açougue	9	3	Carpintaria	1	1
Alfaiate	5	2	Casa de pasta	13	2
Barbaria	4	2	Casa de Pasta e fábrica de cerveja	1	0
Barbaria e cigarros	1	0	Confeitaria	1	1
Casa de jóias e relojoaria	1	0	Engenho	7	2
Costureira	1	0	Fábrica bebida	1	1
Oficina de sapataria	1	0	Fábrica de cerveja	3	1
Oficina gerais	1	0	Fábrica de cerveja e padaria	1	1
Relojoaria	2	0	Fábrica de cervejas e bebidas	1	1
Sapataria	12	3	Fábrica de sabão	2	1

Ofício artesanal	No.	Italianos	Ofício industrial	No.	Italianos
Secos e molhados e açougue	2	0	Fábrica moer café	1	0
Selaria	1	0	Fazendas etc e fábrica de fumo	1	0
–	–	–	Ferraria	3	1
–	–	–	Funileiro	2	0
–	–	–	Máquina de café	1	0
–	–	–	Marcenaria	1	0
–	–	–	Molhados e confeitaria	1	0
–	–	–	Móveis e marcenaria	1	0
–	–	–	Olaria	5	3
–	–	–	Padaria	2	0
–	–	–	Padaria e negócio	1	1
–	–	–	Secos e molhados e calderaria	1	0
–	–	–	Secos e molhados e padaria	1	1
–	–	–	Serraria	1	0
Total	**40**	**10**	**Total**	**53**	**17**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902)

Alvarás de Licença (1896)

Ofício artesanal	No.	Italianos	Ofício industrial	No.	Italianos
Açougue	6	1	Carpintaria	2	2
Alfaiataria	3	2	Casa de pasta	3	1
Barbaria	3	0	Engenho	6	3
Casa de costureira	1	0	Fábrica de cadeira	1	0
Oficina costura	1	0	Fábrica de cerveja	5	5
Oficina modista	1	0	Fábrica de charutos	1	0
Sapataria	5	1	Fábrica de ferreiro	2	2
–	–	–	Fábrica de fogos	1	1
–	–	–	Ferraria	2	2
–	–	–	Folheiro	1	1
–	–	–	Fotografia e fábrica de ração	1	1
–	–	–	Funileiro	2	1
–	–	–	Marcenaria	1	0
–	–	–	Oficina ferreiro	1	1
–	–	–	Olaria	2	0
–	–	–	Olaria e engenho de cana	1	0
–	–	–	Padaria	9	4
–	–	–	Padaria e negócio	1	0
–	–	–	Padaria, secos e molhados	2	0
–	–	–	Secos e molhados e padaria	1	1
–	–	–	Secos e molhados sapataria	1	0
Total	**20**	**4**	**Total**	**46**	**25**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902).

ANEXO D

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões

Documentação completa

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1900)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	28	8	Botequim e padaria	1	1
Alfaiate	11	4	Carpinteiro	6	3
Armador	2	0	Casa de ferreiro	2	1
Barbeiro	25	9	Confeitaria	2	0
Carrieiro com estabelecimento	1	1	Curtume	2	2
Consertador de armas	2	1	Engenho	5	2
Consertador de instrumentos	1	0	Fábrica de bebidas	5	4
Consertador de relógios	2	1	Fábrica de cadeiras madeiras	1	0
Conserto de chapéus	1	0	Fábrica de carroças	15	9
Costureira	2	1	Fábrica de cerveja	8	7
Modista	18	11	Fábrica de cerveja e botequim	2	2
Ourives	2	1	Fábrica de charutos	2	1
Relojoeiro	9	7	Fábrica de fogos	1	1
Sapateiro	44	27	Fábrica de gelo	2	1
Seleiro	6	2	Fábrica de massas	6	6
Seleiro e colchoeiro	1	0	Fábrica de massas, secos e molhados	1	0
–	–	–	Fábrica de sabão	4	2
–	–	–	Fábrica e depósito de móveis	1	0
–	–	–	Fazendas, molhados e fábrica de cerveja	1	1
–	–	–	Ferrador	7	5
–	–	–	Ferreiro	7	3
–	–	–	Fundição	1	1
–	–	–	Funilaria	16	13
–	–	–	Máquina de café	4	0
–	–	–	Máquina de farelo	1	0
–	–	–	Marceneiro	5	3
–	–	–	Marmorista	1	1
–	–	–	Oficina de ferreiro e serralheiro	1	0
–	–	–	Olaria	11	9
–	–	–	Padaria	22	17
–	–	–	Padaria, secos e molhados	1	0
–	–	–	Secos e molhados e padaria	2	2
–	–	–	Secos e molhados, fábrica de cerveja	1	1
–	–	–	Secos e molhados, fábrica de massas	1	1
–	–	–	Serralheiro	3	1
–	–	–	Serraria	1	0
–	–	–	Tanoaria	1	0
–	–	–	Tintureiro	2	1
–	–	–	Tipografia	3	0
–	–	–	Torração de café	2	0
Total	**155**	**73**	**Total**	**160**	**101**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1902)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	10	3	Carpinteiro	5	3
Alfaiate	19	10	Colchoeiro	1	0
Armeiro	1	1	Colchoeiro, marceneiro consertador	1	1
Barbeiro	11	3	Curtume	1	1
Botequim e barbearia	2	2	Coureiro com estabelecimento	1	0
Consertador de armas	2	2	Engenho	3	2
Consertador de instrumentos	1	0	Fábrica de barbante	1	1
Consertador de relógios	2	1	Fábrica de carroças	4	2
Costureira simples oficina	1	0	Fábrica de cerveja	4	2
Coureiro e seleiro	1	1	Fábrica de charutos	3	1
Fazendas, secos e molhados, açougue	1	0	Fábrica de licores	2	2
Fogueteiro	1	1	Fábrica de massas	3	3
Frutas (?), sapateiro simples oficina	1	1	Fábrica de móveis	2	2
Hospedaria de 2ª. e sapataria	1	1	Fábrica de óleo	2	0
Latoeiro	1	1	Fábrica de sabão	5	3
Modista	10	8	Ferrador	5	5
Ourives	2	1	Ferragens e funileiro	1	1
Ourives, consertador, joalheiro	1	1	Ferreiro	10	7
Relojoeiro consertador	3	2	Fundição	2	1
Sapateiro	22	10	Funileiro	6	4
Seleiro	4	0	Máquina de arroz e fábrica de gelo	1	0
Tanoeiro	1	1	Máquina de beneficiar café	6	0
–	–	–	Marceneiro	3	3
–	–	–	Marceneiro e colchoeiro	1	1
–	–	–	Marmoraria	1	0
–	–	–	Oficina de carroça	1	1
–	–	–	Oficina de sapateiro	1	1
–	–	–	Olaria	3	3
–	–	–	Padaria	13	4
–	–	–	Padaria e armarinhos	1	1
–	–	–	Refinação de açúcar	1	1
–	–	–	Secos e molhados e padaria	2	2
–	–	–	Serralheiro	1	0
–	–	–	Serralheiro e fábrica de carroça	1	0
–	–	–	Tipografia	1	0
Total	**98**	**50**	**Total**	**99**	**58**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1903)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	26	9	Botequim de 2a. ordem – padaria	1	1
Alfaiate	25	8	Botequim de 2a. ordem/padaria	1	0
Armador c/estabelecimento	2	0	Carpintaria	8	4
Barbeiro	24	7	Carroças s/oficina	1	1

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
Botequim de 2a. ordem/barbeiro s/oficina	1	1	Casa de pasta	1	1
Casa de armas/consertador de armas	1	1	Colante, fábrica	1	0
Chaves, afiação jóias	1	0	Colchoeiro	3	2
Consertador de armas	1	0	Confeitaria	2	1
Consertador de instrumentos	1	0	Construtor e distribuidor	1	0
Consertador de móveis	1	1	Correntaria de carros (?), serralheiro c/estabelecimento	1	0
Consertador de objetos	1	1	Curtume	1	0
Costureira s/oficina	3	3	Coureiro com estabelecimento	2	2
Modista	7	6	Engenho	8	3
Oficina de relojoeiro	2	0	Fábrica de cadeiras	1	0
Ourives	2	0	Fábrica de calçado	10	4
Relojoeiro	11	1	Fábrica de carroças	2	1
Sapateiro	31	24	Fábrica de cerveja	8	6
Secos e molhados, açougue	1	1	Fábrica de cerveja/botequim 2a.	1	1
Secos e molhados, alfaiate s/oficina	1	1	Fábrica de charutos e cigarros	1	1
Seleiro	5	2	Fábrica de charutos e engenho	1	1
–	–	–	Fabrica de licores	2	1
–	–	–	Fábrica de massas	6	3
–	–	–	Fábrica de óleo	1	0
–	–	–	Fábrica de peneiras, fábrica de violas	1	0
–	–	–	Fábrica de sabão	4	2
–	–	–	Fabricante de carroça	3	3
–	–	–	Fabricante de fogos de artifício	1	0
–	–	–	Ferrador	5	3
–	–	–	Ferragens, ferreiro com estabelecimento e fundição	1	0
–	–	–	Ferreiro c/estabelecimento	5	5
–	–	–	Fundição, ferreiro com estabelecimento, serraria	1	0
–	–	–	Funileiro	11	8
–	–	–	Louça, torrefação de café	1	0
–	–	–	Máquina de beneficiar arroz	1	0
–	–	–	Máquina de beneficiar arroz, Fábrica de sabão	1	0
–	–	–	Máquina de beneficiar café	7	0
–	–	–	Máquina de beneficiar café, máquina de beneficiar arroz	1	0
–	–	–	Marceneiro c/estabelecimento	3	2
–	–	–	Marmoraria	2	1
–	–	–	Molhados, máquina de torrar café	1	0
–	–	–	Oficina de carpintaria	8	7
–	–	–	Oficina de chapéus	2	1
–	–	–	Oficina de cortina	1	1
–	–	–	Olaria	9	7
–	–	–	Padaria	13	5
–	–	–	Padaria, torrefação de café	1	0

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
–	–	–	Papelaria, fábrica de peneiras e vidraceiro	1	1
–	–	–	Refinação de açúcar	1	1
–	–	–	Refinação de açúcar, torrefação de café	1	1
–	–	–	Secos e molhados, Fábrica de massas	2	1
–	–	–	Secos e molhados, padaria	1	0
–	–	–	Secos e molhados, padaria, cambista	1	0
–	–	–	Secos e molhados/coureiro c/estabelecimento	1	1
–	–	–	Secos e molhados/fábrica de charutos e cigarros	1	1
–	–	–	Secos e molhados/fábrica de massas	1	1
–	–	–	Serralheiro com estabelecimento	1	0
–	–	–	Tipografia	3	0
Total	**147**	**66**	**Total**	**160**	**85**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1904)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	18	13	Armador	2	0
Alfaiate	20	15	Carpinteiro	9	7
Barbeiro	21	10	Colchoeiro	2	2
Chapelaria	1	1	Confeitaria	3	0
Consertador de instrumentos de música	1	1	Construtor	8	5
Consertador de leque	1	1	Curtume a vapor	1	1
Joalheiros/relojoeiro	13	3	Fábrica a eletricidade de café/fubá	4	1
Modista	11	10	Fábrica a eletricidade de calçado	7	5
Pedreiro	3	3	Fábrica a vapor de massas	2	2
Sapateiro	29	20	Fábrica a vapor de sabão	1	0
Seleiros/Correeiros	9	6	Fábrica Charutos e cigarros	2	2
–	–	–	Fábrica de cadeira de palha	3	2
–	–	–	Fábrica de cerveja e licores	6	6
–	–	–	Fábrica de chapéus	2	0
–	–	–	Fábrica de espelhos	1	1
–	–	–	Fábrica de fogos	2	1
–	–	–	Fábrica de gasosas e licores	2	1
–	–	–	Fábrica de gelo	1	0
–	–	–	Fábrica de massas	4	4
–	–	–	Fábrica de óleos	1	0
–	–	–	Fábrica de peneiras de arame	2	1
–	–	–	Fábrica de sabão	4	3
–	–	–	Ferreiro e ferrador	9	7
–	–	–	Fundição	3	2
–	–	–	Funileiro/caldeireiro	8	7
–	–	–	Máquina de beneficiar arroz	4	0

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
–	–	–	Máquina de beneficiar café	7	0
–	–	–	Marmorista	1	1
–	–	–	Mecânico	3	2
–	–	–	Olaria	9	7
–	–	–	Padaria	13	7
–	–	–	Refinação de açúcar	3	2
–	–	–	Serralheiro	3	0
–	–	–	Serraria a vapor	2	0
–	–	–	Tipografia	2	0
Total	**127**	**83**	**Total**	**136**	**79**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1913)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	16	13	Agência de negócios e máquina de beneficiar arroz	1	0
Afinador de piano	2	0	Carpinteiro	5	1
Alfaiate	49	18	Casa de pasta	3	1
Armador	2	0	Confeitaria	8	5
Armeiro	2	2	Construtor	8	4
Barbeiro	28	10	Cortume	1	1
Carreiro	3	3	Engenho	9	4
Carroceiro e sellero	1	1	Fábrica de água ardente	1	0
Casa de armeiro	1	0	Fábrica de balaios	1	0
Colchoeiro	1	1	Fábrica de bebidas	1	0
Colleteiro	1	0	Fábrica de cadeiras	6	4
Consertador de carroças	4	3	Fábrica de calçados	4	2
Consertador de Obras	1	1	Fábrica de camas de ferro	1	0
Consertos de relógios	1	1	Fábrica de camas, colchões e quadros	1	1
Costureira	26	12	Fábrica de camas, móveis, etc	1	1
Empalhador	2	2	Fábrica de caramellos	2	2
Engraxate com estabelecimento	1	0	Fábrica de carroças	2	2
Fogueteiro	2	2	Fábrica de cerveja	5	3
Folheiro	1	0	Fábrica de cigarros	1	1
Latoeiro	2	0	Fábrica de colchões	1	1
Modista	12	9	Fábrica de facas	1	1
Off. de Alfaiate	1	1	Fábrica de ladrilhos	1	1
Off. de consertar e enfeitar chapéus	1	0	Fábrica de licores	1	1
Off. de costura	1	1	Fábrica de macarrão	3	2
Off. de sapataria	1	0	Fábrica de mallas	1	1
Off. de seleiro	1	1	Fábrica de massas	8	5
Off. lavar e consertar chapéus	1	1	Fábrica de peneiras	2	2
Officina de alfaiate com vestimenta	1	1	Fábrica de Pregos	1	0
Officina de selaria	1	0	Fábrica de quadros e espelhos	1	0
Ourives	1	0	Fábrica de sabão	7	6
Pedreiro	2	0	Fábrica de vassouras	1	1
Pintor	1	1	Fabrica de violas	1	0
Polytheama e Reis (?)	1	0	Ferrador	4	4
Relojoeiro	7	4	Ferreiro	3	2

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
Sapateiro	26	20	Funileiro	5	4
Secos, molhados e alfaiate	1	1	Máquina de beneficiar arroz	2	0
Secos, molhados e barbeiro	1	0	Máquina de Beneficiar café	3	0
Selleiro	1	0	Marceneiro	11	8
–	–	–	Marmorista	1	1
–	–	–	Moinho	4	2
–	–	–	Off. de carroças	1	1
–	–	–	Off. de marcenaria	1	0
–	–	–	Off. de serralheiro	1	0
–	–	–	Off. Mecânica	2	0
–	–	–	Oficina de consertar carroças	1	0
–	–	–	Olaria	12	8
–	–	–	Padaria	17	7
–	–	–	Quintal da farmácia Lourdes (ferrador)	1	0
–	–	–	Refinação de açúcar e torrefação	1	1
–	–	–	Serralheiro	3	2
–	–	–	Serraria	3	1
–	–	–	Tanquinho Olaria	1	1
–	–	–	Tinturaria	5	1
–	–	–	Tipografia	6	1
–	–	–	Torrefação de café	2	2
Total	**207**	**109**	**Total**	**180**	**99**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1914)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	21	17	Camas e fábrica de colchão	1	1
Afinador de piano	2	0	Carpinteiro	3	1
Alfaiate	47	23	Casa de pasta	3	0
Armador e vidraceiro	1	0	Charutaria e padaria	1	0
Arreios carreiro	1	1	Complemento General Osório – confeitaria	1	0
Barbeiro	35	21	Confeitaria	12	6
Carreiro	6	3	Construtor	9	8
Carrinho e ferrador	1	1	Curtume	1	1
Colleteira	1	0	Engenho	9	6
Consertador de relógios	2	1	Fábrica de azulejos	1	0
Conserto de carroças	1	1	Fábrica de bahus	1	1
Costura de couros	1	1	Fábrica de bebidas	2	2
Costureira	24	10	Fábrica de cadeiras	7	2
Empalhador	1	1	Fábrica de calçados	1	1
Engraxate	1	1	Fábrica de camas	1	0
Fazendas, armarinhos e sapateiro	1	1	Fábrica de caramelos	2	1
Ferrador	1	1	Fábrica de carroças	5	4
Fogueteiro	1	1	Fábrica de cerveja	5	3
Latoeiro	1	1	Fábrica de chapéus	1	1
Lavadora chapéu	1	1	Fábrica de charutos	3	2
Març (?) consertador	1	1	Fábrica de colchão	2	2

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
Modista	16	9	Fábrica de facas	2	0
Oficina de sapataria	2	0	Fábrica de farinha	1	0
Oficina sapateiro	1	0	Fábrica de fotos	1	0
Pedreiro	1	1	Fábrica de ladrilhos	1	1
Pintor	18	9	Fábrica de macarrão	3	2
Relojoeiro	11	5	Fábrica de massas	5	3
Salão de engraxate	1	1	Fábrica de peneiras	1	1
Sapateiro	37	20	Fábrica de pregos	1	0
Seleiro	3	2	Fábrica de sabão	9	7
Veterinário e ferrador	1	0	Fábrica de sabão e sapateiro	1	0
–	–	–	Fábrica de violas	1	0
–	–	–	Fazendas, armarinhos e padaria	1	0
–	–	–	Ferreiro	1	0
–	–	–	Funileiro	5	1
–	–	–	Máquina de beneficiar arroz	1	0
–	–	–	Máquina de café	5	1
–	–	–	Marceneiro	8	3
–	–	–	Marmoristas	2	2
–	–	–	Moinho	7	3
–	–	–	Oficina	1	0
–	–	–	Oficina carroças	3	3
–	–	–	Oficina de marceneiro	1	1
–	–	–	Oficina de serralheiro	1	0
–	–	–	Oficina marceneiro	2	2
–	–	–	Oficina Mecânica e depósito de carroças	1	1
–	–	–	Olaria	13	9
–	–	–	Padaria	10	7
–	–	–	Refinação de açúcar	1	1
–	–	–	Refino de açúcar e torrefação de café	1	1
–	–	–	Serralheiro	2	1
–	–	–	Serraria	5	2
–	–	–	Tintureiro	5	1
–	–	–	Tipografia	4	0
–	–	–	Torrefação de café	1	0
–	–	–	Torrefação de café e refinação açúcar	1	1
Total	**242**	**134**	**Total**	**179**	**96**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1919)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	21	15	Botequim e padaria	1	0
Alfaiate	31	19	Botequim e torrefação	1	0
Armarinhos e barbeiro	1	1	Carpinteiro	1	1
Barbaria e sapataria	1	1	Casa de pasta	2	1
Barbearia e modista	1	1	Cerâmica	2	0
Barbeiro	37	21	Colleteiro	1	1
Bazar e alfaiataria	1	0	Confeitaria	5	2
Conserto de relógios	4	1	Construtor	1	1
Consertos de chapéus	1	1	Correiro	2	2
Costureira	15	10	Curtume	1	1

Engraxate	4	3	Engenho	10	5
Fazendas, armarinhos e alfaiate	1	0	Fábrica de azulejos	1	1
Lavagem de chapéus	1	1	Fábrica de bebidas	1	1
Modista	4	3	Fábrica de cadeiras	3	3
Oficina alfaiate	1	1	Fábrica de caramellos	2	2
Oficina conserto armas	1	1	Fábrica de carroças	9	9
Oficina de consertos	4	4	Fábrica de cerveja	3	1
Oficina de consertos de armas	1	1	Fábrica de cestos	1	0
Oficina sapateiro	1	1	Fábrica de chapéus	1	1
Pintor	1	1	Fábrica de cigarros	1	0
Relojoeiro	8	6	Fábrica de colchão	1	1
Sapateiro	38	32	Fábrica de farinha	1	0
Sellaria	2	1	Fábrica de ladrilhos	2	1
–	–	–	Fábrica de licores	1	1
–	–	–	Fábrica de macarrão	1	1
–	–	–	Fábrica de malas	1	0
–	–	–	Fábrica de massas	4	3
–	–	–	Fábrica de perfumes	1	1
–	–	–	Fábrica de sabão	7	5
–	–	–	Fábrica de violas	1	0
–	–	–	Fábrica de xaropes	1	1
–	–	–	Ferrador	4	3
–	–	–	Fogueteiro	1	1
–	–	–	Funileiro	4	4
–	–	–	Latoeiro	1	1
–	–	–	Máquina de beneficiar arroz	2	1
–	–	–	Máquina de beneficiar café	2	0
–	–	–	Marceneiro	12	9
–	–	–	Marmoraria	4	4
–	–	–	Moinho	7	3
–	–	–	Oficina de carroças	1	1
–	–	–	Oficina mecânica	2	2
–	–	–	Oficina serralheiro	1	1
–	–	–	Olaria	3	3
–	–	–	Padaria	16	10
–	–	–	Refinação e torrefação	1	1
–	–	–	Secos e molhados e fábrica de sabão	1	1
–	–	–	Secos e molhados e padaria	1	1
–	–	–	Secos e molhados e torrefação	1	0
–	–	–	Serralheiro	2	2
–	–	–	Serraria	3	2
–	–	–	Tintureiro	3	2
–	–	–	Tipografia	2	0
–	–	–	Torrefação e etc.	1	1
–	–	–	Torrefação e refinação	1	0
Total	**180**	**125**	**Total**	**146**	**99**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1920)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	21	16	Banco e máquina de algodão	1	0
Afinador de piano	1	0	Carpinteiro	8	4
Alfaiate	32	11	Casa de pasta	2	0
Amolador	1	1	Cerâmica	1	0

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
Armarinhos e barbearia	1	0	Confeitaria	4	0
Barbeiro	34	9	Construtor	2	1
Colchoeiro	1	0	Cortume	1	1
Colleteiro	1	1	Engenho	12	2
Consertador de bicicleta	1	1	Fábrica de bebidas	2	2
Coureiro	2	1	Fábrica de bombons	2	1
Costureira	17	11	Fábrica de cadeiras	4	3
Engraxate	8	3	Fábrica de calçados	1	0
Florista	1	0	Fábrica de calçados com máquina	1	0
Modista	9	5	Fábrica de carroças	9	8
Oficina de costureira	1	0	Fábrica de cerveja	3	1
Oficina de lavar chapéus	1	1	Fábrica de cigarros	1	0
Ourives	1	1	Fábrica de colchões	1	1
Pintor	1	1	Fábrica de farinha	1	0
Relojoeiro	11	5	Fábrica de ladrilhos	3	2
Sapateiro	36	17	Fábrica de malas	1	0
–	–	–	Fábrica de massas	5	4
–	–	–	Fábrica de móveis	1	1
–	–	–	Fábrica de rastelo	1	1
–	–	–	Fábrica de sabão	5	3
–	–	–	Fábrica de tinta	1	1
–	–	–	Fábrica de vasos de barro	1	0
–	–	–	Fábrica de vassouras etc.	1	1
–	–	–	Fábrica de violas	1	0
–	–	–	Ferrador	2	2
–	–	–	Ferreiro	1	1
–	–	–	Fundição e serralheria	1	1
–	–	–	Funileiro	8	5
–	–	–	Latoeiro	1	0
–	–	–	Livraria e tipografia	1	0
–	–	–	Máquina de arroz e moinho	1	1
–	–	–	Máquina de beneficiar algodão	1	0
–	–	–	Máquina de beneficiar arroz	5	0
–	–	–	Máquina de beneficiar café	2	0
–	–	–	Máquina de beneficiar café e moer fubá	1	0
–	–	–	Marceneiro	10	8
–	–	–	Marmoraria	3	2
–	–	–	Moinho	10	4
–	–	–	Oficina (consertador)	2	1
–	–	–	Oficina de carroças	1	0
–	–	–	Oficina de marceneiro	1	0
–	–	–	Oficina de marceneiro com motor	1	1
–	–	–	Oficina mecânica	2	1
–	–	–	Olaria	1	1
–	–	–	Padaria	18	11
–	–	–	Refinação	1	0
–	–	–	Refinação de açúcar	1	1
–	–	–	Refinação de açúcar e torrefação	1	0
–	–	–	Refinação e torrefação	1	1
–	–	–	Secos e molhados e Torrefação	1	0

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
–	–	–	Serralheria	1	1
–	–	–	Serraria	3	2
–	–	–	Tanquinho	2	2
–	–	–	Tinturaria	2	1
Total	**181**	**84**	**Total**	**162**	**84**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

ANEXO E

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões

Documentação incompleta

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1911-1912)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	6	4	Botequim e casa de pasta	1	1
Afinador de pianos	1	0	Botequim, torração de café	1	0
Alfaiate	17	12	Carpinteiro	4	4
Armador	3	1	Casa de móveis e carpintaria	1	0
Armas consertador	1	0	Casa de pasta	3	1
Barbeiro	14	4	Colchoeiro	1	0
Casa de engraxate	1	0	Confeitaria	7	5
Costureira	14	6	Construtor	1	1
Fazendas, molhados, sal e alfaiate com sortimentos	1	0	Fábrica de bebidas	1	1
Fogueteiro	1	0	Fábrica de cadeiras	1	0
Folheiro	1	0	Fábrica de calçados e mochila	1	1
Máquina de costura e consertador	1	1	Fábrica de camas	1	1
Modista	7	3	Fábrica de charutos	1	1
Oficina de alfaiate	2	2	Fábrica de doces	1	0
Oficina de sapateiro com sortimento	1	0	Fábrica de massas	1	1
Ourives e joalheiro	1	0	Fábrica de sabão	1	1
Relojoeiro	5	3	Fabricante de cadeira	1	1
Relojoeiro e joalheiro	2	2	Fazendas e máquina de beneficiar arroz	1	0
Salão de engraxate	3	2	Ferrador	4	4
Sapateiro	17	10	Ferreiro	2	0
Secos e molhados, alfaiate com sortimento	1	1	Funileiro	6	2
Seleiro	4	1	Máquina de beneficiar arroz	1	0
–	–	–	Marceneiro	9	7
–	–	–	Moinho	1	0
–	–	–	Oficina de funileiro	1	1
–	–	–	Oficina de marceneiro	1	1
–	–	–	Padaria	5	4
–	–	–	Padaria e casa de fumo e cigarros	1	0
–	–	–	Padeiro	1	1
–	–	–	Papelaria e tipografia	1	1
–	–	–	Refinação de açúcar	2	0
–	–	–	Refinação de açúcar e torração de café	1	1
–	–	–	Secos e molhados e padaria	1	1
–	–	–	Serralheiro	5	1
–	–	–	Tintureiro	5	0
–	–	–	Tipografia	10	0
–	–	–	Torração de café	2	0
Total	**104**	**52**	**Total**	**88**	**43**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1915)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	1	1	Carpinteiro	1	0
Alfaiate	10	3	Fábrica de cadeiras	1	1
Barbeiro	13	7	Fábrica de carroça	1	1
Casa de armeiro	1	0	Fábrica de cerveja	2	1
Consertador de chapéus	1	1	Fábrica de charutos e botequim	1	1
Costureira	3	2	Fábrica de licores	1	1
Engraxate	4	4	Fábrica de manteiga	1	0
Modista	2	1	Fábrica de peneiras	1	1
Oficina de sapateiro	1	1	Fábrica de sabão	4	1
Pintor	1	1	Fábricas de cama	1	0
Relojoeiro	1	0	Ferrador	1	0
Sapateiro	9	2	Funileiro	1	0
Seleiro	1	0	Máquina de beneficiar arroz	1	0
–	–	–	Marceneiro	3	2
–	–	–	Marmorista	2	2
–	–	–	Moinho	2	1
–	–	–	Oficina de consertos	2	0
–	–	–	Oficina de lavar chapéu	1	1
–	–	–	Oficina de marceneiro	1	1
–	–	–	Oficina mecânica	1	0
–	–	–	Olaria	3	3
–	–	–	Padaria	3	0
–	–	–	Refinação de açúcar	1	0
–	–	–	Serralheiro	1	1
–	–	–	Serraria	1	0
–	–	–	Tinturaria	2	1
–	–	–	Tipografia	2	0
–	–	–	Torrefação	2	2
Total	**48**	**23**	**Total**	**44**	**21**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1916)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	5	4	Carpinteiro	1	0
Alfaiate	23	11	Colchoeiro e camas de ferro	1	1
Barbeiro	12	7	Confeitaria	3	3
Chapeleiro	1	1	Construtor	1	0
Colleteira	1	0	Fábrica de cadeiras	2	1
Consertador de carroças	1	1	Fábrica de caramelos	2	1
Costureira	4	4	Fábrica de carroças	2	1
Engraxate	2	1	Fábrica de cerveja	3	1
Instrumentos de música consertador	1	1	Fábrica de charutos	1	1
Massagista	1	1	Fábrica de mallas	1	0
Modista	2	2	Fábrica de massas	4	4
Ourives	1	0	Fábrica de móveis	4	3
Relojoeiro	2	2	Fábrica de peneiras	1	1
Sapateiro	10	10	Fábrica de sabão	2	1
Sapateiro e costureira	1	0	Fábrica de vasos de barro	1	0
Seleiro	1	0	Ferrador	5	4
–	–	–	Funileiro	4	3
–	–	–	Livraria e tipografia	2	0

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
–	–	–	Máquina de beneficiar arroz	1	0
–	–	–	Marcenaria e fábrica de móveis	1	1
–	–	–	Marceneiro	4	2
–	–	–	Marmorista	2	1
–	–	–	Moinho	2	1
–	–	–	Oficina de calçado	1	0
–	–	–	Oficina de carpinteiro	1	0
–	–	–	Padaria	7	3
–	–	–	Refinação de açúcar	1	1
–	–	–	Secos e molhados e fábrica de licores	1	0
–	–	–	Serralheria	2	1
–	–	–	Tintureiro	2	1
–	–	–	Tipografia	1	0
–	–	–	Torrefação e refinação	2	1
Total	**68**	**45**	**Total**	**68**	**37**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1917)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	3	0	Confeitaria	2	1
Afinador de piano	1	1	Construtor	1	1
Alfaiate	10	4	Fábrica de bordados	1	0
Barbeiro	8	3	Fábrica de doces	1	0
Camas de ferro, máquinas e alfaiataria	1	1	Fábrica de massas	1	1
Consertador de chapéus	2	2	Ferrador	2	2
Costureira	2	1	Funileiro	1	0
Engraxate	3	2	Marceneiro	4	4
Fazendas, armarinhos e alfaiataria	1	0	Marmoraria	1	0
Joalheiro	1	0	Oficina mecânica	1	0
Relojoeiro	1	0	Padaria	4	2
Sapateiro	4	0	Refinação e torrefação	1	1
Seleiro	3	1	Serralheiro	2	1
–	–	–	Tanoeiro	1	1
–	–	–	Tintureiro	1	0
–	–	–	Tipografia	1	0
Total	**40**	**15**	**Total**	**25**	**14**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1918)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	2	0	Confeitaria	1	1
Alfaiate	9	4	Construtor	1	1
Barbeiro	9	5	Curtume	1	1
Costureira	5	4	Fábrica de azulejos	1	0
Coureiro	1	1	Fábrica de caramelos	1	0
Engraxate	4	2	Fábrica de carroças	1	1
Fazendas, armarinhos e alfaiate	1	0	Fábrica de macarrão	1	1
Lavador de chapéus	2	2	Fábrica de massas	1	0

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
Modista	1	0	Fábrica de móveis	2	2
Oficina de sapateiro	1	0	Fábrica de rastelo	1	0
Relojoeiro consertador	1	0	Fazendas, armarinhos e fábrica de calçados	1	1
Sapateiro	9	6	Ferrador e consertador de carroças	1	1
Selaria	2	1	Funileiro	2	1
–	–	–	Marceneiro	1	1
–	–	–	Marmoraria	2	2
–	–	–	Moinho	2	1
–	–	–	Oficina de marceneiro	1	1
–	–	–	Padaria	3	2
–	–	–	Pensão e casa de pasta	2	0
–	–	–	Refinação e torrefação	1	1
–	–	–	Serralheiro	1	0
–	–	–	Tintureiro	4	1
–	–	–	Tipografia	2	0
Total	**47**	**25**	**Total**	**34**	**19**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1921)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	4	3	Carpinteiro	2	1
Alfaiate	7	4	Casa de beneficiar arroz e moinho	1	0
Barbeiro	6	2	Confeitaria	1	0
Costureira	2	2	Construtor	1	1
Engraxate	3	2	Engenho de aguardente	1	0
Ferrador de animais	1	1	Fábrica de bebidas	1	0
Latoeiro	1	1	Fábrica de bombons	1	0
Modista	2	2	Fábrica de cerveja	1	0
Oficina consertador	1	0	Fábrica de potes	1	0
Pedreiro	1	1	Fábrica de tintas	1	1
Relojoeiro	1	1	Máquina de beneficiar arroz	1	0
Sapateiro	7	4	Marmoraria	2	2
Selaria	2	2	Oficina máquina	1	1
–	–	–	Oficina mecânica	2	2
–	–	–	Padaria	3	2
–	–	–	Refinação de açúcar e torrefação	1	1
–	–	–	Refinação e torrefação	1	1
–	–	–	Serraria	1	0
–	–	–	Tinturaria	1	0
Total	**37**	**25**	**Total**	**24**	**12**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1922)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Alfaiate	4	4	Cama, colchões e oficina	1	1
Ateliê costura	1	0	Construtor	2	2
Barbeiro	5	0	Fábrica de calçados	1	1

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
Engraxate	4	1	Fábrica de cerveja	1	0
Relojoaria	2	1	Fábrica de cigarros	1	0
Sapataria	5	2	Fábrica de flores	1	0
–	–	–	Fábrica de móveis	1	0
–	–	–	Livraria e tipografia	1	0
–	–	–	Máquina de arroz	1	0
–	–	–	Marmoraria	2	2
–	–	–	Moinho	1	0
–	–	–	Oficina	1	1
–	–	–	Oficina de móveis	1	0
–	–	–	Oficina mecânica	1	1
–	–	–	Padaria	1	0
–	–	–	Papelaria e tipografia	1	0
–	–	–	Salsicharia	1	0
–	–	–	Serraria	1	0
–	–	–	Tinturaria e alfaiate	1	0
–	–	–	Tinturaria	4	4
–	–	–	Torrefação e refinação	1	1
Total	**21**	**8**	**Total**	**26**	**13**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1923)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	2	1	Carpinteiro	1	0
Alfaiate	9	4	Construtor	1	1
Barbeiro	16	6	Fábrica de bolachas	1	1
Correiro	1	1	Fábrica de carroças	1	1
Costureira	3	3	Fábrica de cerveja	1	0
Engraxate	5	3	Fábrica de correntes	1	0
Modista	4	4	Fábrica de flores	2	0
Oficina de consertos	3	3	Fábrica de tintas	1	1
Sapateiro	5	3	Fábrica de violão	1	0
–	–	–	Ferrador de animais	1	1
–	–	–	Funileiro	3	1
–	–	–	Máquina de beneficiar arroz	2	0
–	–	–	Marmoraria	3	3
–	–	–	Padaria	2	1
–	–	–	Papelaria e tipografia	1	0
–	–	–	Refinação de açúcar	1	1
–	–	–	Serralheiro	1	1
–	–	–	Tinturaria	3	1
–	–	–	Tipografia	4	2
Total	**48**	**28**	**Total**	**31**	**15**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1924)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	3	2	Barbeiro e fábrica de ladrilhos	1	1
Alfaiate	12	6	Carpintaria	2	1
Barbeiro	10	3	Construtor	2	2
Costureira	5	4	Fábrica de carroças	1	1

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
Engraxate	5	1	Fábrica de cerveja	2	0
Estofador	1	0	Fábrica de chapéu e costureira	1	1
Oficina de consertos	1	1	Fábrica de doces	1	0
Sapateiro	10	6	Fábrica de flores e coroas	1	0
Selaria	1	1	Fábrica de massas	1	0
Simples consertador	1	1	Fábrica de tinta	1	1
–	–	–	Funileiro	2	1
–	–	–	Livraria e tipografia	1	0
–	–	–	Máquina de beneficiar arroz	4	0
–	–	–	Marceneiro	2	1
–	–	–	Marmoraria	2	2
–	–	–	Padaria	1	1
–	–	–	Papelaria e tipografia	1	0
–	–	–	Refinação de açúcar	1	1
–	–	–	Serraria	1	0
–	–	–	Tinturaria	3	1
–	–	–	Tipografia	2	1
Total	**49**	**25**	**Total**	**33**	**15**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1925)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	4	3	Carpinteiro	1	0
Alfaiate	5	3	Fábrica de bebidas	2	1
Barbeiro	8	2	Fábrica de camisas	1	0
Chapéus (lavador)	1	1	Fábrica de cerveja	1	0
Costureira	3	3	Fábrica de tintas	1	1
Engraxate	3	1	Fundição	1	1
Modista	1	1	Funileiro	1	1
Oficina de consertos	1	1	Máquina de beneficiar algodão	1	0
Sapateiro	3	0	Máquina de beneficiar arroz	2	1
–	–	–	Marcenaria e carpintaria	1	0
–	–	–	Marmorista	2	2
–	–	–	Oficina	1	1
–	–	–	Oficina de carpintaria	1	1
–	–	–	Padaria	2	1
–	–	–	Papelaria e tipografia	1	0
–	–	–	Refinação de açúcar	1	1
–	–	–	Tintureiro	1	0
Total	**29**	**15**	**Total**	**21**	**11**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1926)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	4	1	Bazar, tipografia etc.	1	1
Alfaiate	16	10	Carpinteiro	1	1
Barbeiro	13	5	Fábrica de carroças	1	0
Consertador de chapéus	1	1	Fábrica de ladrilhos	1	1
Costureira	4	4	Fábrica de licores	1	0
Engraxate	7	7	Fábrica de loções	1	1
Modista	3	2	Garagem oficina	1	1
Oficina de consertos	1	0	Máquina de beneficiar algodão	1	0

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
Pedreiro	1	1	Máquina de beneficiar arroz	1	0
Pintor	1	0	Máquina de beneficiar café	1	0
Relojoaria	2	1	Marmoraria	3	3
Sapateiro	7	4	Oficina de gravação	1	0
Tanoeiro	1	0	Oficina mecânica	2	1
Tapeçaria	1	0	Padaria	5	3
Vidraceiro	1	0	Papelaria e tipografia	1	0
–	–	–	Refinação de açúcar	1	1
–	–	–	Refinação de açúcar e torrefação	1	0
–	–	–	Salsicharia	1	0
–	–	–	Tintureiro	3	3
–	–	–	Tipografia	4	2
Total	**63**	**36**	**Total**	**32**	**18**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1927)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	3	1	Carpinteiro	1	0
Alfaiate	15	9	Confeitaria	1	0
Barbeiro	19	10	Construtor	5	3
Cabeleireiro	2	0	Fábrica de bebidas	1	0
Charutaria e barbeiro	1	0	Fábrica de cerveja	1	0
Coleteira	1	1	Fábrica de espelhos	1	1
Costureira	5	4	Fábrica de estátuas	1	0
Engraxate	5	5	Fábrica de ladrilhos	1	1
Lavador de chapéus	1	0	Fábrica de móveis	3	2
Lenhadora	1	0	Fábrica de tintas	1	1
Oficina de consertos	3	3	Funileiro	2	2
Oficina de costura	1	0	Garagem oficina	1	1
Ourives	1	0	Marmoraria	3	3
Relojoaria	2	2	Oficina	1	0
Sapateiro	10	8	Oficina de carroças	1	0
Selleiro	1	1	Oficina garagem	1	0
–	–	–	Oficina mecânica	1	0
–	–	–	Padaria	6	3
–	–	–	Refinação de açúcar	1	0
–	–	–	Salsicharia	1	0
–	–	–	Tintureiro	3	2
–	–	–	Tipografia	8	3
–	–	–	Torrefação de café	1	0
Total	**71**	**44**	**Total**	**46**	**22**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1928)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	2	0	Carpintaria	1	1
Alfaiate	16	4	Construtor	14	10
Atelier de costura	1	1	Depósito de madeiras e carpinteiro	1	1
Barbeiro	23	10	Fábrica de bebidas	2	1
Cabeleireiro	1	0	Fábrica de bolachas	1	1

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
Coleteira	1	1	Fábrica de calçados	1	0
Consertos	1	1	Fábrica de flores	1	0
Costureira	6	3	Fábrica de ladrilhos	1	1
Engraxate	4	1	Fábrica de macarrão	1	0
Frutas, consertador de sapatos	1	0	Fábrica de malas	1	0
Modista	1	1	Fábrica de móveis	1	1
Oficina de calçados	1	0	Ferreiro	1	1
Oficina de consertos	4	1	Fundição de bronze	1	1
Ourives	1	0	Funileiro	1	1
Sapateiro	7	2	Funileiro, oficina de consertos	1	0
Seleiro	3	3	Garagem oficina	3	3
–	–	–	Leiteria, salsicharia	1	0
–	–	–	Marceneiro	1	1
–	–	–	Marmoraria	4	4
–	–	–	Oficina	3	3
–	–	–	Oficina de carpintaria	2	1
–	–	–	Padaria	6	3
–	–	–	Refinação de açúcar e moagem de café	1	0
–	–	–	Refinação, torrefação	1	1
–	–	–	Tintureiro	4	3
–	–	–	Tipografia	7	2
–	–	–	Torrefação de café	1	1
Total	**73**	**28**	**Total**	**63**	**41**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1929)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	7	3	Carpintaria	1	1
Alfaiate	19	10	Charuteiro	1	0
Barbeiro	17	8	Confeitaria	1	1
Coleteira	1	1	Construtor	6	3
Costureira	3	2	Depósito de materiais e construtor	1	0
Engraxate	2	1	Fábrica de bebidas	1	0
Oficina de consertos	5	0	Fábrica de doces	1	1
Oficina pequena	1	0	Fábrica de ladrilhos	1	1
Ourives	1	0	Fábrica de massas	1	1
Relojoaria	2	1	Ferrador	1	0
Sapateiro	12	6	Ferreiro	1	1
Sorveteiro	1	0	Funileiro	3	1
–	–	–	Garagem e oficina	3	3
–	–	–	Lenhadora	3	0
–	–	–	Marceneiro	1	0
–	–	–	Marmoraria	5	4
–	–	–	Oficina carpinteiro	1	1
–	–	–	Padaria	6	3
–	–	–	Refinação de açúcar e torrefação de café	1	0
–	–	–	Refinação, torrefação e fábrica de doces	1	0

Estabelecimento Artesanal	No.	Italianos	Estabelecimento industrial	No.	Italianos
–	–	–	Salsicharia	2	0
–	–	–	Tintureiro	4	3
–	–	–	Tipografia	5	1
Total	**71**	**32**	**Total**	**51**	**25**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões (1930)

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	6	5	Bar e confeitaria	1	1
Alfaiate	20	11	Carpintaria	1	1
Ateliê de costura	1	1	Construtor	1	1
Barbeiro	28	20	Fábrica de bebidas	2	0
Coleteira	1	1	Fábrica de calçados	1	0
Consertos	2	1	Fábrica de ladrilhos	1	1
Costureira	3	0	Fábrica de macarrão	2	2
Engraxate	7	4	Fábrica de massas	1	1
Modista	2	2	Fábrica de móveis	1	1
Oficina de consertos	7	3	Fábrica de violões	1	0
Oficina de consertos de relógios	1	0	Ferrador	2	2
Ourives consertos	1	0	Ferreiro	1	1
Pensão e barbeiro	1	0	Funileiro	2	1
Relojoaria	1	0	Garagem e oficina	1	1
Sapateiro	19	7	Laboratório de produtos químicos e tipografia	1	0
Seleiro	2	1	Lenhadora	5	1
–	–	–	Máquina de arroz	1	0
–	–	–	Marcenaria	1	1
–	–	–	Marmoraria	5	4
–	–	–	Oficina	1	0
–	–	–	Oficina de carpintaria	2	2
–	–	–	Oficina de marcenaria	1	1
–	–	–	Oficina e garagem	2	2
–	–	–	Oficina mecânica	1	1
–	–	–	Padaria	5	2
–	–	–	Refinação de açúcar e torrefação de café	1	1
–	–	–	Salsicharia	1	0
–	–	–	Tinturaria	8	7
–	–	–	Tipografia	7	5
–	–	–	Torrefação de café	1	0
Total	**102**	**56**	**Total**	**61**	**40**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

ANEXO F

Registros de Impostos sobre Indústrias, Comércios e Profissões para o ano de 1899

Estabelecimento Artesanal	Nº.	Italianos	Estabelecimento industrial	Nº.	Italianos
Açougue	53	27	Caldeiraria	2	0
Alfaiataria	32	20	Carpintaria	8	5
Armador	6	0	Casa de ferreiro	1	0
Barbeiro	53	32	Casa de pasta	1	0
Confeitaria	6	6	Casa oficinas	1	0
Consertador de armas	1	1	Confeitaria	3	3
Consertador de chapéu	3	1	Curtume	5	5
Consertador de relógio	5	2	Engenho	2	2
Consertos mistos	1	0	Engenho cana e olaria	2	2
Costureira	4	3	Engenho de cana	1	1
Joalheiro	8	0	Fábrica de bebidas	16	15
Modista	22	16	Fábrica de carroças	34	23
Oficina de costura	1	1	Fábrica de cerveja	33	24
Ourives	10	6	Fábrica de cerveja e padaria	1	1
Relojoaria	14	8	Fábrica de charutos	4	2
Sapateiro	115	70	Fábrica de fogos	2	2
Secos e molhados, açougue	1	0	Fábrica de gelo	3	3
Seleiro	14	4	Fábrica de massas	10	7
–	–	–	Fábrica de sabão	11	5
–	–	–	Fabricante de carroças	3	2
–	–	–	Ferrador	17	9
–	–	–	Ferreiro	4	1
–	–	–	Ferreiro e fábrica de carroças	1	1
–	–	–	Ferreiro e ferrador	1	1
–	–	–	Fogos de artifício	1	0
–	–	–	Fundição	1	1
–	–	–	Funileiro	40	25
–	–	–	Máquina de beneficiar café	7	0
–	–	–	Marcenaria	20	8
–	–	–	Marmoraria	3	2
–	–	–	Marmorista	3	2
–	–	–	Oficina	2	1
–	–	–	Oficina joalheiro	1	0
–	–	–	Olaria	20	12
–	–	–	Padaria	49	25
–	–	–	Papelaria e tipografia	1	0
–	–	–	Pedreira e olaria	1	0
–	–	–	Refinação	1	1
–	–	–	Secos e molhados, fábrica de massas	2	1
–	–	–	Secos e molhados, padaria	9	5
–	–	–	Serralheiro	7	3
–	–	–	Serraria	9	2
–	–	–	Tinturaria	1	0
–	–	–	Tintureiro	5	5
–	–	–	Tipografia	5	0
–	–	–	Tipografia e jornal	1	0
–	–	–	Tipografia e papelaria	1	0
–	–	–	Torração de café	4	0
Total	**349**	**197**	**Total**	**360**	**207**

Fonte: APHRP – Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões.

ANEXO G

Estabelecimentos artesanais – sobrenomes italianos

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Abaicchi	Abbate	Abruche	Acretello	Acretello
Acretello	Acritello	Acritello	Acursi	Adre
Adri	Adri	Aiella	Aiello	Aita
Alberti	Alberti	Alberti	Allegro	Allegro
Ambrozio	Amicis	Amprini	Amprini	Andréa
Andrecia	Andreolli	Andreoni	Andreoni	Andreotte
Andreotte	Anletta	Artilan	Avaghiani	Avaglano
Avagliano	Bailone	Bainchi	Barbieri	Barbim
Barbone	Barcha	Barcha	Bari	Bari
Baroni	Barseti	Basim	Bauzi	Bazelia
Begueti	Belansi	Bellini	Bellonge	Beltrani
Bemuci	Benevenuto	Benevenuto	Bergiotto	Bernardini
Bertani	Bertani	Bertani	Bertani	Bertani
Bertani	Berti	Bertolucci	Bertolucci	Bertoluche
Bertoluci	Bertucci	Berturello	Bertuzo	Bevilacqua
Biage	Biaggio	Biagi	Biagio	Bianchi
Bianchi	Biatini	Bibbo	Bichi	Bilse
Bimbam	Binatte	Biogeo	Biogeo	Bipori
Birgirole	Birmont	Birzo	Bisquolo	Bitar
Bizo	Blandi	Blandy	Blausalo	Blotti
Bombonate	Bonacasi	Bonacorsi	Bonardeli	Bonardeli
Bonechalate	Bonnacorsi	Bonzi	Borelli	Borguetto
Brand	Bravi	Bravi	Brigante	Brussolo
Bumi	Burguete	Burti	Busso	Buzo
Cabani	Cabella	Cabeson	Cadognato	Caetano
Cagnolato	Calache	Calamari	Calantari	Caldo
Calien	Calisa	Camararro	Cambardeli	Campana
Campona	Canagari	Canaglia	Candeleri	Canine
Canini	Canlardelli	Canova	Canuto	Capelassi
Capetry	Caporal	Cappelini	Cappeto	Capucci
Caranelli	Cardini	Carille	Carlile	Carnesali
Casini	Casselo	Cassiani	Cavalario	Cavalchiori
Cavallani	Cavallari	Cavassan	Cecchi	Cecconi
Ceconi	Celi	Censato	Cesilli	Cezarini
Chaneri	Chanzerlli	Chanzolli	Chequi	Chianceri
Chiusco	Cicca	Cipolla	Clausi	Codofretto
Codognato	Coeuri	Colamari	Colli	Conduci
Conini	Conteleghe	Corado	Corafio	Cordovil
Cossini	Cossini	Cosso	Coulato	Crepaldi
Croce	Crosi	Crosio	Crossi	Crossio
Crosso	Crusta	Cunte	D´Acunto	D'Alesio
D'Andréa	D'Olivari	Dacol	Daganuncio	Dália
Damico	Dardeni	Dastoli	Dastoli	Dastoli
Dastori	Dastori	Davichi	Decardi	Del Bai
Del Ciampa	Del Neco	Delagata	Delario	Della Croce
Dellbam	Denarelli	Depa	Derissio	Deroca
Dimodilli	Divo	Doccuci	Domeciano	Domenichelle
Dopusato	Dostoli	Dreossi	Emili	Enineto
Ermeti	Escavassa	Facci	Facci	Faccio

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Faccio	Faccio	Fachini	Faete	Faete
Faetti	Faganucci	Failoci	Falanati	Falanti
Falcheti	Fanchin	Faneli	Fantate	Fantato
Fantelli	Fantini	Fantini	Fantini	Fanza
Farachini	Farbo	Fariga	Farina	Fassi
Favari	Favati	Fecitonio	Fecitoro	Feglioleno
Fenadini	Fenche	Fereti	Ferizare	Ferlante
Ferlante	Ferraca	Ferrari	Ferrari	Ferrari
Ferrari	Ferrari	Ferrari	Ferrari	Ferraro
Ferraro	Ferraro	Ferraro	Figlidini	Finate
Fiolino	Fiongio	Fiorentina	Fiori	Fitipaldi
Flessatti	Flordi	Florentina	Fragalli	Franche
Francischini	Francischini	Franco	Frandalli	Franoi
Franzini	Franzoglia	Fraudalli	Freviati	Fulante
Furlant	Furtunato	Gabrichesco	Gabrielli	Gabucci
Galachi	Galansari	Galeani	Galiani	Gallão
Galli	Galliaci	Gallo	Galvani	Gamafoni
Gambardini	Garetane	Garles	Garrido	Gasselli
Geani	Geminiano	Genassi	Gennari	Gianelli
Giani	Gianoni	Giraldo	Girardi	Giuliano
Goulani	Gracci	Grachelle	Grachetto	Graci
Graco	Gramin	Grasso	Grasso	Grecco
Grecco	Grecco	Greguolo	Grupe	Guagello
Guaretano	Guarnier	Gugliane	Gugliano	Guiazatte
Guidalli	Guide	Guidini	Guido	Guido
Guilhate	Guiliano	Guillianni	Guimarelli	Guina
Guinarelli	Guinerato	Gumerato	Gurelli	Hannichel
Icachel	Icarparo	Icarparo	Icarpina	Inechi
Iniborato	Irche	Italiano	Jaconi	Janetti
Janicelli	Jannetti	Janotti	Janotti	Javaroni
Joseph	Juliani	Justi	Katalian	La Gamba
La Machia	La Rocca	La Rocca	Lacco	Laguna
Lamana	Lamantia	Lamantia	Lancioni	Lanconi
Landi	Lani	Lania	Lania	Lanza
Larini	Larini	Larini	Larini	Lavano
Lavante	Leidri	Lencioni	Lencioni	Lepera
Lepera	Lipi	Lippe	Locca	Lorençose
Lorette	Lovedo	Lovreiro	Lubrani	Lucca
Lucca	Lucca	Lucca	Lucci	Luchese
Luchesi	Luchi	Lule	Lupinace	Lupinace
Lupis	Mach	Macheti	Machetti	Machim
Machinari	Machote	Macroni	Maestrello	Maganini
Maganini	Magni	Maimone	Mancine	Mancini
Mandolori	Manegrin	Manetti	Manfarin	Manfrani
Manfrine	Manfrini	Manhovita	Maniccussi	Mansueto
Mantovani	Maqueti	Marcella	Marcheth	Marcheti
Marchetti	Marciano	Marcovechio	Marcovechio	Marcuche
Mardocho	Marfesolle	Margantelo	Margantini	Marinari
Marinaz	Marine	Marini	Marini	Marini
Marini	Marozo	Marseti	Marseti	Marteli
Martinari	Martinelli	Martinelli	Martinese	Martini
Martini	Martini	Martini	Martini	Martini
Martirelli	Martorelli	Martucci	Martucci	Martuche
Martuche	Marze	Masasso	Mastella	Mastelli

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Matiola	Matioli	Matioli	Matiolli	Mattia
Maurno	Mazzoni	Mazzota	Mellito	Meneghini
Meneguim	Meniderdi	Menneglini	Merichelli	Michelli
Mielles	Mignos	Milioto	Moia	Molinari
Moranti	Morganteli	Mortari	Mortari	Muchi
Munecirri	Muracca	Nante	Nazaretti	Negre
Negreto	Nepteme	Nerni	Nerri	Nery
Nesti	Nesti	Nestti	Nicentini	Nicola
Nieri	Nina	Novelli	Nucce	Nucci
Orangi	Padilha	Paegi	Paganuci	Pagasadade
Paggero	Pagnani	Panhani	Panosin	Paoli
Papaleo	Pardine	Pardini	Parmain	Parmasiam
Paschoal	Paschol	Passoli	Pastori	Patezam
Pautini	Pecadillo	Pegallo	Peladi	Pelegrini
Penagge	Penasato	Penna	Pentialle	Pepa
Pepe	Peppe	Perachino	Percci	Perini
Perini	Peroni	Perreri	Perrone	Perrucci
Perrusi	Peruge	Perujo	Peruso	Peruzzi
Petean	Petean	Petell	Pévio	Piccatiello
Pierone	Pieroni	Pieroni	Pierri	Pilotto
Pimpilde	Pinate	Pinate	Pinatti	Pinatti
Pinotti	Pirzo	Pistelli	Pizani	Polezi
Poli	Pontini	Popa	Portelli	Prasesti
Precatulle	Prersio	Previero	Prospero	Provensano
Pucci	Puchete	Pupinace	Rach	Raffo
Ramazolli	Regin	Reguiate	Renesto	Renesto
Resoli	Resquolo	Riacco	Ricci	Rich
Riggin	Rigo	Rigo	Rilse	Rinconi
Risso	Roberti	Roberti	Robertti	Rocati
Rocatti	Rocco	Romani	Romani	Romano
Romano	Romano	Romano	Rondenacci	Rossi
Rossi	Rosugi	Rotarti	Roteli	Rotta
Russo	Sacharo	Sachi	Sachiera	Sachiero
Sadi	Salalti	Sandre	Santalo	Santill
Santini	Santonio	Saporeto	Sardi	Saritta
Sarle	Sarli	Satunelli	Sbranna	Scarfana
Scarfaro	Scarpano	Scarparo	Scarparo	Scarpora
Scavaso	Scavassini	Schul	Secchi	Sefele
Sefelli	Sellena	Senchel	Senneti	Serpico
Sertorio	Sesarini	Sferchini	Sfianon	Sfrovieri
Sialamandré	Sicca	Sicca	Sicca	Sivirini
Solani	Solera	Solleto	Soriane	Soriano
Spalone	Spalone	Spandoro	Spanelli	Spano
Spano	Spano	Spinelli	Spinelli	Spinelli
Spinopulos	Sprobieri	Stefani	Stefani	Stevalli
Storari	Suderich	Supinace	Tambellini	Tamborini
Tardelli	Targa	Tasmicelle	Temporini	Tenna
Tessitori	Tessitorio	Timpelde	Tirene	Tivo
Tonelli	Tonzaglia	Torella	Torenfeli	Tortemato
Tossi	Trentini	Treoni	Treviate	Trevilato
Trombeta	Trombeta	Unganoti	Ungaretti	Valentim
Valerici	Valim	Vallenti	Vallenti	Vallese
Vallini	Valtini	Varonizi	Vedrito	Vella
Velluti	Venditte	Vernoti	Veronezi	Veronezi

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Veronezzi	Verri	Verri	Verri	Versali
Versi	Vespaziani	Vetulo	Victoraci	Victorasi
Victorasse	Victorio	Victorossi	Vieste	Vieste
Vinedicti	Vinibilles	Violli	Vissotto	Viteriti
Vitonalli	Vitoralli	Vitulio	Vivaccqua	Volponi
Zácaro	Zaccaro	Zaccaro	Zaccaro	Zaccaro
Zaccaro	Zamboni	Zambonin	Zampans	Zampari
Zamparoli	Zamponi	Zanalle	Zanalle	Zanetti
Zanfrano	Zangaro	Zanolli	Zaparoli	Zaparoli
Zaparoli	Zari	Zerbinati	Zeri	Zonari
Zucca				

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

ANEXO H

Estabelecimentos artesanais – sobrenomes nacionais e outros

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Abbrista	Abduch	Abduche	Abranches	Abreu
Abreu	Abreu	Abreu	Adames	Afonso
Aislle	Alberto	Alegre	Aleixo	Alfredo
Allegos	Almeida	Almeida	Almeida	Almeida
Almeida	Almeida	Alonga	Alonso	Alonzo
Alves	Alves	Alves	Ambrosio	Ambrósio
Anastácio	Andrade	Andrade	Anna	Annunciação
Anta	Antonio	Antonio	Antonio	Antonio
Antunes	Antunes	Antunes	Aquino	Araújo
Araújo	Armenda	Armuida	Arruda	Arruda
Atanicio	Azevedo	Azevedo	Bach	Baia
Baile	Ballos	Banto	Baptista	Baptista
Baptista	Baptistão	Barahen	Baran	Barbosa
Barbosa	Barreto	Barros	Barrufi	Bascigo
Basilia	Bastos	Bego	Belson	Bergo
Bernardina	Berto	Bertolino	Beserra	Beserra
Beterite	Bezerra	Bibo	Bilbal	Bismark
Bistosido	Boje	Bonezan	Borges	Borges
Braga	Brandes	Brando	Brazilino	Brazilino
Brito	Bruno	Bulgua	Buso	Bussa
Cabeção	Cabral	Cabral	Cabral	Cabral
Cabral	Cabral	Cabregas	Cabrejas	Caenajo
Cahin	Caldo	Camargo	Camaro	Campes
Campona	Campos	Campos	Campos	Caporal
Cardim	Cardim	Cardoso	Cardoso	Cardoso
Carlos	Carlos	Carloto	Carmada	Carmello
Carmem	Carneiro	Carneiro	Carreira	Carvalho
Carvalho	Carvalho	Carvalho	Carvalho	Carvalho
Casemiro	Casimiro	Cassiano	Castanheira	Castanheira
Cavalheiro	Cecílio	Cerdeira	Cereia	Cesarino
Cesarino	Chama	Chaves	Chaves	Chediach
Chib	Chil	Chimeris	Chirico	Churco
Clause	Cochano	Coelho	Coelho	Coelho
Cohalo	Colper	Condexa	Corado	Corchon
Cordeiro	Corrêa	Costa	Costa	Costa
Costa	Cotez	Coutinho	Côvado	Crosta
Crus	Cruz	Cunha	Cunha	Cunha
D'Oliveira	Daniel	Daniel	Daniel	Derico
Deseminho	Deuva	Dias	Dias	Dores
Dornfeld	Duarte	Duarte	Dumas	Elias
Elisa	Eliza	Emiachir	Eresley	Eusébio
Fabrício	Falmento	Farga	Farto	Fassa
Favora	Felisbino	Fereira	Fernandes	Fernandes
Fernandes	Fernandes	Fernandes	Fernandes	Fernandes
Fernandes	Ferreira	Ferreira	Ferreira	Ferreira
Ferreira	Ferreira	Ferreira	Ferreira	Ferreira
Ferres	Figueiredo	Figueredo	Figueredo	Fischer
Flinio	Florentina	Flores	Floriano	Florindo
Flotogi	Fonseca	Fonseca	Fortunato	Fortunato
Fortunato	Fortunato	Fortunato	Fortunato	Fracasso

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
França	Francisco	Francisco	Fraves	Freitas
Freitas	Freitas	Freitas	Freitas	Freitas
Freitas	Furtado	Furtado	Gaia	Gaia
Galiul	Galvão	Gambá	Gambá	Gandencio
Garcia	Garcia	Garcia	George	Gimenis
Gir	Gomerato	Gomes	Gomes	Gomes
Gomes	Gomes	Gomes	Gomes	Gomes
Gomes	Gomides	Gonçalves	Gonçalves	Gonçalves
Gonçalves	Gonçalves	Gonçalves	Gonçalves	Gonçalves
Gonçalves	Gonzáles	Gonzáles	Grandejain	Grandijan
Gregório	Gregório	Gregório	Grupe	Guana
Guanião	Guedes	Guilherme	Guimarães	Guimarães
Guimarães	Guimarães	Guimarães	Gularte	Gumerato
Hach	Haron	Henrique	Hortolan	Hortolan
Ignácio	Ignácio	Ignácio	Ilotre	Imbetto
Isac	Isac	Issy	Izar	Jacob
Jagui	Jardim	Jatahi	Jegesmevardo	Jepa
Jerusalmy	Jesus	Jesus	Jesus	Jeúdice
João	João	João	José	José
José	José	Juliano	Juliano	Julio
Júlio	Junqueira	Justo	Justo	Kahtahan
Kohlbach	Kraien	Lagoinha	Lama	Lanorte
Laplaçaro	Larccer	Lavande	Lavante	Leite
Leite	Leite	Leite	Leite	Leite
Leite	Lepe	Lima	Lima	Lima
Lima	Lima	Lima	Lima	Lima
Lima	Lopes	Lopes	Lopes	Lopes
Lorenzan	Loterio	Lourençales	Lourenço	Lourenço
Lourenço	Lourenço	Lourenço	Lúcio	Lúcio
Lufo	Lugo	Luis	Luis	Luiza
Macarnas	Macarrão	Macedo	Machado	Machado
Machado	Machado	Machado	Machado	Machado
Machucie	Madim	Mador	Maduro	Maia
Maia	Maia	Majé	Manbavita	Marasco
Marbiche	Marciano	Mardoch	Marés	Mariano
Marinay	Marques	Marques	Marques	Marquete
Marreiro	Martha	Martins	Martins	Martins
Martins	Martins	Martins	Maruraz	Massan
Massaro	Matheus	Matias	Mattar	Mattia
Mattos	Maturano	Maurno	Medeiro	Meireles
Meireles	Mello	Mello	Mendes	Mendes
Mendes	Mendonça	Messyas	Michel	Mieles
Mignon	Miguel	Minhon	Minhon	Miranda
Miranda	Miranda	Mondas	Montero	Moraes
Moraes	Moraes	Morais	Morais	Morassum
Morato	Morato	Moreira	Morgado	Morhas
Motta	Motta	Motta	Moura	Moura
Moura	Muldock	Muller	Muller	Munhon
Munhon	Munhos	Muraca	Muraci	Murato
Muriz	Nabão	Nabar	Nabon	Nacarato
Nacarato	Nahas	Nahum	Naozar	Narciso
Nascimento	Nascimento	Nascimento	Nasinber	Nazareth
Negos	Negreto	Negreto	Nery	Nesalon
Neves	Neves	Neves	Neves	Nicolau
Nicolau	Nijar	Nina	Nisti	Nolin

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Novais	Novo	Nunes	Nuses	Octávio
Oliva	Olivan	Oliveira	Oliveira	Oliveira
Oliveira	Oliveira	Oliveira	Oliveira	Oliveira
Oliveira	Omplinio	Orange	Orange	Orlando
Ortis	Otero	Paes	Pagagichila	Paino
Paiva	Paiva	Palim	Palumbo	Pandulf
Parada	Parmain	Parujo	Passalho	Passos
Paula	Paula	Paula	Paula	Paula
Paulo	Paulo	Paulo	Paulo	Paulo
Paulo	Paulo	Paulo	Pavão	Pecatislo
Pedro	Pedro	Penha	Penha	Peperes
Pércio	Pereira	Pereira	Pereira	Pereira
Pereira	Pereira	Pereira	Peres	Perssio
Petell	Petes	Pierre	Pierre	Pierres
Piloto	Pimenta	Pimenta	Pinate	Pinheiro
Pinto	Pinto	Pinto	Pinto	Pinto
Pipa	Pontin	Ponton	Prado	Próspero
Próspero	Pupulu	Puvrate	Queirós	Queiroz
Ragoso	Raile	Ramalho	Ramalho	Ramalho
Ramalho	Ramos	Ramos	Ramos	Ramos
Randi	Rangel	Rastilho	Real	Rego
Rego	Rego	Reidel	Reis	Reis
Reis	Reis	Rester	Ribeiro	Ribeiro
Ribeiro	Ribeiro	Ribeiro	Ribeiro	Ribeiro
Ricardo	Roberte	Rodrigues	Rodrigues	Rodrigues
Rodrigues	Rodrigues	Rodrigues	Rogério	Rogério
Rolto	Roper	Rosa	Rotate	Roudinani
Rusai	Russo	Russo	Russo	Russo
Ruy	Sá	Sá	Sá	Sá
Sá	Sabim	Sabino	Sabino	Sabino
Sabino	Sacco	Saide	Salles	Salles
Salvador	Salvador	Sanches	Sandra	Santiago
Santos	Santos	Santos	Santos	Santos
Santos	Santos	Santos	Santos	Santos
Santos	Santos	Santos	Santos	Santos
Santos	Santos	Santta	Sarmento	Schiski
Schwartezuran	Searmagnan	Segismundo	Segismundo	Seguro
Sei	Seide	Seidel	Sensato	Sepa
Serra	Seusli	Severino	Severino	Silva
Silva	Silva	Silva	Silva	Silva
Silva	Silva	Silva	Silva	Silva
Silva	Silva	Silva	Silva	Silveira
Silveira	Silveira	Silveira	Sobra	Sobrinho
Sobulnicoff	Soriano	Soriano	Sousa	Sousa
Sousa	Sousa	Souza	Struncio	Tabão
Taipo	Talle	Tamburús	Tenaze	Tobias
Torres	Torres	Trindade	Urbani	Vaes
Val	Val	Valente	Vas	Veiga
Velente	Velho	Velho	Velho	Verrer
Vicente	Vieira	Vieira	Vieira	Villaça
Villaça	Villalobos	Weler	Wilson	Zallas
Zéo	Zéo	Zeri	Zoccan	Zucque
Zumifrenia				

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

ANEXO I

Pequenos industriais – sobrenomes italianos

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Abbade	Abragio	Abreuzi	Abrialli	Acero
Acrive	Adenuci	Adola	Adriani	Albertine
Albertine	Aloy	Amprini	Amprini	Anacleto
Andreolli	Andreotti	Andreotti	Andretto	Andriani
Angelini	Angelo	Angrisani	Assuero	Aumiville
Bacaro	Baccaro	Bachi	Baldascaro	Balduino
Banlosi	Banquato	Baratello	Bárbara	Barberi
Barbieri	Bariani	Barichelli	Barichello	Barilari
Barillari	Barillari	Barillari	Barillari	Barquino
Barralurci	Bartololti	Bassami	Bataglia	Bataglia
Batalha	Bellero	Bellia	Bellio	Bellonzi
Belluci	Benardi	Benate	Benfate	Bergo
Bernardi	Bertani	Bertholucci	Bertini	Bertoldi
Bertoldi	Bertolini	Bessa	Bessam	Betini
Betti	Bevilaqua	Biacomini	Biagine	Biagini
Biagionni	Bianchi	Bianchi	Binachi	Binotto
Bioviram	Boch	Bolini	Bombonato	Bonacordi
Bonate	Bonato	Boni	Bonini	Bonnacorsi
Bonnato	Borteto	Bortolato	Bortolo	Bosseto
Brandini	Brandini	Braziala	Brazini	Brozera
Brunelli	Cabacci	Cadurre	Caetano	Cagnolato
Calacio	Calamare	Caliali	Calina	Calisto
Calisto	Calura	Campanella	Campattelli	Campiello
Camporini	Canasvasi	Candele	Candelere	Canhasin
Canhelato	Capadosio	Capesni	Cápua	Capucci
Caravassi	Carelia	Carnachioni	Carpista	Carradini
Casanova	Casanova	Casari	Casnediani	Cassille
Cassillo	Castelli	Castrovijo	Cavadasse	Cavallani
Cavallaro	Cavalloni	Cavichiali	Cebele	Cebienelli
Cecconi	Cegonatto	Centeleghe	Cerri	Cerri
Cerujo	Cesarino	Cescalli	Cescato	Chambille
Chardeli	Charlarelli	Chianelle	Chiarelli	Chinareli
Chiolo	Chionaruce	Chistim	Chiurco	Chufato
Cirradossi	Cobele	Codogno	Codoguate	Cognolato
Colatini	Colla Antonio	Colombaretti	Companelle	Conduche
Cont	Conte	Coradasi	Coralles	Coraucci
Corcioli	Corialli	Corzera	Costadella	Covichiali
Crisci	Cristofani	Crosso	Cunholate	D´Urze
D'Andréa	Daconte	Dacuseto	Dalaglio	Dalalis
Del Ciampa	Delinassi	Delloiagono	Delmaci	Deoniglio
Dianchi	Dilacharo	Dini	Dolalis	Dolato
Domenico	Dominicis	Dompietro	Donato	Dopusato
Drienna	Ducelli	Dunchi	Duneli	Egisto
Espelleza	Esquiloli	Facchi	Faccioli	Fachi
Fachini	Fachini	Faganhole	Fagui	Failace
Faillace	Falchi	Falini	Falini	Fanheti
Fantato	Fantini	Farazzo	Fareta	Farraco
Farya	Faschi	Faschina	Faschini	Fascina
Fassi	Fassi	Fasso	Favan	Favanti
Favaro	Favaro	Fazzi	Fecalalle	Fedeschi

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Fedraço	Felani	Felegrim	Felezolle	Felhi
Felinassi	Felisola	Ferim	Ferlin	Ferracini
Ferrare	Ferrari	Ferrari	Ferrari	Ferreri
Ferrero	Ferrero	Fhilidory	Fieggete	Fiezzi
Figanelli	Figo	Finotti	Fiorentini	Fiorentini
Fioretti	Fioretti	Fiorezan	Fiori	Fiori
Fioze	Fira	Firrie	Flechatte	Flessati
Floriani	Foloni	Fonzaglia	Formici	Fortaleli
Fossi	Fraldo	Franchi	Francischini	Francisquini
Fransaglia	Franzani	Franzoli	Fraseto	Frentin
Frevigilli	Frisenia	Frocchi	Fucci	Fulanetti
Furlanetti	Furlante	Gabrielesco	Gaeta	Gaiafato
Galeani	Galli	Galli	Gallivalio	Gallo
Gallo	Gallo	Garetti	Garguielo	Gasafate
Geacomelli	Geacomini	Geanini	Gecobali	Gella
Genicelli	Genotti	Gesetta	Giachetti	Giachetto
Giacomini	Giacomini	Giacomo	Giacomo	Gianani
Gianini	Gilbeltri	Gilber	Giongini	Giraldi
Giroto	Giseani	Golfeto	Golfeto	Golfeto
Golfeto	Golfeto	Gorallis	Gracia	Graguano
Grandine	Grandini	Grandini	Grandini	Grecco
Grecco	Grimald	Groceva	Grui	Guadagnucci
Guadanuci	Guaello	Guanarelli	Guanarelli	Guarino
Guaselli	Guassella	Guchofati	Guciti	Guidulle
Guillate	Guiratti	Guirotti	Guizelini	Gulati
Hipolito	Hypolito	Icachel	Iguacchiti	Innecchi
Innecchi	Ipinelli	Ippolito	Italice	Jacob
Jelinassi	Lacci	Lacci	Lacin	Laguna
Lambardi	Lanchini	Lancione	Landini	Landridi
Landuci	Lania	Lanlinelli	Laranca	Larini
Laureti	Leidri	Lencione	Lenharo	Leoni
Lepera	Lepero	Levi	Licença	Liniegli
Lo Guidice	Lombardi	Lorelli	Lorenson	Lourencosi
Lucca	Lucca	Lucci	Lucci	Luchese
Luchesi	Luchiari	Luigi	Luotraro	Lusiardi
Maccioli	Machesi	Maganini	Maggioni	Magim
Magnus	Maguisleti	Maio	Maldonade	Maldonade
Malerba	Malizano	Mandaloti	Manetti	Manfrine
Manfrini	Manlori	Manquini	Mantangulo	Marcato
Marchenelli	Mareli	Margantini	Marsolla	Martelli
Martelli	Martelli	Martiani	Martinelli	Martinelli
Martinelli	Martinelli	Martinelli	Martinelli	Martinelli
Martini	Martini	Martini	Martini	Martini
Martino	Martucci	Martucci	Marzola	Marzoli
Mascim	Masosca	Maurase	Máximo	Mayo
Mazoti	Mazzoni	Mechin	Melani	Melinuces
Melleo	Menegheti	Meneguini	Meranti	Mericusi
Miali	Migueu	Milani	Milano	Milano
Millanesse	Millani	Millano	Millo	Minardi
Minebi	Minelli	Mingueti	Moranini	Morantini
Mordico	Mordocco	Moreli	Morini	Mosa
Munieri	Murdachi	Nacarato	Nadalini	Naldradi
Nalpe	Nardini	Nardini	Nastonio	Navagio
Neggi	Neraldini	Nesti	Nicuzo	Noccioli

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Nolpe	Olivari	Pacagnelli	Pacanello	Pacca
Pace	Pachoal	Paeregini	Paiani	Palarello
Palasso	Pampolli	Panesano	Pansani	Paschal
Paschim	Paschoal	Paschoal	Paschoal	Paschoalini
Pastore	Pastore	Paulinelli	Paulinelli	Pechaschi
Pedrani	Pedrassi	Pedrasta	Pedrossi	Pelegrini
Pelegrini	Pelegrini	Pelicani	Pelinga	Pella
Pellicano	Peló	Peló	Peloto	Perachino
Perita	Pestanossi	Petri	Petroculli	Pettre
Pherdinas	Phylidory	Pini	Pioveran	Piovizan
Pippa	Pirtunari	Pisis	Pissi	Pital
Pizzoli	Plagi	Polete	Pontati	Porissini
Pozi	Prasesti	Prautelli	Primo	Pritos
Pronezone	Prontelli	Protti	Puccete	Pucci
Pucestti	Pucetti	Raggassi	Ragghianti	Ragliante
Regulo	Rek	Retano	Ricci	Ricco
Ricco	Rigon	Ripoli	Ristori	Rizzi
Roberti	Rocatti	Romanchote	Romansiolli	Romero
Rosalli	Rosanti	Roselli	Rosseti	Rossetti
Rossi	Rossi	Rossi	Rozani	Ruffato
Sabato	Sacci	Sachi	Sachi	Sachi
Salaglio	Salermo	Salheta	Sallo	Salomone
Sandreschi	Sanfalti	Santarelli	Santeleghi	Santi
Santi	Santin	Santini	Santis	Sarialelli
Sarpa	Sarti	Sartini	Sassi	Sassi
Saulie	Savina	Saviolli	Scarchelli	Scavalite
Schibolla	Segato	Segato	Selubelli	Sembenelle
Senieghi	Sercini	Serperulo	Serpiculo	Serratis
Serri	Sescato	Sesmi	Siberalli	Sica
Somma	Somma	Somma	Soriani	Sorianni
Sovani	Spadone	Spalone	Spanelli	Spano
Spanon	Spiro	Stafani	Stefani	Taffo
Taffo	Taffo	Taffo	Tambenelli	Tamescafeli
Tarozo	Tarti	Tazzo	Tedeschi	Temporini
Tenuto	Terrere	Terso	Theresa	Thiese
Tiere	Tiezzi	Torozzo	Toschi	Trentine
Trimarco	Trombini	Tuzo	Urbanim	Vaccarro
Valentini	Vallada	Vaniellino	Vecchi	Vecchio
Vedelli	Vedisigo	Vellis	Vellute	Velpi
Veltre	Veollo	Veraldini	Veronaze	Veronese
Veronezi	Veronezi	Veronezi	Vese	Vetal
Vezi	Vianiso	Vicenzo	Victal	Victal
Victorino	Victorio	Vieste	Vinachi	Vincenzo
Vines	Visali	Vizolli	Vizzate	Vongaretti
Zaccaro	Zaccaro	Zambinate	Zamboni	Zanelle
Zaparolli	Zechetto	Zema	Zerbinato	Zoccaro
Zuanole	Zuchi	–	–	–

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

ANEXO J

Pequenos industriais – sobrenomes nacionais e outros

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Abrahão	Aguiar	Aguiar	Albertino	Alexandre
Almeida	Alvarenga	Alves	Alves	Alves
Alves	Amaral	Amaro	Ambrozio	Ambrozio
Amindala	Amorim	Amoroso	Andrade	Andrade
Andrade	Andrade	Andrade	Andrade	Antonio
Antonio	Antonio	Antonio	Antonio	Antunes
Aquino	Aquino	Araújo	Areusa	Arlindo
Arruda	Arruda	Aslorido	Azevedo	Azevedo
Bacare	Bach	Bages	Balduino	Bandaro
Baran	Barba	Barbeiro	Barbosa	Barbosa
Barbosa	Barboza	Bardaro	Barra	Barreto
Barreto	Barreto	Barreto	Barreto	Barroso
Bartholomeu	Basan	Basílio	Batalha	Bergo
Bergo	Bernal	Bernardes	Bernardo	Bertão
Bertão	Beserra	Beton	Bezerra	Bicado
Bim	Bismark	Bondoso	Borges	Borges
Brangel	Brás	Brazilino	Bueno	Bueno
Bueno	Bueno	Bussa	Cabral	Cabral
Cabruyne	Cahin	Caldo	Calmo	Camargo
Camargo	Campes	Campos	Campos	Campos
Campos	Campos	Campos	Campos	Canavaro
Candelero	Canholato	Cardoso	Cardoso	Cardoso
Cardozo	Carlo	Carmo	Carmo	Carneiro
Carvalho	Carvalho	Carvalho	Carvalho	Carvalho
Carvalho	Carvalho	Carvalho	Carvalho	Carvalho
Carvalho	Carvalho	Carvalho	Casemiro	Cassiano
Castanheira	Castello	Castro	Castro	Cavallares
Celart	Cenro	Cerdeira	César	Cesarino
Champo	Chaves	Cheim	Chines	Chines
Chufalo	Cimba	Cinta	Cirrujo	Clemente
Clemente	Cobalo	Codonho	Companelle	Conceição
Conferás	Corado	Corado	Corberto	Correa
Correia	Costa	Costa	Costa	Couto
Couto	Cunha	Cunha	Cunha	D´Aguiar
D'Abreu	Dacinto	Darch	Darnfeld	Décio
Deiuma	Del'Porto	Delas	Dias	Diederichsen
Dina	Dionísio	Domingos	Domingos	Domingos
Dormante	Duarte	Emachiranann	Etchebchari	Éter
Faber	Fabrício	Faguetami	Fagundes	Fak
Fascino	Feado	Feliciano	Fernandes	Fernandes
Fernandes	Fernandes	Fernandes	Ferras	Ferraz
Ferraz	Ferreira	Ferreira	Ferreira	Ferreira
Ferreira	Ferreira	Ferreira	Ferreira	Ferreira
Ferreira	Ferreira	Ferreira	Ferreira	Fesaseira
Fessa	Fhilidary	Fhilidory	Fiesc	Figueredo
Filho	Filles	Finceiro	Flores	Floriano
Fonseca	Fonzeca	Fortes	Fortunato	Foso
Foudo	Fracasso	França	França	França
França	Francisco	Francisco	Franco	Freitas
Freitas	Freitas	Frigo	Fumborius	Furquim

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Furtado	Furtado	Galvão	Gambier	Garcia
Gargan	Gaspar	Gasto	Georges	Gerald
Geraldo	Geraldo	Geremias	Gilter	Gival
Gomerato	Gomes	Gomes	Gomes	Gomes
Gomides	Gonçalves	Gonçalves	Gonçalves	Gonçalves
Gonçalves	Gonzaga	Gonzáles	Gorez	Gouveia
Govigan	Grande	Gregório	Gregório	Gregório
Gregório	Guilhelle	Guilherme	Guilherme	Guimarães
Guimarães	Guimarães	Guimarães	Guimarães	Guimarães
Guimarães	Guimarães	Guintilho	Haron	Henrique
Henrique	Hermam	Hibeln	Hineguires	Hortolan
Hypolito	Ignácio	Ignácio	Ilotre	Imbetto
Ince	Isac	Izaias	Jardim	Jardim
Jatahi	Jeremias	João	José	José
Julio	Junior	Junior	Junqueira	Junttami
Justo	Koniski	Kuzacki	Lago	Lama
Lama	Lamas	Landeiro	Landufe	Laudim
Leite	Leite	Leite	Lemos	Licença
Lima	Lima	Lima	Lima	Lima
Lima	Lins	Lombardi	Lopes	Lopes
Lopes	Lopes	Lopes	Lorenson	Lorenzan
Losonca	Loterio	Lourenço	Lourenço	Lourenço
Luis	Macarrão	Macedo	Macedo	Macedo
Machado	Machado	Magno	Maguitino	Maia
Maia	Manu	Marasco	Marco	Maria
Maria	Marinheiro	Maris	Marques	Martim
Martins	Martins	Martins	Martins	Martins
Martins	Martins	Martins	Martins	Massan
Massaro	Matos	Mattos	Maurno	Mauro
Mello	Mello	Mello	Mello	Menardo
Mendes	Meyer	Mignon	Miguel	Miguel
Miguel	Miranda	Miranda	Miranda	Miranda
Miranda	Mobília	Moço	Monteiro	Moraes
Moraes	Moraes	Moraes	Moraes	Moraes
Morante	Mordoco	Moreira	Moreira	Morgan
Mosca	Mose	Motta	Motta	Moura
Mourera	Nacarato	Nadalino	Nahas	Nascimento
Nascimento	Navaju	Netto	Netto	Neves
Neves	Neves	Nissi	Nistal	Nobre
Nogueira	Nogueira	Nunes	Oliveira	Oliveira
Oliveira	Oliveira	Orlando	Ozório	Palácio
Papa	Pardo	Paula	Paula	Paulino
Paulo	Paulo	Paulo	Pedro	Pedrosa
Pereira	Pereira	Pereira	Pereira	Pereira
Peres	Perreira	Peteres	Petrone	Philidiry
Pierri	Pimenta	Pinto	Pinto	Pippa
Píton	Plolezes	Plotes	Porto	Prado
Prado	Próspero	Quitaria	Ragoso	Ramos
Ramos	Ramos	Ramos	Ramos	Reck
Reis	Reis	Reis	Resende	Ribeiro
Riel	Rocha	Rodrigues	Rodrigues	Rodrigues
Rodrigues	Rolsan	Rosa	Rosa	Rosa
Rosa	Rosa	Rosant	Sá	Sá

Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome	Sobrenome
Sá	Sá	Sacramento	Salazar	Salihn
Salomão	Sant'Anna	Santa'Anna	Santiago	Santiago
Santiago	Santo	Santo	Santos	Santos
Santos	Santos	Santos	Santos	Santos
Santos	Santos	Santos	Santos	Santos
Santos	Saran	Sargento	Sarmento	Schell
Schubert	Schubes	Seane	Seches	Seda
Seixas	Selles	Selles	Selmer	Senchel
Severino	Silva	Silva	Silva	Silva
Silva	Silva	Silva	Silva	Silva
Silva	Silva	Silva	Silva	Silveira
Silveira	Silvério	Simões	Siqueira	Smille
Soares	Sobrinho	Socrata	Sócrates	Solim
Somura	Soriano	Soriano	Sousa	Sousa
Sousa	Sousa	Sousa	Sousa	Souza
Spanon	Talch	Targa	Taroso	Tavares
Tealdo	Tedi	Teixeira	Telles	Terrene
Thelidory	Theodorião	Tito	Toni	Torres
Torres	Torres	Torres	Toso	Tosque
Toste	Trigo	Val	Valente	Valente
Valente	Valle	Valloin	Valloin	Varques
Vicente	Vidal	Vidal	Vieira	Vigário
Vilhaber	Villa	Viola	Vital	Vitalino
Vois	Volta	Wagner	Watheley	Weiss
Welf	Welle	Wois	Xerim	Zanello
Zangoso	–	–	–	–

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

ANEXO L

Relação de bens encontrados nos inventários *post mortem* – Ribeirão Preto (1890-1930)

Descrição dos bens adquiridos por artesãos e industriais em Ribeirão Preto
8ª. parte de dois terrenos; 16ª. parte de um terreno.
Seguro de vida
Metade de um prédio; 1 terreno no Núcleo Colonial; depósito de 12.000 francos
Depósito bancário
Quarta parte de um terreno com um prédio salão; quarta parte de um prédio de tijolos e telhas; quarta parte de um prédio de tijolos e telhas; quarta parte de um prédio de tijolos e telhas; um terreno; metade de um prédio; um prédio de tijolos; um terreno; dois prédios salões e um residência; dois prédios residências; uma gleba de terras com benfeitorias; um prédio de tijolos; um terreno; um automóvel Wolksvagen; uma perua Kombi; uma quota de capital; uma quota de capital e lucros; saldo em dinheiro em conta corrente; saldo em dinheiro em conta corrente
Inventário da esposa falecida: duas datas de terras; dois prédios; um prédio; um lote de terreno. Inventário do falecido: um prédio.
Um prédio.
Pequena casa
Um terreno
Um lote de terra no Núcleo Colonial;
2 terrenos
Um prédio; dinheiro em conta corrente; dinheiro em caderneta de poupança
Um prédio; um prédio;
Sítio no Morro do Cipó
Fazenda "(...)"
Uma casa de morada
Depósito de dinheiro que não era suficiente para pagar os gastos do funeral.
Casa de moradia e terras
Prédio terreno
Um prédio; uma marcenaria denominada "(...)" com diversos acessórios próprios de oficina, inclusive 2 máquinas, 1 plaina, uma máquina combinada – valor estimado: CR$ 25.000,00.
Um depósito em dinheiro
Um prédio; um terreno
Um imóvel
Um prédio; um prédio; um terreno; um terreno; um terreno; um terreno; um terreno; um terreno; um terreno.
Um prédio duplo.
Um lote de terreno; um terreno; uma parte ideal correspondente a 1/7 de um conjunto de prédios; 10 ações da firma "(...)"; 10 ações da firma "(...)"; Crédito de (...) junto a firma "(...)"; Crédito de (...)junto a firma "(...)".
Obs. Credores solicitando a inclusão das dividas deixadas pelo falecido no inventário.
Caderneta de poupança.
Uma casa e uma cocheira no terreno da casa
Um prédio
2 casas
1 casa; 1 terreno; 1 caminhão ford; estoque de loja comercial (detalhado)
"Um prédio à Rua Américo Brasiliense no. 93, esquina da Rua Cerqueira César (antigo 93 e 95) que se compõe de um salão grande de esquina com três portas para a Rua Américo Brasiliense, uma porta de esquina e uma porta e duas janelas para a Cerqueira César; um pequeno salão com duas portas para a Rua Américo Brasiliense; três cômodos para residência com entrada por um portãozinho de ferro na face que dá para a Rua Cerqueira César, tendo anexo um salão para manipulação de macarrão, tendo mais no quintal: uma casa de três cômodos, um barracão com um forno; um salão próprio para manipulação de pão com dois fornos e um cômodo anexo, cosinhas (sic), mais um portão largo de madeira com saída para a Rua Cerqueira César, medindo o terreno em seu todo 13,20 para a Rua Américo Brasiliense e 44 para a Rua Cerqueira César, sendo esse terreno irregular pois (sic) contém 13,20 para a Rua Américo Brasiliense...; duas datas de terra; uma data de terra; um lote de terra; um contrato de compromisso de compra e venda de lote de terra; um contrato de compromisso de compra e venda de lote de terra.
Um prédio duplo; um terreno; um prédio duplo; um prédio duplo; um terço de um prédio duplo; um prédio assobradado; um prédio; um prédio duplo; 3 depósitos em dinheiro

Descrição dos bens adquiridos por artesãos e industriais em Ribeirão Preto
Um terreno com três casas e maquinismos de beneficiar arroz; um terreno; um terreno; um terreno; uma casa; uma casa; uma casa; duas casas; uma casa; uma casa; uma casa; uma casa; uma casa. Documento chamado Auto de Arrecadação cita que "Em seguida foram na forma legal arrecadadas e entregues ao dito curador (...) os seguintes, de que tomou posse, a saber: uma prensa de copiar, com respectivo banco; um aparelho telefônico; uma mesa (secretaria), com cinco gavetas; quatro trilhos aço já usados".
Fazenda "(...)", 5 casa
Um armazém de secos e molhados; um depósito bancário. OBS. Existe uma relação das mercadorias existentes no armazém.
Uma casa de morada; 2 casas; um engenho de cana com cilindro de ferro, alambique com serpentina; moinho e maquinismo para mandioca, folem de ferro e rebollo, tudo movido por uma rod´água, um barracão coberto de zinco e esteios de madeira; uma parte de terras; uma parte do canavial existente na dita parte de terras.
Uma casa; duas casas para colonos; uma casa para colono; uma casa velha de pau a pique; três casas velhas para colonos, edificadas de pau a pique; um paiol velho; um monjolo velho; um moinho de fubá velho; engenho de ferro velho; um alambique velho; um mangueiro para porcos; uma tulha; um moinho d´água; uma cocheira; um monjolo; duzentas braças de área; trezentas braças de área; oitocentas braças de área; bens de pequeno valor
Uma casa e terreno; um prédio
Móveis constantes da mobília; metade da Fotografia (...); uma fábrica de licores em Monte Azul; 2 depósitos bancários.
Um terreno sem benfeitorias
Um prédio.
Mercadorias de sua casa de negócio
Alguns bens e partes de terra da Fazenda "(...)", inclusive 2 burros velhos.
Uma casa; um terreno; cama e colchão velhos, canastra; três cadeiras; uma mesa; uma dúzia de pratos; duas cassarolas [sic]; uma dúzia de chicaras [sic]
Importâncias em dinheiro para receber da Cia. Mogiana; 50% de uma propriedade agrícola.
Um prédio
Nove mil oitocentos e cinqüenta ações do valor nominal de Cr$ 1.000,00 cada uma, da sociedade (...). Comércio e Importação; 50 ações de valor nominal de Cr$ 1.000,00 cada uma da mesma firma, subscritas pela inventariante (...); 30 ações da Companhia Cervejaria São Domingos – Fábrica "Comandos" de Bebidas; metade ideal de um terreno; um prédio; metade de um crédito no valor de Cr$ 965.000,00; a metade da importância de Cr$ 179.317,80 hipoteca não paga; um automóvel Chevrolet 1956; Cr$ 26.500,00 restituição do imposto de renda 1959; depósito de Cr$ 10.453,90; depósito de Cr$ 5.182,70; depósito de Cr$ 10.198,40; depósito de Cr$ 9.835,60
Fazenda Santa Cândida; 40 alqueires de terras na mesma fazenda; 40 mil pés de café formados; uma máquina de beneficiar café; seis burros, um carroção, duas convertidas e um troly sem animais.
Parte na partilha da Fazenda "(...)".
Depósito de Rs$ 2:435$000 na Caixa Econômica local
Um prédio; dois salões
Um pequeno prédio; um prédio.
Ação de despejo de um espólio do mesmo nome
5 depósitos em bancos; 13 créditos hipotecários; um prédio estilo moderno; a Fazenda "(...)" – "cuja fazenda é composta de diversas sortes de terras formando dois lados separados por um espigão, com a área de cento e sete alqueires e um quarto de terras de cultura, ocupados em pasto, invernadas e matas, contento vinte e sete casas para colonos, umas de tijolos e outras de taboas, uma casa de morada construída de tijolos, coberta de telhas, forrada e assoalhada, todas em mau estado de conservação, uma máquina de beneficiar café, prédio de taboas, coberto de zinco, movida a vapor, com um motor de 8 H.P., uma balança Fairbanks, de braço, para armazém; um caminhão Ford motor no. 10.726.477 completamente estragado, um chiqueiro coberto de telhas, um paiol, duas garagens de taboas e cobertas de telhas, um semi-troly em mau estado e pertences, um transformador elétrico, uma bomba estragada e encanamentos, uma carroça velha, um burro velho, contendo mais 210.000 pés de café inclusive numerosas falhas, abandonado, em mau estado.
Um prédio
Um depósito bancário; uma Capela de (...); seis datas; um prédio; um prédio; um prédio duplo; Vila (...) com sete casas construídas.
Uma pequena casa; um terreno urbano
Um sobrado na capital com armazém na parte térrea; Uma chácara na Fazenda do Retiro; uma outra chácara anexa; quatro prédios; um prédio; três prédios; quatro prédios; três prédios; um prédio; um prédio.
Um prédio; 2 prédios juntos; um prédio.

Descrição dos bens adquiridos por artesãos e industriais em Ribeirão Preto
Um prédio duplo. OBS. No laudo de avaliação faz menção a um barracão no fundo do prédio, usado como oficina de carpintaria.
Um prédio (casa operária); um terreno; um terreno; um terreno; um terreno.
Um prédio com várias repartições para comércios, escritório e um apartamento; um prédio para comércio; um prédio para comércio e residência.
Uma casa; uma casa dupla; uma casa; um lote de terras; um lote de terra.
Hotel "(...)" – descrição detalhadas dos pertences do hotel; uma casa; uma casa; uma casa.
Um prédio
Uma casa residencial em Araguari; um pequeno prédio também em Araguari; um pequeno prédio; direitos hereditários de (...) e sua mulher (...).
Trata-se de um testamento passando os bens (não apontados) para uma mulher com quem viveu maritalmente por 11 anos.
Uma chácara; 3 cavalos e duas carroças.
Uma casa; um título de capital; um automóvel completo; um torno; um moticyclete (incompleto); um dínamo; um armário; uma pequena máquina a vapor; objetos de cozinha.
Descreve vários objetos domésticos pertencentes ao inventariado.
Um lote de terra no Núcleo Colonial Antonio Prado; um terreno na Fazenda Ribeirão Preto abaixo, no lugar denominado Tanquinho... "onde tem uma officina de ferraria e carpintaria e uma pequena casa de morada." ..."Uma casa grande para officina construída de tijolos coberta de telhas com três compartimentos e uma porta grande e uma janela"; uma casa de morada; uma casa de morada; "uma outra casa construída de tijolos, coberta de telhas (nos fundos da supra) com três compartimentos com um portão e duas janelas; um moinho. OBS: parte dos bens (lote de terras no Núcleo Colonial) foi a leilão público para pagamento de impostos. MÓVEIS E FERRAMENTAS EXISTENTES NA CASA DE OFFICINA: Primeiro: um banco de carpinteiro... 20.000 réis Segundo: um dito para carpinteiro com prensa... 25.000 réis Terceiro: um dito com torno... 100.000 réis Quarto: um dito com torno para furar ferro... 300.000 réis Quinto: um dito com torno para limar ferro... 80.000 réis Sexto: um foller grande... 20.000 réis Sétimo: uma bigorna 15.000 réis Oitavo: seis atanazes, duas marretas e dois martelos... 20.000 réis Nono: sete maçanetas, duas chaves, sendo uma inglesa 10.000 réis Décimo: grafia complexa 10.000 réis Décimo primeiro: uma serra portuguesa e uma mesa para jantar... 18.000 réis Décimo segundo: quatro rodas para carroça, obra de madeira, não ferradas... 70.000 réis Décimo terceiro: duas outras rodas para carroça Sem cambotas e duas armações para carrinhos... 50.000 réis
2 prédios; 2 prédios; 1 prédio; um prédio; 2 prédios; 1 prédio – deixados em testamento para a segunda esposa. Depois, numa retificação, deixou um prédio, que servia de moradia do casal, com um cômodo no fundo.
Terreno e casa no Núcleo Colonial Antonio Prado.
Um prédio em forma de chalet; metade de um prédio (outra metade pertence a ...); metade de um prédio (outra metade também de ...); metade de um prédio (outra metade de ...).
Um sítio com área de 23 alqueires e 9 centésimos de terras na Fazenda Exgoto, com uma casa de pau a pique; um sítio com a área de 9 alqueires de terras de campos e cerrados na Fazenda pró-indiviso das Palmeiras, contendo uma casa de morada construída de tijolos e coberta de telhas
Inventário da Casa (...): Relação de contas correntes (devedores); importância devida por pequenos devedores; 120 vacas, 35 sc milho, e mulas, 3 éguas, 2 cavalos, 1 cavalo, 1 cavalo, 2 potros, 1 cavalo; móveis e utensílios: 4 arreio de sela, 1 arreio de carroção, 1 carroça, 4 laços novos, 1 semitroly e arreio, grafia complexa, carroção, açougue no mercado, açougue na General Osório, 1 guarda-roupa; imóveis: Casa e Açougue na Vila Tibério.
Sítio Santa (...).
Um prédio; um prédio com duas numerações;

Descrição dos bens adquiridos por artesãos e industriais em Ribeirão Preto
Um prédio; um prédio
Um prédio; uma faixa de terra situada nos fundos do prédio
Um prédio com quinze cômodos.
Um pequeno prédio; um pequeno prédio; um terreno na “Vila Angélica”
Um depósito de Cr$ 32.493,00; um depósito de Cr$ 88.723,00; metade de um prédio; um prédio
Um prédio, em que existe uma “vila – 4 casas-operários” no fundo do mesmo.

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto